



nº. 50, 2º sem./ 2022



revista
Vernáculo

Revista Vernáculo

Número 50, 2º sem/2022

Edição do Número

Hilton Costa

Montagem

Alysson de Ávila Costa
Hilton Costa

Capa

Ana Paula Bellenzier

Crédito da imagem

Ernest Haeckel Em Kunstformen der Natur

https://de.m.wikipedia.org/wiki/Kunstformen_der_Natur



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Ana Paula Bellenzier, André Akamine Ribas, Brenda Yasmin Degger, Cicely Assis Machado Salamunes, Francielle de Souza, Hilton Costa, Leonardo Brandão Barleta, Letícia Ruoso Wehmuth, Willibaldo Rupeenthal Neto

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira (UNESPAR-PR)	Caue Kruger (PUC-PR)	Lennita Oliveira Ruggi (UFPR)
Andréa Carla Doré (UFPR)	Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Lorena A. de Muniagurria (USP)
André Akamine Ribas (UFPR)	Elaine Cristina Senko (UNIOESTE)	Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE-PR)
André Luiz Cavazzani (UNINTER)	Erivan Cassiano Karvat (UEPG-PR)	Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE-PR)
Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)	Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)	Martha Daisson Hameister (UFPR)
Bruno de Macedo Zorek (The Lemann Center for Brazilian Studies - University of Illinois Urbana-Champaign (LCBS - UIUC))	Fagner Carniel (UEM-PR)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE-PR)
Camila Jansen de Mello de Santana (UEPG-PR)	Gabriel Santos Berute (UNISINOS)	Rachel dos Santos Marques (IFFAR)
Carlos E. Suprinyak (UFMG)	Jonas Moreira Vargas (UFPEL)	Rafael Faraco Benthien (UFPR)
	Jonas Wilson Pegoraro (UnB)	Rodrigo Turin (UNIRIO-RJ)
	Joseli Mendonça (UFPR)	Tiago Luis Gil (UnB)



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Sumário

Dossiê Novas abordagens

em História Moderna e Contemporânea

Apresentação

Gabriel Elysio Maia Braga

Flávia da Rosa Melo 7

Identidade Nacional e Memória Coletiva: aproximações possíveis

National Identity and Collective Memory: possible approximations

Caroline Gonzaga

Douglas Gasparin Arruda..... 9

Cultura e História Ambiental: uma abordagem da História Contemporânea

Culture and Environmental History: an approach to Contemporary History

Mauricio Silva de Souza 34

História Pública e “*Games Studies*”: enfoques conceituais e metodológicos, e contribuições para a pesquisa histórica

Public History and “*Games Studies*”: Conceptual and methodological approaches, and contributions to historical research

Marcos Antonio Manoel Jr

Cláudio de Sá Machado Jr 48

História e Modernidade: reflexões sobre as relações entre o ensino de História e a BNCC para o sétimo ano do Ensino Fundamental

History and Modernity: reflections about relationship between the teaching of History and the BNCC for the seventh year of Elementary School

Laudênia Matias Alves de Souza 70

Cultura, Identidade e Mídia Adventista

Culture, identity and adventist media

Luanna Fernanda da Cruz Bach 86

Os círculos literários femininos e o debate sobre a mulher virtuosa nos Estados Unidos do século XIX

Women's Literary Circles and the debate on the Virtuous Woman in the 19th Century United States

Stéfani Oliveira Verona 100

A Revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná de 1957: possibilidades e demandas de estudo à luz de críticas sobre a marginalização das vozes femininas

The Squatter's Revolt in the Southwest Paraná in 1957: possibilities and demands of study in light of criticism about the marginalization of female voices

Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia 116

Artigos

O lugar do cativo na construção informativa do ultramar português: o caso da China (1524–1556)

The role of the captivity in the knowledge making of the Portuguese overseas territories: the case of China (1514-1556)

Cláudio César Foltran Ulbrich 142

A vida ordinária e o ciclo de festas: o caso da fogueira de São João

Ordinary life and the festival cycle: the case of the fogueira de São João

Maria Isabel Trivilin 160

Dossiê:

**Novas abordagens
em História Moderna
e Contemporânea**

Apresentação

Gabriel Elysio Maia Braga¹

Flávia da Rosa Melo²

Os campos das Histórias Moderna e Contemporânea, mais do que simples marcos temporais da periodização tradicional, e são áreas de estudo privilegiadas que nos permitem pensar as estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas do tempo presente. São também, campos que constantemente se reinventam, apresentando novas abordagens e metodologias.

A ideia do presente dossiê temático surgiu a partir de um simpósio temático proposto no III Seminário de Estudos Históricos da Universidade Federal do Paraná, ocorrido entre os dias 3 e 5 de novembro de 2021. O ST “Novas Abordagens em História Moderna e Contemporânea” se propôs a receber trabalhos que: a) tenham como esforço investigativo (re)pensar os conceitos de modernidade e/ou contemporaneidade; b) estudam temas cujo tempo histórico seja a História Moderna e/ou a História Contemporânea e que possibilitam, entre outras coisas, pensar a importância da modernidade e da contemporaneidade na construção de estruturas políticas, sociais, econômicas, culturais e de gênero; c) buscam nos processos históricos dos períodos moderno e contemporâneo as conexões para pensarmos as histórias de sociedades americanas e europeias; d) investigam as abordagens das duas disciplinas no ensino de História, tanto na educação básica quanto no ensino superior; e) desenvolvem questionamentos e propõe novos e/ou outros usos teóricos, epistemológicos, metodológicos e de fontes para a compreensão acerca do moderno e do contemporâneo nas sociedades do Sul Global; f) refletem sobre os usos dos principais processos históricos da modernidade e/ou da contemporaneidade nas tecnologias de informação e comunicação, que disseminam imagens e concepções desses dois períodos para além da sala de aula.

A fim de ampliar as discussões, propusemos o dossiê temático à Revista Vernáculo, mantendo a proposta original do ST. Foram aprovadas sete submissões, organizadas de modo a apresentar os artigos mais teóricos e, em seguida, os mais temáticos. Dessa forma, o artigo que abre essa edição é *Identidade Nacional e Memória Coletiva: Aproximações possíveis*, de Caroline Gonzaga e Douglas Gasparin Arruda, que propõe um debate teórico sobre identidade e memória, trazendo para o debate autores como Fiorin, Bauman, Detienne, Candau, Halbwachs e Jelin.

¹ Doutor em História, UFPR.

² Doutora em História, UFPR.

Em *Cultura e História Ambiental: uma abordagem da História Contemporânea*, Maurício Silva de Souza apresenta uma abordagem interdisciplinar da cultura ambiental, colocando a história ambiental em perspectiva, classificando-a como história contemporânea.

História Pública e “Games Studies”: Enfoques Conceituais e Metodológicos, e Contribuições Para a Pesquisa Histórica se debruça sobre um assunto muito atual, os videogames. Marcos Antonio Manoel Júnior e Cláudio de Sá Machado Júnior propõem o estudo da narrativa histórica de jogos digitais sob a perspectiva da História Pública.

O artigo de Laudênia Matias Alves de Souza, *História e Modernidade: reflexões sobre o ensino de História e a BNCC*, abre a sessão mais temática dos artigos selecionados, problematizando o conceito de Modernidade e analisando sua influência nas políticas nacionais da educação brasileira.

Cultura, Identidade e Mídia Adventista, de Luanna Fernanda da Cruz Bach, apresenta, através da discussão do conceito de identidade cultural, uma análise sobre as discussões de alimentação saudável na revista adventista *Vida e Saúde*. A autora analisa a alimentação como um fator importante na construção da identidade adventista.

Pensando no contexto dos Estados Unidos do século XIX, Stéfani Oliveira Verona analisou, em *Os Círculos Literários Femininos e o debate sobre a mulher virtuosa nos Estados Unidos do século XIX*, os debates sobre a mulher no pós-independência e os papéis dos círculos literários na discussão política.

Por fim, encerrando o dossiê temático, *A Revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná de 1957: possibilidades e demandas de estudo à luz de críticas sobre a marginalização das vozes femininas* nos traz o contexto da revolta ocorrida em 1957 no Paraná. Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia foca na participação feminina e nas narrativas das mulheres sobre o evento.

Esperamos que os textos aqui apresentados sirvam de inspiração para debates e novas produções nos campos das histórias moderna e contemporânea.

Tenham uma boa leitura.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Identidade Nacional e Memória Coletiva: aproximações possíveis

National Identity and Collective Memory: possible approximations

Caroline Gonzaga¹

Douglas Gasparin Arruda²

Resumo: Neste artigo, propomos discutir as aproximações entre a construção da identidade nacional e o desenvolvimento de memórias coletivas. Partimos de nosso contexto atual – um Brasil em efervescência, que já passou por muitas cisões políticas – para iniciarmos nossas reflexões nos campos da identidade e da memória. De início, consideramos que a identidade nacional nunca é pré-estabelecida, existindo apenas enquanto construção. Para que ela se solidifique necessita que memórias sejam compartilhadas, em outras palavras, necessita que a nação construa um escopo de memórias coletivas. Portanto, identidade nacional e memória coletiva estão indissolúvelmente ligadas. Para compreender essa ligação realizamos uma discussão bibliográfica que perpassa autores como Fiorin, Bauman, Detienne (que tratam sobre a questão da identidade), Candau, Halbwachs e Jelin (mais próximos dos estudos da memória).

Palavras-chave: Identidade Nacional; Memória Coletiva; Teoria da História; Historiografia.

Abstract: This article proposes to discuss the approximations between the construction of national identity and the development of collective memories. We start from our actual context – an effervescent Brazil, that already passed through lots of political scissions – to build our reflections on the fields of memory and identity. From beginning, we consider that the national identity is never pre-established, existing only as construction. For that it solidifies, it needs that the memories are shared, or, in other words, it needs that the nation build a scope of collective memories. Therefore, national identity and collective memory are indissolubly connected. To comprehend this connection, we realized a bibliographical discussion that included authors like Fiorin, Bauman and Detienne, that deal with the issue of identity, and Candau, Halbwachs and Jelin, authors that deal more closely with memory studies.

Key-Words: National Identity; Collective Memory; Theory of History; Historiography.

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa “Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na história”. Possui mestrado em História pelo PPGHIS-UFPR (2020) e graduação em História – Licenciatura e Bacharelado – pela UFPR (2016).

² Doutorando em História na Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa “Arte, memória e narrativa”. Possui mestrado em História pelo PPGHIS-UFPR (2017), especialização em Inovação e Tecnologias na Educação pela UTFPR (2019) e graduação em História – Licenciatura e Bacharelado – pela UFPR (2011).

No dia 19 de julho de 1971 a banda Mutantes³ teve sua música “Cabeludo Patriota” censurada pela ditadura militar brasileira. A letra, com duas estrofes e seis versos, dizia:

Venha ver as minhas cores
Agora é hora do cabelo crescer
Hasteei o meu cabelo
Para que o sol fique sabendo das coisas

O meu cabelo é verde, amarelo, violeta e transparente
A minha caspa é de purpurina, minha barba azul anil

Segundo o censor a música foi “vetada por ser uma sátira desairosa ao símbolo nacional”. O documento com a justificativa, disponibilizado pelo Arquivo Nacional, deixa subentendido que a censura considerou essa música um desrespeito com a bandeira do Brasil. Este episódio demonstrou como os símbolos nacionais eram caros para a ditadura militar brasileira.

Findado esse período vimos ressurgir ondas de manifestações que acataram as cores da bandeira nacional como seu símbolo. Podemos lembrar aqui o movimento dos Caras-Pintadas, que pedia o impeachment de Fernando Collor de Mello, e, mais recentemente, as manifestações pelo impeachment de Dilma Roussef e pró Jair Bolsonaro. Por que as cores da bandeira ganharam importância, repetidas vezes, na história do Brasil? Talvez a resposta mais simplista caminhe na direção de uma identidade nacional inculcada no imaginário social de nosso país.

Bronislaw Baczko (1985, p. 297-298) demonstrou que qualquer poder, designadamente o poder político, rodeia-se de representações coletivas onde o domínio do imaginário e do simbólico é um lugar estratégico. Exercer um poder simbólico consiste em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação de símbolos. Por consequência, os bens simbólicos que qualquer sociedade fabrica constituem o objeto de lutas e conflitos que hierarquizam e monopolizam certas categorias de símbolos.

Os dispositivos de repressão que os poderes constituídos põem de pé, a fim de preservarem o lugar privilegiado que a si próprios se atribuem no campo simbólico, provam, se necessário fosse, o caráter decerto imaginário, mas de modo algum ilusório, dos bens assim protegidos, tais como os emblemas do poder, os monumentos erigidos em sua glória, o carisma do chefe, etc. (Baczko 1985, p. 298-299).

Considerando os apontamentos feitos acima, acreditamos que refletir sobre a questão da identidade nacional no contexto atual de um Brasil em efervescência é uma tarefa árdua, mas necessária. Para

³ Grupo musical formado em 1966 por Arnaldo Baptista, Sérgio Dias e Rita Lee (Santos 2008, p. 10).
Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

posicionar-se nesse debate permeado por cisões interpretativas é necessário primeiro compreender como a identidade nacional se insere no cotidiano dos indivíduos.

Visto que uma identidade nacional nunca é pré-estabelecida, existindo apenas enquanto construção, para que ela se solidifique necessita que memórias sejam compartilhadas. Em outras palavras, necessita que a nação construa um escopo de memórias coletivas. Portanto, identidade nacional e memória coletiva estão indissolúvelmente ligadas. Partindo deste pressuposto, o presente artigo tem como objetivo realizar uma discussão teórica que coloque em debate a identidade e a memória para responder o seguinte questionamento: quais aproximações e relações existem entre *identidade nacional* e *memória coletiva*?

Definindo conceitos: Identidade e Memória

Joël Candau (2011, p. 9-10) apontou que, assim como a noção de cultura, os conceitos de identidade e memória são fundamentais para qualquer um que tenha interesse no campo das Ciências Humanas e Sociais. Para ele, as identidades são uma construção social que se moldam em uma relação dialógica com o *outro*. Já a memória se apresenta como uma reconstrução continuamente atualizada do passado. Diante da “crise do presenteísmo”, do desaparecimento de referências e diluição de identidades, a busca memorial pode ser vista como uma resposta às identidades frágeis, assim como as tensões identitárias podem ser uma consequência da perda de memória.

Podemos definir a identidade como: um *estado* que resulta, por exemplo, de instâncias administrativas como o documento de identidade; ou como uma *representação*, que é a ideia que temos de quem somos; ou ainda como um *conceito*. Porém, se aplicamos esse conceito a um grupo sua complexidade aumenta, tendo em vista que não é possível designar com rigor uma “recorrência”, admitindo que um indivíduo jamais é idêntico a outro. Nesse caso o termo é usado em um sentido menos restrito, próximo ao da semelhança. Admitindo um uso menos rigoroso, até mesmo metafórico, a identidade pode ser definida como uma *representação* (CANDAUI 2011, p. 25).

O linguista José Luiz Fiorin (2009, p. 116-117) retratou que a identidade nacional é uma criação moderna: ela começou a ser construída no século XVIII e se desenvolveu plenamente no século XIX, já que antes dessa época não se pode falar em nações propriamente ditas. Podemos compreender que uma nação é feita por um legado de lembranças que é aceito por todos. Sendo assim, a nação é uma herança, tanto simbólica quanto material e pertencer a uma nação é ser herdeiro de um patrimônio comum. Dessa forma, a nacionalidade é também uma identidade. Entretanto, para criar um mundo de nações não bastava fazer um inventário de heranças, era preciso construí-las. Era necessário buscar um fato que pudesse testemunhar um passado prestigioso que representasse uma coesão nacional e esta é uma tarefa longa e coletiva. Assim

sendo, a nação nasce de uma invenção e é condensada numa alma nacional que deve ser elaborada. É necessária uma história que estabeleça continuidade com ancestrais, que elenque heróis e modelos de virtude nacionais, que se organize sob uma única língua e que tenha monumentos culturais, paisagem típica, hino, bandeira, especificidades culinárias, etc. Tudo isso leva a pensar que a identidade nacional é um discurso, e, como todo discurso, é constituída dialogicamente.

No *Dicionário de Conceitos Históricos*, de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, podemos ver a seguinte definição para o conceito de *identidade*:

Todos temos identidade, a palavra inclusive está em nosso dia a dia: no Brasil somos registrados em um documento, a carteira de identidade. Tal documento é a representação oficial do indivíduo como cidadão. Ele é uma representação, entre várias, de nossa identidade social. Para a história, o conceito de identidade é pensado através do conceito de memória. Para David Lowenthal, identidade e memória estão indissociavelmente ligadas, pois sem recordar o passado não é possível saber quem somos. E a nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças. Isso serve tanto para o indivíduo quanto para grupos sociais. Outra maneira de pensar a identidade é através dos Estudos Culturais, surgido na Inglaterra no final do século XX, com autores como Stuart Hall. Tem como objetivo criticar hierarquias culturais [...] discutindo conceitos como raça, etnia e nação, do ponto de vista da produção cultural. Neste sentido, a compreensão de identidade deve levar em conta sua relação intrínseca com a diferença, pois a identidade não existe sem a diferença [...] Identidade também é uma construção histórica, e é construída em comparação com outras identidades e pela prática da rememoração, através de um modelo de ação coletiva. Nós identificamos o que somos para nos distinguir de outras pessoas e grupos sociais (SILVA; SILVA 2009, p. 202-205).

Tratando especificamente sobre memória, vemos que esta palavra tem uma origem latina: deriva de *menor* e *oris*, e significa “o que lembra”. Em um nível individual a memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar informações pelas quais os indivíduos podem atualizar informações passadas, ou informações do que ele representa como passado. Relacionando-se com a dimensão do tempo passado, a memória também estabelece uma interação com o esquecimento ou apagamento (Padrós 2001, p. 79-80). Ademais, Helenice Rodrigues da Silva (2002, p. 426) apresentou a memória (tanto coletiva quanto individual) enquanto um instrumento fundamental do laço social que, nas últimas décadas, tornou-se um dos objetos centrais de análise dos historiadores do tempo presente.

No verbete *memória*, do *Dicionário de Conceitos Históricos*, os autores afirmaram que:

A memória não é apenas individual. Na verdade, a forma de maior interesse para o historiador é a memória coletiva, composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que não lhe pertencem somente, e são entendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo. O estudo histórico da memória coletiva começou a se desenvolver com a investigação oral. Esse tipo de memória tem algumas características bem específicas: primeiro, gira em torno quase sempre de lembranças do cotidiano do grupo, como enchentes, boas safras ou safras ruins, quase nunca fazendo referências a acontecimentos históricos valorizados pela historiografia, e tende a idealizar o passado. Em segundo lugar, a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo

ou comunidade, mas normalmente tende a se apegar a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado. Por outro lado, ela também simplifica a noção de tempo, fazendo apenas grandes diferenciações entre o presente (“nossos dias”) e o passado (“antigamente”, por exemplo). Além disso, mais do que em datas, a memória coletiva se baseia em imagens e paisagens. O próprio esquecimento é também um aspecto relevante para a compreensão da memória de grupos e comunidades, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos. Assim, a memória coletiva reelabora constantemente os fatos (SILVA; SILVA 2009, p. 276).

Nesses primeiros apontamentos sobre os conceitos aqui mobilizados é possível observar aproximações entre a identidade nacional e a memória coletiva. Para ampliar nossa análise teórica-historiográfica, passamos agora para uma discussão a respeito do debate europeu sobre identidade nacional.

Identidade Nacional: em torno do debate europeu

Para compreender o debate europeu em torno da identidade nacional faremos uma análise das ideias e intuições teóricas de Marcel Detienne: helenista belga, formado em Filologia Clássica e doutor em Filosofia e Letras pela Universidade de Liège e Ciências Religiosas pela École Pratique des Hautes Études na década de 1960 (Joly 2013, p. 49). A pesquisa que o tornou conhecido está relacionada aos estudos da religiosidade helênica, utilizando-se da metodologia comparativa de aproximação entre história e antropologia. Em seu último trabalho, *A identidade nacional, um enigma* (2010) – lançado no Brasil em 2013 – o autor apresentou um estudo sobre a questão da identidade nacional com enfoque no caso francês, partindo de uma abordagem capaz de mobilizar ao mesmo tempo história e antropologia para comparar os desdobramentos desse conceito no passado e presente da Europa.

De partida, Detienne definiu identidade como:

[...] palavra técnica da medicina legal entre o vivo e o morto, entre “ser identificado” e, por exemplo, se identificar consigo mesmo ou com um outro, ou mesmo com outra coisa ainda por vir, quem sabe? É bom para o vivo não esquecer que há “identidade” quando um esqueleto é submetido ao exame dos serviços da polícia judiciária para saber se ele é mesmo o de tal indivíduo, distinto de todos os outros. Nesse estágio da investigação, não há necessidade alguma de levantar os indícios que permitiriam saber que consciência essa “pessoa” teve de si mesma. A identidade física submetida à identificação nos parece brutal e grosseira; ela é, no entanto, primeira e fundamental, quaisquer que sejam as sofisticadas tecnológicas. É ela que faz lei quando se trata de estabelecer o que chamamos “nacionalidade”, seja esta ou não uma componente da “pessoa” (DETIENNE 2013, p. 5).

Essa interpretação do conceito de identidade enquanto diferenciação que nos permite identificar – sob uma perspectiva, inclusive, médica e jurídica – foi, adiante, articulada com a questão da nação e, por fim, da identidade nacional. A nação, para Detienne, refere-se ao conjunto de indivíduos caracterizados “por

uma comunidade de origem, de língua, de cultura”. A nação implica, dessa forma, numa espontaneidade “essencial para a força de um povo, com seus sentimentos e suas paixões” (DETIENNE 2013, p. 5). Nesse sentido, Detienne iniciou suas aproximações com o campo da antropologia:

[...] o que o saber antropológico traz de mais precioso para as ciências humanas é a arte de colocar em perspectiva figuras e configurações dissonantes, ou seja, maneiras radicalmente diferentes de pensar e representar o que parece fazer parte do “senso comum”. Por exemplo, “ter uma identidade” ou uma “nacionalidade” (DETIENNE 2013, p. 7).

O autor deu destaque para as relações entre a educação primária e a construção de um sentimento de identidade, onde os manuais de *História da França*, “instituíram a educação moral e fortaleceram o culto da pátria, para além mesmo de todas as expectativas”. Por um lado, há a importância daqueles que ainda estão dando seus primeiros passos na França, as crianças; por outro, Detienne observou que a questão da identidade nacional também é atravessada pelos mortos, onde o poder da Igreja católica romana ocidental se mostrou como parte fundamental na construção das narrativas mitológicas, articulando a terra, os mortos e a ancestralidade à narrativa identitária. O cemitério se constitui, portanto, enquanto espaço da sacração da terra, onde o culto aos mortos será enfim consolidado (DETIENNE 2013, p. 20). A Igreja, assim, num movimento de conquista, impõe

[...] progressivamente o caráter religioso do espaço funerário coletivo. Em conformidade com os livros pontificais, o bispo deve consagrar solenemente o espaço cemiterial reservado à paróquia, ali onde são postos na terra os corpos dos cristãos batizados. O cemitério cristão se torna o lugar protegido e reservado onde repousam juntos todos os membros da comunidade paroquial, estritamente separados dos “estrangeiros”. Os corpos dos judeus, dos infiéis e dos maus cristãos não devem macular a terra consagrada, o território onde o “sagrado” foi enraizado através de percursos rituais repetidos em volta das sepulturas à sombra das igrejas (DETIENNE 2013, p. 20, 21)

A relação entre identidade nacional e a terra dos vivos e dos mortos, daqueles que merecem seu lugar no cemitério separados do “outro” – o inimigo, o não cristão, o estrangeiro, enfim, todo aquele que não compartilha dos laços sagrados de pertencimento franco-cristão – está, inclusive, marcada no simbólico hino nacional francês, onde o refrão da *Marselhesa* convoca: *Aux armes, citoyens, formez vos bataillons, marchons, marchons! Qu'un sang impur, abreuve nos sillons!* Ainda hoje, na França dos partidários do *Rassemblement National*⁴ e suas pautas anti-imigratórias, há quem faça a leitura desse refrão como um chamado à eterna cruzada cristã contra o inimigo islâmico, esse *sang impur*, representante da permanente

⁴ O *Rassemblement National* é o terceiro maior partido da França. Sua maior liderança, Jean-Marie Le Pen, chegou ao segundo turno das últimas eleições (2017) e obteve expressivos 33,9% dos votos, insuficientes para derrotar seu rival, Emmanuel Macron, mas que representa a maior votação na história do partido de extrema direita.

ameaça aos valores tradicionais e, nesse caso, ao que parte dos franceses considera como sua identidade nacional.

Não surpreende (ao menos a nós, brasileiros acostumados com as manifestações que tomaram conta do país antes do golpe de 2016) que as cores utilizadas para identificar o partido *Rassemblement National* sejam justamente as mesmas da bandeira tricolor francesa. Terra dos vivos que podem continuar vivendo e dos mortos que podem em paz serem enterrados no “sagrado” solo francês: há um eterno vínculo que liga ambos a terra e insere-os numa mesma narrativa mitológica do passado.

Ao longo dos séculos XII e XIX, apontou Detienne (2013, p. 21), o catolicismo romano espalhou pela Europa a “representação da Igreja como uma sociedade espiritual formada pelos vivos e pelos mortos”. Disso resultou a chamada “dívida para com os mortos” que foi pautada por historiadores e filósofos ao longo da segunda metade do século XX, onde a história recebe a missão

De “acalmar os mortos que assombram ainda o presente e de lhes oferecer túmulos esculturários”. Há aí uma “singularidade ocidental”: para todo historiador, “escrever é reencontrar a morte que habita este lugar, manifestá-la através de uma representação das relações do presente com seu outro” (DETIENNE 2013, p. 21).

Assim, da ideia de uma herança para com os mortos, de acordo com Detienne, passa-se, a partir de Paul Ricoeur, “à afirmação de que nós, historiadores, estamos em dívida, uma dívida para com os mortos”. O nascimento dessa espécie de culto aos mortos está relacionado ao próprio nascimento da ideia de família e, em complemento, a de propriedade da terra. Essa religião dos ancestrais, que se dá a ver “na aurora de nossa história, que ‘começa com os gregos’, como convém ensinar desde a mais tenra idade” pode, assim, ser analisada em seu aspecto fundamental, basilar na concepção de uma identidade comum entre aqueles que partilham das mesmas narrativas mitológicas (DETIENNE 2013, p. 22-23). De Michelet a Braudel podemos observar que os historiadores

[...] partilham crenças que batizam de convicções, e que delimitam por algum tempo a natureza de suas questões e a orientação de seus trabalhos. Posto que eles são comumente investidos do cargo de “Guardiães da Tradição” nas sociedades europeias, os helenistas historiadores contribuíram para fazer crer que, da Antiguidade a nossos dias, uma mesma corrente religiosa irriga a família, a propriedade da terra e os mortos (DETIENNE 2013, p. 25).

Aprofundando a questão da dívida com os mortos, podemos pensar em Walter Benjamin, que apresentou um ponto de vista diferente quanto ao processo narrativo mitológico e sua dívida para outros mortos – estes que, na verdade, foram derrotados pelos “vencedores” da história tradicional:

O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN 1987, p. 222-232).

Para o historiador Michel de Certeau a história “reapresenta mortos no decorrer de um itinerário narrativo”. Assim sendo, a escrita da história representa um rito de sepultamento. “Marcar” um passado é dar um lugar à morte e, também, estabelecer lugar para os vivos: “A escrita não fala do passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina” (Certeau 1982, p. 106-108).

Através destas constatações vemos que a questão da identidade nacional permeia tanto o universo dos vivos, quanto o universo dos mortos. Mais ainda, é através dos mortos que os vivos constituem suas identidades.

Identidade Nacional no contexto brasileiro

Deslocando o eixo de análise da Europa de Detienne, Benjamin e Certeau para o Brasil, o que poderia significar essa “dívida para com os mortos” sob uma perspectiva brasileira? E, indo um pouco além e puxando mais um questionamento de Detienne (2013, p. 28): é possível uma história nacional que preste contas a si mesma de seu próprio passado? O que isso quer dizer para uma “civilização”?

O que sempre sustentou o processo “civilizatório” ocidental foi a exploração de outros povos; se antes, com a escravidão, o colonialismo e o neocolonialismo essa exploração se fez nítida aos olhares contemporâneos, hoje o que vemos é um aperfeiçoamento de suas engrenagens. Esta segue existindo e continua num mesmo sentido: o de oferecer aos poucos privilegiados o gozo de uma vida que se pode dizer, nos termos europeus, civilizada. Aos que vivem nas margens do processo civilizador, o que sobra é a “barbárie”.

É de dentro desse cenário que acreditamos ser fundamental pensarmos em como nós, brasileiros, nos construímos coletivamente e como as narrativas acerca da identidade nacional nos impactam. Não há uma visão única sobre essa identidade. A construção das mitologias fundacionais mostra-se, desde sempre, como um campo de disputas. Sobre essa perspectiva, o filósofo Renato Nunes Bittencourt argumentou:

Dessa maneira, a questão do que consistiria a genuína essência do povo brasileiro é um tema amplamente discutido ao longo da história das ideias e da cultura social de nosso país,

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

questão essa que, certamente, jamais alcançará resultados satisfatórios e definitivos, sobretudo pela complexidade que tais reflexões acarretam para todos aqueles que se dedicam ardorosamente para a prática desta envolvente tarefa (BITTENCOURT 2013, p. 124-125).

No Brasil podemos considerar duas visões antagônicas da identidade nacional que vão ganhar destaque. Uma delas partiu do positivismo francês e, adotando os princípios eugenistas, buscou uma inserção da mitologia identitária brasileira na narrativa eurocêntrica já consolidada através de uma ideia de identidade pura, unitária – e que gerou, inclusive, a política do branqueamento. Sobre esse posicionamento, Bittencourt apresentou a seguinte análise:

[...] apesar da inestimável riqueza (da miscigenação racial e social presente ao longo da formação étnica brasileira) que proporcionou para o desenvolvimento de nossa cultura, conforme qualquer indivíduo apreciador de nossos valores tradicionais pode obter conhecimento, não era respeitada quando se iniciou a moderna construção ideológica moderna das Ciências Humanas, sobretudo a Antropologia e a Sociologia, enquanto ramos do conhecimento marcados profundamente por uma perspectiva epistemológica caracteristicamente eurocêntrica. [...] Tais ciências tendenciosamente consideravam qualquer manifestação cultural que fosse estranha ao solo e tradições milenares do Velho Mundo como inferior, atrasada, primitiva. Inclusive, em um âmbito político e econômico, tal concepção legitimou as ações colonialistas e imperialistas dos países europeus sobre os povos asiáticos, africanos e mesmo de alguns territórios americanos, de modo que, em nome da magnitude europeia, diversos povos foram oprimidos, perdendo sua liberdade política e sofrendo da ruína econômica, nos quais muitos ainda não conseguiram se recuperar (BITTENCOURT 2013, p. 126-128).

A outra possibilidade de interpretação para a identidade nacional, influenciada pelo mito da democracia racial de Gilberto Freyre, questão que estava esboçada também no romantismo literário brasileiro, apontou para a aceitação de uma pluralidade harmônica, encontrando a especificidade da formação do povo brasileiro justamente naquilo que a Europa rechaçou desde sempre nas suas mitologias identitárias: a alteridade. Atualmente o mito da democracia racial é amplamente questionado, mas a busca por uma identidade inclusiva permanece presente fazendo frente aos projetos de uma identidade única, branca, ocidental, greco-romana, etc.

Ao tratar sobre a comemoração dos 500 anos do Brasil, Silva salientou que a noção de identidade nacional defendida se baseava na ideia de harmonia e cordialidade entre brancos, índios e negros. Dessa forma, os discursos comemorativos “reproduziram os velhos clichês da sociologia”, considerando também que comemorar significa reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, sacralizando os grandes valores e ideias de uma comunidade (Silva 2002, p. 432). Por esse motivo:

Essa representação social forjada ao longo dos séculos, sem dúvida, deixou rastros na memória coletiva. Assim, os discursos comemorativos tiveram por fundamento, além das ideias de mestiçagem desenvolvidas pelo sociólogo Gilberto Freire, as representações do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, as da “sexualidade extrema” de Paulo Prado, e até mesmo as do “bandido e do herói” do antropólogo Roberto da Matta (SILVA 2002, p. 433, 434).

Maria Queiroz (1989, p. 29-30) em seu artigo “Identidade cultural, identidade nacional no Brasil”, desenvolveu de maneira pormenorizada essas questões. Por meio de seu texto percebe-se que, no século XIX, um dos primeiros problemas que os cientistas sociais brasileiros tentaram resolver foi o da existência da *brasilidade*. Para eles (Raymundo Nina Rodrigues, Sylvio Romero e Euclides da Cunha) essa brasilidade deveria ser composta por duas vertentes: um patrimônio cultural formado de elementos harmoniosos que se conservaria através do espaço e do tempo e a partilha desse patrimônio pela grande maioria dos brasileiros. Porém, ao observarem o patrimônio cultural, os pesquisadores desse período estavam conscientes da heterogeneidade de traços culturais ligados a grupos étnicos diversos que coexistiam no espaço nacional. Sendo assim, esses traços culturais não eram, de modo algum, harmoniosos e capazes de unir todos os habitantes que coexistiam no Brasil. Então, os cientistas sociais do período acusavam a persistência de costumes bárbaros, aborígenes e africanos de serem obstáculos que impediam o Brasil de chegar ao esplendor da civilização europeia – sendo também um entrave para a formação de uma verdadeira identidade nacional.

No mesmo período, os candomblés significavam uma defesa cultural para os africanos e seus descendentes. Por meio deles, os indivíduos guardavam suas maneiras de ser e pensar, ou seja, seu patrimônio específico, impedindo que a cultura ocidental destruísse suas coletividades. Nina Rodrigues alertava aos seus conterrâneos sobre a ameaça dos candomblés, além disso, seus textos reforçavam o sentimento de perigo que assolava as elites, pois eram menores numericamente do que os africanos e seus descendentes. Com a Lei Áurea, em 1888, as preocupações dos brancos aumentaram: quando os negros passaram a ser cidadãos, sua cultura, representada nos candomblés, ameaçaria ainda mais a cultura branca e ocidental. Foi então que cresceram as perseguições contra os costumes africanos e os candomblés (QUEIROZ 1989, p. 32-33).

Tudo isto refletiu em especulações sobre a falta de uma identidade cultural nacional brasileira. Para os intelectuais da época não se podia pensar na identidade nacional sem existir homogeneidade de traços culturais e eles só concebiam uma identidade cultural se fosse ocidental, branca, educada e refinada (QUEIROZ 1989, p. 33).

Concepção oposta surgiu durante a Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, onde foi forjada uma nova maneira de conceber o problema da identidade nacional. Mário de Andrade, ao definir a

brasilidade em *Macunaíma*, trouxe um herói que reunia as qualidades africanas, aborígenes e europeias, demonstrando que a originalidade e riqueza da cultura brasileira provém da multiplicidade de suas raízes. Oswald de Andrade, ao propor a teoria da *antropofagia*, defendeu que o Brasil, culturalmente, devora as civilizações compondo por fim uma nova totalidade diferente das anteriores. Nesta linha de pensamento os elementos heterogêneos garantiriam a originalidade, especificidade e beleza à cultura brasileira (QUEIROZ 1989, p. 33-34). Para Oliven (2010, p. 416-418), “apesar de certo bairrismo paulista, os modernistas recusaram o regionalismo, por acreditarem que era através do nacionalismo que se chegaria ao universal”. Oliven destacou também a importância da liderança de Gilberto Freyre, em 1926, na formação do grupo que promoveu o primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo em Recife. Tal movimento teve um sentido inverso à proposta modernista citada acima, visto que não pretendia atualizar a cultura brasileira em relação ao exterior, mas sim preservar a tradição de uma região que havia perdido seu poder⁵.

Concomitantemente a esses movimentos, um novo culto afro-brasileiro surgiu: a umbanda. As divindades que compunham o céu da nova crença eram de três ordens: africanas, aborígenes e europeias. Assim sendo, na segunda metade do século XX, a heterogeneidade do patrimônio cultural brasileiro é encontrada em dois estratos sociais muito distintos: um vindo de um grupo de jovens intelectuais burgueses, e outro vindo de descendentes africanos de estratos mais baixos da sociedade. Os primeiros proclamavam conscientemente a importância da heterogeneidade cultural nacional enquanto os outros a admitiam implicitamente, através da fé. Enquanto o primeiro grupo se afastava das teorias dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX, o segundo se afastava dos candomblés (QUEIROZ 1989, p. 35-36).

Para Queiroz (1989, p. 38-39), foi a chegada maciça de europeus, que ameaçava o poder dos autóctones, que fez chamar à consciência a especificidade da civilização brasileira, acentuando um apego pela sua própria herança e valores. Os imigrantes, necessários economicamente, não podiam ser combatidos de maneira direta. Sendo assim o conflito passou para o reino das ideias e produziu uma nova definição do ser brasileiro. Foi assim que os sincretismos culturais passaram a ser importantes para camadas sociais dissemelhantes da sociedade brasileira. Caso os intelectuais desprezassem os traços culturais aborígenes e africanos estariam anulando os únicos elementos que tornavam sua civilização única. Se continuassem a se apresentar como europeus, continuariam negando a existência da identidade nacional. Portanto, a única forma de manter a posição subordinada dos imigrantes europeus era dando ênfase e atribuindo valor à heterogeneidade da civilização brasileira.

⁵ Um dos frutos do Congresso citado foi o Manifesto Regionalista que desenvolveu dois temas principais: 1) a defesa da região como unidade de organização nacional; 2) a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil, em geral, e do Nordeste, em particular. Neste sentido, o manifesto defendia que o “popular” deveria ser protegido do “cosmopolitismo e falso modernismo” (Oliven 2010, p. 419).

José Luiz Fiorin (2009, p. 117), no artigo “A construção da identidade nacional brasileira”, apontou que o Brasil foi uma das primeiras experiências bem-sucedidas de criar uma nação fora da Europa. Como a nação é vista acima das classes, regiões e raças é preciso que ela adquira uma consciência de unidade – uma identidade – ao mesmo tempo em que formule a consciência da diferença em relação aos outros. No caso brasileiro o *outro* era Portugal. Apresenta-se aí um problema: como a independência foi proclamada por um príncipe português, não havendo ruptura completa com a antiga metrópole, o trabalho de construção da nacionalidade começou com a nacionalização do monarca. Nesse sentido, Pedro I foi retratado como alguém que renunciou Portugal e assumiu a nacionalidade brasileira.

O autor também chamou a atenção para o Romantismo brasileiro, onde houve o início da construção de uma noção de que a cultura brasileira estaria assentada na mistura. No livro *O Guarani*, José de Alencar concebeu um mito de origem da nação brasileira: as personagens Peri e Cecília eram o casal inicial, formado por um índio que aceitou os valores cristãos e uma portuguesa que acolheu os valores da natureza do Novo Mundo. A nação resultante teria, portanto, um caráter luso-tupi, sendo uma síntese do velho e do novo mundo. Esse movimento literário, somado ao futebol e a música popular brasileira construíram uma concepção de que a mistura rege nossa cultura, de que o brasileiro é simpático, acolhedor e tolerante. Embora as coisas no interior da cultura se passem de modo diferente (FIORIN 2009, p. 119 e 121).

Fiorin destacou ainda que é necessário observar que a mistura não é indiscriminada, já que existem sistemas que não são aceitos. No período de construção da nacionalidade não havia uma ideia de miscigenação das três raças, mas somente dos índios e brancos – os negros estavam excluídos pois, como eram escravos, essa mistura era indesejável. Posteriormente surgiu também a ideologia do branqueamento, com as grandes ondas imigratórias europeias de italianos, alemães, poloneses, etc. Sendo assim, a descrição de que o brasileiro é aberto, acolhedor, cordial e agradável na verdade oculta o preconceito e a violência que perpassam as relações cotidianas (FIORIN 2009, p. 121 e 124).

As considerações de Bauman sobre a identidade em um mundo globalizado

Para trazer o debate sobre a identidade para uma perspectiva mais contemporânea recorreremos às intuições teóricas de Zygmunt Bauman. O autor apontou que, na busca por identidade, as pessoas se veem diante de uma tarefa intimidadora de “alcançar o impossível”. Nós nos tornamos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não são sólidas, nem são garantidos para toda a vida. Na verdade, ambos são negociáveis e revogáveis, dependendo das decisões de cada indivíduo, dos caminhos que ele percorre e da maneira como age (BAUMAN 2005, p. 16-17).

Ao falar sobre sua identidade, Bauman destacou o quanto a nacionalidade ganhou proeminência particular. O autor compartilhou sua trajetória com outros milhões de refugiados e migrantes, dentro de um mundo em rápido processo de globalização. Ainda assim, a descoberta de que a identidade é um monte de problemas se mostra como um aspecto que Bauman compartilhou com um número ainda maior de pessoas, ou ainda, com praticamente todos os homens e mulheres de nossa era líquido-moderna (Bauman 2005, p. 18).

Sendo assim, a identidade só pode ser revelada como algo a ser inventado, como alvo de um esforço que precisa ser construído do zero ou que pode ser feito por meio de escolhas que temos que lutar para proteger. Ainda, perguntar “quem você é” só faz sentido se você acredita que possa ser outra coisa além de você mesmo, se você possui escolha e se essa escolha depende de você (Bauman 2005, p. 21, 22 e 25).

Tratando sobre a identidade nacional, Bauman destacou que ela não foi “naturalmente” gestada na experiência humana. Essa foi uma ideia forçada a entrar na vida de homens e mulheres modernos e chegou até eles como uma ficção. A “naturalidade” de pertencer por nascimento a uma nação foi uma convenção arduamente construída. Essa aparente naturalidade era tudo, menos natural. Portanto, “a ideia de ‘identidade’ nasceu na crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia” (BAUMAN 2005, p. 26 e 29).

A identidade nacional só poderia ser concebida enquanto uma tarefa, ainda que incompleta. O nascente Estado moderno fez um esforço para tornar esse dever, essa tarefa, obrigatória a todas as pessoas que se encontravam no interior de sua soberania territorial. Como essa identidade nasce da ficção, ela precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar numa realidade. Por esse motivo a história do nascimento do Estado moderno foi permeada por construções de identidade nacional (BAUMAN 2005, p. 26).

Não fosse o poder do Estado de definir, classificar, segregar, separar e selecionar, o agregado de tradições, dialetos, leis consuetudinárias e modos de vida locais, dificilmente seria remodelado em algo como os requisitos de unidade e coesão da comunidade nacional. Se o Estado era a concretização do futuro da nação, era também uma condição necessária para haver uma nação proclamando – em voz alta, confiante e de modo eficaz – um destino compartilhado (BAUMAN 2005, p. 27).

Uma comunidade nacional, ou uma identidade nacional coesa estava destinada a permanecer um projeto incompleto, que exigia vigilância contínua, um esforço gigantesco e o emprego de boa dose de força para assegurar sua existência. Para isso foi de suma importância o poder de exclusão, de traçar fronteiras entre o “nós” e o “eles”. Dessa forma o “pertencimento” teria perdido seu poder de sedução e sua função integradora caso não fosse constantemente alimentado e revigorado pela ameaça e prática da exclusão. Por

isso os Estados só permitiriam ou tolerariam outras identidades caso elas não colidissem com a irrestrita prioridade da lealdade nacional. Ser um indivíduo de um Estado era a única característica confirmada pelas autoridades em suas carteiras de identidade, confirmando mais uma vez a superioridade da “identidade nacional” (BAUMAN 2005, p. 27-28).

Os habitantes do líquido mundo moderno constroem e mantem suas identidades sempre em movimento, lutando para se juntar a grupos móveis e velozes que permanecem vivos por um momento. A globalização fez com que o Estado perdesse seu poder de manter uma união sólida e inabalável. Tendo transferido a maior parte de suas tarefas e capital aos mercados globais, os Estados têm menos necessidade de suprimentos de fervor patriótico. Por isso as pessoas em busca de identidade encontram pouca segurança dos poderes do Estado. Como os direitos econômicos estão fora das mãos do Estado e os direitos políticos estão estritamente limitados ao livre mercado neoliberal, os direitos sociais foram substituídos um a um pelo dever individual do cuidado consigo mesmo (BAUMAN 2005, p. 32, 34 e 35).

Sem monitoramento, quaisquer hierarquias ou graus de identidade sólidos e duráveis não são fáceis de construir. “As identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas” (Bauman 2005, p. 35).

Disso nasceram as chamadas “comunidades guarda-roupa”, que se interessam por problemas individuais. Nelas qualquer evento espetacular ou escandaloso ganha destaque – uma partida de futebol, um crime cruel, o divórcio de uma celebridade, etc. – mas as comunidades guarda-roupa só se unem enquanto dura o espetáculo, tendo uma curta duração. “Elas diferem da sonhada comunidade calorosa e solidária da mesma forma que as cópias em massa vendidas nas lojas de departamentos diferem dos originais produzidos pela alta-costura”. Quando a qualidade é inexistente, os indivíduos buscam redenção na quantidade, trocando uma identidade sólida por uma “rede de conexões”. Assim sendo, nesse mundo de individualidades em excesso, as identidades se tornaram bençãos ambíguas que oscilam entre o sonho e o pesadelo (BAUMAN 2005, p. 37-38).

Assim, muitos pisos de fábricas e corredores de escritórios se tornaram palco de competições entre indivíduos, que lutam para que seus chefes os contemplem com um aceno de aprovação em vez de serem locais de solidariedade proletária. Por isso, as fábricas e locais de trabalho não parecem mais suficientemente seguros para investir esperanças de uma mudança social radical. Não existe mais um lar para os descontentes sociais, cada categoria está agora por sua própria conta (BAUMAN 2005, p. 40-42).

Como a classe não mais oferecia um seguro para reivindicações discrepantes e difusas, o descontentamento social dissolveu-se num número indefinido de ressentimentos de grupos ou categorias, cada qual procurando a sua própria âncora social. Gênero, raça e heranças coloniais comuns pareceram ser os mais seguros e promissores. Cada um deles, porém, tinha

uma luta para rivalizar com os poderes integradores da classe que um dia aspirou ao status de uma “metaidentidade” em paridade com aquela proclamada pela nacionalidade na era do Estado-nação: o status de uma supra-identidade, a mais geral, volumosa e onívora de todas, a identidade que emprestaria significado a todas as outras e as reduziria ao papel secundário e dependente de “exemplos” ou “casos especiais” (BAUMAN 2005, p. 42).

Outro aspecto a ser destacado é que a identificação também é um fator poderoso na estratificação. Em um dos polos da hierarquia global estão aqueles que desarticulam suas identidades à própria vontade. No outro estão aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade: a eles são impostas identidades que os ressentem, mas que não conseguem se livrar, identidades que estereotipam, humilham e desumanizam. Assim, a dimensão mais espetacular da expansão do Ocidente em escala mundial foi a produção de lixo humano, de pessoas rejeitadas, que não são mais necessárias para o perfeito funcionamento do ciclo econômico (BAUMAN 2005, p. 44 e 47).

O “lixo humano” tem sido despejado desde o início em todos os lugares nos quais essa economia foi praticada. Enquanto essas terras estavam confinadas a uma parte do globo, entretanto, uma “indústria de remoção do lixo” efetivamente global, na forma do imperialismo político e militar, conseguia neutralizar o potencial mais explosivo da acumulação de lixo humano. Problemas localmente produzidos exigiam, e encontravam, uma solução global. Tais soluções não estão mais disponíveis: a expansão da economia capitalista finalmente se emparelhou com a amplitude global da dominação política e militar do Ocidente, e assim a produção de “pessoas rejeitadas” se tornou um fenômeno mundial. No presente estágio planetário, o “problema do capitalismo”, a disfunção mais gritante e potencialmente explosiva da economia capitalista, está mudando da exploração para a exclusão. É essa exclusão, mais do que a exploração apontada por Marx um século e meio atrás que, hoje está na base dos casos mais evidentes de polarização social, de aprofundamento da desigualdade e do aumento do volume de pobreza, miséria e humilhação (BAUMAN 2005, p. 47).

Nessa nova configuração os indivíduos têm sido repetidamente orientados a confiarem em sua própria sagacidade e esforço. Culpam a si mesmos se fracassarem na busca individual rumo à felicidade. Esses indivíduos abandonados e fragmentados ficam propensos a construir e cercar pequenos refúgios onde podem depositar suas identidades. Por isso, na contemporaneidade, uma identidade coesa, solidamente construída se torna um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha (BAUMAN 2005, p. 52, 53 e 60).

Reflexões sobre a Memória Coletiva a partir de Maurice Halbwachs

Antes de tratar sobre a memória coletiva é necessário destacar que não há um consenso teórico e historiográfico sobre existir, de fato, memórias coletivas⁶. Nosso objetivo não é esmiuçar esse debate e apontar os defensores da memória individual. Estamos partindo do pressuposto de que existe uma memória coletiva. É a partir dela que pretendemos buscar as aproximações com a identidade nacional.

Ao falar sobre memória coletiva é imprescindível tratar da obra de Maurice Halbwachs. Sociólogo francês e discípulo de Durkheim, escreveu seus principais trabalhos entre as décadas de 1920 e 1940 (Schmidt; Mahfoud 1993, p. 285). Para Eliza Casadei, esse autor “não só foi o primeiro estudioso a cunhar o termo ‘memória coletiva’, como também foi o primeiro a pensar em uma dimensão da memória que ultrapassa o plano individual, dominante nas pesquisas até então” (CASADEI 2010, p. 154).

Halbwachs “traduziu o trabalho de Durkheim em termos propriamente históricos, tomando a direção de uma historização da sociologia, num momento onde as ciências humanas e a história eram campos separados” (SCHMIDT; MAHFOUD 1993, p. 286). Do mesmo modo que Durkheim transferiu a noção do suicídio, que era antes visto como um fenômeno individual, para o plano sociológico, Halbwachs fez uma inversão semelhante no campo da memória ao compreendê-la como um fato social (CASADEI 2010, p. 154).

Além disso, fez parte da Escola de Strasbourg que reuniu, entre 1920 e 1930, um grupo de estudiosos com diferentes origens e posturas intelectuais que tinham como objetivo estudar, pesquisar e trabalhar juntos, buscando uma aproximação entre franceses e alemães (SCHMIDT; MAHFOUD 1993, p. 286).

Do ponto de vista intelectual e metodológico, esta postura contribui para a compreensão da especificidade e singularidade dos grupos sociais em diferentes épocas e, ao mesmo tempo, facilita trocas interdisciplinares, na medida em que cada especialista está aberto para aprender a contribuição da disciplina-outra para o seu próprio campo de estudo. E, de fato, da Escola de Strasbourg emergem tanto a sociologia historicizada de Halbwachs, quanto a história sociologizada de Lucien Febvre, Marc Bloch e da Nova História (SCHMIDT; MAHFOUD 1993, p. 287).

Halbwachs se dedicou a temas diversos, como por exemplo, o suicídio e a vida de trabalhadores. Nestes trabalhos ele buscava compreender a formação da consciência social. A partir deles, aprofundou o estudo da memória, principalmente em três grandes obras: *Os quadros sociais da memória* (1925),

⁶ A exemplo disso podemos rememorar os trabalhos de Ricoeur escritos nos anos 1990. Para esse autor a memória privada e a memória pública se cruzam mutualmente. Ainda assim, Ricoeur defendeu que alguns elementos caracterizam a memória como sendo exclusivamente de ordem privada, já que o sentimento de pertencimento da memória é intransferível e parte integrante das experiências vividas por cada sujeito (Silva 2002, p. 427, 428).

Topografia legendária dos Evangelhos na Terra Santa (1941) e *A memória coletiva* (publicação póstuma, em 1950) (SCHMIDT; MAHFOUD 1993, p. 286). Este último será o centro de nossa análise sobre a memória coletiva.

No livro *A memória coletiva* encontramos uma frase que exemplifica de maneira poética o pensamento de Halbwachs (1990, p. 47): “Nós não percebemos que não somos senão um eco”. Para esse autor o indivíduo que lembra é sempre inserido e habitado por grupos de referência. Por isso a memória é construída em grupo, embora seja um trabalho do sujeito.

Admitamos todavia que haja, para as lembranças, duas maneiras de se organizar e que possa ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere de seu ponto de vista, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais. Haveria então memórias individuais e, se o quisermos, memórias coletivas. Em outros termos o indivíduo participaria de duas espécies de memórias (HALBWACHS 1990, p. 53).

Halbwachs (1990, p. 26, 51 e 62) apontou que nossas lembranças permanecem sempre coletivas, elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos que só nós estivemos envolvidos, com objetos que só nós vivenciamos. Isso se dá porque, na realidade, nunca estamos sós. Halbwachs destacou ainda que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e que esse ponto de vista muda conforme as relações que mantemos dentro de nossos grupos e com outros grupos externos. Ainda que as memórias não sejam idênticas, são uma combinação de influências de natureza social. Porém, para que isso seja possível é necessário que as lembranças individuais estejam lá primeiramente.

[...] o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupos, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito. O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e con-fundiu seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso (SCHMIDT; MAHFOUD 1993, p. 288).

Para o autor, qualquer homem quando evoca seu próprio passado tem a necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros: reporta-se, portanto, a pontos de referência que existem fora dele e que são fixados pela sociedade. Ainda, a memória individual não é possível sem as palavras: ferramenta esta que o indivíduo não inventou, mas sim que emprestou de seu meio (HALBWACHS 1990, p. 54). Ideia semelhante partiu de Paul Ricoeur quando ressaltou “o papel da linguagem como portadora da memória” (SILVA 2002, p. 429).

Ao falar sobre sua família, o autor deixou claro que seus pais “como todos os homens, eram de seu tempo, e da mesma maneira seus amigos e todos os adultos com os quais eu estava em contato nessa época”. E foi a partir destas referências, de homens do seu tempo, que ele aprendeu a distinguir os aspectos de seu período. Assim ele formulou suas memórias (HALBWACHS 1990, p. 59). Para Silva:

[...] o conceito sociológico de memória coletiva, forjado dentro de uma perspectiva positivista, rompe com os psicologismos, abrindo novas perspectivas de análise histórica. Convém lembrar que nos estudos de Maurice Halbwachs, a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais. Vale dizer, a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva (SILVA 2002, p. 427, 428).

Halbwachs não traçou paralelos entre identidade nacional e memória coletiva. Ainda assim, ao analisar sua obra, Silva (2002, p. 429) destacou que “é em torno de uma identidade, inscrita no tempo e na ação, que podemos estabelecer uma analogia entre a memória individual e a memória coletiva”. Embora não tenha se debruçado diretamente sobre a identidade nacional e a memória coletiva, Halbwachs trouxe apontamentos a respeito da história nacional que acreditamos ser profícuos para este debate. Para ele a história nacional:

[...] se distingue das histórias locais, provinciais, urbanas, devido a que ela retém somente os fatos que interessam ao conjunto dos cidadãos, ou, se quisermos, aos cidadãos como membros da nação. Para que a história assim entendida, mesmo que seja muito detalhada, ajude a nos conservar e encontrar a lembrança de um destino individual, é preciso que o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico (HALBWACHS 1990, p. 78).

Entretanto, admitiu que existem acontecimentos nacionais que modificam ao mesmo tempo todas as existências. Mas para ele, geralmente a nação está longe demais do indivíduo para que ele “considere a história de seu país de outro modo do que como um quadro muito amplo, com o qual sua história pessoal não tem senão muito poucos pontos de contato”. Ora, entre o indivíduo e a nação, é necessário considerar que existem muitos outros grupos e que eles também têm sua memória. Esses grupos menores atuam mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros (HALBWACHS 1990, p. 79).

Por fim, Halbwachs, assim como Detienne, Benjamin e Certeau, também discorreu sobre a história enquanto um cemitério, ou enquanto um lugar dos mortos. Para ele “a história, com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas” (HALBWACHS 1990, p. 55).

Considerações sobre a Memória Coletiva

Elencamos nesse ponto do artigo ideias de outros autores que escreveram a respeito da memória coletiva. Não faremos um debate exaustivo de cada texto, já que o objetivo é compreender as principais considerações sobre o conceito analisado. A escolha das obras tentou respeitar, na medida do possível, a multiplicidade de formações acadêmicas, considerando também publicações em diferentes nacionalidades. Para melhor organizar essas questões, dividimos os textos por ordem cronológica.

Iniciamos a análise pelo livro *História e memória*, escrito pelo historiador francês Jacques Le Goff. Posicionando-se neste debate sobre a memória coletiva, o autor destacou que ela se apresenta como importante na luta das forças sociais pelo poder: tornar-se senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Assim sendo, os esquecimentos e silêncios históricos revelam esses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF 1990, p. 426).

Portanto, a memória coletiva não é apenas uma conquista, é também um instrumento e objeto de poder. Isso pode ser observado nas sociedades em que os arquivos (orais e audiovisuais) não escapam da vigilância dos governantes. Por esse motivo Le Goff apontou que cabe aos profissionais da memória, sejam eles antropólogos, historiadores, jornalistas ou sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos seus objetivos, trabalhando para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF 1990, p. 476-477).

Já o sociólogo austríaco Michel Pollak salientou que os elementos que constituem a memória individual e coletiva são, primeiramente, os acontecimentos “vividos por tabela” – aqueles acontecimentos que foram vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Ainda, para ele é perfeitamente possível, seja pela socialização política ou pela socialização histórica, que ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com um determinado passado e que essa projeção seja tão forte que podemos pensar em uma memória quase que herdada. Como exemplo pode-se elencar acontecimentos que traumatizaram tanto, ou marcaram tanto uma região ou grupo que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com alto grau de identificação (POLLAK 1992, p. 201).

O historiador e geógrafo estadunidense David Lowenthal escreveu que o passado relembado é tanto individual quando coletivo, ainda que a memória total seja intensamente pessoal. De acordo com o autor, nós precisamos das lembranças de outras pessoas para confirmar as nossas e dar continuidade a elas. Por isso damos valor a essas conexões com um passado mais abrangente. Além de estarmos satisfeitos de que nossas lembranças nos pertencem, buscamos ligar também nosso passado individual com a memória coletiva (LOWENTHAL 1998, p. 78, 81 e 82).

Enrique Padrós, doutor em História e professor da UFRGS, apontou que, há muito tempo, está superada a perspectiva de que a memória é um atributo somente individual. Para ele, mesmo quando as memórias envolvem experiências pessoais, resultam da interação com outras pessoas. Assim sendo, a memória desempenha uma função muito importante de preservação da experiência histórica acumulada, de valores, de tradições. “É inegável que, representando interesses de certos setores ou da comunidade como um todo, a memória, transformada em senso comum, é uma referência de coesão identitária e faz parte da cultura política de uma determinada sociedade” (PADRÓS 2001, p. 80).

Para Padrós a memória nunca é a repetição exata de algo passado, ela é uma construção ativa. Cada indivíduo constrói a sua memória em interação com os demais, ou seja, essa memória é construída dentro dos laços afetivos de pertencimento a um determinado coletivo social. Esses laços reforçam as lembranças comuns e garantem uma memória social. Dessa forma a memória é uma construção, perpassada por mediações que expressam relações de poder. Portanto, a memória não é produto do acaso, mas sim o resultado de interações entre os diversos atores históricos em um determinado momento histórico (Padrós 2001, p. 80-81).

Por sua vez, a socióloga argentina Elizabeth Jelin apontou que a própria noção de “memória coletiva” tem sérios problemas se entendida como algo que possui entidade própria, que existe acima e separada dos indivíduos. Todavia, podemos interpretá-la no sentido de memórias compartilhadas, produto de interações múltiplas, enquadradas em marcos sociais e em relações de poder. A memória coletiva é entrelaçada por tradições e memórias individuais. Ela se mostra num fluxo constante, com alguma organização social, onde algumas vozes se mostram mais potentes que outras porque possuem mais recursos. Em suma, a memória coletiva se dá por códigos culturais compartilhados. Essa perspectiva permite compreender as memórias coletivas não como algo pré-estabelecido e permite centrar nossa atenção nos processos de construção das memórias, o que implica dar lugar para atores sociais diferentes, para as disputas e negacionismos do passado em cenários diversos e para pensar se existem de fato memórias hegemônicas (JELIN 2002, p. 4-5).

Jelin apontou também que as memórias individuais estão sempre emolduradas socialmente. Sendo assim, a memória inclui visões de mundo que são alimentadas por valores de uma sociedade ou de um grupo. Porém, como esses valores são históricos e estão sempre em processo de mudança, toda a memória é uma reconstrução mais do que uma recordação. Portanto, tudo que não encontra espaço dentro desse quadro, se torna material de esquecimento (JELIN 2002, p. 3-4).

Identidade Nacional e Memória Coletiva: aproximações possíveis

Propomos agora apresentar autores que realizaram aproximações entre identidade e memória. Seguiremos a ordem cronológica, assim como foi proposta no ponto anterior.

Antes de adentrar nas análises é necessária uma observação: nem todos os autores consultados mencionaram exatamente os conceitos de *identidade nacional* e *memória coletiva*. Porém, consideramos importante inserir ideias que mobilizaram identidade e memória de maneira mais geral. Acreditamos que essa operação pode ser útil já que os conceitos, apesar de terem especificidades, atravessam um ao outro mutuamente.

A memória nacional, para Pollak, constitui um objeto de disputa importante, sendo comum conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. Assim sendo, a memória é um fenômeno construído. Quando falamos de uma memória herdada, podemos considerar uma ligação estreita entre memória e sentimento de identidade. Portanto, podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, pois ela é um fator importante para o sentimento de continuidade e coerência de um grupo em sua reconstrução de si. Tanto a memória quanto a identidade são valores disputados dentro de conflitos sociais, particularmente dentro de conflitos que envolvem grupos políticos diversos (POLLAK 1992, p. 204-205).

Lowenthal apontou que relembrar o passado é crucial para o sentido de identidade. Sendo assim, saber o que fomos confirma também o que somos e essa continuidade depende inteiramente da memória. Ainda, os grupos mobilizam lembranças coletivas para conseguir sustentar identidades associativas que sejam duradouras. Por isso a função da memória não é preservar o passado, mas sim adaptá-lo para enriquecer e manipular o presente (LOWENTHAL 1998, p. 83, 84 e 103).

Enrique Padrós, em seu artigo “Usos da memória e do esquecimento na história”, assinalou que, sendo a memória uma construção, ela se dá na interação entre indivíduos, dentro de laços afetivos de pertencimento a um determinado coletivo social. Por isso os diversos grupos sociais marcam a diferenciação entre si reforçando a consciência de fronteiras socioculturais vinculadas ao reconhecimento do pertencimento. Essa operação cria também identidades (PADRÓS 2001, p. 80).

Para o historiador português Fernando Catroga, a memória é sempre seletiva. Sendo assim, quanto maior for a dimensão coletiva da memória, maior será a margem para a sua “invenção” e para seus usos e abusos. A memória possui ainda um papel pragmático: em nome de uma história, ou um patrimônio comum, ela insere indivíduos em cadeias de filiação identitárias que os diferem de outros. Sendo assim, a identidade é um produto social, sempre numa relação dialógica e temporal entre o eu e o outro. Deriva então de um processo psicológico em que as escolhas são acompanhadas por aquilo que se esquece, já que escolher memórias é também silenciar e excluir. Pensando em uma escala de socialidade mais extensa, a memória é

construída de acordo com critérios unificantes e sistemas de filiação. Por esse motivo, se a memória é uma instância que constrói e solidifica identidades, a sua construção coletiva também atua como instrumento e objeto de poder, seja selecionando o que se recorda ou o que se silencia (CATROGA 2001, p. 20, 23, 25, 26, 27 e 55)

Para Jelin a memória e a identidade possuem uma relação mútua na constituição das subjetividades, considerando que nem a memória, nem a identidade são “coisas” ou objetos materiais que se encontram ou se perdem. Mais ainda, as identidades e memórias não são coisas sobre as quais pensamos, mas também com as quais pensamos. Sendo assim, não possuem existência fora de nossa política, nossas relações sociais e nossa história (JELIN 2002, p. 7).

Essa relação mútua implica em um vai e vem: para fixar certos parâmetros de identidade, o sujeito seleciona certas memórias que o colocam em relação com outros. Esses parâmetros implicam, ao mesmo tempo, ressaltar alguns aspectos de identificação entre o grupo e aspectos de diferenciação com outros grupos para definir os limites da identidade – o que pode ser compreendido como marcos sociais que enquadram memórias (JELIN 2002, p. 7).

A construção, a institucionalização e o reconhecimento das memórias e das identidades se alimentam mutuamente. Tanto para pessoas como para grupos e sociedades, existem períodos calmos e períodos de crises. Nos períodos calmos, quando as memórias e identidades já estão constituídas, os questionamentos não provocam urgências em reordenar e reestruturar as memórias e as identidades. Nos períodos de crises internas de um determinado grupo, ou de ameaças externas, implicam em reinterpretções das memórias e questionamentos da própria identidade. São nesses momentos que há uma volta reflexiva para o passado, onde reinterpretções e revisionismos implicam também em questionar e redefinir a própria identidade de um grupo (JELIN 2002, p. 8).

Candau, antropólogo francês, destacou que a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é por nós modelada. Por isso há uma dialética entre memória e identidade, que se nutrem mutuamente, que se apoiam uma na outra e constroem trajetórias de vida, histórias, mitos e narrativas. Sem esses elementos resta apenas o esquecimento. A memória fortalece a identidade: restituir uma memória desaparecida é também restituir uma identidade (CANDAU 2011, p. 16).

O autor apontou também que a memória é a identidade em ação. Ainda assim, a memória pode ameaçar, perturbar e, até mesmo, arruinar o sentimento de identidade, considerando principalmente as lembranças traumáticas. Por esse motivo o jogo da memória, que funda as identidades, é feito tanto de lembranças quanto de esquecimentos. Nesse sentido, podemos interpretar que a memória precede a construção da identidade. Considerando então que a memória produz identidades, que participa de suas construções, a identidade, por outro lado, faz com que os indivíduos tenham predisposições para

“incorporar” aspectos do passado e fazer escolhas memoriais específicas. “De fato, memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade” (CANDAUI 2011, p. 18-19).

Observando as aproximações realizadas entre a memória e a identidade no campo teórico e historiográfico, a título de considerações finais, gostaríamos de salientar que as relações entre os conceitos de memória coletiva e identidade nacional atravessaram a historiografia do século XX e seus ecos ainda reverberam nas ciências humanas no século XXI. Mais do que isso, memória coletiva e identidade nacional atravessaram a vida dos sujeitos desde a modernidade e compreendê-los ajuda a decifrar as manifestações coletivas destes sujeitos.

Nesse sentido, consideramos três eixos essenciais para apreender as aproximações entre memória coletiva e identidade nacional, que são: a questão da interdependência, onde memória e identidade se constroem e se fortalecem mutuamente; a busca do poder pelo domínio da memória e da identidade, já que o domínio destes campos pode significar também o domínio sobre os indivíduos de determinadas sociedades; e, por fim, que ambos os campos se preocupam com a questão dos mortos, demonstrando a importância das memórias herdadas para a constituição da identidade dos vivos.

Referências

- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund [et al]. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BITTENCOURT, Renato Nunes. Identidade e alteridade na história da formação sociocultural brasileira. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, Vol. 4, No. 2, pp 124-147, 2013.
- CANDAUI, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Acadêmico*, No. 108, pp 153-161, 2010.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Tradução de Fernando Scheibe. São Paulo: Editora Autêntica, 2013.
- FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana – Revista de Estudos do Discurso*, Vol. 1, No. 1, pp 115-126, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent León Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- JELIN, Elizabeth. ¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias? In: JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.
- JOLY, Fábio Duarte. Marcel Detienne e o experimento da comparação. *Revista Cultura Histórica & Patrimônio*, Vol. 2, No. 1, pp 49-59, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, Vol. 17, pp 63-201, 1998.
- OLIVEN, Ruben. Cultura e Identidade Nacional e Regional. In: MARTINS, Carlos; DUARTE, Luiz Fernando (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais – Antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial & Barcarolla, 2010.
- PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na história. *Letras*, No. 22, pp 79-95, 2001.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Vol. 5, No. 10, pp 200-212, 1992.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, Vol. 1, pp 29-46, 1989.
- SANTOS, Daniela Vieira. *Não vá se perder por aí: a trajetória dos Mutantes*. 2008. 177f. (Dissertação de mestrado - Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2008.
- SCHMIDT, Maria; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia. USP*, No. 4, pp 285-298, 1993.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, Vol. 22, No. 44, pp. 425-438, 2002.

Recebido em 25/02/22 aceito para publicação em 26/05/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

Cultura e História Ambiental: uma abordagem da História Contemporânea.

Culture and Environmental History: an approach to Contemporary History.

Mauricio Silva de Souza¹

Resumo: Este artigo busca entender como a cultura em mudança molda a ecologia e o meio ambiente local e regional, através de períodos históricos e, assim, constitui uma disciplina autônoma dentro do campo da História. No século XXI, esse fenômeno está sendo examinado através das lentes de diversos campos, incluindo economia, ciência política, biologia evolutiva, sociologia, história e ciências da educação. As grandes navegações dos séculos XV e XVI, por exemplo, provocaram grandes transformações sociais, ecológicas e ambientais em sociedades como as da América do Sul. As evidências de tais momentos históricos nos ajudam a examinar a transformação social forjada na ecologia e no meio ambiente e como ela foi moldada ao longo do tempo. Este assunto é agora um objeto de estudo autônomo dentro da disciplina de história chamada História Ambiental. Este artigo argumenta que o estudo da História Ambiental é também um estudo da história contemporânea, por meio de seu exame da ecologia e do meio ambiente e suas mudanças ao longo do tempo.

Palavras chaves: Cultura Ambiental. História Contemporânea. História Ambiental.

Abstract: This article seeks to understand how changing culture shapes the local and regional ecology and environment, through historical periods and thereby constitutes a standalone discipline within the field of History. In the 21st Century, this phenomenon is being examined through the lenses of diverse fields including economics, political science, evolutionary biology, sociology, history and science of education. The great navigations of the 15th and 16th Centuries, for example, created great social, ecological, and environmental transformations in societies like those in South America. The evidence from such historical moments helps us examine the social transformation wrought within ecology and the environment and how it has been shaped through time. This subject is now an object of standalone study within the discipline of history called Environmental History. This article argues that the study of Environmental History is also a study of contemporary history, through its examination of ecology and environment and the changes therein through time.

Keywords: Environmental Culture. Contemporary History. Environmental History.

Introdução

O estudo da história se divide em diversas especializações, refletindo a conjuntura, o contexto e a dinâmica de uma sociedade global construída, sobretudo, na valorização das especificidades dos indivíduos e dos saberes. Tal característica parece, de uma maneira prévia, remeter ao oposto do pensamento de Durkheim que apontou a sociedade como superior e com precedência sobre o indivíduo.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia. Pós-doutorando na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Quinta de Prados 5000-801 Vila Real - Portugal. Membro Colaborador do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD).

Entretanto, a chamada “personalidade global”, de Durkheim (2016), cuja fonte se estabelece nas necessidades vitais do ser humano, induz à solidariedade, onde cada indivíduo precise utilizar das suas especificidades para garantir a funcionalidade da sociedade, definindo o papel de cada parte na garantia e manutenção do organismo social. Esse olhar funcionalista busca na História o continuísmo ou, nas palavras de Durkheim, ser o novo na História “de fato, somente sua continuação e desenvolvimento”. (DURKHEIM, 2016, p.89).

Por outro lado, a superação da divisão do trabalho, seja material ou imaterial ², e o olhar sobre as práticas sociais focando na complexidade do ser, em sua totalidade, sugere, como elemento de uma possível transformação, a história da realidade concreta. Nesse sentido, focando no antagonismo do novo em relação ao antigo e buscando na categoria trabalho definir a ontologia do ser em sociedade, vislumbra-se alternativas para a vida em sociedade.

Sobre totalidade e divisão do trabalho Lukács afirma:

Com a especialização do trabalho, perdeu-se toda imagem da totalidade. E como necessidade de apreender a totalidade – ao menos cognitivamente – não pode desaparecer, tem-se a impressão (e formula-se essa reprovação) de que a ciência, que trabalha igualmente nesse imediatismo, teria despedaçado a totalidade da realidade, teria perdido o sentido da totalidade por força da especialização (LUKÁCS, 2012, p. 228).

Os olhares antagônicos da garantia das necessidades vitais, através da continuidade orgânica da sociedade *versus* a possibilidade da tomada de consciência a partir de crises e contradições própria da sociedade contemporânea, ganham força no estudo da História contemporânea e da cultura ambiental.

Nestes termos, este artigo tem como objetivo apresentar a cultura ambiental contemporânea através da conexão com as grandes transformações provenientes da *idade moderna*. Traz no seu bojo a emergência de uma História Ambiental fruto da importância das questões ambientais no contexto atual. Essas questões são representadas por seus impactos sobre a vida humana, sejam nos ecossistemas terrestres e costeiros, na saúde, nas cidades e infraestrutura, pobreza, migração, danos por chuvas e inundações, terremotos, desertificação, entre tantos outros exemplos da crise ambiental, como também sua influência no campo da epistemologia.

É importante ressaltar que este texto nasceu dos debates sobre a importância da História, na explicação das questões ambientais contemporâneas levantada no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Nesse sentido, mais do que

² Dermerval Saviani (2013) se refere ao trabalho imaterial da seguinte forma: “Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana” (SAVIANI, 2013, p. 12).

defender a visão funcionalista ou crítica na exaltação das questões climáticas, urge, também, tentativas de procurar compreender o que as duas visões têm em comum. Isso se explica pelo caráter interdisciplinar do grupo, composto por pesquisadores das mais variadas correntes do pensamento. A conclusão inequívoca foi: a disciplina de História é fundamental para pensar e contextualizar a educação ambiental na contemporaneidade, independente que concepção teórica/metodológica o pesquisador em Meio Ambiente adote.

Dessa forma, além desta **Introdução**, que exhibe os motivos norteadores do texto e sua apresentação, este trabalho está disposto da seguinte forma: **Transformação do Espaço na Modernidade**, apresentando o impacto da expansão marítima na economia, na política, na natureza, nos centros urbanos e nos valores da sociedade, ou seja, uma força que abalou as estruturas e o meio ambiente em nível global. Na sequência, o tópico: **O Meio Ambiente na Cultura Contemporânea**, apresenta as transformações do espaço no período moderno como determinantes da emergência de uma cultura ambiental nas ciências contemporânea, esclarecendo como o meio ambiente foi se tornando cada vez mais um objeto de estudo da História, manifestando-se em uma nova especialidade: a História Ambiental. Por fim, as **Considerações Finais**, assinalam que a História, como disciplina, pode contribuir através do estudo do espaço e do tempo de forma sistemática, para a superação das questões climáticas, acentuando que a história ambiental é também história contemporânea.

Transformação do espaço na modernidade

A expansão marítima é um marco da transformação do espaço na história da humanidade. Sua dinâmica envolveu negócios em alto grau, numa escala nunca antes experimentado pelo ser humano. Seu impacto nas sociedades foi tão elevado que subalternizou e exterminou povos, faunas e floras numa velocidade até então inédita. Avançou através da utilização da mão de obra escrava, transformou o ambiente urbano, intensificou conflitos religiosos e contribuiu para avanços tecnológicos, subsidiando mudanças e arraigando valores que acompanham o ser humano até a atualidade.

As grandes navegações estão inseridas no bojo das transformações sociais, econômicas e políticas, como resultado de sucessos e fracassos, negações e tentativas que configuram a história do desenvolvimento humano. Além do ser humano navegar, objetivamente, em mares pouco antes navegáveis, atravessava a humanidade por um processo de descobertas e experimentos nas artes e na ciência que expandiam a ideia do racionalismo, mudanças e práticas sociais.

Nesse sentido, a modernidade, periodizada entre os séculos XV e XVIII, é um marco de turbulências, conduzidos por estados nacionais poderosos que centralizam o poder e que lutam entre si para obter mais

poder em nível mundial. A necessidade de obter recursos e ostentá-los, seja pelos estados nacionais, seja pelas pessoas que compõem tais sociedades, impactaram de tal maneira nas grandes cidades, centros urbanos e burgos, como também nas colônias ultramarinas, modificando significados e valores da existência humana. Enfim, o espaço humano é atingido pela modernidade por grandes transformações que chegam, de forma ampla, à vida cotidiana, refletindo sobre os espaços, conflitos, explorações e reações próprias da dialética humana.

Sobre a modernidade Berman (2010) se refere dessa maneira:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desumanidade: ela nos despeja todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar” (Berman, 2010, p.24).

O impacto das transformações no ambiente do novo mundo, seja na Oceania, América do Norte ou América do Sul, foi fulminante, criando, destruindo e reconstruindo o espaço. Tal impacto foi causado pela onda de pessoas, oriundas, sobretudo da Europa e da África. Crosby (2011) intitula esses novos espaços de Neoeuropas. A chegada dessas pessoas em “novas” terras concebeu acentuadas mudanças no ambiente, transformando o comportamento dos nativos que habitavam essas terras. Da mesma forma, transformou as serras, montanhas, planícies e litorais do novo mundo.

O impacto também atingiu os povos do velho continente, o que refletiu na alimentação, na moda e na arquitetura do continente europeu.

A síntese gerada desses encontros é resultado e resultante da decomposição de ideias, hábitos e tradições e interferiram na maneira de morar, se alimentar e da saúde dos integrantes, tanto nas colônias e nos impérios ultramarinos. Disso derivou uma verdadeira revolução nos espaços naturais e artificiais, urbanos e rurais, nas metrópoles e nas colônias.

É necessário ressaltar que a transformação da natureza, encontros entre povos e busca de novas tecnologias não é exclusividade da modernidade, ou da grande expansão marítima. Nesse sentido, Crosby (2011) e Dean (2013) iniciam suas análises sobre transformações do espaço retomando a história da humanidade, desde o paleolítico, para mostrar que as diversas revoluções, conflitos com a natureza, animais e entre pessoas fazem parte da integração pessoas/espaço/natureza.

Em relação às transformações da natureza pelo ser humano, Dean (2013) inicia sua obra alertando que:

A história florestal corretamente entendida é, em todo o planeta, uma história de exploração e destruição. O homem reduz o mundo natural a “paisagem” – entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou a estética convencional – ou também, o que é ainda mais assustador a “espaço” – planícies desertas aplainadas a rolos compressor e sobre as quais o extremo narcisismo da espécie se consagra em edificações (DEAN, 2013, p. 24).

Assim, as transformações da natureza em terras ultramarinas já haviam sofridas imensas transformações, antes mesmo das naus europeias aportarem em terras que seriam intituladas de América do Sul, América Central, América do Norte e Oceania, desmistificando a ideia de terras intocáveis e paradisíacas.

Mas, se por um lado tais mudanças já tinham sido iniciadas pelos habitantes nativos, o nível de exploração e transformações se intensificaram com a chegada de pessoas do velho continente durante a modernidade.

Ademais, foi durante esse período, “constituída principalmente por aqueles que chegaram durante a era da navegação a vela” (CROSBY, 2011, p 305), intitulado por Crosby de *primeira onda de desembarque na Neoeuropas*, que se promoveu o desenvolvimento da sociedade contemporânea nesse espaço.

Inclusive, a primeira onda de invasão sobre as novas terras foi o preparo, a gênese para a criação dos estados nações na Neoeuropas. Proporcionando, posteriormente, uma nova onda: “mais de 50 milhões atravessaram para a Neoeuropas entre 1820 e 1930” (CROSBY, 2011 p.306).

Nesse sentido, essa segunda onda é resultado das relações entre metrópoles e colônias durante todo o período da História Moderna. Tais relações se constituíram em cooperações, extermínios, exploração de recursos, guerras e revoluções.

Essas relações começaram dentro do contexto e dinâmica da Revolução Comercial do século XVI, atravessaram os séculos XVII, XVIII e XIX, foi marcado pelo uso da mão de obra escrava indígena e, sobretudo, de negros africanos, na exploração das novas terras. Outrossim, o comércio de pessoas, também visto na época como recurso natural, resultou em grande lucro para o sistema financeiro que iniciava sua hegemonia sobre o mundo.

As fontes de recursos naturais, minérios, madeiras, uso do solo, complementam o acúmulo de riquezas cada vez mais volumosas durante a idade moderna. Destacava-se, nesse sentido, a Inglaterra. Primeiro, pelo sistema de exploração de suas colônias além mar. Segundo, como grande organizadora de um sistema financeiro mundial fato que reverbera até a globalização atual.

Por sua vez, o sistema financeiro inglês soube utilizar, como fonte de lucro e desenvolvimento, os recursos oriundos das riquezas comerciais mercantilistas para impulsionar uma balança de comércio favorável.

O negócio, portanto, era exportar mercadorias de valor e importar apenas o que fosse necessário, recebendo o saldo em dinheiro sonante. Isso significa estimular a indústria por todos os meios possíveis, porque seus produtos valiam mais que os da agricultura, e, portanto, obteriam mais dinheiro nos mercados estrangeiros. E o que era também importante, ter indústria produzindo as coisas de que o povo necessitava significava não ser necessário comprar do estrangeiro. Era um passo na direção da balança comercial favorável, bem como no sentido de tornar o país autossuficiente, independente de outros países (HUBERMAN, 1984 p. 133).

Assim, o impacto das relações comerciais envolveu múltiplas relações e transformações ambientais. A natureza “selvagem”, o campo e a cidade ressentiam-se das ações sobre elas. Centralizado nas políticas de desenvolvimento dos estados nacionais, a industrialização transformava os espaços urbanos e rurais nas metrópoles da velha Europa. As nações mais destacadas transformaram seu modelo administrativo, cuja base e produtividade requisitaram mais eficiência.

Por sua vez, na Neoeuropa as intervenções humanas transformaram a paisagem. Importaram-se sementes e animais das matrizes imperiais o que impactou todo ecossistema do “novo” mundo. Buscaram-se ouro e prata para a sustentação dos impérios; expandiram-se valores eurocêntricos e reprimiram-se culturas tradicionais; impuseram-se cotas e impostos cada vez maiores e impagáveis. Todo esse cenário resultou em reações e revoluções contra as matrizes europeias.

Enfim, o deslocamento espacial, iniciado com as grandes navegações germinou convulsões sociais que reverberariam em transformações históricas profundas, cujos fatos marcantes, como a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Industrial, são elencados como acontecimentos que traduzem a transição da história moderna para a história contemporânea.

Assim, o estudo das questões ambientais emerge na História Contemporânea como elemento fundamental para pensar as grandes transformações culturais, sociais, econômicas e políticas que permeiam a humanidade e que se traduzem em grandes mudanças nas relações econômicas e sociais, em nível global, na época presente.

O meio ambiente na cultura contemporânea

Por certo, nos últimos dois séculos, o mundo se transformou de forma impressionante. A rapidez dessa transformação assombra a todos. As antigas colônias europeias ganharam protagonismo sobre suas

matrizes, sendo o caso das colônias francesas e inglesas da América do Norte o exemplo mais emblemático. O avanço científico fez aumentar a produtividade da produção agrícola e industrial. O sistema social fundado no mercado e na busca do lucro se consolidou, de forma efetiva, como uma política hegemônica global. No âmbito da comunicação social, vem sendo, desde então, incorporado, agilmente, novas configurações e linguagens: jornais, revistas, telefone, celular, internet etc. As distâncias espaciais se encurtaram e as grandes cidades cresceram em progressões geométricas. Enfim, o ambiente em todas as suas esferas está em constante inovação.

Entretanto, “as intervenções humanas quase nunca realizam as expectativas humanas (DEAN, 2013, p. 24)”. Adjacente à capacidade humana de produzir, emergiram, nas mesmas dimensões, problemas agregados à incapacidade de responder às expectativas da superação das guerras, fome, pobreza, pandemias e desastres naturais.

Poluição, saneamento urbano, êxodo rural, inundações e desastres ambientais tornaram-se temas recorrentes nas agendas de políticas públicas dos estados nacionais e organizações multilaterais. Primeiro, esses temas foram agregados em planejamentos de desenvolvimento fragmentados e, posteriormente, em políticas globais de enfrentamento às crises ambientais.

Indubitavelmente, a agenda ambiental atual tem como gênese a modernidade, suas ações e reproduções na esfera econômica e social. A produção de alimentos, os efeitos da industrialização, a necessidade de mão de obra, a divisão do trabalho e a necessidade de recursos naturais resultaram em conflitos armados, insegurança alimentar, epidemias, desertificação e outras questões que permearam todo o século XX e permanecem, de forma contundente, a preocupar as ciências sociais e humanas no século XXI.

Nesse sentido, uma verdadeira revolução historiográfica acometeu o estudo da história desde o final do século XVIII. Para Pádua (2010):

A pesquisa histórica vem revelando que a preocupação intelectual com os problemas “ambientais” esteve presente, ao menos no mundo de expressão europeia, desde o final do século XVIII, ocupando um lugar relevante no processo de construção do pensamento moderno (PÁDUA, 2010, p. 82).

Nessa direção, o estudo dos centros urbanos e sua transformação constituíram-se em análise e reflexão “ancorada em uma investigação sistemática, em métodos apropriados, em teorizações capazes de compreender a cidade e o fenômeno urbano em todas as dimensões” (BARROS, 2007, p. 9).

Sem dúvida, a história dos centros urbanos, a partir do século XIX, se configura como a gênese dos estudos históricos, no que tange ao meio ambiente. Várias razões insurgem no sentido de explicar isso. Com certeza, a emergência das ciências sociais, sobretudo a Sociologia, como campo de estudos que contribuiu

para a história das cidades. Esses estudos dos centros urbanos se diferenciam das abordagens poéticas dos romancistas e cronistas que, no período medieval, descreviam modelos políticos caracterizados por reflexões ideológicas, teológicas e filosóficas (BARROS, 2007).

No século XIX isto se modifica sensivelmente. Começam a surgir cada vez mais pensadores da sociedade – historiadores e também os estudiosos que hoje chamaríamos de sociólogos e antropólogos – preocupados em entender esta especificidade do “viver urbano”, em decifrar a história deste viver, as suas mutações, as suas diferenças em relação a outros **ambientes sociais**, e em compreender também a complexidade dos vários tipos de vida social que podiam ser abrigados nas diversas modalidades de formações urbanas (BARROS, 2007, p. 10).

De forma mais específica, na esfera das lutas de classes, o século XIX apresenta as cidades como local de lutas e contradições, explicitando as misérias de uma classe enquanto outra se aproveita dos resultados do trabalho. Por outro lado, as cidades aproximam trabalhadores, aflorando a solidariedade de classe, criando organizações e sindicatos. Em suma, a cidade é o espaço onde se desenvolve a consciência dos trabalhadores, um ambiente propício para a germinação da vanguarda proletária. Inaugurando, dessa forma, os estudos do ambiente como crises oriundas de modelos de produção que precisam ser superados, fixando a história do ambiente como parte das lutas de classes.

Nesse cenário, o desenvolvimento das cidades é representado por um processo de divisão do campo e da cidade. Desenvolvimento esse que beneficia o sistema do capital, pois aprofunda a divisão da sociedade e só pode existir inserido no sistema de propriedade privada. Por conseguinte,

Com a cidade surge, ao mesmo tempo, a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, desse modo, da política em geral. Aqui se mostra, pela primeira vez, a divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é, de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades, enquanto o campo evidencia exatamente o fato contrário, a saber, o isolamento e a solidão. A oposição entre cidade e campo só pode existir no interior da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade determinada, a ele imposta – uma subsunção que transforma uns em limitados animais urbanos, outros em limitados animais rurais e que diariamente reproduz a oposição entre os interesses de ambos. O trabalho é, aqui, novamente o fundamental, o poder sobre os indivíduos, e enquanto existir esse poder tem de existir a propriedade privada. A superação da oposição entre cidade e campo é uma das primeiras condições da comunidade, uma condição que, por seu turno, depende de uma massa de pressupostos materiais e que não pode ser satisfeita pela mera vontade, como qualquer um pode constatar à primeira vista. (Tais condições têm ainda de ser desenvolvidas.) A separação entre cidade e campo também pode ser apreendida como a separação entre capital e propriedade da terra, como o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independentes da propriedade da terra, o início de uma propriedade que tem como base apenas o trabalho e a troca (ENGELS e MARX, 2007, p. 52).

Na esfera dos estudos da História Ambiental, fundada no marxismo, a citação acima serve como base para estudos sobre relações internacionais e a divisão internacional do trabalho (GILL, 2007). Nesse sentido, os estudos do anabolismo e catabolismo, resultado da relação natureza e trabalho (FOSTER, 2011), vêm crescendo, desde o século passado, nos estudos da História Ambiental. Esses estudos advertem que as questões climáticas globais são frutos de um modelo de produção hegemônico e a superação dessas questões requisita a superação da divisão campo/urbano, centro/periferia³, natural/científico, subjetivo/objetivo, trabalho/capital. Em outras palavras: a luta para expandir a consciência e entender a história das relações sociais requer a compreensão do trabalho a partir da superação de sua divisão, focando na complexidade do ser em sua totalidade. Acrescentando que:

desde o princípio, a noção de Marx da alienação do trabalho humano esteve conectada a uma compreensão da alienação dos seres humanos em relação à natureza. Era esta alienação que, acima de tudo, era preciso explicar *historicamente* (FOSTER, 2011, p23).

Assim, a pesquisa e estudo da história dos centros urbanos e a relação do homem com a natureza, através de diversas concepções teóricas, a partir do século XIX, contribui para pensar a cultura ambiental e entender os diversos usos e significados relacionados ao meio ambiente e seu efeito sobre o estudo da história contemporânea.

Nesse sentido, a pesquisa histórica e social, quando confrontada pela explicação das dinâmicas urbanas, pediu emprestados modelos biológicos para o seu entendimento. Tais modelos difundidos pela escola de Chicago⁴ incorporaram um conjunto de vocábulos no interior da pesquisa sociológica e histórica.

Segundo Barros:

dentre as expressões herdadas da terminologia clássica, que passou a examinar a cidade como um organismo destacam-se noções como crescimento, tecido, artéria, coração, função (BARROS, p 30, 2007).

Essa analogia não só é utilizada pela história ambiental, como também é objeto de estudos na área. Tais características são encontradas neste campo de estudo por ser ele fundado numa perceptiva multidisciplinar trazendo, para seus fundamentos teóricos e metodológicos, conceitos e práticas de outras ciências.

Sobre a história ambiental Colacios (2017) afirma:

³ Nesse sentido centro e periferia, além de representar áreas das cidades e regiões de países, também se relaciona as divisões e diferença sociais entre países hegemônicos e periféricos

⁴ A escola Sociológica de Chicago foi fundada pelo historiador e sociólogo Albion W. Small. Teve impacto em diversas áreas de estudo. Para esse artigo destaca-se a sociologia urbana e a ecologia humana.

A perspectiva multidisciplinar, por exemplo, é uma ferramenta muito presente nos estudos, mas pouco discutida entre os pesquisadores. O trabalho com uma variedade de disciplinas, tanto das ciências humanas quanto das biológicas e físicas, amplia ainda mais as possibilidades metodológicas, inserindo conceitos que não faziam parte do escopo historiográfico. Entropia, ecossistemas, biodiversidade, entre outros, passaram a compor a linguagem do pesquisador. Tal enriquecimento do vocabulário conceitual abriu as portas para novas fontes históricas, auxiliando inclusive estudos em outras áreas da historiografia (COLACIOS, p. 7, 2017).

Assim, retornando aos estudos da história social, encontramos em oposição à vida nos centros urbanos a ideia de viver no campo. Aqui viver se refere a morar e/ou trabalhar. Nesse sentido, os estudos de Williams (2011) refletindo sobre o campo e a cidade demonstra como a cultura ambiental foi provocada por um olhar dicotômico e míope entre os dois ambientes. Williams (2011) propõe a superação desse olhar minimalista apresentando a contextualização dos significados e sobretudo ampliando a visão da história pela complementaridade dos dois ambientes. Tal complementariedade representa um arcabouço de ligamentos passado/presente, passado/passado, presente/presente, que requer estudos comparativos e pesquisas aprofundadas sobre os diversos espaços no tempo.

Assim, no início de sua obra *O Campo e a cidade*, Williams (2011) aponta as diferenças e significados, não só entre os dois conceitos, mas também no interior deles. Entretanto, “apesar de todas essas diferenças, persistem certas imagens e associações” e o “objetivo do livro é descrevê-las e analisá-las, vê-las conectadas à experiência historicamente variada (WILLIAMS, 2011, p. 12)”. Para isso o autor utiliza a Inglaterra como objeto usando da literatura para identificar os elementos complementares que conectam os dois ambientes no espaço e no tempo, além dos fundamentos axiológicos e teleológicos, construídos pelo homem, presentes nas estruturas hegemônicas da sociedade.

Aqui, a referência aos elementos e processos hegemônicos e a possibilidade, a partir da consciência desses fundamentos, de sua superação, em outras palavras, a formação contra hegemônica, está presente tanto no campo e na cidade e também na conexão do presente com a história. No decorrer de sua obra, Williams (2011) proporciona uma reflexão sobre o poder da linguagem e o uso da palavra para a construção de imagens que, através de aspectos bucólicos, criam discrepâncias com a realidade do passado. Esse processo contribui para o desenvolvimento do reacionarismo e o estancamento da cultura em movimento. Por outro lado, essas mesmas imagens podem proporcionar rupturas e transformações radicais nas estruturas sociais.

O culturalismo ambiental de Williams (2011) aponta, portanto, para a possibilidade de criar compreensão através de elementos complementares entre, espaço, tempo e linguagem. Sua afirmação sobre as transformações da Inglaterra de uma sociedade rural para industrial, apresentando o movimento de

transformação como racionalmente construído e, posteriormente, fazer a aproximação desse movimento para a análise dos fatos presente, é colocada na conclusão da referida obra quando reflete a conexão cidade e campo com a construção do capitalismo.

Assim, concordo ver a cidade como representação do capitalismo, tal como muitos estão fazendo agora, desde que possa afirmar também que esse modo de produção teve origem especificamente na economia rural e lá produziu muitos dos efeitos característicos – aumento de produção; reorganização física de um mundo totalmente disponível; deslocamento de comunidades tradicionais; a formação de um resíduo humano que veio a se transformar numa força, o proletariado – que foram posteriormente encontrados, em diversas formas em cidades e colônias e em todo um sistema internacional (WILLIAMS, 2011, p. 476).

Todo esse meio ambiente, relatado por WILLIAMS (2011), contribui para responder indagações sobre qual meio ambiente a história ambiental trata em seus estudos e pesquisas (COLACIOS, 2017). Faz mais, pois consegue incorporar sob o conceito de meio ambiente todas as esferas relacionadas a espaço e tempo. Ou seja, todas as matrizes relacionadas ao meio ambiente, sendo elas: “matriz ecológica, matriz socioambiental e a matriz geográfica”. (COLACIOS, 2017).

Colacios (2017) destrincha, de forma eficiente, as fragmentações e apresenta as questões, dúvidas e desentendimentos relacionados à pesquisa em História Ambiental, sintetizando a questão assim:

Em geral, o entendimento promovido pelos historiadores ambientais mantém a distância entre sociedade e natureza, meio ambiente e ser humano. Seriam dois elementos deslocados que interagem, mas não são reconhecidos como uma mesma entidade (COLACIOS, 2017, p.20).

As inquietações de Colacios (2017) podem ser abrandadas pela concepção de uma cultura ambiental situada, ou extraída, do pensamento de Williams (2011), que situa o meio ambiente como um todo. Nesse sentido, meio ambiente se refere a concretude de todos os ambientes conectados a um sistema.

Essa concepção de cultura ambiental vislumbra o meio ambiente pelas aglutinações das partes. Essa totalidade significa que tudo está em conexão, ou seja, é dialética porque funde as múltiplas determinações objetivas e subjetivas, passado e presente, antigo, moderno e contemporâneo.

Assim, formulado em sua totalidade, o conceito de Meio Ambiente supera as fragmentações funcionalistas e convenientes que se modificam como roupagens no tempo e espaço, fundindo-se na completude holística de um cenário chamado: consciência da existência.

Pádua (2010), em outros termos, coloca o objeto meio ambiente no sentido de amplitude, alegando que

A modernidade da questão ambiental – da ideia de que a relação com o ambiente natural coloca um problema radical e inescapável para a continuidade da vida humana – deve ser entendida em sentido amplo. Ela não está relacionada apenas com as consequências da grande transformação urbano-industrial que ganhou uma escala sem precedentes a partir dos séculos XIX e XX, mas também com uma série de outros processos macro-históricos que lhe são anteriores e que com ela se relacionam (dentro do jogo de continuidades e descontinuidades que caracteriza os processos históricos). É o caso da expansão colonial europeia e da incorporação de vastas regiões do planeta, uma grande variedade de territórios e ecossistemas, a uma economia-mundo sob sua dominância (PÁDUA, 2010, p. 83-84).

Tal amplitude é provocada por uma articulação de ações em constante movimento e transformação. O meio ambiente se insere na cultura contemporânea aglutinando as diversas ciências, procurando respostas, tentando sanar, amenizar, mitigar ou adaptar os transtornos representados pela crise climática, aquecimento global, pobreza e outras mazelas, buscando da mesma forma, através das interações dos sistemas sociais e dos sistemas naturais entender e superar os distúrbios decorrente da/na existência humana.

Considerações finais

A História como ciência reflete as agitações das ideias que afetam a sociedade. Nesse sentido ela está em movimento retratando as mudanças, afetando e sendo afetada por essas transformações.

Por este ângulo, emergiu, no cerne da História Contemporânea, a História Ambiental. Assim, a História Ambiental abraça as inclinações e conjecturas da sociedade global onde suas ações impactam a existência do ser humano, da fauna e da flora. Igualmente, as teorias e estudos, no âmbito da economia, política pública, relações internacionais, direito e sociologia são envolvidas na concepção da garantia da existência das futuras gerações através do conceito de desenvolvimento sustentável, emprestando à História Ambiental a ideia de sustentabilidade.

A História Ambiental busca compreender as ações antropogênicas na História, desmitificando saberes e contribuindo para a fomentação da sociedade, chamando atenção para os limites do crescimento econômico, contínuo e excludente.

Para Rémond (1996):

A História, cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela da própria mudança. Existe, portanto, uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das ideias (RÉMOND, 1996, p. 13).

De fato, a cultura ambiental abrange a História Contemporânea no que tange o movimento das ideias no século XXI, podendo afirmar que faz parte de “modas intelectuais ou descobertas cuja sucessão desenha a história da disciplina” (RÉMOND. 1996, p. 13). Tais ideias são sínteses de acontecimentos pretéritos na História e desenvolvimento da humanidade.

Portanto, a cultura ambiental reflete no estudo da História Contemporânea enquanto transformação do espaço e as contradições e choques das ações humanas nesse espaço. Nesse sentido, o vivido é a síntese ou reflexo de choques dialéticos presentes que se movem do passado. Se move de outro tempo construindo tradições, costumes e práticas sociais.

Assim, os fatos contemporâneos são reflexos da História Moderna que, conseqüentemente, se entrelaça no período medieval e assim sucessivamente. Também a História Ambiental é contemporânea no sentido de ser o pensamento – sobre o passado, presente e futuro – e o evento em simultâneo diálogo. Ademais, representa o abraço da cultura ambiental pela História.

Mas, não só o tempo se faz conectado pela cultura ambiental na/pela história. Da mesma maneira, os espaços físicos, territórios, nações, estados, cidades e natureza são abraçadas nesse diálogo concomitante.

Este escrito, aqui apresentado, indica que o meio ambiente, a partir de um fato marcante – as grandes navegações – transformou de forma dramática a relação entre diversos povos, assim como o espaço também ganhou novos significados. Tais fatos reverberam no século XXI gerando demandas e desafios que precisam de soluções baseadas em uma cultura ambiental inovadora, convidando a pensar a história em sua totalidade, buscando examinar, de forma mais sistemática, através do estudo do espaço e do tempo, propostas alternativas sustentáveis no desenvolvimento da humanidade.

Referências

- BARROS, José D'Assunção Barros. Os campos da História: uma introdução às especialidades da História. Revista *Histedbr* On-line, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004.
- BARROS, José D'Assunção Barros. *Cidade e história*. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.
- COLACIOS, Roger Domenech. Os meios ambientes da história ambiental brasileira: pela abertura da caixa-preta. Revista *Hist. R.*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 6–22, mai./ago. 2017.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: EDIPRO, 2016.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e Natureza*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GILL, Stephen (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 21. ed. Revista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

LUCÁKS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. Revista estudos avançados Vol. 24 nº 68, São Paulo, 2010.

RÉMOND, René. Uma História presente. In: _____ (org.). *Por uma História política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, pp. 13-36

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

Recebido em 28/02/22 aceito para publicação em 10/06/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

História Pública e “*Games Studies*”: enfoques conceituais e metodológicos, e contribuições para a pesquisa histórica

Public History and “*Games Studies*”: Conceptual and methodological approaches, and contributions to historical research

Marcos Antonio Manoel Jr.¹

Cláudio de Sá Machado Jr.²

Resumo: Com o advento da comunicação de massas, potencializada pelas tecnologias de informação, por meio da internet e das mídias digitais, a forma de difusão da História se alterou, possibilitando a participação de novos agentes, especialistas ou não, por novos meios de divulgação. Uma das mídias que se utilizam de pressupostos da História é o videogame. A construção das narrativas lúdicas e interativas presentes nos jogos eletrônicos inscrevem-se como uma forma de entendimento das representações e do imaginário social, repercutindo no alcance e nas recepções de narrativas históricas por um público considerado leigo. No entanto, surge uma questão: quais são as audiências possíveis da História e como podemos analisá-las? Esse é um tópico que problematizo a partir da discussão de autores que se debruçam em estudar as diversas formas de difusão e recepção da História por meio do campo da História Pública.

Palavras-Chaves: Recepção; História Pública; Videogames; Mídias digitais.

Abstract: As a consequence of the advent of mass communication, powered by information technologies through the internet and Digital Media, the way for sharing history changed, introducing new agents, skilled or not, through new means of dissemination. One of most common new way of sharing History are Videogames. The construction of playful and interactive narratives present in electronic games is inscribed as a way of understanding representations and the social imaginary, impacting the reach and reception of historical narratives by a lay public. However, a question arises: what are the possible audiences of History and how can we analyze them? This is a topic that I problematize from the discussion of authors who focus on studying the different forms of diffusion and reception of History through the field of Public History.

Keyword: Reception; Public History; video games; digital media

O presente artigo problematiza alguns aspectos levantados após o debate teórico acerca do meu projeto de pesquisa de Mestrado, que está em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. A proposta inicial consiste em dar continuidade à análise de alguns

¹ Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2019), Especialista em História Cultural pelo Centro Universitário Claretiano (2020) e mestrando no Programa da Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. E-mail: marcos_antonio_manoel@hotmail.com

² Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Docente do Magistério Superior na Universidade Federal do Paraná. E-mail: claudiojunior@ufpr.br

resultados obtidos em minha pesquisa de monografia da graduação em História, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sobre do jogo eletrônico *Valiant Hearts: The Great War*, da desenvolvedora francesa *Ubisoft Montpellier*. O jogo foi lançado em junho de 2014 e desenvolvido como parte das comemorações do centenário do conflito, tendo como objetivo ser uma homenagem aos combatentes da Grande Guerra.

A escolha pelo jogo, em um primeiro momento, se deu pela temática abordada: a Primeira Guerra Mundial. Tema que, se comparado com sua sucessora, não possui muitas adaptações ou simulações em mídias interativas. Do ponto de vista comercial, a Primeira Guerra Mundial não vende tanto quanto a Segunda por não possuir um grande “antagonista” como Hitler. Os conflitos na frente ocidental, a partir do final de 1914, ainda foram travados em trincheiras, por longos períodos, e não tiveram uma participação muito grande dos Estados Unidos, embora decisiva nos anos finais da guerra (SONDHAUS, 2017). Nesse sentido, a existência de uma mídia interativa que aborda o tema, ficcional e intencionalmente criada como homenagem ao centenário do conflito, é algo que se destaca e que merece uma maior compreensão. Ao longo da pesquisa da monografia, alguns questionamentos surgiram a respeito das representações nacionalistas e um discurso exaltador da República Francesa, que aparecem em elementos que compõem os cenários, tais quais as bandeiras, com os dizeres: “*Liberté, égalité, fraternité*”, e o hino cívico *La Marseillaise*.

Cabe o destaque que os desenvolvedores utilizaram de arquivos de documentos fornecidos pela *Mission Centenaire* – grupo criado pelo governo francês para preparar as comemorações e resgatar a memória da Grande Guerra² – para dar o embasamento histórico e trazer a realidade da guerra em hipertextos que aparecem ao longo da *gameplay*. Essa aproximação com a realidade é proposital e foi pensada pelos desenvolvedores do game que queriam mostrar “a guerra como ela realmente foi”. Assim, a proposta do projeto tem como objetivo analisar as representações nacionalistas contidas no jogo *Valiant Hearts – The Great War* e compreender, a partir das fontes disponíveis, como o imaginário social e as representações atuam na produção de uma narrativa ficcional histórica.

Com o advento da comunicação de massas, potencializada pelas tecnologias de informação, por meio da internet e das mídias digitais, a forma de difusão da História se alterou, possibilitando a participação de novos agentes, especialistas ou não, por novos meios de divulgação. O videogame surge nesse contexto como uma das principais mídias transmissoras de representações históricas, por meio da construção das narrativas lúdicas e interativas presentes nos jogos, repercutindo no alcance e nas recepções de narrativas históricas por um público considerado leigo.

Assim, para este artigo, tomou-se como ponto de discussão uma abordagem sobre a receptividade dos jogos, ancorando-se nos debates acerca da História Pública. Helyom Vianna Telles (2016a, p. 167) destaca que: “um dos desafios da História Pública é, precisamente, a difusão do conhecimento histórico para múltiplas audiências”. Do mesmo modo, Jill Liddington (2011, p. 33-34) considera a “prática da História

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

Pública como sendo a apresentação popular do passado para um leque de audiências por meio de museus e patrimônios históricos, filmes e ficção histórica”. Mas surge uma questão: quais são as audiências da História e como podemos analisá-las? Esse é um tópico que pretendo problematizar a partir da discussão de alguns autores que se debruçam em estudar as diversas formas de transmissão e recepção da História. Assim, neste artigo, analiso a pertinência de uma discussão sobre a “receptividade dos jogos”, problematizando meios e formas em que os historiadores podem adquirir essas informações.

Em um primeiro momento, trataremos apontamentos iniciais acerca dos públicos e como podemos discutir a produção da História em espaços acadêmicos, de uma forma a situar o restante do debate. Acho pertinente essa discussão, tendo em vista que trabalhamos com uma fonte considerada nova, e que ainda sofre com preconceitos devido seu caráter lúdico, comercial e ficcional – visto muitas vezes como uma “brincadeira”. Assim, nessa seção, abordaremos algumas críticas que a historiografia sofre por não se atentar aos seus públicos e novas mídias de transmissão da História.

Na segunda seção trataremos a ideia de “História Pública Digital”, para abordarmos conceitos de “*game studies*” para então finalizarmos com um debate sucinto sobre algumas metodologias que se propõem analisar *games*, a saber de: Espen Aarseth (2011), Diogo Carvalho (2017) e Helyom Viana Telles (2019), assim como avaliar a possibilidade de um estudo de recepção pelo público baseadas nessas propostas.

Apontamentos iniciais e os públicos da História

“Qual foi a recepção do jogo?” – Essa pergunta aparece em quase todas as vezes que apresento resultados primários da pesquisa em eventos, como no último ENEIMAGEM³, da Universidade Estadual de Londrina, e também como pergunta na entrevista de seleção do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Entendo que, por se tratar de um produto comercial, a compreensão sobre como se deram as vendas e uma análise mais superficial sobre as críticas que o jogo sofreu sejam importantes. Porém, antes de buscar os sentidos das “recepções”, devemos problematizar o que vem sendo produzido pelos historiadores e, ainda, perguntar se os historiadores ainda detêm a autoridade sobre as produções sobre a História?

A historiadora Thais Nívia de Lima Fonseca (2012) discutiu em seu artigo *Mídias e divulgação do conhecimento histórico* a transformação na forma de produzir o conhecimento histórico e as suas diferentes formas de divulgação. Segundo a historiadora, desde o século XIX a forma mais comum de divulgação histórica produzida academicamente foram as revistas especializadas, geralmente ligadas às academias e

³ Evento científico que ocorreu de 10 a 28 de maio de 2021, na modalidade online, a partir da página <https://eneimagem2021.com>. Acesso em 19 jun. 2021.

institutos históricos. Contudo, “a maior parte dos trabalhos acadêmicos, muitas vezes escritos em linguagem dificilmente acessível aos leigos, jaziam nas bibliotecas das universidades, revelados somente aos olhos dos iniciados” (FONSECA, 2012, p. 130). Sendo a escola, por muito tempo e através dos livros didáticos, a principal divulgadora dos estudos acadêmicos para o público não universitário.

Do mesmo modo, Fernando Nicolazzi (2019), ao avaliar os *Regimes historiográficos, a recepção da História e a História Pública*, analisa que um dos grandes problemas da escrita da História, é ser voltada para os “pares”. Para o autor, já na própria noção de “operação historiográfica” de Michel de Certeau (1975), o discurso produzido pelos historiadores, devem ser voltados aos “verdadeiros leitores”.

Ou seja, para ele, se há uma prioridade do discurso histórico, manifestação clara das determinações do lugar que define a operação historiográfica, sobre cada obra em particular, cabe aos “pares” e “colegas” ocuparem o lugar de “verdadeiros destinatários” dessas obras e, com isso, desempenharem o papel de autoridade para proceder com a legitimação da obra: organizariam o que Certeau chama, com alguma ironia, de “policia” do trabalho, da qual depende a condição do discurso de “ser acreditado” (*être accrédité*). (NICOLAZZI, 2019, p. 213 – 214).

Desse modo, a produção historiográfica seria algo voltado apenas para o público autorizado, que se habilita, possuidor de credibilidade e que legitima o discurso construído. O autor questiona, então, qual seria o papel dos leitores sem as “credenciais de autoridade”:

Ocupariam apenas o lugar do suporte financeiro e moral da obra? Seriam tão somente consumidores em um mercado editorial motivado por certo fetichismo em relação ao passado ou meros incentivadores dessa forma de saber por considerá-la fundamental para a sociedade, sempre afeita a aprender com seu próprio passado? (NICOLAZZI, 2019, p. 214).

Assim, Certeau atribuiria ao leitor não acadêmico um papel de passividade, que ficaria apenas refém das estratégias discursivas do historiador: “seria como se o historiador fosse realmente bem-sucedido ao esconder os vestígios da sua operação e, com isso, deixasse o leitor diante do próprio passado narrado” (NICOLAZZI, 2019, p. 215).

Embora ainda exista um predomínio da escrita da História voltada para os pares acadêmicos, desde meados da década de 1980, alguns historiadores profissionais vêm buscando escritas de formas mais acessíveis, “e disponíveis para além das bibliotecas universitárias, nas livrarias de shoppings centers e de aeroportos” (FONSECA, 2012, p. 130). A historiografia da “Nova História” francesa buscou a produção de coleções voltadas a um público mais amplo, em livros como “A Idade Média explicada aos meus filhos”, de Jacques Le Goff, ou “A Revolução Francesa explicada à minha neta”, de Michel Vovelle. Assim como a coleção “História da vida privada”, organizada por Georges Duby e Philippe Ariès. Do

mesmo modo, temos hoje em dia no Brasil coleções como a “História da Gente Brasileira”, da historiadora Mary Del Priore, ou o livro “Brasil: uma biografia”, de Lilia Schwarcz e Heloísa Starling, como exemplos de livros voltados para o público não especializado, e com grande rigor acadêmico. Porém, do ponto de vista editorial brasileiro, ainda existe uma predominância de jornalistas e demais escritores “leigos” sobre a História do Brasil. E esse é o ponto central de análises do historiador Jurandir Malerba (2013, p. 27) no artigo *Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History*, na qual analisa “uma crescente demanda por história pelo público leigo nos últimos anos, demanda que vem sendo suprida por profissionais não treinados na academia”.

Malerba (2013, p. 31) avalia o crescimento da História Pública em diversas partes do mundo, sobretudo nos Estados Unidos, onde a prática já se tornou acadêmica e comum aos historiadores profissionais, e aborda os problemas enfrentados pela academia brasileira por se manter tímida “ao abrir mão da ocupação dos espaços públicos de debate para manter-se confinada nos circuitos fechados da academia”. Hoje há uma crescente demanda popular pelo passado, ao mesmo tempo em que a academia continua a se autopromover com uma “Nova História” não acadêmica. Isso cria, segundo o autor, uma série de implicações incontornáveis, uma vez que “o interesse pelo passado, ou, ao menos, suas formas populares de apresentação, atualmente nos cercam por todos os lados” (MALERBA, 2013, p. 32).

Hoje o passado significa “negócios” e, não menos importante, “poder”! Um segundo ponto que distingue o Brasil dos outros casos que vimos apresentando é que, lá em outros países onde se pratica e se discute o estatuto da *Public History*, historiadores acadêmicos, com formação universitária, compartilham o mesmo *common ground* dos produtores de versões populares da história. (MALERBA, 2013, p. 32).

O autor argumenta que os historiadores públicos estrangeiros que construíram seus espaços profissionais em áreas como: órgãos estatais ou privados, em diferentes mídias e canais virtuais, possuem formação e treinamento universitário profissional no tratamento dos princípios ou fundamentos da História como ciência. “Ora, isso não é o que se passa no Brasil, onde a perícia narrativa e as articulações mercadológica parecem ser suficientes para garantir a qualquer leigo o domínio do ofício” (MALERBA, 2013, p. 32). O historiador questiona a qualidade dessa história produzida por “leigos”, que segundo ele, são “ruins”, pois uma “história social, processual, interpretativa, estrutural, analítica, crítica, não chega ao grande público, e sim a história paroquial, episódica, factual, pitoresca, anedótica, biográfica das grandes batalhas, em rápidas narrativas dramáticas inflamadas” (MALERBA, 2013, p. 32). Ainda segundo o autor,

São dois tipos de histórias de qualidade duvidosa as produzidas com vistas ao grande público. Parte delas se resume a histórias triviais de família, coleções de objetos pessoais (selos, cartas, diários), biografias ornadas com as lembranças e preconceitos dos mais velhos. E, por outro lado, temos a velha história oitocentista de grandes fatos e personagens, a história *événementielle* que tanto combateu Lucien Febvre. (MALERBA, 2013, p. 33).

O ponto de análise do autor são as obras *best-sellers* que surgiram no final da década de 1990, que se aproveitaram de um “vácuo” das comemorações do quinto centenário do “descobrimento” do Brasil e outras efemérides como a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808. Destacando os livros dos jornalistas Eduardo Bueno, Laurentino Gomes e Leandro Narloch, o autor critica o modelo novelesco e satírico que os dois primeiros autores escrevem sobre a História do Brasil, com títulos engraçados, as obras se ancoram nas histórias de grandes nomes que são tratados como heróis ou vilões, aplicando juízo de valor emanações, sem oferecer críticas ou análises das estruturas da sociedade. Possuem uma narrativa conservadora, de forma linear, semelhante àquelas comuns aos estudos metódicos e positivistas do século XIX (MALERBA, 2013, p. 34-36), e destaca a estratégia de publicidade utilizada pelos autores ao se referirem negativamente aos historiadores acadêmicos:

Essa avaliação negativa da historiografia acadêmica, contudo, não se pode explicar senão por algum ardil ou estratégia de marketing, já que o próprio Bueno não faz pesquisa documental e escreve história ancorado, basicamente, na historiografia corrente e em cronistas de época. (MALERBA, 2013, p. 36).

Já sobre Narloch, o problema é ainda maior, como sabemos, pois o autor se baseia inteiramente em uma visão reacionária, retrógrada, eurocêntrica e preconceituosa sobre a História do Brasil. “A fórmula é a mesma: proposta “didática”, capítulos com nomes de personagens icônicos, anedotas e linguagem coloquial, destacando os tópicos mais “cabeludos” de cada personagem” (MALERBA, 2013, p. 39-40). Malerba destaca, ainda, que o próprio Narloch não esconde que a intenção com a obra *best-seller* “era de ganhar dinheiro”. Os “Guias Politicamente Incorretos da História”, inclusive, ganharam um programa no canal por assinatura *History Channel*, apresentado pelo *youtuber* Felipe Castanhari. O programa sofreu críticas por utilizar entrevistas de historiadores que não foram informados do teor “sensacionalista” do programa⁴. Recentemente, Castanhari passou a receber críticas em sua conta na rede social *Twitter* por erros e

⁴ FOLHA DE S. PAULO. Após dar entrevistas, historiadores criticam novo programa no History. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1929303-apos-dar-entrevistas-historiadores-criticam-novo-programa-no-history.shtml>. Acesso em: 28 de fev. de 2022.

simplificações em seus vídeos sobre alguns conceitos de História, entrando em conflito com historiadores e professores⁵.

Esse debate de Jurandir Malerba exemplifica um dos problemas da História Pública brasileira hoje, que concorre com publicações mercadológicas simplistas sobre a História. O texto possui um caráter “academicista” e até protecionista da área – o que é de se entender, tendo em vista o ano de publicação e os debates sobre a profissionalização do Historiador que ainda estavam em discussão⁶ – mas traz algumas provocações interessantes e colabora com a argumentação de que a História feita na academia se distanciou do público considerado “leigo”, embora o autor não discuta diretamente esse problema. Ele reconhece, contudo, que:

Em suma, qualquer um pode escrever história, o que não significa que toda história tenha o mesmo valor e qualidade. Há bons historiadores e historiadores ruins dentro e fora da academia, mas, aqui dentro, faz parte do ofício o processo permanente da metodização racional dos procedimentos e exposição dos argumentos e a crítica (das fontes, dos procedimentos de coleta e sistematização dessas fontes, de problematização temática e perspectivação teórica, de produção textual). (MALERBA, 2013, p. 44).

Do mesmo modo, salienta alguns pontos que os historiadores devem se atentar ao adentrarem no campo da História Pública: compreender as demandas sociais pela História, ao passo que devem entender que a história dita “popular” que é veiculada por diversas mídias não devem ser deixadas de lado, uma vez que “é imperiosa a necessidade de os historiadores acadêmicos assumirem a importância da dimensão pública de sua atividade, ultrapassando os muros da academia para cada vez mais tomar parte, como especialistas, nos debates de interesse público” (MALERBA, 2013, p. 43).

Em outro artigo, *Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital*, Malerba (2017) aborda os problemas acerca da produção do conhecimento histórico e a recepção do mesmo pelo público, na qual avalia que, com a quebra da autoridade dos historiadores acadêmicos sobre a produção do conhecimento na difusão das mídias digitais, o público consumidor da História não é mais um público “passivo”. No entanto, qual seria o público da História? “Os historiadores, leitores de nós mesmos, o internauta curioso do passado ou o leitor diletante, que seleciona seus livros de história com base na indicação das colunas dos mais vendidos dos cadernos de cultura?” (MALERBA, 2017, p. 137).

⁵ ECOA UOL. “Olá, meus queridos amigos!”. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/causadores-felipe-castanhari/>. Acesso em: 28 de fev. de 2022.

⁶ Somente em 18 de agosto de 2020 que o Senado Federal sancionou a lei 14.038 que regulamenta a profissão de Historiador. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/18/publicada-lei-que-regulamenta-a-profissao-de-historiador>. Acesso em: 28 de fev. de 2022.

Para responder essas questões, o autor faz um balanço sobre uma antiga “História das audiências”, em que para o autor nenhum historiador abordou de fato essa problemática. “Onde a antiga história dos livros estudava o que as pessoas liam, e a história do livro mais recente estuda como elas liam, nenhuma delas explorou realmente respostas intelectuais de massa à questão da leitura propriamente dita” (MALERBA, 2017, p. 138). Assim, o antigo problema já destacado de uma escrita para os pares, ou para um público “culto” volta à tona.

Para o autor, essas questões metodológicas da relação entre o historiador e seu público eram relevantes quando “consideramos que o meio – a mídia – que os ligava era exclusivamente – ou ao menos massivamente – o livro, quando o historiador era o profissional treinado na pesquisa crítica e documental e o leitor era o homem educado, o leigo letrado” (MALERBA, 2017, p. 141). E é nesse sentido que temos o surgimento da História Pública. Com a amplificação dos públicos, não apenas como “audiência” e consumidores da história, mas como “um público gerador de História” que se expandiram vertiginosamente com o surgimento das novas mídias.

As “mídias” que o autor se refere não são mais as chamadas “tradicionais”, como a imprensa escrita, o rádio, a televisão e o cinema, mas, sim, os meios advindos das novas tecnologias de comunicação, que são cada vez mais associadas a elas. “As novas gerações têm com elas uma familiaridade desconcertante, sobretudo a internet e as modalidades de recursos ou ferramentas que ela permite acessar” (FONSECA, 2012, p. 131).

História Pública Digital e os *games studies*

Os últimos 20 anos do século XX foram marcados por uma significativa mudança das tecnologias digitais da comunicação. Este processo foi caracterizado pela aceleração da globalização cultural, que ficou marcada por um “discurso de uma ordem liberal que saia vitoriosa da Guerra Fria após a queda do muro de Berlim, e expandida, naquele momento sem muitas barreiras” (AZEVEDO JR., 2017, p. 2), além de considerar um novo modelo de sociedade global, que passou a ser atrativo para muitos.

É possível defender a ideia de que as novas fontes, como as digitais, devem ser trabalhadas por historiadores, pois proporcionam um caráter multidisciplinar da História. Fábio Chang de Almeida (2011) em estudo que visava compreender o papel dos Historiadores e as fontes digitais, considera que o entendimento da internet como fonte primária de pesquisa é fundamental para aqueles que buscam estudar a História do Tempo Presente. Do mesmo modo, destaca que a “utilização das fontes digitais ainda sejam ínfimas, por não haver uma ampla discussão metodológica acerca do assunto” (ALMEIDA, 2011, p. 11).

Atualmente, parcelas do conhecimento humano, e qualquer forma de interação na *web*, estão inseridas no meio digital através de dados. Estes podem ser explorados por qualquer pessoa com acesso às diversas interfaces na *web*, uma vez que até mesmo se a pessoa não possuir redes sociais ou não se utiliza de softwares, “também possui dados ao navegar através de sites de notícia, por exemplo” (CARVALHO, 2017, p. 2). Através desses dados, gerados pelo usuário, é possível traçar um perfil de acessos, tais como locais de acesso, notícias acessadas, hábitos de pesquisa, entre outros, além de traçar um perfil dos mecanismos de buscas utilizados. “Ou seja, a produção de dados é da própria natureza do objeto digital, não é possível interagir em um ambiente digital sem reconhecer e fornecer dados” (CARVALHO, 2017, p. 2). Essa indústria digital que se formou redefiniu os meios pelos quais os sujeitos poderiam se inserir na coletividade social pela conectividade (AZEVEDO JR., 2017, p. 4). Gerou, desta forma, uma chamada “cultura digital”⁷, abrindo, assim novas possibilidades e perspectivas de análises por parte dos historiadores.

Esse aspecto é debatido por Robson Bello (2017, p. 220), que analisa as reflexões em torno do caráter digital e público da História, que passaram a crescer nos últimos anos de forma que essas novas mídias acabaram por ser reconhecidas por pesquisadores, tornando-se um novo objeto de estudo e conhecimento. O autor considera que as possibilidades de análise são imensas, porém, admite que “há um problema claro a ser respondido que é o próprio significado desses espaços e linguagens e o que eles dizem e podem dizer sobre o passado e nosso próprio tempo histórico”.

O *videogame*⁸ é um objeto que está inserido no ambiente digital e que pode ou não estar presente na *web*, uma vez que pode ser desenvolvido de maneira colaborativa e distribuído gratuitamente. Assim como pode ser criado por grandes empresas que “necessitam de sigilo, para lançar seus produtos com pioneirismo e inovação” (CARVALHO, 2017, p. 3). Essa industrialização de produtos audiovisuais e lúdicos causam grande impacto comercial e cultural, sobretudo entre os jovens. Nenhum outro meio de comunicação, mercadoria ou produto tecnológico, se apresenta como um porta-voz tão completo dessa globalização cultural como os jogos eletrônicos. Dessa forma, por meio do *videogame*, a indústria cultural transmite o passado em uma linguagem única que narra “uma história através de sua dimensão audiovisual, mas também de suas regras de jogo, estrutura de simulação programada, espaço negável e possibilidades de interatividade” (BELLO, 2017, p. 219).

⁷ Pierre Levy (1999, p. 17) chama de “cibercultura” o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

⁸ Não pretendemos neste ensaio debater a ontologia dos jogos eletrônicos, mas consideramos que o termo *videogame* pode ser utilizado tanto para designar um *software* como o equipamento ou console que executa as instruções programadas pelo *software* (TELLES; ALVES, 2015, p. 126). Os autores entendem o *videogame* como sendo um *software* desenhado para fins de entretenimento em uma ou mais plataformas (consoles, computador, smartphones etc.), de modo que jogar um *videogame* implica em interagir com esses softwares e/ou com outros jogadores por meio dele. (TELLES; ALVES, 2015, p. 126).

Esses jogos são denominados como *History Games*, que são jogos que trazem uma narrativa que resultam de “adaptações, montagens, restrições, seleções, generalizações e até mesmo criações espontâneas e falsificadas” (NEVES, ALVES, BASTOS, 2012, p. 192-193) e que não tem nenhuma relação com acontecimentos considerados “verdadeiros”. Desse modo, são simulacros de representações históricas inseridos na produção de mercadorias culturais da Indústria Cultural (MONTEIRO; BEZERRA, 2019, p. 15), que produz mercadorias em ritmos alucinantes, adicionando marcas empresariais que se transformaram em símbolos da modernidade. Juntamente com o patrocínio do capital privado, temos as propagandas, que reforçam o estigma de que nos “tornamos cada vez mais dependentes da televisão, nos endereços eletrônicos da web, no *e-commerce*, no cinema, no rádio, nos jogos eletrônicos e em todo lugar” (AZEVEDO JR., 2017, p. 4). Podemos tratar o fenômeno dos *videogames* como sendo uma “rica expressão cultural, que pode ser investigada à luz de diversas abordagens metodológicas, na medida em que os jogos estão no ciberespaço, na economia, no cotidiano e nas estratégias militares” (MONTEIRO, 2011, p. 2).

Assim, essa produção extensiva da História em produtos voltados ao público consumidor quebra com uma autoridade da produção de historiadores acadêmicos voltada apenas em artigos e textos acadêmicos, “as plataformas digitais subvertem as bases de produção e circulação das narrativas sobre o passado” (MALERBA, 2017, p. 142).

A história digital remodelou a documentação do historiador e os instrumentos usados para seu acesso, para armazená-la e tratá-la, sem que, todavia o uso crítico desses instrumentos – que não são assépticos na relação entre o historiador e as fontes digitais –, fossem devidamente questionados pelos historiadores, sobretudo em ambientes acadêmicos. (NOIRET, 2015, p. 29).

Malerba (2017, p. 142) discorre que ao tentar incorporar todo o potencial das novas tecnologias, a partir das velhas práticas de pesquisa histórica, “levou o questionamento de objetivos e métodos consolidados dentro do ofício, assim como das formas narrativas”. Do mesmo modo que Telles (2019, p. 61) aborda que “não se trata mais apenas da pesquisa sobre o digital, mas da adoção de métodos automatizados de análise dos artefatos tradicionais (livros, filmes) digitais (programas, publicações, jogos) e das realidades humanas a eles associados”. Essa já era uma das preocupações de Almeida (2011, p. 11), quando discorre que “para que os historiadores aceitem definitivamente os documentos digitais enquanto fontes primárias, é necessária a sistematização teórica e metodológica que vai pautar essa prática”.

Para Telles (2019), essa adoção de métodos digitais, são respostas da comunidade científica “em face de atual produção veloz e massiva de dados digitais e uma tentativa de apreender processo como vestígios das práticas dos mais diversos usos da tecnologia digital”.

A apropriação do uso das tecnologias computacionais originou mudanças substanciais no modo como os cientistas interagem entre si e divulgam o conhecimento produzido, suscitando a criação de redes de pesquisadores e uso de redes sociais e plataformas digitais para a divulgação dos resultados das pesquisas. (TELLES, 2019, p. 62).

Assim, quando tratamos de *videogames*, temos a entrada do campo dos *Games Studies*, que se configura como uma área multidisciplinar, com a atuação de profissionais de diversas áreas “a exemplo de literatos, designers, programadores, historiadores, comunicólogos, sociólogos que partem, portanto, de interesses e perspectivas bastante distintas” (TELLES, 2019, p. 64), o que resulta de trabalhos com diferentes abordagens e métodos, muitas vezes oriundos dos próprios campos disciplinares dos pesquisadores. Isso possibilita o emprego de uma enorme gama de metodologias para a análise de jogos eletrônicos:

É possível fazer uso de abordagens qualitativas (etnometodologia, entrevistas), quantitativas (visualização dos dados do *gameplay*, estudo do impacto do *gameplay*, isolamento de aspectos audiovisuais) e ainda combinações de métodos quantitativos e qualitativos (a exemplo da combinação da etnografia com o escaneamento cerebral). (TELLES, 2019, p. 64).

Dentro do campo dos *games studies*, temos duas grandes áreas metodológicas de óticas bastante distintas: a Narratologia e a Ludologia. Para Emmanoel Martins Ferreira (2007, p. 1), os teóricos da narratologia, “o estudo da narrativa e seu universo digético exercem papel fundamental dentro de um game”, já os teóricos da ludologia “assumem que o teor narrativo dos games é fator menos importante, em detrimento às suas regras de funcionamento e modos de operação”. Para esses teóricos, os games devem ser entendidos exclusivamente como jogos – objetos lúdicos – e qualquer tentativa de se “narrativizar estes objetos seria afastá-los de sua essência”.

Porém, teóricos como Gonzalo Frasca, destacam a importância das duas linhas de pesquisa. Pois, além das regras de funcionamento e modos de opção, “os games podem sim trazer conteúdos narrativos, e em muitos casos seus usuários são convidados a participar da construção de uma narrativa interativa” (FERREIRA, 2007, p.2).

A junção das duas áreas é possível graças à chamada “convergência midiática”, na medida que os games contemporâneos, a partir da segunda metade da década de 1990, passaram a contar com uma profundidade nos seus enredos, possibilitada pela adoção de suportes cada vez mais sofisticados, utilizando de gráficos em 3D, além é claro da criação de softwares e processadores que permitiram “a criação de jogos baseados em narrativas próximas às do cinema e ambientados em cenários construídos a partir de eventos canonizados pela historiografia ocidental, com destaque para os jogos de guerra inspirados em eventos

históricos” (MONTEIRO; BEZERRA, 2019, p. 17). Além disso, como destaca Ferreira (2007), o teor narrativo dos games contemporâneos funcionam como peça-chave em sua estratégia de marketing, “servindo como atrativo especial para seu alcance junto ao público consumidor”.

Embora a convergência midiática permita que estudemos o caráter audiovisual, como sendo o sentido dos jogos, devemos entender que “o caráter interativo dos *games* é o que difere da narrativa clássica da linguagem cinematográfica” (CARVALHO, 2017, p. 7). A interatividade permite que o “jogador-usuário” explore os cenários e interaja com objetos históricos.

Obviamente, não se trata de objetos históricos propriamente ditos, e sim de imagens digitalizadas em 3D, criadas a partir de objetos reais, o que permite certa “simulação” ou “imersão” do *player* no ambiente histórico representado pelo jogo (MONTEIRO; BEZERRA, 2019, p. 17). Essa prática de interação é conhecida como *gameplay* e é através dessa interação que se torna possível a imersão.

O termo *gameplay* define todas as experiências de se jogar um *game* e a interação com os elementos gráficos, sonoros e motores do *videogame* causa uma imersão. [...] Um *videogame* se diferencia de outras mídias por dar o controle narrativo de personagens, e de ações ao expectador. Mas mesmo que todas as ações já sejam pré-formatadas no *game*, a combinação dessas escolhas torna cada *gameplay* única e pessoal. (CUSTÓDIO; AFIUNE, 2014, p. 2).

O indivíduo, quando joga, percebe-se como único naquela missão em que foi inserido. Os games permitem uma intensificação sensorial de determinadas vivências, tal qual em um “livro imaginado [...] e nesse caso, o leitor está dentro da imaginação, com o pleno desenvolvimento de sua individualidade” (MONTEIRO; BEZERRA, 2019, p. 20). As narrativas virtuais se tornaram cada vez mais complexas, exigindo do indivíduo uma participação de outra ordem, fazendo dele um coautor de determinada história. “E neste caso, são as ações do usuário dentro no jogo que resultarão na escrita de uma narrativa” (FERREIRA, 2007, p. 6).

Aqui podemos fazer um link buscando novamente a aérea da ludologia, com a publicação em 1997 da obra *Cybertext: Perspectives on Ergodic Literature*, por Espen Aarseth. “A crítica nela apresentada é a de que os estudos literários tradicionais baseados no códex eram insuficientes para dar conta da complexidade dos novos gêneros que se desenvolveram a partir da computação” (TELLES, 2019, p. 66). Para o autor, os textos ergódicos “são textos abertos edinâmicos onde o leitor deve realizar ações específicas para gerar uma sequência literária, que pode variar para cada leitura” (MURRAY, 2006, p. 4). O conceito apresenta a tese da existência de um novo tipo de textualidade, que se pauta na presença de elementos hipermidiáticos e hipertextuais, cuja realização apenas se dá através do recurso ao de uma certa quantidade de esforço físico para que o texto seja manipulado.

É uma leitura não linear que constrói o significado e a mensagem de acordo com o esforço, as decisões e a exploração do indivíduo. Ao promover a solidariedade entre a ação e a construção do significado, o cibertexto retira o leitor do papel de espectador – o observador impotente – e o reposiciona como atuante, como jogador. (TELLES, 2019, p. 67).

Desse modo, o texto deixa de ser um caminho previamente configurado, transformando-se em um mundo explorável. Trata-se de um texto que se apresenta como um mundo jogável e se constitui através da experiência da sua jogabilidade (TELLES, 2019, p. 67).

O debate sobre os *games studies* vão muito mais além do que conseguimos abranger neste artigo, devendo o pesquisador escolher a abordagem mais adequada ao seu interesse e à natureza do jogo a ser investigado. Desse modo, trataremos de uma proposta que aparece em muitos trabalhos que buscam estudar e analisar jogos digitais.

Avaliando propostas metodológicas

Para o desenvolvimento da minha pesquisa, tenho afinidade com a proposta metodológica desenvolvida pelo historiador Diogo Carvalho (2017), no artigo *História e videogames: contribuições de Espen Aarseth para o debate metodológico*, embasado em uma proposta de Aarseth (2011) que aponta três dimensões que caracterizam qualquer metodologia de jogo num ambiente virtual: jogabilidade (os jogadores, ações, estratégias e motivos); estrutura do *game* (regras do jogo, incluindo as regras de simulação); mundo do *game* (conteúdo ficcional, topologia, nível do *design* e texturas).

Define-se que as três categorias podem ser subdivididas, além de poderem ser utilizadas separadas ou em conjunto. Em cada dimensão pode-se ter enfoques de pesquisa variados: jogabilidade (sociológico, etnológico, psicológico); regras do jogo (*design* de jogos, negócios, direito, ciência da computação/IA); mundo do *game* (artes, estética, história, estudos culturais/mídias, economia). O autor “trabalha com a hipótese de que a atração por determinado *game* tem relação com o problema e o campo de estudo onde ele será analisado” (CARVALHO, 2017, p. 13). Desse modo, o campo da História pode ser trabalhado nos três níveis, uma vez que,

através da análise da jogabilidade os historiadores podem verificar costumes que estão presentes na sociedade, ou seja, a maneira pelo qual os *games* são desenvolvidos, os motivos e ações realizadas pelos jogadores também interessam aos historiadores. As regras do jogo podem revelar, dentre outras coisas, valores morais, distopias e utopias sociais, graus de desenvolvimento tecnológico e influência de vetores sociais na realização dos *games*. Para isso o historiador deve estudar a origem, e o contexto onde o *game* foi criado, ou seja, o

historiador deve problematizar e contextualizar a fonte, além de compará-la com outros documentos do período e tema estudados. (CARVALHO, 2017, p. 13).

Carvalho (2017) exemplifica em que sentido cada uma das categorias podem ser analisadas por historiadores:

Quadro 1 – História e *videogames*

Jogabilidade: estudos históricos sobre ludicidade, estudos históricos sobre comportamento, estudos históricos sobre táticas militares (em casos de jogos de simulação de guerra), estudos históricos sobre narrativas digitais, estudos históricos sobre a história da tecnologia etc.
Regras do jogo: estudos históricos sobre moral, estudos históricos sobre criminalidade, estudos históricos sobre gênero etc.
Mundo do <i>game</i>: estudos históricos sobre a história da arte, ideologia da estética, estudos históricos sobre patrimônio, estudos históricos sobre memória, estudos históricos sobre mídias, estudos históricos sobre cultura ou determinados recortes da história econômica, estudos históricos sobre estereótipos.

Fonte: Adaptação da proposta de Diogo Carvalho (2017, p. 14).

Aarseth (2011) propõe categorias generalizantes para as humanidades, com especificidades para a estética dos jogos; dentro disso, deverão ser feitas algumas adaptações e ajustes para facilitar a análise de processos históricos. Desse modo, Carvalho sugeriu uma adaptação do método de Aarseth, por meio da utilização da proposta de análise de estereótipos de filmes, feito por Johnni Langer (2004), expondo então, um roteiro metodológico e, em seguida, acrescenta algumas sugestões de modificações para a crítica a ser feita em *games*:

<p>1. Crítica Externa:</p> <p>Classificação do game (estratégia, RPG, multiplayer, primeira pessoa etc.); análise da plataforma (<i>smartphones</i>, PCs, consoles etc.); resgate da cronologia da obra (período de produção e lançamento, análise de episódios anteriores); verificar a influência de outra narrativa artística como quadrinhos, literatura, teatro, cinema; influência do Estado ou de outros agentes externos sobre os desenvolvedores do <i>game</i>; cronologia do desenvolvimento tecnológico: a tecnologia utilizada naquele game foi desenvolvida de que maneira?; análise dos custos de produção e das fontes de financiamento; análise e entrevista dos produtores, diretores e roteiristas; análise de elementos pré-lançamento, como: <i>teaser</i>, <i>trailers</i>, memes, <i>gifs</i> e outras expressões midiáticas sobre o <i>game</i>; perfil do usuário; influências de escolas historiográficas no enredo; estudo do <i>design</i>, regras e mecânica do jogo; entrevistar desenvolvedores; observação de outros jogadores.</p>
<p>2. Imersão no game:</p> <p>Jogar sozinho; jogar em modo <i>multiplayer</i>; jogar utilizando tutoriais; jogabilidade: análise do perfil dos jogadores, se o jogo é em primeira pessoa, tabuleiro etc., ações dos jogadores, estratégias que a jogabilidade impõe, motivações que levam o avatar ou avatares à tomada de decisões (jogadores, ações, estratégias e motivos); estrutura do game (análise das regras do jogo, incluindo as regras de simulação); mundo do <i>game</i> (análise do conteúdo ficcional, topologia, nível do <i>design</i>, texturas etc.).</p>
<p>3. Análise do conteúdo apreendido:</p> <p>Checagem dos dados coletados; análise comparativa entre o enredo do <i>game</i> e os processos históricos em que ele está inserido; análise comparativa entre os dados coletados através do game analisado com outras fontes de pesquisa; análise comparativa entre os dados coletados e a bibliografia sobre o tema da pesquisa.</p>

Fonte: Adaptação da proposta de Diogo Carvalho (2017, p. 16-17).

O roteiro proposto por Carvalho, embora muito bem elaborado e didático, ainda não é capaz de nos ajudar a responder de forma metodológica a principal dúvida exposta nas arguições: “Qual foi a recepção do jogo?”. Mesmo que exista nos itens 1 e 2 algumas atribuições a respeito, do “perfil do usuário” e “ações dos jogadores”, ainda correspondem mais à uma análise externa do próprio jogo e a percepção do pesquisador sobre a fonte⁹, do que uma visão de como outras pessoas receberam o jogo.

Avaliamos que uma abordagem que possa nos ajudar a responder esses questionamentos possa ser o campo que Telles (2019, p. 72) chamou de abordagem cultural ou antropológica dos jogos, uma vez que: “essa perspectiva confere menor importância ao suporte digital e se concentra em apreender elementos como consumo, recepção, construção de significados e espaços coletivos, práticas de rememoração e construção de identidades”. Esse campo é o que mais podemos encaixar dentro da noção de História Pública, visto que:

⁹ Entendemos e colaboramos com a concepção de Aarseth (2011) de que o pesquisador deve conhecer ter domínio sobre o jogo pesquisado, nosso questionamento é com relação apenas à visão do pesquisador sobre o objeto.

o estudo de História Pública está ligado a como adquirimos nosso senso de passado – por meio da memória e da paisagem, dos arquivos e da arqueologia (e por consequência, é claro, do modo como esses passados são apresentados publicamente). (LIDDINGTON, 2011, p. 34).

Assim, se analisarmos mais adiante a proposta de Aarseth, poderemos tirar algumas abordagens que nos ajudam a entender uma possível “recepção” do jogo. O autor propõe que “depois de dominarmos o jogo ou outros jogos do mesmo gênero, a observação imparcial e a realização de entrevistas a jogadores poderão ser bastante eficazes, chegando mesmo a apontar novas perspectivas que nos permitem transcender a experiência subjectivo {sic} do jogo” (AARSETH, 2011, p. 14), de modo que se questiona o ato de jogar, afinal, cada pessoa possui um objetivo ao jogar um jogo. “Um jornalista, a quem seja atribuída a tarefa de fazer a crítica de um jogo para uma audiência de massas, irá provavelmente perder menos tempo que um estudioso de jogos que esteja a dissecar cuidadosamente uma potencial obra-prima” (ARRSETH, 2011, p. 14). Esses são pontos chaves que Carvalho (2017) deixou de abordar, afinal, o próprio Aarseth se preocupa que o pesquisador deve também buscar o entendimento de outras pessoas sobre o jogo. Mas como podemos buscar entender e desenvolver uma pesquisa sobre a recepção do jogo por terceiros?

Ao discorrer sobre as formas que um pesquisador deve refletir sobre suas ações ao analisar um jogo, Aarseth aborda uma proposta de Richard Bartle (1996), que também foi utilizada por Telles (2019). Bartle (1996) classifica quatro categorias de jogadores, e como a interação entre eles podem influenciar a atmosfera social no jogo:

Os quatro tipos são os jogadores *sociais* (os que jogam para desfrutar da companhia de outros jogadores); os *matadores* (jogadores que adoram caçar e assediar os outros jogadores); os *conquistadores* (jogadores que gostam de vencer e triunfar); e os *exploradores* (jogadores que gostam de descobrir os segredos do jogo e a mecânica escondida, incluindo descobrir e explorar os erros de programação). (AARSETH, 2011, p. 15).

Aarseth (2011, p. 16) acrescenta mais uma categoria às quatro propostas por Bartle: os jogadores “batoeiros”¹⁰, que seriam os jogadores que utilizam de algum tipo de vantagem durante a *gameplay*, desde códigos e cheats que desbloqueiam alguma ação do jogo, ou que se utilizam de dicas para conseguir avançar ao longo de uma missão ou conseguir descobrir objetos colecionáveis que tenham alguma forma de ganho para o jogador. Aarseth, contudo, condena esses jogadores, pois para ele se utilizar de tais práticas a investigação pode perder sua excelência, “esse seria um compromisso ético, pois somente a prática do jogo

¹⁰ Podemos entender como os *cheaters* ou *hackers*.

pode revelar aspectos que lhe são específicos como experiência midiática” (TELLES, 2019, p. 68). “Onde está o respeito pelo jogo? E, mais importante ainda, como é que se mantém o prazer do jogointacto?”.

São questionamentos pertinentes, uma vez que devemos pensar o ato de jogar o jogo enquanto “fenômenos”, como aborda Telles (2019, p. 80):

Pensar o jogo enquanto fenômeno significa entender que não se trata do jogo como ele é, mas de como ele se apresenta a um dado jogador em função das escolhas operadas por este: se usou códigos de trapaça, se buscou auxílio externo em vídeos, sites ou até mesmo se contou com a presença física ou virtual de um jogador mais hábil ou experiente para passar de uma fase de grande dificuldade seja ela em estratégia ou desafios cinestésicos.

Contudo, devemos levar em consideração que essas dicas e formas de “trapaça” também devem ser objetos de investigação para pesquisadores dos *games* que visam estudar recepção, pois muitas vezes as dicas estão em vídeos de *gameplays* de outros jogadores ou presentes em revistas (considerando as físicas e as digitais) que trazem análises sobre os jogos. Assim, mesmo que quebre com um dos pressupostos dos jogos, que seria a “ética” de jogar, ainda são ações válidas de serem analisadas. Em minha análise sobre o *Valiant Hearts*, recorri ao *YouTube* para descobrir a localização dos itens colecionáveis faltantes. Tendo em vista que muitos ficavam em locais escondidos que, se levarmos em conta a continuidade da *gameplay* não eram locais de fácil exploração. E considerando que era a minha quarta vez jogando o jogo quando realizei a análise, não perdi a surpresa e o prazer do descobrimento.

Aarseth (2011) continua sua explanação e discorre acerca do “círculo hermenêutico de análise de jogos” destacando que o principal ponto de questionamento que um pesquisador de jogos deve fazer é: por que analisamos esse jogo? E ainda, como seria uma tipologia de análise de um jogo? Para o autor, existem dois tipos de categorias de análises: jogar e o não-jogar.

Considerando que já explanamos acima um roteiro de análise de jogos baseados no ato do pesquisador enquanto jogador, podemos apenas incluir uma 4ª categoria, que seria a análise do “não-jogo”, e claro, baseadas nela, encaixar subáreas relacionando com aquilo que queremos e buscamos entender como “recepção” do nosso objeto. Como exposto por Aarseth, dispomos de várias fontes para essa categoria de análise, como veremos a seguir:

Conhecimento prévio do gênero; Conhecimento prévio do sistema de jogo; Relatório de outros jogadores; Críticas; Truques e Dicas; Discussões; Observação de outros jogadores; Entrevista de jogadores; Documentação relacionada aos jogos; Relatórios de testes; e novamente a entrevista com os desenvolvedores dos jogos.
--

Fonte: Adaptação da proposta de Espen Aarseth (2011, p. 20).

Essa abordagem, combinada com nossa experiência de ter jogado o jogo pode render uma análise quase completa de um jogo. Para o autor, esse ciclo hermenêutico de análise do jogo deveria incluir ainda:

a comunidade de jogadores (o quadro de discussão do web site oficial da empresa, clubes de fãs online e outros grupos de utilizadores) e, se possível, a observação directa de outros a jogar, não apenas a leitura dos seus relatórios e debates. Uma vez que a maioria dos aspectos do jogo é não-verbal, a observação directa de estilos e técnicas de jogadores é preciosa, especialmente se já conhecermos o jogo com algum grau de intimidade. (AARSETH, 2011, p. 20).

A partir dessas considerações, cabe o pesquisador de jogos encaixar outros processos metodológicos para realizar sua análise. Além disso, Telles (2019), aborda a importância de produção e catalogação de documentos gerados no processo da pesquisa, e mesmo que não exista ainda uma forma de se referenciar uma passagem de jogo, “é preciso desenvolver os recursos e estratégias narrativas que nos permitam compartilhar a experiência do investigador com o jogo e com os acontecimentos que tiveram lugar nele” (TELLES, 2019, p. 81).

Considerações finais

Neste artigo problematizei algumas abordagens acerca da “recepção” da História pelos públicos possíveis. Por se tratar de uma proposta inicial, há ainda muito a se debruçar nesse quesito. Avaliamos que a História Pública no Brasil ainda caminha em direção ao entendimento de seus públicos, sendo muitas vezes protecionistas em um debate de que apenas historiadores acadêmicos produzem a História. Cenário que aos poucos vai mudando, principalmente com o surgimento das novas mídias, como os jogos eletrônicos.

Contudo, os historiadores ainda falham em avaliar a recepção das narrativas pelos seus públicos. Entendemos que por se tratar de objetos que fogem do escopo de uma avaliação “tradicional”, além de que é necessário o entendimento da mídia pelo pesquisador, esse ainda seja um problema secundário, mas que deve ser observado mais atentamente pelos pesquisadores.

Um dos grandes problemas encontrados, sobretudo em trabalhos que se dedicam a estudar *videogames*, é uma necessidade de justificar a escolha dos jogos e analisar o conteúdo de forma “acadêmica”, esquecendo que o público quando joga, está interessado no enredo, e em uma visão de imersão no conteúdo do jogo, que para eles se trata dessa “história verdadeira”. Telles (2016a), no seu estudo acerca da História Pública e jogos digitais, aborda justamente o olhar do pesquisador sobre o objeto e as implicações que o Historiador tem acerca das simulações digitais, e o entendimento sobre os logaritmos.

Porém, quando trazemos para uma análise da recepção pelo público, o quadro vira. Opróprio Telles (2016b) discorre acerca do conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachsem jogos digitais, e conclui justamente:

Também acredito que o investigador precisa olhar com interesse para o papel do grupo dos trabalhadores que atuam na produção de *videogames*, uma vez que esses passaram a desempenhar, ao lado de jornalistas e literatos, o importante papel de agentes de memória. (TELLES, 2016b, p. 58).

Ou seja, nós, enquanto historiadores que nos dedicamos a estudar a História pelo público, devemos levar em conta a noção de História que o público possui, e a própria visão doque aquele determinado público entende pela memória dos eventos. A Primeira Guerra Mundial, contexto abordado no jogo *Valiant Hearts*, é vista de formas diferentes para nós brasileiros, para franceses, alemães e ingleses, e isso implica na forma da recepção desse conteúdo. O título do jogo em francês remete à memória dos soldados desconhecidos, enquanto no Brasil o jogo é visto como “uma aula de História interativa” (SCHMIDT, 2014)

As propostas de análises, embora concisas devido ao espaço deste ensaio, podem trazer um direcionamento para uma futura abordagem das recepções. Reitero que é de suma importância o entendimento dos códigos e formatos dessas novas mídias. Mas também é necessário que em um estudo da recepção, o pesquisador tenha a percepção de que jogadores comuns não vão enxergar o jogo como uma mídia dotada de signos, mas sim como uma narrativa interativa, e vão ser de algum modo influenciados pelas representações da narrativa.

Referências

AARSETH, Espen J. O jogo da investigação: Abordagens metodológicas à análise de jogos. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, n. 4, 2011.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. **AEDOS** : Revista do corpo discente do PPG -História da UFRGS, Porto Alegre, v. 3, ed. 8, p. 09-30, Janeiro-Junho 2011. DOI ISSN 1984-

5634. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>. Acesso em: 6 nov. 2020.

AZEVEDO JR., Mariano. O pop não poupa a História: como os *videogames* interpretam o passado a serviço da globalização cultural. **Contemporâneos** – Revista de Artes e Humanidades, n. 15, 26 p., 2017.

BARTLE, Richard (1996): Hearts, clubs, diamonds, spades: players who suit muds. Disponível em: <http://mud.co.uk/richard/hcds.htm>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BELLO, R.; VASCONCELOS, J. O *videogame* como mídia de representação histórica. **Revista Observatório**, v. 3, n. 5, p. 216-250, 2017.

CARVALHO, Diogo. História e videogames: contribuições de Espen Aarseth para o debate metodológico. In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História** - contra os preconceitos: história e democracia.

CUSTÓDIO, José Antônio Loures; AFIUNE, Pepita de Souza. A imersão nos games e a possibilidade de representação histórica. In: **Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural**, Universidade de São Paulo, 2014.

FERREIRA, Emmanoel Martins. DA ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS: GAMES, NARRATIVA E INTERATIVIDADE. **Comunidades Virtuais**, Salvador, p. 01-13, 2007. Disponível em: http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/seminario-jogos/files/mod_seminary_submission/trabalho_215/trabalho.pdf. Acesso em: 14 mar. 2020.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Mídias e divulgação do conhecimento histórico. **Aedos**, v. 4, n. 11, p. 129-140, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/30643>. Acesso em: 08 jun. 2021.

LANGER, Johnni. Metodologia para análise de estereótipos em filmes históricos. **Revista História Hoje**, São Paulo, n. 5, 13 p., 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de Almeida; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre public history. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 7, n. 15, p. 27-50, 2014. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.15848/hh.v0i15.692>. Acesso em: 19 jun. 2021.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-06>. Acesso em: 19 jun. 2021.

MONTEIRO, Christiano Britto. *Videogames* como fonte de análise histórica. **O Olho da História**, n. 16, 15 p., 2011.

MONTEIRO, Christiano Britto; BEZERRA, Rafael Zamorano. *Games e história: monumentos digitais* in: ALVES, Lynn R. G.; TELLES, Helyom Viana; MATTA, Alfredo E. R. (organizadores). **Museus virtuais e jogos digitais: novas linguagens para o estudo da história**. Salvador: EDUFBA, 2019.

MURRAY, Janet. “From Game-Story to Cyberdrama” in WARDRIP-FRUIN, Noah & HARRIGAN, Pat. *First Person. New Media as Story, Performance, and Game*. Cambridge/Massachusetts, The MIT Press, 2006.

NEVES, Isa Beatriz da C.; ALVES, Lynn R.G; BASTOS, Abelmon de O. Jogos digitais e a História: desafios e possibilidades. **UNEB**: Salvador, 2012. 4 p. Disponível em: http://sbgames.org/sbgames2012/proceedings/papers/cultura/C_S17.pdf. Acesso em: 10 jun.2021.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje: Revista de História e Ensino**, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/525>. Acesso em: 08 jun. 2021.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, v. 11, n. 1, p. 28-51, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v11i1.797>. Acesso em 19 jun. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1-15, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SCHIMIDT, Emanuel. Review Valiant Hearts: The Great War (Materia, 30 jun. 2014). In: TechTudo. Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/review/valiant-hearts-great-war.html>. Acesso: 18 jun. 2021.

TELLES, Helyom Viana. Jogar e compartilhar: por uma descrição densa dos jogos eletrônicos baseados em simulações do passado in: ALVES, Lynn R. G.; TELLES, Helyom Viana; MATTA, Alfredo E. R. (org.). **Museus virtuais e jogos digitais: novas linguagens para o estudo da história**. Salvador: EDUFBA, 2019.

TELLES, Helyom Viana; ALVES, Lynn. Ensino de história e videogame: problematizando a avaliação de jogos baseados em representações do passado. In: ALVES, Lynn; COUTINHO, Isa de Jesus (org.). **Jogos digitais e aprendizagem: fundamentos para uma prática baseada em evidência**. Campinas: Papyrus, 2016, p. 125-146.

TELLES, Helyom Viana; ALVES, Lynn. Ensino de história e videogame: problematizando a avaliação de jogos baseados em representações do passado. In: ALVES, Lynn; COUTINHO, Isa de Jesus (org.). **Jogos digitais e aprendizagem: fundamentos para uma prática baseada em evidência**. Campinas: Papyrus, 2016, p. 125-146.

TELLES, Helyom Viana. Um Passado Jogável? Simulação Digital, Videogames e História Pública. **Revista Observatório**, v. 2, n. 2, p. 163, 2016a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p163>. Acesso em 19 jun. 2021.

VIANA-TELLES, H. Halbwachs no Holodeck: jogos eletrônicos e memória coletiva. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, n. 10, dez. 2016.

Recebido em 28/02/22 aceito para publicação em 10/06/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

História e Modernidade: reflexões sobre as relações entre o ensino de História e a BNCC para o sétimo ano do Ensino Fundamental

History and Modernity: reflections about relationship between the teaching of History and the BNCC for the seventh year of Elementary School

Laudênia Matias Alves de Souza¹

Resumo: Este trabalho se volta às implicações da Modernidade sobre a organização do ensino de História. Deste modo, prioriza uma leitura conceitual acerca de alguns aspectos básicos que envolvem o tema associada às reflexões sobre o processo de sistematização do conhecimento histórico. Neste sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é destacada por ser um documento formal e normativo que define e organiza o ensino do nível básico de educação, o que não deixa de estar diretamente ligado ao nível superior e à formação docente. O foco de análise é destinado ao sétimo do ano do Ensino Fundamental, tendo em vista que é neste momento da educação básica que há a introdução e desenvolvimento de temas concernentes à História Moderna. Busca-se, portanto, a partir deste artigo, incitar a reflexão crítica sobre a prática docente em História e suas relações com dispositivos de organização curricular.

Palavras-chave: História; Modernidade; BNCC.

Abstract: This paper accomplish an analyze about the implications of Modernity in the history teaching. Therefore, this paper prioritize a conceptual reading about a few basic aspects that surround the theme associating to reflections of systematization process in History knowledge. In this sense, the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) detaches itself as a formal and normative document, that systematize and organize the teaching of educational basic level, what is, in some level, correlated with college education and teachers development. This analyses focus in the seventh year of elementary school, realizing that in this moment of basic education there is an introduction and development of themes relationated to the Modern History. So, this paper seek to incite a critical reflection about the teaching practice and the affiliations with organizational devices of the school curriculum.

Keywords: History; Modernity; BNCC.

¹ Licenciada e Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora com experiência na Educação Básica (Ensino Fundamental; Médio e Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) da rede pública e produtora de material didático para professores e alunos do Ensino Médio. Pós-graduanda (*Lato Sensu*) em Docência, com ênfase na Educação Básica, pelo Instituto Federal de Minas Gerais.

Procuro palavras para iniciar esse texto e me vejo orbitando em profundas reflexões acerca de diferentes momentos que se impuseram sobre minha prática discente, que é contínua, permanente e inconclusiva, e docente, que é complexa e insistentemente incerta. Neste meio tempo, julgo-me por considerar que esta, talvez (e para alguns), não seja a forma mais conveniente e assertiva de começar um texto acadêmico. Ao mesmo tempo, acredito que as considerações que nós, cientistas e educadores, fazemos sobre a educação devem, sem muito esforço, exprimir, o quanto possível for, nossas sensações e anseios sobre como nos sentimos e atuamos em um sistema que é de um lado extremamente organizado e delimitado por níveis, etapas, modalidades, diretrizes e matrizes e, de outro, tão inacessível (em amplos sentidos) e inacabado.

Vejo-me, neste ínterim, tentada a destacar um ponto que é básico, e por isso mesmo fundamental, no desenvolvimento das práticas educativas: a responsabilidade profissional do professor. Claro que, ao falar da responsabilidade docente, embora seja óbvio, parece-me necessário acrescentar, especialmente neste contexto em que nós professores somos alvos de diferentes críticas ideológicas, que o sujeito *professor* não tem controle sobre diferentes fatores que envolvem a educação, em seu sentido mais sistemático e burocrático já que, na prática, observamos que nossa influência sobre aspectos administrativos da escola é bastante reduzida.

Deste modo, ao falar de responsabilidade, pelo menos no sentido que abrange este artigo, volto-me principalmente aos sentidos que envolvem nossa comunicação direta com os alunos e, por isso, a influência que podemos desempenhar sobre eles; nossa capacidade de construir relações dentro da atmosfera da sala de aula; o desenvolvimento de ações através do uso, criação e adaptação de recursos diversos e, claro, o conhecimento sobre o componente que ministramos. Neste viés, os cursos de licenciaturas, em suas diferentes estruturas curriculares, devem ser compreendidos apenas como um dos passos e, certamente, um dos primeiros, para o desenvolvimento da carreira docente, do contrário, encerra-se apenas em uma titulação. Como profissionais da educação, é inteiramente necessário que haja empenho no reconhecimento básico do ambiente que integramos e aqui se destacam, além dos sujeitos que participam do processo educativo, o corpo burocrático que direciona e limita este processo.

Daqui, advém a máxima proposta por Paulo Freire: “ensinar exige pesquisa”! O ensino precisa ser movimentado pela busca, pela curiosidade em conhecer, mas também em reconhecer, sob novas perspectivas, aquilo que se considera superado e compreendido. A intervenção que nós, profissionais da educação, empreendemos sobre a sociedade precisa ser resultado da curiosidade e da constatação, do interesse pela produção ética de conhecimento mesmo que isso abale nossas certezas e convicções.

Por isso, compreendo que a principal relevância deste trabalho, antes de propor definições a respeito da posição que *deve* ser adotada pelo profissional da educação em sentido amplo, e pelo professor de história restritivamente, ou dissecar em adjetivos as proposições da nossa Base Nacional Comum Curricular, é alertar todos aqueles que fazem parte do processo educativo nacional, em suas diferentes instâncias, sobre a necessidade de manter uma postura crítica e reflexiva em relação aos diferentes aparatos que norteiam suas práticas, inclusive sobre aqueles provenientes de sua produção direta.

É neste sentido, que os objetivos primários deste artigo são articulados: incitar reflexões e problematizações docentes mais amplas, através da devida compreensão das estritas relações que se desenvolvem entre ideias e conceitos, como o de Moderno e Modernidade, com os dispositivos que encaminham e delimitam as práticas e processos de ensino e aprendizagem.

Assim, o caminho de escrita aqui desenvolvido pode ser entendido em três momentos básicos que são distintos, mas, imediatamente, articulados: primeiro, destaca-se uma discussão acerca dos sentidos da Modernidade, que pode ser compreendida, no mínimo, em duas instâncias: como temporalidade histórica ou através de um sentido mais subjetivo que se volta às formas como os indivíduos se relacionam com o *mundo*. Essas incitações, entretanto, apresentam-se delimitadas por reflexões historiográficas que, aqui, realizam-se, basicamente, através de três autores: Reis (2006); Le Goff (1990) e Rodrigues (2003).

Partindo deste ponto, desenvolve-se, em um segundo momento, uma compreensão acerca dos impactos que o projeto moderno de conhecimento, formulado especialmente na Europa, teve, e tem, sobre as propostas educacionais. É nesse ensejo, que se abre espaço para a consideração acerca do ensino de história como caminho de acesso ao terceiro ponto de discussão que se volta à análise mais restrita da BNCC e suas relações com os objetos de conhecimento e habilidades indicadas para os estudos do sétimo ano do Ensino Fundamental, período letivo que tem na Modernidade seu principal arcabouço.

A modernidade: *breve*² panorama conceitual

A Modernidade, em suas facetas conceituais e de periodização, não raro é compreendida a partir do sentido imediato que seu próprio nome sugere: é uma história nova, um novo tempo ou, ainda, uma nova forma de lidar com o tempo e com a História. Para Reis (2006), este novo tempo inovou as percepções em relação à fé religiosa e aos poderes estabelecidos, demonstrando uma “afirmação da especificidade de

² É importante salientar que, neste trabalho, não há a intenção de realizar-se uma densa apuração teórica sobre o problema histórico, e historiográfico, do conceito de Modernidade. Para fazê-lo, certamente, seria necessário lançar mão de um arcabouço interpretativo e reflexivo que não cabe na discussão proposta como centralizadora deste texto.

valores diferenciados nas diversas esferas da vida social” (p.21), o que teria significado uma profunda fragmentação na cultura e consciência ocidentais.

Sugere-se, portanto, que a Modernidade viabilizou e mediou transformações, possivelmente epistemológicas, que providenciaram a adaptação de antigos hábitos, conceitos e estruturas sociais às necessidades emergentes: “Entre os séculos XIII e XVI, na Europa Ocidental, surgiu uma nova consciência do sentido histórico. O conceito de modernidade, com o qual se procura definir esse novo corte na identidade ocidental, revela a nova representação da temporalidade histórica, elaborada por esse novo sujeito histórico” (p. 22).

Contudo, para além das inclinações imediatas que o termo “modernidade” pode indicar, é preciso estarmos permanentemente atentos à própria ideia de “antigo” e “moderno” como algo diretamente vinculado à história do Ocidente, Le Goff (1990) alerta que:

A oposição antigo/moderno desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro: 'antigo' pode ser substituído por 'tradicional' e moderno, por 'recente' ou 'novo' e, em seguida, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatórias, pejorativas ou neutras (p. 167).

Assim, se considerarmos como justo que “a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado”, podemos buscar compreender, ou pelo menos incitar a busca pela compreensão, do que seria trazido por este sentimento de ruptura, e dois pontos fundamentais parecem acumular importantes questões: o racionalismo e a ideia de progresso. Então,

Discorrer sobre uma modernidade implica assumir que as sociedades organizam-se segundo elementos comuns durante um período, e que essa estrutura organizacional destoa de outras elaboradas em momentos históricos diferentes. É, portanto, pensar as sociedades em sua historicidade, mas é também afastar-se da apreensão das diferenças existentes, tanto entre as estruturas sociais, como dentro de uma única estrutura. Mais ainda, é suprimir a capacidade do indivíduo de elaborar e reelaborar a própria estrutura em que está inserido. Da mesma forma, o conceito de modernidade é diretamente associado ao ideal de homem civilizado ocidental, o que faz com que esse conceito esteja relacionado a unidades temporais e espaciais específicas (RODRIGUES, 2003, p. 373)³

É dentro desta especificidade que se insere nossa discussão. As mudanças decorrentes desta nova temporalidade se relacionam em causa e efeito. No século XVIII, a Europa se concentrou no pensamento filosófico universal, buscando formular direitos e sentidos que viabilizassem uma finalidade moral para a humanidade. Então, a fragmentação da identidade ocidental de que falávamos, reforçada pela contradição do

³ O artigo em questão compõe o livro *Modernidade e a ideia de História* (2003) referenciado ao final.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

homem moderno, começa a ser superada na medida em que a história da humanidade passa a buscar, novamente, um prisma de universalidade, não mais baseado em Deus ou na religião, mas sob o princípio da Razão (REIS, 2006, p.29).

Dialogando com diferentes perspectivas da Filosofia da História, Reis introduz, a partir de Hegel e Habermas, o conceito de subjetividade dentro da Modernidade caracterizado, neste ponto, pelo seu sentido mais óbvio: a relação do sujeito consigo mesmo. É neste caminho que intervêm o que seriam os quatro princípios que marcaram os tempos modernos: individualismo; direito à crítica; autonomia da ação e a filosofia idealista:

A cultura moderna se assenta na liberdade e na reflexão da subjetividade, que deve agir de acordo com a Razão, que, se ousar saber, saberá o que deve moralmente fazer. O que os homens devem fazer é a Razão que lhes responde e não a transcendência. O sujeito adentra em si mesmo, para se apreender do mundo especulativo, seguindo Descartes e Kant (p. 32).

Deste modo, a Modernidade, entendida como um período histórico ou como um modo de ser e pensar o *mundo*, é consensualmente explicada através de eventos específicos, que explanariam seu espírito: Reformas; Renascença; Iluminismo o que nos coloca diante de uma importante questão: a condição do historiador/homem moderno. Enquanto

os historiadores da Antiguidade pensavam fazer a história da humanidade. Os historiadores cristãos, os historiadores do Renascimento e do Iluminismo (não obstante reconhecessem a diversidade dos "costumes") pensavam estar fazendo a história do homem. Os historiadores modernos observam que a história é a ciência da evolução das sociedades humanas. Mas a evolução das ciências levou a pôr-se o problema de saber se não poderia existir uma história diferente daquela do homem (LE GOFF, 1990, p15).

O conceito de modernidade, estando absolutamente intrincado com o ideal de homem civilizado formulado pelo Ocidente, sustenta-se pelas ideias de razão, progresso e humanidade desenvolvidas pelas concepções iluministas (RODRIGUES, 2003, p. 379). Neste sentido, a busca pela cientificidade da história, aprofundada no século XIX, tentou romper com qualquer perspectiva metafísica, o que levou à necessidade prática de organizar os eventos históricos em uma narrativa. Aqui, perspectivas evolucionistas, que apresentam o Estado como o principal personagem de uma história que é, por natureza, política e que visa, deste modo, formular a consciência de uma época são fundamentais para alimentar

O olhar científico do século XIX [que] significou a radicalização da confiança no projeto moderno. As filosofias da história perderam seu caráter metafísico para se tornar a própria lógica, "científica", da dinâmica histórica real. E por isso continuam valendo como nunca! Elas se tornaram a "verdade" dos eventos. Com o seu apoio, agora considerado científico, o

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

historiador pode diferenciar povos inferiores e povos superiores, povos mais e menos livres, povos mais avançados e mais atrasados. Em relação a quê? Em relação à filosofia da história, moderna, que sustenta que a Razão governa o mundo em busca de autoconsciência e liberdade (REIS, 1990, p.39).

É daí que visualizamos, nas salas de aulas da Educação Básica e, possivelmente, nos centros de Educação Superior, certa tendência em entender a história e as sociedades humanas partindo de critérios hierarquizantes de desenvolvimento. A diferença entre a realidade histórica e a ciência histórica não necessariamente é considerada quando estamos diante de sistemas globais de explicação. Portanto, a ciência histórica moderna, vinculada a perspectivas políticas e filosóficas, reinventou e adequou o projeto moderno de expansão europeia às circunstâncias apresentadas pelo novo século e construiu determinações que são, ainda hoje, persistentes em nossa formação docente e organização curricular. O contexto brasileiro é ainda mais delicado, tendo em vista que

O ensino de História sempre esteve presente nas escolas elementares ou escolas primárias brasileiras, variando, no entanto, de importância no período que vai do século XIX ao atual. Inicialmente foi objeto de poucos estudos nas escolas encarregadas de alfabetizar, mas, à medida que se organizava e se ampliava esse nível de escolarização, a partir da década de 70 do século XIX, sua importância foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma “história nacional” e como instrumento pedagógico significativo na constituição de uma “identidade nacional”. Esse objetivo sempre permeou o ensino da História para os alunos de “primeiras letras” e ainda está presente na organização curricular do século XXI. Métodos e conteúdos foram sendo organizados e reelaborados a fim de atingir esse objetivo maior (BITTENCOURT, 2009, p.60).

Neste caminhar, acredito que já possamos refletir mais diretamente sobre alguns aspectos que envolvem a relação ensino-didática para que, a partir daí, possamos avançar a uma análise, pretensamente pormenorizada, de alguns aspectos concernentes à estrutura curricular proposta para o ensino de História Moderna pela nossa Base Nacional Comum Curricular.

Reflexões sobre o ensino de História

Se partirmos da compreensão que didática (*didaktite*) é a “arte de ensinar”, sendo responsável por dirigir a atividade educativa com a finalidade de torná-la o mais eficiente possível (HOAUISS, 2001, p.22), perceberemos que ela está diretamente vinculada ao ensino. Torna-se compreensível, portanto, que os métodos que envolvem a Didática, enquanto a ação de *ensinar*, sejam perpassados por influências diversas que se concentram tanto nas experiências individuais de cada sujeito, quanto na formulação de perspectivas científicas que norteiam as inferências filosóficas, psicológicas e sociológicas sobre a ação educativa.

Em meados do século XX, diante de uma reafirmação da pretensa neutralidade científica, o tecnicismo se impôs como indispensável para o desenvolvimento da educação e foi, neste contexto, que a didática foi delimitada por aquelas que são consideradas suas funções básicas e imediatas: coordenar; ensinar; instruir a prática docente através de planos, objetivos, técnicas e conteúdos que facilitem a plena transmissão de conhecimentos (PEREIRA [et al.], 2019). Vejamos que:

Para determinados educadores, franceses e ingleses, as disciplinas escolares decorrem das *ciências eruditas de referência*, dependentes da produção das universidades e demais instituições acadêmicas, e servem como instrumento de “vulgarização” do conhecimento produzido por um grupo de cientistas. [...] Essa abordagem considera a disciplina escolar dependente do conhecimento erudito ou científico, o qual, para chegar à escola e vulgarizar-se, necessita da didática, encarregada de realizar a “transposição”. Consequentemente, uma “boa” didática tem por objetivo fundamental evitar o distanciamento entre a produção científica e o que deve ser ensinado, além de criar instrumentos metodológicos para transpor o conhecimento científico para a escola da forma mais adequada possível (BITTENCOURT, 2009, p. 35-36).

Duas coisas se destacam nesta linha de pensamento: primeiro, a hierarquização e exclusividade do conhecimento, aqui entendido como algo restrito à academia e aos centros científicos e, por conseguinte, passível de ser produzido e compreendido apenas por aqueles que compõem esses ambientes; segundo, a didática reduzida a simples instrumento de transposição de conhecimentos àqueles que seriam incapazes de produzi-los. Nesse ponto, a questão que devemos sempre colocar é: minha prática docente se concentra em mim, no ato de treinar; ou no aluno? Quando estamos fixos em nossa condição de detentores de um conhecimento que precisa ser transmitido, reduzimos o processo educativo às nossas experiências e expectativas. De outro modo, quando transferimos este foco para os alunos, colocamo-nos em uma posição auxiliar, o que nos permite percebê-los plenamente e identificar seus interesses.

Diante dessa reflexão, cabe ao docente desenvolver pleno conhecimento acerca dos padrões que movimentam a educação e, além das teorias de aprendizagem, das perspectivas políticas e ideológicas que movimentam as instituições escolares, os currículos destacam-se por apresentarem, diretamente, o que se espera que seja *ensinado e aprendido*:

As propostas curriculares inserem-se em um momento importante da história do ensino de História, e cabe analisar com rigor metodológico os novos rumos projetados pelos currículos para se poder discernir o que efetivamente está em processo de mudanças e como atualmente ocorre a “seleção cultural” do conhecimento considerado essencial para os alunos. Há propostas de mudanças que precisam ser identificadas, mas devem-se verificar as “tradições escolares” que permanecem e as reinterpretações dadas a antigos conteúdos e métodos (Ibid, p. 99).

Aqui, atingimos um ponto central nos anseios que devem movimentar nossa capacidade crítica e pesquisadora: a atenção à redenção de termos, práticas e métodos que aparecem com novos nomes e, aparentemente, novas intenções, mas permanecem servindo a finalidades que não condizem com as demandas sociais atuais. Outrossim,

Os currículos escolares têm sido objeto de muitas análises que situam seu significado político e social, e essa dimensão precisa ser entendida para determinar o direcionamento da educação escolar e o papel que cada disciplina tende a desempenhar na configuração de um conhecimento próprio da sociedade contemporânea (Ibid, p. 101).

Um quesito que se insere de forma muito pertinente nesta observação é a relação intrínseca entre os movimentos de reformulação dos currículos e suas ligações com conjunturas mundiais, e Bittencourt observa justamente isto quando afirma que as discussões sobre o currículo realizadas no Brasil a partir dos anos 1990, decorrem de uma lógica externa de mercado que impõe à escola e à sociedade a compreensão e adequação de conceitos que, não necessariamente, estão de acordo com suas realidades.

É preciso apontar, porém, que para além destes problemas, as propostas curriculares atualmente têm apresentado algum êxito em propor uma centralização nas relações de ensino e aprendizagem, recusando uma tendência que se voltava meramente ao ensino. Neste limiar, busca-se valorizar a integração dos conhecimentos. Assim, os currículos são compostos não apenas por conteúdos restritivos, mas também, por valores, habilidades e competências.

Em História, não se entende como apreensão de conteúdo apenas a capacidade dos alunos em dominar informações e conceitos de determinado período histórico, mas também a capacidade das crianças e jovens em fazer comparações com outras épocas, usando, por exemplo, dados resultantes da habilidade de leitura de tabelas, gráficos e mapas ou de interpretações de textos. Os conteúdos escolares correspondem também às formas de apresentação de determinado saber escolar, as quais podem ser por escrito ou pela oralidade, via debates, atividades em grupo, apresentação de uma peça teatral, etc (Ibid, p. 106).

A definição de conteúdo, pois, é ampla e não se encerra na exposição dos temas que se pretende *ensinar-aprender*. Sem excluir o arcabouço político que está por trás de qualquer definição curricular, é imprescindível entender o que se espera da e na abordagem daquele currículo, que se processa tanto no sentido de uma definição formal e institucionalizada, quanto se constitui das interferências diretas dos sujeitos que promovem a ação educativa, a saber, professores e alunos. Neste momento da discussão, acredito já estarmos suficientemente dispostos para avançarmos a uma observação mais direta da BNCC.

Base Nacional Comum Curricular: aspectos gerais

A BNCC, que passou pela aprovação de duas versões (2017 – Ensino Fundamental; 2018 – Ensino Médio), foi produzida tendo como um dos principais objetivos e desafios providenciar a superação da fragmentação das políticas educacionais, algo que dentro da História da Educação Brasileira é pauta persistente. A resolução 02/2017, publicada pelo Conselho Nacional de Educação, instituiu o documento com caráter normativo e define as aprendizagens essenciais, as quais se expressam em *competências*.

Esse conjunto orgânico e progressivo de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores equivalem aos direitos e objetivos de aprendizagem que se impõem à capacidade do sujeito para resolver o que o documento nomeia de demandas da vida, cidadania e trabalho. É pertinente, portanto, compreendermos que as competências são, justamente, os conhecimentos que permitem a mobilização, articulação e integração das habilidades, atitudes e dos valores.

Nesse sentido, a BNCC está ancorada por dez competências gerais, que permeiam o desenvolvimento específico por etapa e áreas de conhecimento. De modo geral, podemos resumi-las em seus objetivos diretos: Valorização dos conhecimentos; desenvolvimento da curiosidade intelectual e científica; produção artística-cultural; comunicação diversificada; produção e utilização de tecnologias; autonomia e trabalho; argumentação séria baseada em fontes seguras; autoconhecimento e autocuidado; empatia e respeito e, por fim, ação coletiva ética e responsável.

No que concerne à organização curricular, compreende-se a necessidade de uma abordagem que seja transversal e, ao mesmo tempo, integradora, levando em conta a obrigatoriedade de alguns temas que envolvem o respeito ao idoso, o conhecimento dos direitos das crianças e adolescentes, a educação relativa ao trânsito, ao meio ambiente, à alimentação, aos direitos humanos e ao campo digital. Além disso, o documento especifica o que se espera para cada etapa da educação básica, delimitando Direitos de aprendizagem e Desenvolvimento e Áreas de Conhecimento.

De acordo com o interesse primário em que se concentra este artigo, avançaremos, em nossas considerações introdutórias, para as informações pertinentes ao Ensino Fundamental e, posteriormente, restringindo-as à área da História. Sabemos que o Ensino Fundamental, de duração de nove anos, é dividido em Anos Iniciais e Anos Finais assim, de acordo com a BNCC, cabe aos Anos Iniciais o desenvolvimento de uma prática pedagógica e curricular vinculada e articulada com a Educação Infantil, de modo a garantir uma progressiva sistematização das experiências adquiridas nesta etapa.

A estrutura do Ensino Fundamental é organizada através das Áreas de Conhecimento que têm, como principal finalidade, a comunicação entre os componentes curriculares através da preservação das especificidades dos diferentes saberes. Ao que nos interessa diretamente, a saber, a área de Ciências

Humanas, é entendida pela Base como capaz de contribuir “para que os alunos desenvolvam a cognição *in situ*, ou seja, sem prescindir da contextualização marcada pelas noções de tempo e espaço, conceitos fundamentais da área” (BNCC, 2017, p. 353).

Esses conceitos, espaço e tempo, são os principais pilares das Ciências Humanas, deixando outros, como o de *poder* e Estado, em posição secundária. São, por fim, os principais objetivos e responsabilidades da área:

estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais. Cabe, ainda, às Ciências Humanas cultivar a formação de alunos intelectualmente autônomos, com capacidade de articular categorias de pensamento histórico e geográfico em face de seu próprio tempo, percebendo as experiências humanas e refletindo sobre elas, com base na diversidade de pontos de vista (Ibid, p. 354).

Seguindo a lógica progressiva entre as etapas, Educação Infantil e Ensino Fundamental, reconhece-se que entre os Anos Iniciais e Finais deve, também, haver uma progressão na percepção crítica dos alunos: se nos Anos Iniciais a percepção dos alunos está mais voltada ao “eu” e às relações imediatas em que este se insere, nos Anos Finais já é possível desenvolver como aparato de reflexão crítico-social sobre os demais indivíduos, agora compreendidos como atores sociais que interferem em um mundo mais amplo e complexo.

Progressivamente, ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, o ensino favorece uma ampliação das perspectivas e, portanto, de variáveis, tanto do ponto de vista espacial quanto temporal. Isso permite aos alunos identificar, comparar e conhecer o mundo, os espaços e as paisagens com mais detalhes, complexidade e espírito crítico, criando condições adequadas para o conhecimento de outros lugares, sociedades e temporalidades históricas. Nessa fase, as noções de temporalidade, espacialidade e diversidade são abordadas em uma perspectiva mais complexa, que deve levar em conta a perspectiva dos direitos humanos (Ibid, p. 356).

Enfim, o documento apresenta sete competências gerais que norteiam o ensino-aprendizagem das Ciências Humanas, baseadas na compreensão das identidades; na análise do mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional; na identificação, comparação e explicação da intervenção do ser humano na natureza e na sociedade; na interpretação e expressão de sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas; na comparação de eventos ocorridos nos variados tempos e espaços; na construção de argumentos e na utilização das linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal.

Considerando que estamos suficientemente munidos de informações básicas sobre a BNCC, no próximo tópico passaremos para uma abordagem mais específica sobre o que é considerado essencial, pelo documento, para a área de História no Ensino Fundamental - Anos Finais, para que, a partir daí, possamos enfatizar uma análise sobre o que se coloca como imprescindível para a aprendizagem no sétimo ano, momento em que se introduz a ideia de Modernidade.

A história na BNCC

A necessidade da História para o Ensino Fundamental, concentra-se, de acordo com a Base, no diálogo que estabelece com o tempo presente. Nesse sentido, o que “interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais” (IBID, p.397).

Além de promover um debate em torno da produção da história enquanto uma ciência carregada de significados, o documento discorre sobre questões que envolvem os diferentes tipos e usos de fontes no trabalho do historiador e do docente. É neste sentido, que alguns métodos são valorizados para o ensino da História: a comparação; a contextualização; a interpretação e a análise; todos voltados para um objetivo primordial: o estímulo à autonomia do pensamento. Desse modo,

A busca de autonomia também exige reconhecimento das bases da epistemologia da História, a saber: a natureza compartilhada do sujeito e do objeto de conhecimento, o conceito de tempo histórico em seus diferentes ritmos e durações, a concepção de documento como suporte das relações sociais, as várias linguagens por meio das quais o ser humano se apropria do mundo. Enfim, percepções capazes de responder aos desafios da prática historiadora presente dentro e fora da sala de aula (Ibid, p. 400-401).

O conhecimento histórico está a serviço, portanto, de um pensamento amplificado sobre a sociedade, suas instituições, manifestações e sujeitos, ou seja, o ensino de história apresenta-se como uma ferramenta de discernimento sobre as experiências humanas e as sociedades, valorizando, com isso, uma postura crítica e ativa de docentes e discentes naquilo que o documento nomeia de “atitude historiadora”.

Assim, são sete as competências específicas que devem ser garantidas pelo currículo de história, resumidamente: 1. A compreensão dos acontecimentos históricos de modo a se posicionar e intervir na contemporaneidade; 2. Compreender o conceito de historicidade, sendo capaz de relacionar e problematizar acontecimentos e significados; 3. Lidar com a construção de conhecimento de forma ampla e questionadora; 4. Verificar os diferentes posicionamentos e construir os seus próprios baseados em princípios éticos; 5.

Analisar e compreender o fluxo de populações e mercadorias; 6. Compreender e problematizar conceitos e metodologias da produção historiográfica; 7. Produzir e manipular diferentes ferramentas tecnológicas.

Especialmente para o processo de ensino-aprendizagem da história nos Anos Finais, que nos interessa mais diretamente, a BNCC privilegia três procedimentos básicos: 1. Identificar eventos considerados importantes na história do Ocidente, ordenando-os cronologicamente e localizando-os no espaço geográfico; 2. Selecionar, compreender e refletir sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos, a partir da elaboração de críticas às formas consolidadas, utilizando, para isso, diferentes linguagens; 3. Reconhecer e interpretar de diferentes maneiras um mesmo fenômeno, avaliando os argumentos crítica e autonomamente.

Visto que já realizamos uma apurada leitura dos principais sentidos e objetivos que a BNCC articula para o processo de ensino-aprendizagem de história, podemos, já aqui, interpor uma leitura mais objetiva em torno do que se apresenta como unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades definidas para o sétimo ano, no qual “as conexões entre Europa, América e África são ampliadas. São debatidos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais ocorridos a partir do final do século XV até o final do século XVIII” (Ibid, p. 418).

A modernidade no sétimo ano do ensino fundamental: objetos de conhecimento e habilidades indicadas

Os conteúdos básicos que, normalmente, são diretamente atrelados à modernidade ocidental, são inseridos no currículo comum de História a partir do sétimo ano do Ensino Fundamental. Desse modo, destacam-se as mudanças na mentalidade e nas percepções científicas através de eventos como a Renascença e o Iluminismo; assim como, as alterações na ordem econômica decorrentes da expansão marítima e do desenvolvimento mercantil; além das transformações nas relações entre Igreja-homem-Estado, atreladas às Reformas e à formação e fortalecimento dos Estados Nacionais.

Percebe-se, deste modo, que o destaque que a Modernidade acumula está concentrado no sentido de transformações históricas. A suposta ruptura entre o velho e novo ganha destaque nesse viés e se apresenta em forma de objeto de conhecimento: “A ideia de ‘Novo Mundo’ ante o Mundo Antigo: permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno” (p. 422). O sétimo ano parece ter como principal objetivo a rápida introdução dos alunos no amplo espectro da modernidade, conceitualmente falando, e no emergente Mundo Moderno, e todas as mudanças, cisões, rupturas, transformações e conquistas que ele providenciou e que serão desenvolvidas até o final desta etapa da educação básica.

Basicamente, o currículo está centrado nos acontecimentos que são relevantes para uma história europeia e, não coincidentemente, ocidental. O foco está nos acontecimentos, sejam eles atrelados à uma lógica filosófica, geográfica, econômica ou diretamente política: Humanismos; Renascimento; *Novo mundo*; organização colonial; Mercantilismo e Capitalismo.

O sentido conceitual da Modernidade, para o estudo da História, aparece de forma introdutória. Enfatiza-se, de outro modo, a visão que o humanismo constrói do homem, o renascimento cultural e científico, as crises da cristandade, as descobertas científicas e a expansão territorial europeia, os Estados Nacionais, a conquista da América e as relações desenvolvidas entre colonizador e colonizado, a escravidão moderna e o capitalismo. As histórias que envolvem a África e as sociedades ameríndias são, no geral, atreladas ao viés moderno europeu, aparecendo em alguns momentos, como objetos de conhecimento, o interesse em torno dos saberes dos povos africanos e pré-colombianos, ou o que é nomeado como “lógicas internas das sociedades africanas” e as formas de organização das sociedades ameríndias.

Diante desses objetos de conhecimentos, é relevante buscarmos refletir, mesmo que de forma mais sutil, sobre as habilidades⁴ que são eleitas para o desenvolvimento dos alunos. Considero que seja viável que tenhamos como ponto de partida os verbos colocados pelo documento, já que, a partir deles, podemos vislumbrar quais os objetivos específicos que cada habilidade delinea. São sete: explicar; identificar; comparar; descrever; analisar; caracterizar e discutir, sendo “identificar” o que mais se repete. Obviamente, não tenho o interesse de interpor uma problematização baseada apenas na colocação verbal, fazê-la de forma imediata e isolada seria, no mínimo, insensato, porém, considero que a ausência de verbos que incitem a problematização e o questionamento frente a temas tão relevantes seja, em algum nível, revelador de interesses.

Os principais objetivos presentes nas habilidades consistem na capacidade de identificação, indicação e explicação dos alunos: “Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia”; “Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus”; “Identificar as principais características dos Humanismos e dos Renascimentos”; “Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América”.

Após um longo processo de identificação, recorre-se à descrição de algumas questões: “Descrever os processos de formação e consolidação das monarquias e suas principais características”; “Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências”.

⁴ Para uma leitura mais específica das habilidades é preciso recorrer ao documento na íntegra. Aqui, apresento alguns pontos específicos que convergem com a discussão proposta.

A análise, enquanto um método de estudo, é considerada, especialmente, naquilo que concerne às implicações diretas no processo de colonização da América e, mais diretamente, do Brasil: Busca-se, portanto, “Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência”; assim como as “diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial” e “a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa”.

Além das questões explicitamente apresentadas aqui, a Base indica outras que têm o mesmo destaque no documento, como a discussão sobre o conceito de escravidão moderna e a descrição das dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas. Assim, embora não seja exequível propor uma definição restritiva acerca do processo de organização do estudo da História Moderna e da Modernidade neste trabalho, acredito que seja possível utilizá-lo como ponto de partida para uma discussão mais ampla e para análises futuras.

É certo que a organização conteudista isolada não é capaz de definir os resultados e, principalmente, o processo de ensino-aprendizagem a ser desenvolvido em sala de aula. Contudo, não se pode negligenciar os significados políticos e as implicações sociais que a determinação de conteúdos, mesmo que com outro nome, e de objetivos de aprendizagens ou de desenvolvimento de habilidades, têm na organização do ensino, especialmente quando todo o corpo burocrático composto por documentos, planos e materiais didáticos são, de modo direto, limitados pelas bases que determinam o que deve ser estudado em sala de aula.

Considerações finais

Chego aos momentos finais deste texto, com o desejo de utilizar, exatamente, as mesmas palavra que Sacristán (2013). Para ele,

[...] o currículo é algo evidente e que está aí, não importa como o denominamos. É aquilo que um aluno estuda. Por outro lado, quando começamos a desvelar suas origens, suas implicações e os agentes envolvidos, os aspectos que o currículo condiciona e aqueles por ele condicionados, damo-nos conta de que nesse conceito se cruzam muitas dimensões que envolvem dilemas e situações perante os quais somos obrigados a nos posicionar (p. 16).

Certamente, seria ingenuidade definir a BNCC como currículo quando, ela mesma, apresenta-se de modo distinto. A BNCC é um documento que define as aprendizagens essenciais e, como tal, orienta a formulação dos currículos escolares. Ao mesmo tempo, porém, funciona em conformidade com o nono artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), ao definir competências e diretrizes para a educação

infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que servem como norte para os currículos e seus conteúdos mínimos, assegurando, assim, uma formação básica comum.

Os modos como a Modernidade é inserida nos estudos da História na Educação Básica, através do Ensino Fundamental, porém, são reveladores das formas pragmáticas que envolvem a pedagogia das competências, o que pode ser facilmente notado a partir da análise das disposições das unidades temáticas e objetos de conhecimento, considerando suas ênfases sobre as *descobertas*, conhecimentos e domínios europeus, associadas às habilidades pretendidas que são baseadas, especialmente, nas capacidades de identificação e descrição.

O breve panorama conceitual que elaboramos no início deste texto, contudo, sinaliza o quanto a Modernidade, que é temporalidade, mas também percepção de si e do mundo, abrange uma complexa gama de sentidos e discussões que, a meu ver, parecem suprimidos pela Base Nacional Comum Curricular. A seleção de conteúdos, hoje objetos de conhecimento, não é definida aleatoriamente e tem, por si só, valores implícitos. O diálogo, aqui incitado, sobre o conhecimento escolar, deve ser pautado em questões políticas e sociais que permeiam todo o processo educacional. A questão que coloco, para início de conversa, retiro de Sacristán: “Que conteúdos são adequados e aceitos nessa escolaridade comum a uma base social tão heterogênea?”

Espero, portanto, que este artigo, que se converte em um ensaio analítico sobre alguns pressupostos que envolvem o ensino e o estudo de História na educação Básica, seja entendido como um ponto de partida para uma atuação mais reflexiva por todos nós que construímos a História educacional deste país, em diferentes contextos e lugares sociais.

Referências

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; TEIXEIRA, Rebeca. **Cultura política, historiografia e ensino de História**. 2ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2010.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

_____. **Lei nº 9.394**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

DONATELLI, Marisa; MENEZES, Edmilson. **Modernidade e a ideia de História**. Ilhéus, Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2003.

HOAUISS, A.; VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

MARQUES, Danilo A. **No fio da navalha**: historicidade, pós-modernidade e fim da história. (Dissertação de mestrado). UFMG, 2015.

PEREIRA, Adriana [et al.]. **Didática Geral**. UAB, NTE, UFSM, 2019.

REIS, José Carlos. **História & Teoria**: historiografia, modernidade, temporalidade e verdade. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. 1ª ed. Penso. Porto Alegre, 2013.

Recebido em 28/02/22 aceito para publicação em 10/06/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

Cultura, Identidade e Mídia Adventista

Culture, identity and adventist media

Luanna Fernanda da Cruz Bach¹

Resumo: O presente artigo discute os conceitos de cultura e identidade cultural para entender como a cultura da mídia interage com as religiões na contemporaneidade. Para isso, recorreremos a importantes autores dos estudos culturais e dos estudos de religiões, tais quais Stuart Hall, Raymond Williams, Gordon Mathews, Magali Cunha e David Morgan. Partindo dessas reflexões, fazemos uma análise da relação entre cultura, identidade e religião com foco na discussão sobre alimentação saudável na mídia impressa adventista – mais especificamente na revista Vida e Saúde. Nosso objetivo é entender o papel da alimentação no adventismo e como a mídia exerce um papel essencial na divulgação de um estilo de vida saudável, defendido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Palavras-chaves: cultura; religião; mídia impressa; alimentação; Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Abstract: This article discusses the concepts of culture and cultural identity to understand how media culture interacts with religions in contemporary times. For this, we turn to important authors of cultural studies and religion studies, such as Stuart Hall, Raymond Williams, Gordon Mathews, Magali Cunha and David Morgan. Based on these reflections, we analyze the relationship between culture, identity and religion with a focus on the discussion about healthy eating in the Adventist printed media – more specifically in the Vida e Saúde magazine. Our objective is to understand the role of food in Adventism and how the media plays an essential role in promoting a healthy lifestyle advocated by the Seventh-day Adventist Church.

Keywords: culture; religion; printed media; food; Seventh-day Adventist Church.

Neste artigo pretendo em um primeiro momento pensar cultura e identidade cultural com auxílio das reflexões de dois importantes autores: Gordon Mathews e Stuart Hall. Em um segundo momento analiso a cultura da mídia e sua relação com os estudos de religiões, recorrendo aos trabalhos de Douglas Kellner, Magali Cunha e David Morgan. Por fim, proponho uma discussão sobre a relação entre cultura, identidade e mídia, com enfoque no meu objeto de pesquisa² – a alimentação adventista em *Vida e Saúde*.

Meus questionamentos norteadores serão: o que caracteriza e singulariza uma cultura e identidade propriamente adventista? Como a Igreja Adventista do Sétimo Dia orienta o estilo de vida de seus adeptos e

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES. E-mail: Lfcbach@gmail.com.

² Trata-se de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento sobre cultura alimentar adventista no Brasil, sob orientação da Prof^a Dr^a Karina Kosicki Bellotti.

qual o papel da mídia, especialmente impressa, nesse contexto? Quais as aberturas percebidas na mídia adventista à cultura da alimentação “secular”? Como, por meio da mídia, os adventistas abordam a dimensão alimentar e propagam a mensagem adventista? À luz da bibliografia elencada, como podemos refletir sobre a relação entre mídia e religião partindo de uma reflexão crítica e multidimensional, para além da visão da mídia apenas como dominadora ou libertadora? Para pensarmos a cultura e a identidade adventista precisamos antes analisar o que se entende por cultura e identidade cultural.

Cultura e identidade: pensando o adventismo

Os significados e aplicações de “cultura” na contemporaneidade são os mais variados e, por esse motivo, diversos foram os autores que teorizaram sobre ela. Segundo Raymond Williams (2003), “cultura” era entendida inicialmente em associação à ideia de cultivo e natureza. Foi no século XVII, ao menos na língua inglesa, que o conceito passou por um processo de “metaforização” (idem, p. 87-88). No alemão e no francês, o conceito adere o sentido de civilização, civilidade, aquilo que é culto (idem, p. 90). Se o conceito começou a se modificar nos usos e sentidos a partir do século XVII, foi no século XIX que, segundo Williams, começou a se falar de cultura como uma coisa em si. De todo modo, como observa o autor, o termo é de difícil definição, variável em cada idioma, sendo utilizado em várias disciplinas intelectuais importantes e em diversos sistemas de pensamentos distintos entre si. Na tentativa de sistematizar e elencar seus principais usos e entendendo que cultura é uma relação entre o material e o simbólico, Williams aponta três categorias gerais de uso:

(i) el sustantivo independiente y abstracto que designa un proceso general de desarrollo intelectual, espiritual y estético, a partir del S18; (ii) el sustantivo independiente, ya se lo utilice de manera general o específica, que indica un modo de vida determinado, de un pueblo, un período, un grupo o la humanidad en general [...] (iii) el sustantivo independiente y abstracto que describe las obras y prácticas de la actividad intelectual y especialmente artística (idem, p. 91).

Pensando em nosso objeto de pesquisa, consideramos seu sentido mais recente que foi apontado pelo teórico: cultura como “todo un modo de vida material, intelectual y espiritual” (WILLIAMS, 2001, p. 15). Ainda assim, entendemos que *cultura* não se limita apenas a esse sentido. Autores como Gordon Mathews demonstram em seus estudos que a definição “modo de vida de um povo” utilizada por muitos antropólogos é insuficiente para compreender a real dimensão da cultura em nossas vidas e num mundo cada vez mais globalizado.

O argumento de Mathews é que, ainda que a tradicional definição antropológica de cultura como “modo de vida de um povo” seja relevante, ela deve ser trabalhada em conjunto com uma definição mais atual, a qual o autor sugere ser “as informações e identidades disponíveis no supermercado cultural global” (MATHEWS, 2002, p. 15). Com isso, ele propõe que no mundo globalizado o que forma a cultura não são apenas as práticas, hábitos, costumes de um povo expresso na figura de uma nação, mas também aquilo que se formula a partir do que se encontra disponível em circulação no supermercado cultural. Com efeito, as identidades culturais seriam o encontro das tensões de Estado e mercado, o que leva Mathews a se questionar: “até que ponto, de fato, a cultura determina o comportamento individual e até que ponto os indivíduos estão livres para usar a cultura para seus próprios objetivos?” (idem, p. 18). Em que medida essas escolhas são realmente “livres” ou estão condicionadas a determinados valores?

Tal como argumenta Mathews, os Estados nacionais continuam configurando uma força protagonista no processo de formação de identidades e de moldagem do “modo de vida de um povo” nas últimas décadas. Ainda que movimentos como o etnicismo venham contestando sua potência, os Estados continuam moldando culturalmente seus cidadãos por meio de mecanismos como a educação pública e dos meios de comunicação de massa (idem, p. 29). Em oposição à força da identidade nacional, temos as identidades do supermercado cultural global. Essas identidades estão pautadas, segundo Mathews, “em não pertencer a um lugar determinado” (idem, p. 32), afinal, o mercado dispõe de incontáveis informações e identidades possíveis à disposição de qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo. Usufruindo também da cultura midiática, o supermercado cultural global faz com que muitas identidades percam, aparentemente, seu aspecto “nacional”. Porém, aponta Mathews, “não há nenhuma sociedade no mundo hoje que escape do conflito entre Estado e mercado na moldagem do ‘modo de vida’ dos cidadãos” (idem, p. 35).

Da mesma forma que pensamos em sociedades de forma abrangente, podemos transportar esse argumento do autor para grupos específicos. Um consenso observado por Mathews em diversos antropólogos, tais quais Ruth Benedict e Clifford Geertz, é que em diversos grupos culturais distintos “há padrões discretos de cognição, valores e comportamentos que os membros de cada um desses grupos compartilham entre si em contraste com os membros de outros grupos” (idem, p. 19). O que nos leva a pensar nas motivações para o desenvolvimento de uma comunidade religiosa específica, uma “comunidade imaginada” (para emprestar o conceito de Benedict Anderson) por parte dos Adventistas do Sétimo Dia e a formação de uma identidade adventista que os diferenciam de outros grupos – religiosos e seculares – e trazem singularidade à sua existência.

O conceito de identidade cultural também já foi amplamente discutido pelos estudos culturais. Stuart Hall identifica um declínio das “velhas identidades” (associadas às grandes tradições e aos nacionalismos) e de um sujeito unificado e imutável. A crise das identidades é, em sua análise, parte de um amplo processo de

mudança nas estruturas sociais, que ocasionam mudanças nos próprios indivíduos e sua relação em sociedade. Ainda que as identidades culturais sejam entendidas como aquelas que “surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 2015, p. 09), essas identidades, para Hall, estão se tornando cada vez mais descentradas, deslocadas, fragmentadas. Segundo o autor, “um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e classe” (idem, p. 10), afinal, essas estruturas que forneciam “sólidas localizações” para os indivíduos estão desmoronando, sendo questionadas ou corrompidas pelas demandas da modernidade e pela emergência da globalização. Assim, na pós-modernidade, a identidade “plenamente unificada, completa, segura e coerente” (idem, p. 12) não existe, é insustentável.

Ainda que Gordon Mathews (2002) concorde que o processo de globalização interfere no modo como as pessoas interagem com a cultura e constroem suas próprias identidades, ele questiona o argumento de Hall de que as identidades culturais fixas não mais existem, ou que estão cada vez mais frágeis e temporárias. Em contrapartida, ele defende uma interpretação de identidade cultural a partir de sua leitura de Anthony Giddens: “um perene sentido que o eu tem de quem é, na medida em que está condicionado devido às suas contínuas interações com outras pessoas” (idem, p. 47). Desse modo, a identidade cultural diz respeito a “como o eu se concebe e se rotula” (idem), englobando dimensões pessoais como também coletivas. É tanto o sentido de como a pessoa se sente como indivíduo único, quanto “a quem uma pessoa sente-se ser em comum com outras” (idem).

Para Mathews, uma pessoa forja sua identidade cultural não apenas a partir do sentimento de pertença a uma determinada sociedade ou nação, mas também por meio de suas escolhas no supermercado cultural global. Entre as tensões ocasionadas pelo Estado e pelo mercado, Mathews argumenta que existem três níveis de formação cultural do eu: (1) aquilo que é aceito sem questionamento; (2) o nível do “não há como evitar”, também chamado pelo autor de *shikata ga nai*; (3) e o nível mais superficial que são as escolhas supostamente livres feitas no supermercado cultural global.

O primeiro nível, aquilo que aceitamos sem questionamento, reside em nosso inconsciente e é a formação “feita por uma determinada linguagem e conjunto de práticas sociais que nos condicionam quanto à maneira pela qual compreendemos o eu e o mundo” (idem, p. 39). Para Mathews, aproxima-se do conceito de *habitus* e Bourdieu; é aquilo que “não conseguimos compreender facilmente” e nos leva “a viver nossas vidas de certas maneiras e não de outras maneiras” (idem). Portanto, possui relação com nossos valores e senso de mundo; podemos considerar sua formação um fenômeno da longa duração. O segundo nível proposto por Mathews é o *shikata ga nai*: aquilo que fazemos e sobre o qual temos relativa consciência, mas não podemos evitar. Percebemos-nos executando tarefas, agindo de determinadas formas socialmente ou

falando de determinada forma pois essas são ações, de certo modo, conscientes, extrínsecas ao eu. São aquelas “pressões sociais e institucionais sobre o eu” (idem, p. 42) das quais não conseguimos resistir totalmente. O terceiro nível, que para Mathews é inteiramente consciente, mas não necessariamente livre, é o nível que envolve nossas escolhas no supermercado cultural global: “é o nível no qual os eus sentem que pegam e escolhem livremente as idéias pelas quais querem viver” (idem, p. 43). Contudo, o argumento central de Mathews acerca desse terceiro nível de formação cultural do eu é que essas escolhas não são completamente livres, nem isentas de influências dos outros níveis de formação. Pelo contrário, as pessoas interagem com o supermercado cultural global de acordo com sua classe, gênero, religião, etnia, nação, entre outros fatores.

Refletindo sobre os três níveis de formação cultural do eu propostos por Gordon Mathews, nos questionamos onde a religião estaria inserida? Se pensarmos nos sujeitos nascidos em uma determinada crença religiosa, certamente seu pertencimento estará condicionado à explicação de que “Deus escolheu este caminho para mim” (idem, p. 44). Mas nos limitando a pensar apenas na perspectiva ocidental, na qual o trânsito religioso é cada vez mais crescente, a identidade religiosa se mostra cada vez mais inserida no campo do supermercado cultural global. Uma pessoa recém-convertida ao adventismo, por exemplo, irá associar sua conversão e adesão à doutrina adventista com a escolha ou encontro do caminho certo dentro do supermercado cultural religioso.

Ao pensarmos a cultura adventista a partir das reflexões feitas até aqui, podemos percebê-la tanto como o modo de vida de um grupo, como também condicionada às escolhas dentro do supermercado cultural e material. Isso porque todas as dimensões da vida passam pelo relacionamento do sujeito com o mundo e com aquilo no qual se acredita. A alimentação saudável é, para muitos, uma livre escolha dentro do supermercado cultural e material global. Mas, na ótica adventista, está condicionada a algo além de uma simples opção nas prateleiras dos costumes. Ainda que seja uma escolha individual, o cuidado com o corpo, com a saúde e com a alimentação está condicionado à ideia de agradar a Deus e manter-se de acordo com os princípios religiosos.

As orientações sobre conduta alimentar adventista são, em sua maioria, acessadas pelos fiéis por meio da mídia impressa e digital, como a revista e portal Vida e Saúde, pelos livros de Ellen G. White e escritos outros autores adventistas. Mas temos que considerar que essas informações não são direcionadas somente à comunidade religiosa, mas a toda a sociedade, visto que a alimentação saudável é um interesse amplo e não apenas cristão. Por conta disso, no caso da revista Vida e Saúde, poucas são as referências à religiosidade e, ainda menos, à Igreja Adventista do Sétimo Dia. Desse modo, como veremos mais adiante, ela é o “cartão de visita” para as demais publicações adventistas.

A cultura da mídia e os estudos de religião

Inserida na dinâmica do supermercado cultural global está a cultura da mídia. Douglas Kellner adota uma interpretação de cultura semelhante à de Mathews. Para o autor, em seu sentido mais amplo, cultura diz respeito a uma “forma de atividade que implica alto grau de participação, na qual as pessoas criam sociedades e identidades. A cultura modela os indivíduos, evidenciando e cultivando suas potencialidades e capacidades de fala, ação e criatividade” (KELLNER, 2001, p. 11). A cultura da mídia, argumenta o teórico, é um fenômeno mais recente, que se faz presente na vida cotidiana das pessoas de forma onipresente, através do rádio, da televisão, das revistas e jornais, do cinema, da música e dos meios de comunicação de modo geral. Assim, a cultura da mídia se mostra uma importante fonte de informações sobre como as pessoas constroem suas identidades culturais, cada vez mais modeladas pelos meios de comunicação. Afinal,

Numa cultura contemporânea dominada pela mídia, os meios dominantes de informação e entretenimento são uma fonte profunda e muitas vezes não percebidas de pedagogia cultural: contribuem para nos ensinar como nos comportar e o que pensar e sentir, em que acreditar, o que temer e desejar - e o que não (idem, p. 10).

Uma vez que a mídia torna-se um dos principais meios pelos quais as pessoas forjam suas identidades, uma preocupação de Kellner é oferecer uma abordagem crítica ampla e multidimensional da cultura da mídia. Para o autor, grande parte das teorias elaboradas acerca das mídias são “unilaterais e cegas a importantes aspectos da questão” (idem, p. 12). Os trabalhos desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970 sobre os meios de comunicação, muito populares na academia, visualizavam a mídia dentro do espectro da manipulação e da dominação, partindo “do pressuposto de que os meios de comunicação constituem forças onipotentes de controle social que impõem uma ideologia dominante monolítica a suas vítimas” (idem). Esses trabalhos foram muito influenciados pela teoria desenvolvida por Theodor Adorno e Max Horkheimer sobre a indústria cultural ainda na década de 1950. Em resposta a esse modelo, segundo Kellner, teorias mais recentes têm apontado a capacidade do público em reagir a essas pressões da cultura da mídia e reagir à sua dominação, “criando seus próprios significados e usos e fortalecendo-se com a matéria-prima extraída de sua própria cultura” (idem).

Contudo, a cultura da mídia é muito mais complexa e multidimensional do que o binômio dominação-resistência. Para Kellner, “os textos da cultura da mídia não são simples veículos de uma ideologia dominante nem entretenimento puro e inocente” (idem, p. 13), mas sim produções que incorporam discursos sociais do meio no qual são elaboradas. Isso vale também para aqueles produzidos pelas

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

comunidades religiosas. Podemos afirmar que as religiões, assim como em outras dimensões da vida social e cultural, também são terrenos de disputa nos quais “produções culturais nascem e produzem efeitos em determinados contextos” (idem).

A crítica às interpretações superficiais da cultura da mídia já havia sido lançada pelos estudos culturais britânicos, estes que, na década de 1960, já rejeitavam “visões que atribuíam aos meios de comunicação um papel dominador e manipulador das massas” (BELLOTTI, 2018, p. 26). Essa discussão tem sido gradualmente incorporada aos estudos de mídia e religião, e Bellotti aponta que diversas interpretações podem ser feitas quando falamos em “mídia e religião”. Costuma-se pensar comumente em mídia religiosa como: “a mídia produzida por grupo religioso, ou indivíduo religioso com propósitos religiosos” (idem, p. 20). Pode também nos levar a pensar sobre as maneiras pelas quais os grupos religiosos “compreendem o papel da comunicação e de que forma se relacionam com sua produção e até seu controle” (idem). Aqui, assim como Bellotti, buscamos compreender como as religiões incorporam as mídias em suas práticas e discursos religiosos, ainda que, em alguns casos, os marcadores religiosos não se façam presente de forma tão nítida.

Uma importante referência brasileira nos estudos de mídia e religião é Magali Cunha. Lançando olhar ao cenário religioso latino-americano, Cunha percebe que as diversas manifestações culturais – entre elas a cultura da mídia – têm “inserido novas significações no modo de vida cristão” (CUNHA, 2009), e que estes cristãos, por sua vez, assimilam e processam essas interações a seu modo, de acordo com suas vivências. Essa matriz religiosa plural está, de forma crescente, produzindo suas expressões religiosas nos mais diversos canais de mídia. Os estudos sobre a cultura da mídia religiosa abrangem tanto a “mediação do religioso na comunicação midiática” (CUNHA, 2016), como também a transformação das próprias religiões por meio dessas mediações comunicacionais. Partindo desse entendimento sobre os estudos de mídia e religião, nas palavras de Cunha,

busca-se superar os estudos funcionalistas que predominaram dos anos 70 a 90 e procuravam analisar o ‘uso’ das mídias pelas igrejas. Estes estudos têm lugar relevante na compreensão dos processos de comunicação religiosa mas se esgotaram e não dão conta do sentido, do valor e do lugar da comunicação na prática dos grupos religiosos, nem das mudanças na natureza da comunicação religiosa que os meios produziam nas igrejas (Cunha, 2007 *apud*. 2016).

Desse modo, emprestando conceitos de Jesús Martín-Barbero (1995), o interesse é refletir sobre as *mediações comunicacionais da cultura* e os processos de *mediatização* das religiões. Entende-se que as religiões não apenas *utilizam* os mais diversos meios de comunicação a seu favor, mas que a incorporação

das mídias às dinâmicas religiosas transforma tanto as religiões quanto as próprias mídias. A relação entre mídia e religião mudou a forma como as religiões cultivam suas práticas e discursos, bem como mudou nossa visão sobre elas.

Cunha identifica que esse processo de mediação das religiões no caso brasileiro, tratando especialmente das cristãs, possui quatro aspectos: “(1) A emergência das igrejas midiáticas; (2) O acesso ao sagrado pelo mercado das mídias; (3) A consolidação da religião do espetáculo; (4) O advento da religião digital” (CUNHA, 2016). A primeira diz respeito às denominações que são caracterizadas pela incorporação dos meios de comunicação como o principal elemento de seu projeto pastoral. O segundo aspecto tem relação com a cultura do consumo e às demandas mercadológicas, tornando o público cristão um segmento de mercado. O terceiro relaciona-se ao campo do consumo e entretenimento e manifesta-se, por exemplo, no investimento em programas televisivos e na música *gospel*. O quarto e último aspecto pode ser considerado o fenômeno mais recente na relação mídia e religião, pois ele diz respeito à popularização da internet. Ela abarca desde as mídias institucionais até os blogs de fiéis sobre suas próprias interpretações doutrinárias e litúrgicas, passando por grupos cristãos nas redes sociais, aplicativos devocionais, portais de notícias, entre outros.

Ainda que, de acordo com Cunha (2016), “a farta possibilidade de que qualquer fiel, vinculado ou não a uma instituição cristã, gere informação e manifeste livremente ideias e opiniões” tenha relativizado tanto doutrinas quanto autoridades religiosas, as mídias digitais possibilitam novas articulações, sociabilidades e, até mesmo, o fortalecimento e aumento do alcance das mensagens religiosas. No caso da Igreja Adventista do Sétimo Dia, podemos observar um grande esforço em inserir-se nos mais diversos canais de mídias e redes sociais. Ainda que o caráter missionário dos meios de comunicação tenha sido identificado ainda no século XIX, a comunidade adventista não mediu esforços para se adaptar aos “novos tempos”. Da produção de folhetos e periódicos no início do movimento às redes sociais³ e portais de entretenimento⁴, do rádio aos podcasts e canais no YouTube, os adventistas se atualizaram dentro das mídias por conta das demandas de mercado do “mundo moderno”, ainda que o condenem em muitos aspectos. No adventismo, podemos visualizar de forma nítida como a cultura da mídia, nas palavras de Douglas Kellner,

³ Atualmente, a Igreja Adventista do Sétimo Dia está inserida em praticamente todas as principais redes sociais: Facebook, Instagram, Twitter e YouTube. Não encontrei informações sobre a presença institucional da IASD na rede Tik Tok. Alguns dos Ministérios da Igreja também possuem contas oficiais para dialogar com seu público específico, como é o caso do Ministério Jovem.

⁴ O Portal Feliz7play é uma iniciativa da Igreja Adventista do Sétimo Dia latino-americana que visa fornecer materiais de entretenimento “educativos e cristãos”. Seu conteúdo varia entre filmes, documentários, séries, vídeos educativos, “youtubers”, além de cultos ao vivo. Seu conteúdo é categorizado também se pautando pelo núcleo familiar: há conteúdo voltado para adultos, jovens, adolescentes e crianças. Para saber mais: <https://www.feliz7play.com/pt/>. Acesso em: 01/02/2021.

“molda a vida diária, influenciando o modo como as pessoas pensam e se comportam, como se vêem e vêem os outros e como constroem sua própria identidade” (KELLNER, 2001, p. 10).

O termo “influência” é defendido por diversos teóricos de mídia e religião, tal qual David Morgan. Em seu estudo sobre mídia impressa evangélica no século XIX estadunidense, ele analisou como ocorreu, por parte de protestantes e movimentos religiosos reformistas, o início do uso massivo de tratados, folhetos, cartilhas de cunho religioso, uma vez que estes grupos acreditavam que estes materiais eram “um meio poderoso de mudança efetiva” (MORGAN, 2014, p. 243) para aquele contexto de intensas transformações sociais no qual estavam inseridos. No entanto, por diversos fatores, não foram poucos os estudiosos que acreditavam que a mídia religiosa era unicamente um instrumento de persuasão, dominação e controle social. Na perspectiva de Morgan, a construção social de uma determinada realidade ou visão de mundo não passa apenas pela produção, mas, também, pela recepção: como as pessoas recebem, interpretam, ressignificam e transformam suas vidas a partir disso, contribuindo “para a construção social da realidade, embora frequentemente seus indícios sejam silenciosos ou invisíveis” (idem, p. 244). Desse modo, o autor defende a adoção do termo “influência” na relação entre mídia, religião e sociedade.

É interessante notar como a própria Igreja Adventista do Sétimo Dia se coloca como agente histórico e reconhece o papel das mídias em sua formação e transformação, não apenas *usando-as* para fins proselitistas. Desde meados do século XX, a IASD se dedica a organizar uma enciclopédia adventista, compilando as mais diversas informações sobre a denominação, sua história e atuação missionária. Recentemente, a denominação inaugurou uma versão virtual da Enciclopédia Adventista⁵, criando um vasto acervo de informações e fontes para futuras pesquisas. Outro rico acervo disponível em plataforma online pelos Adventistas do Sétimo Dia são os Arquivos Adventistas⁶, que dispõe para consulta em alta qualidade as edições de periódicos, cartilhas e folhetos publicados pela instituição desde o século XIX em diversas partes do mundo, além de dados estatísticos, imagens, livros, tratados e documentos oficiais.

No Brasil, a Casa Publicadora Brasileira têm feito o esforço de constituir um acervo digital dos periódicos publicados pela editora ao longo das suas mais de doze décadas de existência. As edições da Revista Adventista⁷ já encontram-se há alguns anos disponíveis na íntegra para consulta, o que possibilitou pesquisas acadêmicas⁸ sobre o periódico e trabalhos de fôlego como a tese de Rodrigo Follis⁹. Atualmente, a

⁵ A Enciclopédia Adventista digital foi lançada oficialmente em 1º de julho de 2020 e é fruto do trabalho de adventistas de diversas partes do mundo, incluindo o Brasil. ela possui mais de 2000 artigos, além de acervo fotográfico e de vídeo. Ela pode ser acessada por meio do link: <https://encyclopedia.adventist.org/>.

⁶ Disponível para consulta em: <https://www.adventistarchives.org/>.

⁷ Disponível para consulta em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>.

⁸ Meu próprio projeto de pesquisa de mestrado inicialmente apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da UFPR tinha como fonte primária a Revista Adventista. O acesso às edições só foi possível por conta da existência do acervo digital.

⁹ Defendida em 2017, a tese de Rodrigo Follis trabalhou com os conceitos de memória e transmissão religiosa por meio das mídias, tendo por fonte principal a Revista Adventista desde o início de sua publicação no Brasil, em 1906. Para saber mais: Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

CPB trabalha na formação de um acervo para consulta da revista Vida e Saúde¹⁰, periódico publicado desde 1939 e que é minha fonte de pesquisa no doutorado.

Adventismo, mídia e alimentação

Se pensarmos a cultura adventista na perspectiva do supermercado cultural e da cultura da mídia, podemos notar que há um esforço para adaptar-se às demandas de mercado por meio da mídia impressa e digital, sem abdicar de seus princípios e doutrinas. Um exemplo nítido é o campo da saúde. Desde o início da organização do movimento adventista enquanto denominação há a preocupação em promover um estilo de vida saudável, muito por conta de seu envolvimento com o movimento de Reforma da Saúde, também ocorrido nos oitocentos estadunidenses. O amplo “guarda-chuva” da mensagem da saúde adventista abarca os mais diversos aspectos da vida e são orientados pelos “oito remédios naturais”. Esses remédios foram inicialmente elencados por Ellen G. White em seus escritos e até hoje são considerados elementos-chave para a manutenção da vida saudável defendida pelos adventistas.

A primeira publicação adventista sobre saúde data de 1866; não por acaso, chamava-se *The Health Reformer*. Segundo Bellotti (no prelo, p. 05), tanto este primeiro periódico adventista quanto outras revistas contemporâneas a ele “aliaram-se a uma tendência conhecida da cultura norte-americana de promoção da saúde e da ciência, ligada a uma moral cristã de temperança, comedimento e autocontrole”. Um aspecto que Bellotti chama atenção em suas recentes pesquisas sobre saúde e adventismo é que ele é um tema de interesse geral, e não exclusivamente religioso, tampouco apenas adventista. Sendo assim, no caso de *The Health Reformer* e de outras publicações adventistas posteriores sobre saúde, é comum observarmos que “ainda que a defesa do cuidado como corpo e a preservação da saúde fossem feitas a partir de um ponto de vista religioso como dever moral, não traria a marca de uma denominação” (idem).

Podemos perceber essa falta de referências à denominação diretamente em nosso objeto de pesquisa, a revista Vida e Saúde. Inspirada na versão estadunidense *Life and Health*¹¹, Vida e Saúde começou a ser publicada no Brasil pela Casa Publicadora Brasileira em 1939. Anterior a ela, em 1914, houve a tentativa de uma publicação sobre saúde pelos adventistas chamada *Saúde e Vida*, mas por razões desconhecidas até o momento, a mesma foi descontinuada poucos meses depois de seu lançamento (BELLOTTI, 2020, p. 490).

SANTOS, Rodrigo Follis. Memória, mídia e transmissão religiosa: estudo de caso da Revista Adventista (1906-2010), 2017, 251 f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, Programa de Pós Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

¹⁰ Disponível para consulta em: <https://acervo.cpb.com.br/vs>. Até o momento, encontram-se disponíveis as edições publicadas entre 2007 e 2019.

¹¹ Atualmente *Vibrant Life*. Mais informações disponíveis no site da revista: <http://www.vibrantlife.com/>. Acesso em 02/02/2021.

Considerado o periódico sobre saúde mais longo publicado no Brasil, desde seu lançamento a revista *Vida e Saúde* esteve comprometida com a mensagem da saúde adventista e com a promoção dos “oito remédios naturais”. Isso se manifesta de forma bastante evidente na edição comemorativa dos 80 anos da revista, publicada em abril de 2019, e também na apresentação da revista disponível em seu site oficial:

Há 80 anos no Brasil, a revista *Vida e Saúde* divulga a ciência com foco na saúde preventiva. Tem como filosofia editorial os “oito remédios naturais” e promove a saúde por meio da reeducação dos hábitos. Além disso, alerta a sociedade quanto aos riscos da destruição do planeta¹².

Um tema que caminha juntamente à mensagem da saúde desde o início das publicações sobre o tema por parte dos adventistas é a alimentação saudável, considerada um dos “oito remédios naturais” defendidos pela denominação com base nos escritos de Ellen G. White. Atualmente em *Vida e Saúde* a alimentação é tema de três seções fixas (Alimentos, Receitas e Nutrição) e da coluna “Dicas do Chef”, além de ser tema frequente em outras seções como “Compare e Escolha” e nas matérias especiais de capa. Comprometidos sempre com a dieta vegetariana, os artigos publicados na revista muitas vezes oferecem soluções que conciliam os princípios adventistas às demandas “seculares”.

Um exemplo pode ser encontrado na edição de março de 2018: o culinária Ricardo Fioravanti¹³, responsável pela seção de Receitas e pelas “dicas do chef”, apresenta uma forma de consumo de *junk food* que respeita os princípios da alimentação saudável. Nessa edição, a seção Receitas vem acompanhada do questionamento de Fioravanti: “quem não tem vontade de comer um hambúrguer gostoso, um ketchup no ponto e uma maionese deliciosa?” (FIORAVANTI, 2018, p. 18). Para ele, nada impede que exista uma versão saudável da desejada *junk food*, feita em casa para “comer sem culpa” (idem). Por isso, o culinária ensina leitores e leitoras a preparar um “ketchup natural e sem açúcar”, um “vegan burger” e uma “maionese de soja” – tudo de acordo com a dieta adventista. Outras receitas e artigos sobre alimentação publicadas na revista nos últimos anos dão um indicativo dessa conciliação entre a alimentação e dietas “do mundo” e a alimentação saudável que inclui as diversas restrições adventistas¹⁴: drinks sem álcool, sucos “detox”, requeijão de mandioca, cocada de maracujá *light*, pão “gluten free”, brownie “fit” e superproteico e até mesmo uma matéria sobre PANC’s (Plantas Alimentícias Não Convencionais).

Além de dialogar com as dietas “do mundo” e nichos que têm ganhado destaque nas mídias seculares (como veganos, celíacos, intolerantes e alérgicos a leite, dietas *fitness*, *low carb*, entre outras), a

¹² Consultado em: <http://www.revistavidaesaude.com.br/>. Acesso em: 02/02/2021.

¹³ Ele também mantém um programa de rádio pela Rede Novo Tempo de Comunicação chamado “Todos à Mesa”. Disponível em: <https://www.novotempo.com/programa/todosamesa/>. Acesso em: 02/02/2021.

¹⁴ Como o não consumo de carne, álcool, café e outros produtos estimulantes.

denominação passou a investir em Vida e Saúde de modo a ampliá-la também às mídias digitais. Sob o nome Vida e Saúde, a Rede Novo Tempo de Comunicação – pertencente à Igreja Adventista do Sétimo Dia – também administra um site¹⁵, um blog¹⁶ e produz um programa de televisão que é disponibilizado para os espectadores em seu canal do YouTube. Nesse canal, encontram-se disponíveis também vídeos temáticos como “Corte Certo”, que visa ensinar às pessoas os diversos cortes de alimentos e facas apropriadas para cada preparo, além de uma seleção de vídeos sobre exercícios físicos e bem-estar.

No caso da mídia adventista, vemos um exercício de atualização, buscando dialogar com as novas demandas sociais, mas sem abdicar de seus princípios cristãos e adventistas; o que pode evidenciar, em muitos momentos, pontos contraditórios em seu discurso. A revista Vida e Saúde mantém sua defesa aos valores familiares de acordo com os princípios cristãos, mas deixa, por exemplo, de direcionar as receitas culinárias exclusivamente às mulheres, entendendo que a alimentação é uma tarefa coletiva e não intrínseca a um determinado gênero. A seção de receitas passa a mirar o público vegano, contando com um *chef* responsável pela elaboração das receitas. Contudo, sabemos que a alimentação demanda planejamento e preparação, e na prática, quem as executa são em sua grande maioria as mulheres, esposas e mães.

Cresce também a preocupação com os ultraprocessados, o que os motiva, inclusive, a produção de uma seção específica sobre eles. Em contrapartida, os produtos produzidos pela indústria alimentícia adventista – a Superbom – são, ao menos parte deles, produtos que se enquadram na categoria “ultraprocessada”¹⁷. Na mesma esteira, os estabelecimentos estilo *fast-food* são condenados por conta de sua associação com o crescente número de pessoas obesas no país. Por outro lado, houve uma tentativa, aparentemente mal-sucedida, de lançamento de uma rede *fast-food* adventista: a franquia *SuperVeg*¹⁸.

Voltando ao texto de Mathews, se a alimentação saudável está localizada dentro do eixo de formação oferecido pelo supermercado cultural ou se está no domínio *shikata ga nai*, não podemos afirmar de forma inflexível; isso varia de pessoa para pessoa, de acordo com outros componentes de suas identidades culturais. Como indica Douglas Kellner, “a cultura da mídia e a de consumo atuam de mãos dadas no

¹⁵ Disponível em: <https://www.revistavidaesaude.com.br>.

¹⁶ Blog do Programa de TV, disponível em: <https://www.novotempo.com/programa/vidaesaude/>.

¹⁷ Estudiosos da área de nutrição e saúde pública definem os alimentos ultraprocessados como: “formulações industriais prontas para consumo e feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e outros aditivos usados para alterar propriedades sensoriais)” (LOUZADA, et al, 2015, p. 02). Entre os produtos produzidos e comercializados pela Superbom, estão bolachas e *snacks*, carnes e salsichas vegetais, cevada solúvel em pó, maionese vegetal, entre outros.

¹⁸ A iniciativa limitou-se, num primeiro momento, à inserção em instituições de ensino adventistas. O link vinculado ao site da Superbom que continha informações sobre como ser um franqueado foi desativado (<https://superbom.com.br/site/superveg/>), impossibilitando a consulta sobre as lanchonetes SuperVeg. A primeira sede, inaugurada em uma escola adventista em Brasília, foi tema de matéria no portal adventista de notícias. Para saber mais: <https://noticias.adventistas.org/pt/noticia/comunicacao/superbom-abre-lanchonetes-em-escolas-adventistas/>. Acesso em: 02/02/2021.

sentido de gerar pensamentos e comportamentos ajustados aos valores, às instituições, às crenças e às práticas vigentes” (KELLNER, 2001, p. 11). Isso é bastante explícito dentro da cultura adventista, com a produção de uma indústria do consumo e de mídia alinhada com as demandas de mercado que não se opõe totalmente aos seus princípios. Para sustentar um estilo de vida dentro do padrão adventista, diversas iniciativas foram criadas ao longo do tempo, como as indústrias alimentícias, as editoras, os portais de comunicação e entretenimento, as instituições de saúde e educação. Desse modo, a Igreja Adventista Do Sétimo Dia constitui uma cultura e identidade próprias, influenciando pessoas para além dos muros da igreja e, num movimento oposto, permitindo que a mesma absorva práticas e discursos do mundo secular.

Referências

- BELLOTTI, K. K.. Por uma história cultural das religiões e das mídias. In: SILVA, Eliane Moura, et al (Orgs.). **História, narrativas e religiões: diálogos sob o olhar da cultura**. Recife: Editora EDUPE/Autografia, 2018, p. 19-51.
- BELLOTTI, K. K.. “Um médico em forma de revista”: Aspectos constitutivos da revista adventista Vida e Saúde (1939-2019). In: **Estudos de Religião**, v. 34, n. 2, p. 489-519, mai-ago. 2020.
- BELLOTTI, K. K.. “A saúde é um dever cristão”: a imprensa adventista e a questão da saúde nos **Estados Unidos (1860s-1890s)**. No prelo.
- CUNHA, Magali Nascimento. Elucidações contemporâneas nos estudos brasileiros em mídia e religião: a perspectiva das mediações culturais e comunicacionais. In: **Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio- agosto 2016.
- FIORAVANTI, Ricardo. Ketchup natural e sem açúcar. In: **Vida e Saúde**, v. 80, n. 03, p. 18, 2018.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru-SP: Edusc, 2001.
- LOUZADA, M. L. C., et. al.. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. In: **Rev. Saúde Pública**, v. 49, p. 01-11, 2015.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. Secularizacion, desencanto y reencantamiento massmediatico. **Dialogos de la comunicación**, n. 41, p. 71-81, mar. 1995.
- MATHEWS, Gordon. **Cultura global e identidade individual**. Bauru-SP: Edusc, 2002.
- MORGAN, David. Mídia, Milênio, Nacionalidade: Cultura impressa evangélica nos primórdios da nação norte-americana. In: ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Eliane Moura (Orgs.). **Missão e Pregação: a comunicação religiosa entre a História da igreja e a História das Religiões**. São Paulo: Fap-Fapesp, 2014, pp. 233-258.

WILLIAMS, Raymond. **Palabras clave: un vocabulario de la cultura y la sociedad.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura y sociedad. 1780-1950. De Coleridge a Orwell.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2001.

Recebido em 28/02/22 aceito para publicação em 24/05/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

Os círculos literários femininos e o debate sobre a mulher virtuosa nos Estados Unidos do século XIX

Women's Literary Circles and the debate on the Virtuous Woman in the 19th Century United States

Stéfani Oliveira Verona¹

Resumo: O tema deste estudo são os círculos literários femininos do século XIX nos Estados Unidos, país que passava por uma reestruturação política após a Independência. Busco entender o debate das mulheres sobre a imagem reservada a elas como “Mães Republicanas virtuosas”, que fazia delas cidadãs, mas sem direitos formais. Procuo responder à questão de como as mulheres se organizaram através das redes de sociabilidade e de amizade para questionar padrões de gênero em uma sociedade que idealizava ideias de “igualdade”. O objetivo é compreender as contradições em torno da imagem mulher, encarando os círculos literários femininos como espaços de discussão política. Através da literatura, da escrita e da educação as mulheres provaram sua virtude cidadã fora de seu vínculo doméstico ou por sua associação com os homens, contribuindo com voz ativa para as discussões sobre a cidadania republicana e questionando seu papel paradoxal através dos círculos literários.

Palavras-Chave: Círculos literários femininos. Gênero. República. Estados Unidos. Representação Social.

Abstract: The theme of this study is the Women's Reading Circles of the 19th century in the United States, a country that was undergoing a political restructuring after Independence. I seek to understand the women's debate about their image as “virtuous Republican Mothers” that made them citizens, but without formal rights. I seek to answer the question of how women organized themselves through networks of sociability and friendship to question gender patterns in a society that idealized ideas of “equality”. The objective is to comprehend the contradictions around the image of women, having the Women's Reading Circles as spaces for political discussion. Through literature, writing and education, women have proven their civic virtue outside their association with men or their domestic bond, contributing with an active voice to discussions on republican citizenship and questioning their paradoxical role through the Reading Circles.

Key-Words: Women's Reading Circles. Gender. Republic. United States of America. Social Representation.

Durante o final do século XVIII e início do XIX ocorreu nos Estados Unidos o processo de independência. A vitória nas Guerras (1775-1783) contra a Inglaterra anunciava um novo tipo de organização social e política, pela primeira vez Republicana. Iniciou-se um longo processo de complexa institucionalização política, para a criação de novos mecanismos republicanos. Seguindo as ideias de

¹ Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

“ordem”, “cidadania” e “liberdade”, a narrativa de fundação dos Estados Unidos começou a se desenvolver com a ajuda dos intelectuais, originando um discurso que seria consolidado durante o século XIX. A organização política interna inicial, apesar de contar com um discurso de unificação, gerou novas disputas em torno do governo nacional, dando origens aos primeiros partidos na política e às primeiras áreas administrativas.

Nesta mesma época, as revistas, os jornais e livros também passaram por transformações. A crescente cultura literária alcançou camadas mais baixas da sociedade, que testemunhou um aumento nas publicações de textos escritos pelas mulheres americanas de classe média e alta. Elas participaram dos debates políticos e defenderam suas próprias causas, pois faziam parte de um dos grupos que havia sido “esquecido” após as Guerras, momento em que as instituições e direitos formais começaram a surgir apenas para os homens brancos abastados. A contribuição feminina foi fundamental nos conflitos de independência para o fortalecimento geral da causa, mas a vitória dos Estados Unidos não havia inserido a ideia de “igualdade” para todos. As mulheres intelectuais brancas, portanto, passaram a questionar seu direito à educação nas universidades, a frequentar as academias femininas em ascensão e a organizar reuniões que ficaram conhecidas como círculos literários femininos, com o objetivo de discutir a política e a sociedade.

Proponho, portanto, o estudo da formação de alguns destes círculos encarando-os como a ocupação de um espaço público antes reservado apenas aos homens. Busco entender sua motivação para discutir o papel feminino e para debater a política republicana através destes círculos, onde elas liam publicações políticas de jornais de revistas e produziam textos próprios. Procuro averiguar também as transformações políticas que geraram a necessidade de formar cidadãos virtuosos para o bom funcionamento da nação. Encaro a formação dos círculos literários como um questionamento do espaço limitado das mulheres e como uma forma de se inserirem no cenário nacional através das relações de amizade.

Utilizo as autoras Linda Kerber (1976; 1980), Barbara Welter (1966) e Samantha Ricci (2009) para entender o cenário ambíguo de transformações sociais nos Estados Unidos do século XIX. O trabalho de Roger Chartier (2009) é utilizado para compreensão do cenário literário. Utilizo também as autoras Mary Kelley (2003) e Susan Klepp (1988) para entender a formação dos círculos literários e o conceito de “Redes de Sociabilidade” de Norbert Elias (2000), partindo da ideia de que as reuniões dos círculos possibilitavam às mulheres se inserir ativamente na sociedade através de uma identificação em comum.

Parto também da concepção de “representação de gênero” segundo o pensamento de Michelle Perrot (2005), Maria Lygia Moraes (1998) e Lia Machado (1998) que defendem que as relações socioculturais entre homens e mulheres são resultado de uma dominação construída ao longo da história. Dentro desta concepção a imagem da mulher está diretamente relacionada ao espaço privado, mas ao mesmo tempo é parte fundamental da organização pública que separa valores e papéis específicos para cada sexo.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

Mães da República: as mulheres virtuosas

Apesar da experiência compartilhada dos perigos das Guerras de Independência, as mulheres não usufruíram dos mesmos benefícios políticos e sociais dos homens após a vitória dos Estados Unidos contra a Inglaterra. Linda Kerber escreve em “Women of the Republic” (1980) acerca da participação feminina nesta disputa.

O início da república parece diferente quando visto pelos olhos das mulheres. O exército revolucionário acabou dependendo das mulheres para cuidar da saúde, cozinhar e limpar. Tanto as forças patriotas quanto as conservadoras podiam recrutar homens não porque mulheres alegres os dispensavam à guerra, mas porque essas mesmas mulheres bravamente permaneceram sozinhas, mantendo fazendas e engenhos familiares em operação, afastando posseiros e protegendo a propriedade da família com seu trabalho pesado, frequentemente com grave risco físico² (KERBER, 1980, p.XI-XII, tradução minha).

Destaco a maneira como Kerber alude ao fato de que os homens podiam lutar as batalhas porque eram as mulheres que ficavam para trás para gerir as propriedades, responsabilizando-se por elas com coragem, mesmo enfrentando grandes perigos. O trabalho braçal já era conhecido por aquelas que ajudavam a família a se sustentar, mas passou a ser exercido também pelas representantes da classe média.

Por estes motivos, elas se consideravam sujeitos ativos, mesmo tendo que enfrentar o questionamento sobre seu espaço na sociedade e na política, pois este idealmente não deveria se sobrepor à vida familiar. O questionamento estava relacionado à ideologia do que significava ser cidadão, pois a mulher deveria exercer sua cidadania preparando seus filhos para a vida republicana, e não participando das discussões sobre quem tinha o direito de governar e quem deveria ser governado. Seu domínio eram as influências “morais” dentro da família, algo que continuou sendo próprio do feminino, mas que contava com novos significados (KERBER, 1980).

A posição dependente, porém, foi questionada pelas próprias mulheres nas reuniões literárias. Cresceu o interesse político das classes mais abastadas, assim como também era crescente a confusão ao redor do que seria ou não adequado para uma mulher, já que, de acordo com Kerber (1980, p.9, tradução minha), “mesmo os homens americanos mais radicais não tinham a intenção de fazer uma revolução no status de suas esposas e irmãs. A tutela marital continuou no início da República a moldar as relações das

² Do original: *The early republic does look different when seen through women's eyes. The revolutionary army turns out to have been dependent on women for nursing, cooking, and cleanliness. Both patriot and tory forces could recruit men not because cheerful women waved them off to war, but because those same women bravely stayed on alone, keeping family farms and mills in operation, fending off squatters, and protecting the family property by their heavy labor, often at grave physical risk.*

mulheres com o Estado”³. As diferentes camadas da ideologia republicana de liberdade e igualdade começaram a aparecer de formas diferentes para homens e mulheres, pois os homens tinham espaço na política, na economia e na educação, mas a participação das mulheres arrecadando dinheiro, comida e suprimentos durante a Guerra, arriscando-se como espiãs e assumindo os trabalhos de seus maridos “não mudaram sua identidade doméstica, ou desafiaram de maneira séria a definição tradicional do domínio feminino”⁴ (RICCI, 2009, p.211, tradução minha). O que havia mudado era o discurso que colocava como a principal tarefa da nova “Mãe Republicana”, a de criar os filhos homens para a cidadania.

Entretanto, mesmo esta designação apresentava certas dificuldades, porque elas mesmas não eram educadas o suficiente para transmitir amplos conhecimentos aos filhos. Na teoria, a República exigia, por meio dos discursos especializados e cultos dos médicos e filósofos, que a mulher tivesse a educação para ser mãe, mas, na prática, a mulher ainda lidava com a tradição de ter a escolaridade restringida para não ameaçar a estabilidade doméstica.

A imagem ideal da “Mãe Republicana” resgatava o que havia sido a Mãe Espartana, que criava seus filhos para se sacrificarem pelo bem de todos, da Pólis, assim como ela mesma. Construía-se uma imagem de suposta integração entre os lados doméstico e político da mulher, em uma combinação “que mascarava o propósito político pela promessa do serviço doméstico”⁵ (KERBER, 1976, p.188, tradução minha). Este também era o reflexo do “Culto à Verdadeira Feminilidade” (*Cult of True Womanhood*), enraizado através da valorização da domesticidade, que regia a conduta prática das mulheres no Ocidente Moderno. Sua construção histórica apelava para que elas representassem o equilíbrio social em um contexto ainda economicamente instável.

O “Culto à Verdadeira Feminilidade” exigia quatro virtudes na conduta das mulheres: a piedade (ou religiosidade), a submissão, a domesticidade e a pureza, em uma complexa relação de condutas a serem seguidas para que a mulher não se tornasse “uma inimiga de Deus, da civilização e da República”⁶ (WELTER, 1966, p.152, tradução minha). Esses quatro principais pilares eram a base do julgamento social pelo qual a mulher olharia para si mesma e também como seria encarada pelos outros. A falta das virtudes faria dela alguém que fracassou, mesmo que tivesse fortuna. Em contrapartida, o respeito aos quatro pilares geraria uma vida feliz e completa. A pureza e a inocência, principalmente, precisavam ser protegidas pela própria mulher e por sua família do mal externo, representado pelos prazeres carnavais antes do casamento e que faziam parte da provação das jovens.

³ Do original: Even the most radical American men had not intended to make a revolution in the status of their wives and sisters. Coverture continued into the early Republic and continued to shape the relations of women to the state.

⁴ Do original: *did not change their domestic identity, nor did they seriously challenge the traditional definition of the woman's domestic domain.*

⁵ Do original: *that masked political purpose by promise of domestic service.*

⁶ Do original: *an enemy of God, of civilization and of the Republic.*

A pureza era tão essencial quanto a piedade para uma jovem, e sua ausência era antinatural e não feminina. Sem ela, a mulher não era, de fato, nenhuma mulher, mas membro de alguma ordem inferior. Uma “mulher caída” era um “anjo caído”, indigno da companhia celestial de seu sexo. Contemplar a perda da pureza trazia tristeza; ser culpada de tal crime, pelo menos nas revistas femininas, trazia loucura ou morte⁷ (ibid., p.154, tradução minha).

Neste cenário, a submissão passava a ser a virtude mais importante após o casamento, pois a mulher que obedecia aos pais passava, posteriormente, a ter que obedecer ao marido. Já a religiosidade era esperada de todos, mas não como algo decisivo para o julgamento da conduta masculina. Esta ordem sócio-política colocava o homem como o guia da mulher, que precisava ser protegida ao mesmo tempo em que fornecia apoio ao marido, pois tinha uma posição inquestionável no lar, mesmo que sempre como “filha, irmã, mas principalmente como esposa e mãe” (ibid., p.162, tradução minha). Ela estava sempre relacionada ao outro, sem sua identidade independente.

Ao mesmo tempo, as evoluções literárias e o maior acesso das pessoas à cultura escrita possibilitaram, cada vez mais, a busca das mulheres por maneiras de se manifestar e discutir sobre diferentes assuntos. A leitura foi facilitada pelas práticas protestantes de criação de bibliotecas particulares, sendo que estes tinham, na maioria dos casos, três vezes mais livros do que os católicos (CHARTIER, 1986). Além disso, é possível identificar a ligação do protestantismo com a leitura e a escrita, pois, na América do século XVIII, a cultura religiosa protestante era baseada na familiaridade com a Bíblia, já que “esta é ouvida antes de ser lida, pois frequentemente o pai o lê em voz alta para a família ou o criado o lê para os patrões” (CHARTIER, 1986, p.134). Assim, a própria organização das pessoas e da comunidade girava em torno da herança religiosa que os ingleses trouxeram para os Estados Unidos.

Tida como figura majoritariamente doméstica, a mulher se beneficiou deste cenário, pois a troca de cartas e a leitura de livros eram atividades encorajadas a elas desde cedo. Os homens brancos e de elite liam majoritariamente jornais e livros de história. As mulheres brancas e de elite deveriam ler romances, poesia e livros de religião. A falta de controle sobre as transformações na realidade feminina da época fez com que a leitura, a certo ponto, passasse a ser mal vista, sustentando-se nas alegações de que “a nova geração de mulheres estava sendo desviada de suas tarefas domésticas normais”⁸ (KERBER, 1980, p.235, tradução minha).

⁷ Do original: *Purity was as essential as piety to a young woman, its absence as unnatural and unfeminine. Without it she was, in fact, no woman at all, but a member of some lower order. A "fallen woman" was a "fallen angel," unworthy of the celestial company of her sex. To contemplate the loss of purity brought tears; to be guilty of such a crime, in the women's magazines at least, brought madness or death.*

⁸ Do original: *The new generation of women was being diverted from their proper household tasks.*

Os livros de ficção eram tidos como perigosos quando abordavam histórias de amor e sedução ou endossavam um estilo de vida apaixonado como algo a ser desejado pelas moças. Os romances poderiam sugerir que elas se deixassem guiar por suas próprias emoções, libertando-se das amarras sociais e dos papéis guiados pela razão, porque podiam ser entendidos como exemplos da nova sensibilidade que seria rotulada de Romantismo”⁹ (ibid., p.245, tradução minha). A mulher tinha que ter um discernimento claro e estar sempre no controle das próprias emoções para que pudesse guiar seu marido e os filhos, garantindo o comportamento virtuoso do qual a República dependia. Para esta finalidade tão elevada, a República não precisava de mulheres que poderiam facilmente ser manipuladas pelos homens, comportamento perigoso que os romances pareciam aprovar.

O acesso à literatura, ainda que de forma limitada, se provou um avanço para as mulheres que buscavam conhecimento, pois a maior diversidade de leituras acenava para o ingresso delas em um espaço masculino dos estudos históricos, aos quais as mulheres apelaram contra as acusações da leitura fútil dos romances. Segundo a visão da época, a narrativa histórica poderia desenvolver a mente das mulheres sem despertar as paixões. Portanto, elas foram instigadas aos livros de história, mesmo que não fosse para estudá-los à fundo, muito menos para escrevê-los. Isto, porém, era um paradoxo porque “o aumento da leitura de lazer pelas mulheres implica que as mulheres tinham cada vez mais tempo de lazer”¹⁰ (ibid., p.249, tradução minha), o que não estava de acordo com a figura virtuosa da mulher responsável.

Neste cenário, começaram a surgir os primeiros círculos literários promovidos pelas mulheres. Inspiradas pelos grandes salões intelectuais franceses, essas iniciativas rapidamente se transformaram em expressivas agremiações durante o início do século XIX, reunindo mulheres interessadas em discussões literárias, sociais e políticas do momento. A diferença com relação aos salões franceses era que, nos Estados Unidos, estes grupos foram majoritariamente femininos e disponibilizavam seus manuscritos para discussão geral. Foi assim que elas buscaram maior proximidade com os acadêmicos: por meio de publicações que expunham uma nova forma de participação qualificada das mulheres no espaço público.

As reuniões desenvolveram o senso de comunidade entre as participantes e o respeito ao seu intelecto. Os grupos literários e as autoras-que publicaram sozinhas os seus manifestos tiveram importante protagonismo na transformação das vidas públicas das mulheres e da cultura civil dos nascentes Estados Unidos da América.

⁹ Do original: *These novels may be understood as examples of the new sensibility that would be labeled romanticism.*

¹⁰ Do original: *the increase in leisure reading by women implies that women had increasing amounts of leisure time.*

Os círculos literários femininos

A nova organização sócio-política que se desenhou nos Estados Unidos fez com que a fortuna das elites fosse relacionada, de forma progressiva, com uma alta intelectualidade. As transformações foram sentidas também nas academias e nas universidades, as quais aumentaram seu prestígio entre as mulheres e mantinham uma forte conexão entre os líderes nacionais e o meio acadêmico. O conhecimento formal, junto com a maior disseminação da cultura letrada e do aumento das taxas de alfabetização, contribuiu para o desenvolvimento das Luzes e seu intercâmbio de ideias, muito discutidas e questionadas em prol da formação política, econômica e social dos Estados Unidos, levando em consideração que

aquilo que é válido para o topo, para o grupo restrito dos intelectuais mais famosos, por maioria de razão será também válido para a opinião pública esclarecida, cuja extensão é provavelmente uma das características mais notórias do século (VOVELLE, 1992, p.24).

Nesse contexto, as mulheres conseguiram se beneficiar deste cenário através dos círculos literários. Os debates eram encarados como “experimentos sociais nos quais se criaram novos e transgressores modos de representação de si e dos outros” (MARTINS, 2007, p.59). As reuniões contavam com ampla participação das mulheres das classes mais abastadas, mas também de algumas das classes médias que buscavam conhecimento.

O círculo literário feminino como espaço menos hierárquico de promoção da atividade intelectual permitiu maior proximidade entre as pessoas, especialmente a partir do protagonismo feminino no cenário social e cultural. Essa iniciativa ampliou a formação e o acesso ao conhecimento por parte das mulheres.

Elas leram, escreveram, publicaram, formaram sociedades literárias, melhorando suas próprias vidas, bem como as vidas dos membros menos afortunados da sociedade. Mulheres de elite sediavam salões onde discutiam as questões da época, criando um ambiente sociável que suavizava as arestas dos políticos (SKEMP, 2016, p.4, tradução minha)¹¹.

O grande objetivo dos círculos literários americanos pode ser resumido em duas perguntas, feitas na abertura do grupo “Conversations”, em 1839, de Margaret Fuller (1810-1850): “O que nascemos para fazer? Como devemos fazê-lo?” (KELLEY, 2003, p.163, tradução minha)¹². A busca central era a de “construir

¹¹ Do original: *They read, they wrote, they published, they formed literary societies, improving their own lives as well as the lives of less fortunate members of society. Elite women hosted salons where they discussed the political issues of the day, creating a sociable environment that softened the rough edges of cantankerous politicians.*

¹² Do original: *What were we born to do? How shall we do it?*

uma vida intelectual sobre uma vida ativa”¹³ (ibid.), ou seja, conectar o saber intelectual com a ação, permitindo às mulheres serem sujeitos com margem de autonomia e liberdade. Entre os principais questionamentos de Fuller, estava a forma como homens e mulheres adquiriam conhecimento.

De acordo com a historiadora Mary Kelley (2003), os círculos começaram a se formar ainda na década de 1760, nos Estados Unidos, quando os níveis de alfabetização e educação das mulheres eram significativamente bem menores, se comparados aos dos homens no mesmo período. A insatisfação quanto a essa disparidade e o movimento em direção às Luzes incentivaram as mulheres a promover primeiras reuniões literárias.

Em seus círculos de leitura, as mulheres reivindicavam a igualdade intelectual e as oportunidades de educação à medida em que se disciplinavam com hábitos de leitura e de pensamento crítico, de escrita e de produção cultural. Elas também ensaiavam formas de sociabilidade que os americanos do século XVIII desenvolviam nas mesas de chá e nos salões literários. Mais importante, contudo, é que, em tais encontros literários, as mulheres se iniciavam em suas carreiras como formadoras da opinião pública¹⁴ (ibid., p.165, tradução minha).

Entre as décadas de 1760 e 1770, ainda antes da Revolução Americana, as mulheres das elites das áreas urbanas e rurais do Vale do Delaware¹⁵ se reuniram sob a supervisão de Milcah Martha Moore (1740-1829) para produzir poemas e romances. Martha Moore nasceu na Ilha da Madeira, mas se mudou aos 12 anos para os Estados Unidos, onde se casou com Charles Moore. Durante toda a sua vida adulta, ela se dedicou a produzir poemas e ensaios sobre os mais variados temas, abriu uma academia feminina¹⁶ na década de 1780 e participou ativamente da sociedade letrada da região. Sua extensa rede de amizades tornou possível a formação de seu círculo literário, frequentado por dezenas de jovens.

Em cada reunião, um livro era debatido e, na reunião seguinte, uma das mulheres apresentava um ensaio sobre as discussões do grupo. Esta sociedade foi mantida por muitos anos e, durante a década de 1770, Moore fez uma compilação dos trabalhos produzidos pelo seu grupo e publicou um livro chamado “*Milcah Martha Moore’s Book: A Common place Book of Early American Literature*”, que documentava a cultura literária da região baseada nas práticas coletivas de escrita e de leitura. Além disso, assuntos como

¹³ Do original: *Building up the life of thought upon the life of action.*

¹⁴ Do original: *Within their Reading circles, women exerted claims on behalf of intellectual equality and educational opportunity as they schooled themselves in habits of Reading and critical thought, writing and cultural production. They also rehearsed forms of sociability that eighteenth-century Americans performed at tea tables and salons. Most important, however, at such literary gatherings, women apprenticed themselves for careers as makers of public opinion.*

¹⁵ O Vale do Delaware se refere à região metropolitana da cidade da Filadélfia, no estado da Pensilvânia. Esta é uma extensa área do leste dos Estados Unidos, perto de Nova York, cortada pelo rio Delaware, de onde vem o nome do Vale.

¹⁶ As academias femininas se espalharam pelos Estados Unidos durante a primeira metade do século XIX e surgiram como uma das primeiras tentativas de formalizar o ensino das jovens. Elas aprendiam principalmente língua inglesa, geografia e aritmética e as instituições estavam comprometidas com o ensino prático e de curta duração.

amizade, religião, sensibilidade e a política ligada à Revolução Americana também estavam presentes na edição em formato de “cartas, ensaios, escrita de diários, epígrafes, elegias, dentre outros estilos”¹⁷ (KLEPP, 1998, p.533, tradução minha), o que reflete a variedade de temas que interessavam estas mulheres e as diferentes formas de abordagem que elas usavam para falar deles.

A publicação continha uma compilação de 126 trabalhos “destinados a instruir, entreter e conectar os homens e mulheres que apareciam no livro como assunto ou como autores”¹⁸(*ibid.*, p.533). As três escritoras que mais contribuíram com ensaios para esta obra foram Susanna Wright (1697-1785), Hannah Griffitts (1727-1817), e Elizabeth Graeme Fergusson (1737-1801), todas com reputações literárias conhecidas na época, o que demonstra o comprometimento das mulheres envolvidas com as atividades de escrita e leitura nos círculos.

Com seus escritos, as autoras demonstraram engajamento político e suas reações com relação aos caminhos tomados pela república americana. Estas mulheres conseguiram estabelecer uma forma de comunicação a contrapelo de jornais e revistas da época.

Esses manuscritos não apenas circularam entre amigos e parentes, mas se tornaram livros didáticos usados em escolas particulares dirigidas por mulheres. As moças copiavam essas produções literárias locais à medida em que aprendiam a ler e escrever. O público desses escritos se estendeu por gerações e de amigos a estranhos¹⁹ (*ibid.*, p.534, tradução minha).

Outra mulher que também se envolveu com os círculos literários americanos foi Hannah Adams (1755-1831), àquela altura autora de, pelo menos, quatro livros sobre religião. Sua paixão por literatura a levou a participar e a apoiar alguns círculos que estavam nascendo, especialmente na década de 1770. Foi o caso de um círculo organizado por jovens em sua vila de Medfield, Massachusetts, as quais, da mesma forma que desenvolveram um especial gosto pela leitura. De acordo com Hannah Adams (apud KELLEY, 2003, p.166, tradução minha), este grupo “serviu de ponto de partida para a poesia e a prosa da região”²⁰

Já na região de Boston, Hannah Mather Croke (1752-1829) formou um dos primeiros círculos literários da região. Croke foi uma importante ensaísta e criou seu círculo na década de 1780. Ficou famosa anos mais tarde, em 1818, ao publicar o livro “Observations on the Real Rights of Women”, no qual defendia que homens e mulheres haviam sido agraciados com os mesmos poderes intelectuais. Vinte anos depois, outro círculo ainda mais famoso apareceu na mesma região de Boston. Em 1805, vinte jovens

¹⁷ Do original: *letters, essays, diary entries, epigraphs, elegies, satires, and more.*

¹⁸ Do original: *designed to instruct, to entertain, and to connect the women and men who appear in the book as subjects or as authors.*

¹⁹ Do original: *These manuscripts not only circulated among friends and kin but became textbooks used in private schools run by women. Young women copied these local literary productions as they learned to read and write. The audience for these writings stretched across generations and from friends to strangers.*

²⁰ Do original: *had served as a point of departure for the poetry and prose.*

mulheres se reuniram para inaugurar o “Boston Gleaning Circle”, que passou a ser a primeira sociedade literária feminina fundada após a Revolução Americana.

As jovens desse círculo referiam a si mesmas como *Gleaners*, ou seja, coletoras. Seu principal objetivo era “reunir-se socialmente em busca da verdade”²¹ (ibid., p.167, tradução minha). Utilizavam os modelos de encontros idealizados por Milcah Martha Moore, Hannah Adams e Hannah Mather Crocke no final do século XVIII. Reuniam-se todos os sábados durante duas horas e discutiam as leituras que escolhiam para “favorecer o aperfeiçoamento da mente”²² (ibid., p.168, tradução minha).

Os livros discutidos versavam sobre teologia, astronomia, história, poesia, geografia e relatos de viagens. As publicações acadêmicas eram preferíveis às literárias. As integrantes do grupo liam os títulos selecionados e, a cada semana, uma das jovens era responsável por apresentar um ensaio sobre a leitura discutida na semana anterior. Os textos refletiam um grau avançado de escrita e de reflexão das participantes do grupo, além de revelar sua visão sobre os temas sociais e políticos da época.

Esses assuntos eram a tributação britânica das colônias, os movimentos anti-consumo, os méritos dos acordos negociados e do conflito armado, e o impacto da guerra sobre os *patriots* e os *loyalists*. Sucessoras das mulheres que Moore reunira em seu livro, “Martha Moore's Book”, as *Gleaners* abordaram questões como o republicanism e seu princípio, a virtude (ibid., p.167, tradução minha)²³.

No século XIX, mulheres brancas e negras organizaram grupos literários em praticamente todas as cidades do país para ler e escrever juntas. Além disso, a prática destas reuniões chegou também até os seminários e as academias, como parte da formação das estudantes. Assim, o nível de colaboração entre as participantes cresceu e elas passaram a participar mais ativamente das decisões tomadas dentro das próprias instituições. A organização de bibliotecas também esteve entre as tarefas realizadas pelas sociedades literárias, sendo que cada membro deveria ajudar em sua constituição. A maioria das academias “abrigava um círculo, embora as estudantes da *Limestone Springs Female High School* pudessem escolher entre as sociedades *Hemans* ou *Sigourney*, ambas batizadas em homenagem às escritoras consideradas pelas estudantes como modelos”²⁴ (ibid., p.172, tradução minha).

²¹ Do original: *Meeting in this social way to search for truth.*

²² Do original: *favorable to the improvement of the mind.*

²³ Do original: *Those issues had been the British taxation of the colonies, non-consumption movements, the relative merits of negotiated settlement and armed conflict, and the war's impact on patriots and loyalists alike. Successors to the women Moore had gathered together in her "Book," the Gleaners took up such issues as republicanism and its animating principle, virtue.*

²⁴ Do original: *housed one circle, although students at Limestone Springs Female High School could choose between the Hemans and Sigourney Societies, each of which had been named in honor of writers whom the students had claimed as models.*

Estes grupos literários tinham em comum o fato de procurarem responder “quais qualificações uma mulher deve possuir para se tornar útil e agradável?”²⁵ (ibid., p.169, tradução minha), sendo que—era uma pergunta oriunda de suas dúvidas sobre a política, sobre o próprio significado de republicanismo, de virtude e de como estas importantes questões políticas e éticas se relacionavam com as mulheres. As sociedades femininas se opunham firmemente ao espaço da mulher ficar restrito ao ambiente doméstico, já que, apesar de intelectualmente capacitada, faltavam oportunidades para que pudesse ser realmente “útil e agradável”.

Desta forma, ao mesmo tempo em que elas buscavam educar a si mesmas, estas mulheres também almejavam assumir o papel de influenciadoras nas mesas de chá, pois não havia dúvidas quanto ao papel que tinham na sociedade, devendo apenas definir a extensão desse papel. "Qual [sexo] é mais influente na sociedade, homens ou mulheres?"²⁶ (ibid., p.174, tradução minha), indagaram os membros da sociedade *Sigourney* em uma reunião. Isto é, não se questionava se as mulheres tinham influência, mas qual era sua extensão e como poderia ser usada a seu favor.

Além dos registros oficiais das associações, dezenas de autobiografias, diários e cartas documentam as muitas sociedades que floresceram na América logo após a Guerra. Entre elas, estavam a *Ladies Reading Society* em St. Johnsbury, Vermont, o *Minerva Clube* em New Harmony, Indiana, o *Ladies Social Circle* em Templeton, Massachusetts, o *Hearthstone* na cidade de Nova York, e a *Brontë Society* em Madison, Indiana²⁷ (ibid., p.183, tradução minha).

Em 1827, na cidade de Lynn, Massachusetts, mulheres negras organizaram a *Society of Young Ladies* para ler obras que as fizessem adquirir maior conhecimento literário. Quatro anos depois, mulheres negras da Filadélfia fundaram a “Female Literary Association”. Na mesma cidade, a “Female Minerva Association” (1834) e a “Edgeworth Literary Association” (1836) também começaram suas atividades. Grupos semelhantes surgiram em Boston e em Providence, em 1832, em Rochester, em 1833, na cidade de Nova York, em 1834 e 1836, e em Buffalo, em 1837. Ser membro de uma sociedade literária “servia a uma variedade de propósitos para as mulheres negras individualmente, assim como para as brancas”²⁸ (ibid., p.187, tradução minha), principalmente para o aperfeiçoamento da escrita. Com o passar dos anos, as sociedades femininas afro-americanas desempenharam um papel muito importante na conscientização política.

²⁵ Do original: *what qualifications a female ought to possess, to render her both useful and pleasing?*

²⁶ Do original: *Which [sex] has the most influence on society men or women?*

²⁷ Do original: *In addition to associations' official records, scores of memoirs, journals, diaries, and letters document the many societies that flourished in antebellum America. Among them were the Ladies Reading Society in St. Johnsbury, Vermont, the Minerva Club in New Harmony, Indiana, the Ladies Social Circle in Templeton, Massachusetts, the Hearthstone in New York City, and the Brontë Society in Madison, Indiana.*

²⁸ Do original: *served a variety of purposes for individual blacks, as it did for individual whites.*

As sociedades literárias de mulheres negras começaram a aparecer com mais força na década de 1830 e com uma progressiva participação de homens negros, em razão do crescente número de escravos libertos na região norte dos Estados Unidos. Eles encontraram nos círculos literários um caminho para desenvolver o intelecto, o que poucas vezes conseguiam fazer da mesma forma que as pessoas brancas por causa de sua condição como ex-escravos. Muitas vezes, as sociedades literárias surgiram dentro das igrejas e foram encabeçadas por reverendos, como explica Dorothy Porter (1936), ao falar sobre a segregação que ainda existia fortemente entre brancos e negros e que vetava a participação de mulheres negras nos círculos literários junto com mulheres brancas.

Embora o grupo “Conversations”, de Margaret Fuller, seja o mais conhecido dos círculos de leitura, é importante reconhecer que o que ela estava tentando realizar num pequeno círculo em Boston era um experimento que também ocorria em todo o país entre as mulheres. Em diversos lugares, elas estavam se preparando para o papel de formadoras da opinião pública, participando ativamente da elaboração do pensamento crítico e na produção cultural, desenvolvendo o raciocínio e aprendendo a dominar os valores da sociedade civil e da cidadania republicana. Elas aprenderam sozinhas “a se levantar e falar [...] e, ao fazê-lo, prepararam-se para exercer influência em suas comunidades, regiões e, em casos como o de Fuller, em sua nação”²⁹ (ibid., p.196, tradução minha).

Várias foram as formas encontradas por elas para conseguir por si mesmas e, com ajuda umas das outras, o que não logravam ter pelas vias institucionais. Uma das soluções encontradas pelas mulheres para ampliar suas redes de influência e aumentar o alcance de suas vozes foi a prática da publicação de livros e artigos em revistas ensaísticas, abordando temas socioculturais e políticos da época e expressando suas ideias, muitas vezes, por meio das protagonistas de seus livros de ficção.

Da leitura e da conversa, é interessante passar à escrita. [...] Em todos os países, o número de publicações femininas aumenta no século XVIII, sinal de uma instrução melhor, mas também do desejo de não serem apenas companheiras cujo talento é mostrado somente às pessoas próximas. Se algumas mulheres acham mais prudente ficar na sombra do anonimato, de um pseudônimo ou do autor que traduzem, outras não hesitam em enfrentar abertamente a opinião pública (GODINEAU, 1992, p.327-328).

Enquanto as publicações masculinas defendiam reformas baseadas no contrato social, na construção de nações e nas melhores formas de governo, as publicações femininas, também tratavam sobre esses temas áridos, mas com um ponto de vista que recorria aos conceitos de Liberdade e Igualdade, defendidos durante a Revolução Americana, que se estendessem não apenas aos homens.

²⁹ Do original: *These women taught themselves to stand and speak [...] and in doing so prepared to exercise influence in their communities, their regions, and, in cases such as Fuller's, their nation.*

A ordem política tradicional passava, com isso, a ser questionada, assim como o lugar e a função das mulheres. Novas perspectivas foram exploradas em relação ao papel que elas deveriam ter, mas, independentemente de quais fossem, estariam submetidas ao poder masculino de mantê-las em posições dependentes de seus pais e maridos. Esta foi uma amarga constatação muito presente nos textos de autoria feminina nos séculos XVIII e XIX nos Estados Unidos.

As mulheres se encontravam no centro das divergências em relação à conduta ideal esperada delas: deviam ser cultas o suficiente para acompanhar seus maridos, representar a família e educar os filhos. No entanto, nada poderia ser excessivo, para não serem consideradas fúteis ou *coquettes*, pois a atenção demasiada aos estudos, à leitura e ao desenvolvimento da mente poderia torná-las “pedantes, masculinas e egoístas” (GODINEAU, 1992).

Numa república, as mulheres já não são frívolas, fracas e passivas, mas dignas, enérgicas e ativas. Os homens devem olhar de modo diferente para suas companheiras, devem avaliá-las pelas suas qualidades morais e não pela sua beleza física (ibid., p.331-332).

Nesse sentido, as mulheres americanas refletiram as expectativas femininas da época também presentes nos países europeus. Havia também o fator republicano adicionado à questão: ainda que a independência tivesse sido conquistada pelo uso das armas, somente pela educação poderia ser mantida e assegurada à nova comunidade nacional. Os debates a respeito da mulher acompanharam as novas demandas sociais, culturais e políticas que também estavam em discussão. No entanto, as tensões se ampliavam também por causa das crescentes disputas internas. Por este motivo, é necessário o conhecimento a respeito das diferenças entre os americanos, em especial o da diferença sexual feminina, entendida, supostamente, como inferior pela filosofia natural e pela medicina, que se tornou ainda mais relevante durante o século XIX para justificar a exclusão das mulheres do cenário político e da educação formal.

As diferenças foram postas em debate público durante a primeira metade do século XIX, quando em 1848 aconteceu a Primeira Convenção pelos Direitos das Mulheres, em Seneca Falls, onde Elizabeth Cady Stanton surpreendeu a todos os presentes ao apresentar a sua Declaração de Sentimentos, um documento assinado por 68 mulheres e 32 homens, que ecoava os termos da Declaração de Independência redigida por Thomas Jefferson em 1776. Stanton reescreveu a famosa Declaração apresentando uma nova versão que mantinha as mesmas justificativas para a emancipação dos americanos com relação aos ingleses. Desta vez, porém, ela escreveu em defesa da emancipação das mulheres americanas com relação aos homens, considerando que “apesar da América ter conquistado a independência com a Revolução, não houve uma ruptura legal intensa com o passado. O sistema de leis comuns permaneceu intacto. Na verdade,

em certo sentido, o objetivo era a continuidade e não a derrubada”³⁰ (RICCI, 2009, p.212, tradução minha). Ou seja, Stanton sagazmente mostrava que a discussão sobre dependência/independência ainda tinha muito a ser explorada e enfrentada, mesmo após mais de cinquenta anos do término dos conflitos armados.

Alguns anos mais tarde, em 1854, Elizabeth Ellet publicou a “História Doméstica da Revolução Americana”, livro no qual compilou dezenas de exemplos de mulheres que haviam sido decisivas para o sucesso dos homens durante as Guerras de Independência. Ela utilizou este trabalho para argumentar fortemente em favor dos direitos políticos das mulheres. Na obra, ela retorna ao período revolucionário, explicando que

a influência e o empenho das mulheres em todas as partes do país contribuíram para promover um espírito de patriotismo. Elas confirmaram a devoção própria daqueles que se aventuravam pela causa comum. Enfrentaram períodos de frieza e lentidão e, no período de escuridão mais profunda, espantaram o desânimo. Elas voluntariamente compartilharam perigos e privações inevitáveis, renunciaram sem pesar aos benefícios para si mesmas e se separaram daqueles que amavam mais do que a vida, sem saber quando os encontrariam novamente³¹ (ELLETT, 1854, p.42, tradução minha).

Entre as notáveis do período, também estava Judith Sargent Murray, que se destacou com o texto “Sobre a Igualdade entre os Sexos”³² (1790), publicado na “Massachusetts Magazine”. Murray viveu na região de Boston e manteve publicações recorrentes em pelo menos três revistas, assinando seus artigos como “Constantia” ou “Mr. Gleaner”. Ela influenciou importantes trabalhos que surgiram durante o século XIX e participou das primeiras reuniões dos círculos literários. Suas publicações foram amplamente debatidas pelos leitores das revistas, que enviavam cartas-respostas para a Massachusetts Magazine sobre a situação política das mulheres.

Conclusão

Com este artigo, busquei entender a formação dos círculos literários femininos como mecanismo de mobilização de mulheres que queriam discutir a situação política dos Estados Unidos e delas mesmas como republicanas. As regiões de Boston e de Nova York tiveram a maior quantidade de círculos, mas as reuniões

³⁰ Do original: *Although America gained independence from the Revolution, there was no sharp legal break with the past. The common law system (American style) remained intact. Indeed, in some sense, the aim of the Revolution was continuity, not overthrow.*

³¹ Do original: *At this period the influence and exertions of women in all parts of the country contributed to promote a spirit of patriotism. They animated the courage, and confirmed the self-devotion of those who ventured all in the common cause. They frowned upon instances of coldness or backwardness, and in the period of deepest gloom, cheered and urged onward the desponding. They willingly shared inevitable dangers and privations, relinquished without regret prospects of advantage to themselves, and parted with those they loved better than life, not knowing when they were to meet again.*

³² Do original: *On the Equality of the Sexes.*

de mulheres se espalharam por todo o país. Durante os encontros, a literatura tida como “apropriada” para elas, isto é, os romances, foi substituída por leituras de cunho político, econômico e social, sendo que as discussões geraram textos escritos e publicados pelas próprias mulheres em diversos jornais e revistas.

O ideal de feminilidade estava em voga no período por causa das transformações advindas do fim do domínio inglês. Era o início de uma nova organização americana e a República dependia de todos os cidadãos, ainda que apenas uma camada específica de homens brancos usufrísse dos direitos formais e de representação pública. Mesmo assim, a maior proximidade com a palavra escrita permitiu que as mulheres utilizassem a literatura como forma de manifestação política ao discutirem e escreverem seus próprios textos.

Desde a década de 1770, com Martha Milcah Moore, os encontros literários entre mulheres as incentivavam a escrever. Podemos encarar o aumento nas produções de autoria feminina e a crescente discussão sobre seu papel na sociedade como produtos desta rede de sociabilidade que unia as mulheres pelos laços de amizade e pela necessidade em comum de questionar certos padrões. O Boston Gleaning Circle, por exemplo, se tornou notável pela grande quantidade de participantes e as reuniões entre as mulheres alcançaram as academias e escolas femininas.

Os círculos como reuniões entre mulheres estiveram presentes durante toda a história dos Estados Unidos, especialmente considerando a grande influência europeia da região. Entretanto, foi entre os séculos XVIII e XIX, durante todo o processo de independência e construção nacional que tiveram maior força, pois os ideais revolucionários alcançaram também as mulheres, que se dedicaram à formação de um novo governo e demonstraram o seu nacionalismo. Através da literatura, da escrita e da educação elas provaram sua virtude cidadã fora de seu vínculo doméstico ou por sua associação com os homens, contribuindo com voz ativa para as discussões sobre a cidadania republicana.

Referências

CHARTIER, Roger. **As Práticas da Escrita**. In: ARIÈS, Philippe; DUBY Georges. História da vida privada 3 - Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 224p.

ELLET, Elizabeth. **Domestic History of the American Revolution**. 1. ed. Nova York: Charles Scribner, 1854.

GODINEAU, Dominique. **A Mulher**. In: VOVELLE, Michel. O Homem do Iluminismo. 1ed. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

- KELLEY, Mary. "A More Glorious Revolution": Women's Antebellum Reading Circles and the Pursuit of Public Influence. **The New England Quarterly**, vol. 76, n. 2, p.163-196, 2003.
- KERBER, Linda. The Republican Mother: Women and the Enlightenment - An American Perspective. **American Quarterly**, Iowa, v. 28, n. 2, p. 187-205, jan./1976.
- _____. **Women of the Republic: Intellect and Ideology in Revolutionary America**. 1. ed. Virginia: University of North Carolina Press, 1980.
- KLEPP, Susan. Review on Milcah Martha Moore's Book: A Commonplace Book from Revolutionary America. **Pennsylvania History**, v.65, n.4, p.533-535, 1988.
- MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, v.11, p.107-125, jan. 1998.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Da amizade entre homens e mulheres: cultura e sociabilidades nos salões iluministas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 46, p. 51-67, 2007.
- MORAES, Maria Lygia. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos pagu**, v. 11, p. 99-105, jan. 1998.
- MURRAY, Judith. **On the Equality of the Sexes**. The Massachusetts Magazine, 1790. In: HARRIS, Sharon (org.). *Selected Writings of Judith Sargent Murray*. 1ªed. Oxford University Press, 1995. 320p.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru-SP: EDUSC, 2005.
- PORTER, Dorothy. The Organized Educational Activities of Negro Literary Societies, 1828-1846. **The Journal of Negro Education**, v.5, n.4, p.555- 576, 1936.
- RICCI, Samantha. Rethinking Women and the Constitution: an Historical Argument for Recognizing Constitutional Flexibility with Regards to Women in the New Republic. **William & Mary Journal of Women and the Law**, v. 16, n. 1, p. 205-235, 2009.
- STANTON, Elizabeth Cady. **Declaration of Sentiments**. 1848. Disponível em: https://www.womensrightsfriends.org/pdfs/1848_declaration_of_sentiments.pdf. Acesso em: 19 mai. 2022
- SKEMP, Sheila. **Women and Politics in the Era of the American Revolution**. Oxford Research Encyclopedia of American History, p.1-21, 2016.
- VOVELLE, Michel. **O Homem do Iluminismo**. 1ed. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- WELTER, Barbara. The Cult of True Womanhood: 1820-1860. **American Quarterly**, v. 18, n. 2, 1966, p. 151-174.

Recebido em 12/03/22 aceito para publicação em 07/06/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

A Revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná de 1957: possibilidades e demandas de estudo à luz de críticas sobre a marginalização das vozes femininas

The Squatter's Revolt in the Southwest Paraná in 1957: possibilities and demands of study in light of criticism about the marginalization of female voices

Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo problematizar algumas lacunas nas produções de conhecimento sobre a Revolta dos posseiros de 1957, especificamente acerca da marginalização das vozes das mulheres nesse cenário. Buscando, então, contribuir para a diminuição dessa lacuna, nos propomos a indicar alguns caminhos possíveis - possibilidades e demandas de estudo - tendo como foco as narrativas dessas mulheres. A importância que elas tiveram naquele contexto de 1957, bem como a riqueza de suas narrativas sobre aqueles eventos - ambos ainda pouco estudados - apresentam-nos, então, necessárias e ricas oportunidades de estudo. Por fim, a noção de “testemunhas autorizadas”, de Michael Pollak, será trabalhada para melhor se compreender essas dinâmicas, bem como noções que tangenciam a perspectiva de gênero e da História das mulheres.

Palavras-chave: Revolta dos posseiros; novas abordagens; mulheres.

Abstract: This article aims to problematize some gaps in the production of knowledge about squatter's revolt of 1957, specifically about the marginalization of women's voice in this scenario. Seeking, then, to contribute to the reduction of this gap, we propose to indicate some possible paths - possibilities and demands of study - focusing on the narratives of these women. The importance that these women had in that context of 1957, as well as the richness of their narratives about those events - both still little studied - present us, then, with necessary and rich opportunities for study. Finally, Michael Pollak's notion of “authorized witnesses” will be worked on to better understand these dynamics, as well as notions that touch the gender perspective and the History of Women.

Key-words: Squatter's revolt; new approaches; women.

O século XX foi marcado, em todo o Brasil, por um processo de expansão das fronteiras, agrícolas e/ou de ocupação - comumente correlacionadas. Podemos pensar nesse contexto como de expansão, em última instância, do próprio capitalismo. Afinal, apesar das imensas vicissitudes de cada recorte espaço-temporal, de cada grupo de agentes envolvidos, dentre tantos outros fatores, parece haver um elemento em comum muito significativo. É o que defende José de Souza Martins:

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, na linha Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na história. E-mail: aguinaldohenrique333@gmail.com

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

Essa, aliás, é a única maneira de entender o porquê do alastramento rápido e violento de conflitos pela terra em todo o país nos últimos anos, especialmente nas frentes pioneiras. É que o posseiro não paga renda da terra a ninguém: nem como aluguel nem através da compra da terra. É muito significativo que justamente grandes empresas capitalistas e não rudes senhores do sertão estejam envolvidos nesses conflitos. Enquanto o lavrador luta pela terra de trabalho, a grande empresa capitalista luta pela renda da terra.²

Ou seja, nessa expansão há o embate entre a busca constante de lucro dos grandes proprietários de terra, dos grileiros e das grandes empresas, e a busca, do outro lado, em última instância, pela sobrevivência, de pequenos camponeses e indígenas. E desse embate, por sua vez, surgem inúmeros conflitos, que sempre envolvem algum tipo de violência.

É nesse cenário, portanto, que devemos compreender o que ocorreu no Sudoeste paranaense na década de 1950. Posseiros, vindos especialmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, se depararam com essa busca de lucros de grandes empresas colonizadoras, chamadas também de companhias de terra, que buscavam vender-lhes terras que já eram suas posses ou mesmo que já estavam em processo de regularização - propriedade - por meio do governo federal. Além disso, como tem se mostrado cada vez mais claro ultimamente, essas terras foram adquiridas pelas companhias por meios ilegais.

Muitos desses posseiros tinham consciência dessas questões e, por isso, se recusaram a assinar os contratos com as companhias. Para resolver essa oposição, as empresas colocaram em ação um dos sujeitos centrais de todo esse cenário mais amplo de conflitos de terra, o jagunço. No Sudoeste do Paraná, especialmente a partir de 1956-1957, esses homens, pagos pelas companhias de terra, passaram a pressionar os posseiros, por diversos meios, sempre violentos, a assinarem os contratos com as empresas. Às instabilidades legais com as quais os posseiros já vinham sofrendo, somou-se, então, as violências cometidas pelos jagunços a mando das companhias.

A partir disso, ações de resistência dos posseiros, que já eram praticadas de diversas formas anteriormente, se intensificaram. A estratégia ou ação de resposta definitiva - como sabemos hoje, porque foi bem sucedida - dos posseiros para atingirem seus objetivos - a saber, a expulsão de jagunços e das companhias de terra da região e, posteriormente, a regularização de suas posses - foi a tomada das cidades, quando milhares de pessoas literalmente ocuparam algumas das cidades da região. Por terem atingido seus objetivos - mesmo que a regularização tenha se dado num processo que ainda levou mais de dez anos - o movimento de 1957 é considerado um dos poucos levantes de camponeses bem sucedido na história brasileira.

² MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Vozes: Petrópolis, 1981, p. 176.

Desde o início de nossos trabalhos com esse tema, percebemos, nos estudos sobre ele, a existência de algumas lacunas e marginalizações; sujeitos e assuntos que não recebiam atenção, o que muito contrastava com outros sujeitos e assuntos, que estavam sempre no centro do debate. A constante presença dos jagunços, em tudo que se produziu sobre a Revolta, mas a completa ausência de aprofundamento sobre esse sujeito, por exemplo, é uma dessas marginalizações³. Apesar das grandes e óbvias diferenças frente aos jagunços, as mulheres daquele contexto são sujeitos históricos com um processo de marginalização semelhante. Afinal, essas mulheres sempre estiveram presentes nas narrativas e trabalhos sobre a Revolta - além do fato de terem papéis de destaque naquele cenário - bem como dificilmente foram o sujeito central da análise ou receberam maiores atenções.

Podemos entender um pouco melhor essas dinâmicas ao levarmos em conta o trabalho de Silvia Maria Amancio⁴. A autora aponta para a construção de uma “cristalização dos conhecimentos” sobre a Revolta de 1957, que, muitas vezes, beira uma monumentalização. Afinal, seriam ouvidas sempre as mesmas vozes, sobre os mesmos temas - resultando, assim, na cristalização. Essas vozes eram especialmente as dos líderes urbanos do movimento, homens, e tratavam sobre suas atuações.⁵

Com essas questões em mente foi que nos debruçamos sobre a fala de Margarete Preilipper, no documentário *A Revolta* (2010)⁶, de João Marcelo Gomes e Aly Muritiba. De modo geral, essa produção se enquadra em grande medida no panorama acima exposto, ou seja, dedica muito mais atenção aos líderes urbanos da revolta, em detrimento de mulheres e colonos - muito embora aqui, relativamente, essa discrepância não seja das maiores.

Dentre as poucas mulheres presentes no documentário, está Margarete Preilipper.⁷ Em sua fala, essa mulher, que não vivenciou diretamente os eventos de 1957, mas que está inserida em uma família fortemente marcada por eles, apresenta-nos uma narrativa que foge do padrão. Margarete aponta para as maiores participações das mulheres no cenário da Revolta, assim como questiona o pouco espaço nos estudos sobre essa participação, dentre outras questões. Seus questionamentos se mostraram tão ricos e instigantes que acabaram por nos impulsionar a buscar algumas respostas ou ao menos traçar alguns

³ GOUVEIA, Aguinaldo Henrique Garcia de. *O jagunço da Revolta dos Posseiros (1957): interpretações e representações*. Problematização de uma narrativa sobre o outro. Monografia em História. Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2019.

⁴ AMANCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

⁵ Se relacionam com essa dinâmica a seleção dos temas a serem trabalhados sobre a Revolta que, consequentemente giram em torno desses agentes e desses espaços. A centralidade das questões legais da terra, por exemplo, apesar de sua não centralidade na vida dos colonos naquele contexto, como aponta Koling (KOLING, 2018), acaba ganhando um grande destaque na produção posterior.

⁶ *A Revolta*. Direção: Aly Muritiba e João Marcelo Gomes. Brasil, DOCTV-PR, 2010. Digital. Disponível em: A Revolta - YouTube. Acesso em 27/01/2022.

⁷ Margarete, segundo suas próprias palavras ao longo do documentário, chegou a ocupar o cargo de vereadora, na cidade de Verê. Além disso, teve papel destacado na promoção de pesquisas sobre a Revolta e também em associações e sindicatos da região.

caminhos no sentido da problematização feita por ela, que se relaciona justamente com a marginalização que anteriormente pontuamos sobre as mulheres da Revolta.

Importante deixar claro que não nos propomos, aqui, a realizar um trabalho que, necessariamente, se insira na História das Mulheres ou que tome o gênero enquanto uma categoria de análise. Todavia, temos consciência de que essas perspectivas, invariavelmente, tocarão este trabalho, bem como possíveis avanços nos sentidos que apontaremos, portanto devem ser considerados. O trabalho de Eleni Varikas⁸, no diálogo com Louise Tilly e Joan Scott, nos fornece elementos essenciais para esclarecermos esse ponto. Especialmente ao retomar Scott, quando expõe que “gênero tanto é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos quanto uma maneira primária de significar relações de poder”⁹, Varikas parece apontar para uma direção segundo a qual as mulheres, frequentemente, experienciam de modos diferentes determinados cenários, se comparado aos homens; isso ocorrendo, justamente, como resultado dessas relações e experiências como sendo uma construção.

Obviamente essa dinâmica não é estanque. Longe disso, como também argumenta Varikas, “uma das tarefas primordiais do(a) historiador(a) do gênero consiste em desconstruir esses conteúdos, em mostrar sua fragilidade e polissemia, em expôr tanto a seletividade dos procedimentos pelos quais eles adquiriram um sentido único quanto as lutas de interpretações concorrentes que os produzem”¹⁰.

Partindo da fala de Margarete, em diálogo com outras narrativas de mulheres, especialmente de um artigo pioneiro de 1997¹¹, o que pretendemos aqui, então, é problematizar essa marginalização à luz da noção de “testemunhas autorizadas”, de Michael Pollak¹², e indicar possibilidades e demandas de estudo sobre a participação das mulheres em 1957 - e também sobre questões não diretamente à elas associadas, mas que são percebidas em suas falas.

Para isso, todavia, entendemos que um exercício fundamental, para podermos indicar essas possibilidades de modo mais embasado, é o delineamento do panorama dessa lacuna. Realizaremos, portanto, um breve levantamento bibliográfico, considerando bibliografia especializada e algumas fontes, atentando-nos para essa presença/ausência das mulheres. Com isso, além de um conhecimento mais profundo dessa lacuna, ficará claro que essa dinâmica de marginalização não é uma exclusividade do documentário no qual a fala de Margarete se encontra, mas sim um padrão visualizado na produção de modo geral.

⁸ VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 63-84.

⁹ Idem, p. 67.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão.v.1, n.1, p. 115-128, 1997.

¹² POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

O documentário *A Revolta* (2010) e a fala de Margarete Preilipper

Com roteiro e direção de João Marcelo Gomes e Aly Muritiba e tendo, além dos dois, Marisa Merlo na produção, foi lançado, em 2010, o documentário *A Revolta*. Este filme de 52 minutos teve sua estreia em canais públicos entre os dias 03 e 10 de janeiro de 2010. Essas informações e ainda outras encontram-se disponíveis no blog criado para a divulgação e disponibilização do material¹³.

A proposta dos autores, que têm noção dos elementos relacionados à memória que permeiam sua produção e, principalmente, têm consciência da impossibilidade de se encerrar o debate sobre o tema da Revolta¹⁴, é dar visibilidade a um tema que, segundo eles, é pouco conhecido e, com isso, suscitar debates. É, pois, justamente isso o que pretendemos fazer aqui, trabalhando a partir da presença/ausência das mulheres e de suas narrativas, especificamente a partir da narrativa de Margarete. Dessa forma, mesmo que nosso objetivo aqui não seja trabalhar diretamente com o documentário em si ou em sua integralidade, algumas questões metodológicas acerca desse material enquanto fonte histórica devem ser esclarecidas.

De imediato, devemos deixar claro que entendemos o documentário como uma construção, dotado de subjetividades e mesmo empregador de encenações¹⁵; muito distante, portanto, de uma reprodução pura e direta de uma suposta realidade retratada. Por essas características, os documentários devem ser compreendidos da perspectiva de um “lugar e mídia ‘de memória’ [que] nos leva a problematizá-lo como objeto de instrumentalizações (ou articulações) de memórias e identidades que visam colocar em prática um discurso sobre o passado, que nos seja convincente e comovente”¹⁶. Ou seja, ele é uma construção, que pode criar, recriar e reproduzir narrativas, discursos e visões sobre determinado tema. Justamente por isso é importante ter em mente a visão - inserida num âmbito de inter relações mais amplo - que o documentário possui, problematizando-a, na medida do possível.

Teremos em mente, ainda, apontamentos metodológicos presentes em textos como o de André Fonseca Feitosa¹⁷, que aponta para a necessidade de uma análise de elementos internos e externos do filme¹⁸

¹³ <http://filmearevolta.blogspot.com/>. Acesso em 06/06/2022.

¹⁴ Essas importantes e complexas noções certamente se relacionam com a formação em História de um dos diretores, Aly Muritiba, e da formação do outro diretor, João Marcelo Gomes, num ambiente em que seus pais estudavam e produziam sobre o evento em questão.

¹⁵ MENEZES, Paulo. Representações. As relações (im)possíveis entre cinema documental e conhecimento. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS* - VOL. 18 Nº. 51, pp. 87-97. 2003.

¹⁶ TOMAIN, Cássio dos Santos. Documentário, história e memória: entre os lugares e as mídias “de memória”. *Significação*, São Paulo, v. 46, n. 51, p. 114-134, jan-jun. 2019, p. 118.

¹⁷ FEITOSA, André Fonseca. O documentário enquanto fonte histórica: possibilidades e problemáticas. In: *XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH - Conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, Natal/RN. Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013. p. S/N-S/N.

¹⁸ Aqui, entendemos que o diálogo entre a análise do documentário e o que estamos chamando de panorama da lacuna, cumpra bem o papel de análise de elementos externos, além, é claro, de questões mais técnicas, como enquadramento, tempo de tela, que seriam referentes à chamada análise interna.

ou o que Marcos Napolitano aponta como a necessidade de decodificação de natureza técnico-estética e representacional¹⁹.

O documentário em questão não possui grandes particularidades, se comparado com outros sobre o mesmo tema. Segue o padrão centrado nos entrevistados, mostrando raramente as participações dos realizadores. Em determinado momento do documentário, no entanto, algo chamou nossa atenção. Na verdade, foi a partir especificamente dessa passagem que a ideia para este trabalho nasceu e se desenvolveu. Referimo-nos aqui às entrevistas com Ivo Preilipper e Margarete Preilipper, pai e filha.

Entre os minutos 12:00 e 13:00 se inicia a narrativa desse senhor que à época da Revolta era um adolescente. Ele nos conta sobre o triste fim que um casal de tios, que foram violentados nos tempos da Revolta, teve; o tio tendo enlouquecido e a tia tendo cometido suicídio. Essa passagem, como tantas outras, atua no sentido de evidenciar as violências daquele período.

O entrevistador pergunta, então, sobre o título da propriedade de Ivo Preilipper: quando ele a conseguiu, se ainda a tem; ao que o senhor responde que sim e sai para pegar o documento. Neste momento, a filha de Ivo Preilipper, Margarete Preilipper, entrega a criança que estava em seu colo para outra pessoa e se dirige ao local – ela estava logo ao lado, no mesmo barracão – onde estava sendo feita a entrevista com seu pai. A tela se divide, uma parte acompanha o pai indo buscar o documento e a outra foca-se na filha:

Cê já tem aquele... posso falar? (R: Pode). Cê já tem aquela matéria da pesquisa dos 40 anos? Do movimento sindical (R: Tenho um monte de material. Qual que é esse aí?). Nós fizemos, no sindicato, comissão regional das mulheres, na comissão regional das mulheres, dos sindicatos da região, lá da, hoje é Sesi-Fetrafi, lá em Beltrão.²⁰

Começa assim, então, a passagem norteadora de nosso trabalho. Iremos transcrevê-la aqui por completo, apesar do tamanho, pois, a despeito da pequena participação de Margarete no documentário, toda sua fala é muito rica. Tendo, então, a anuência para falar, ela continua:

Porque quando o pai tava falando, falando da questão da tia dele, da violência das mulheres; nós fizemos uma pesquisa sobre a participação das mulheres na revolta. E aí assim, ó, quando, não sei qual que é o objetivo de vocês, né, na questão, mas nós fizemos enfocados na participação das mulheres. Então o nosso ponto de entrevista e de pesquisa foi as mulheres. E aí quando falou da, da, falava dessa questão da violência que as mulheres sofreram, *na verdade, assim, os homens foram pro mato, na maioria, né, e as mulheres é que ficavam em casa, então as mulheres que enfrentaram essa realidade* [grifo nosso], essa

¹⁹ NAPOLITANO, Marcos. “A História depois do papel”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 235-290.

²⁰ PREILIPPER, Margarete. In: *A Revolta*. Direção: Aly Muritiba e João Marcelo Gomes. Brasil, DOCTV-PR, 2010. Digital. Disponível em: A Revolta - YouTube. Acesso em 02/06/2022. (14:15-14:38).

questão de se juntarem a noite, né, muitas contavam isso, que elas se juntavam a noite, se juntavam numa casa, enquanto que as crianças dormiam; e daí elas, umas ficavam cuidando das crianças, as outras dormiam. Daí quando essas levantavam as outras iam cuidar das crianças, né. Então, pra se proteger. E nessa questão da violência sexual que as mulheres sofreram, então isso pouco se fala na história, porque as mulheres mesmo, elas nunca contaram essa história, né, elas não contavam essa história porque naquele tempo não se falava sobre isso. Então elas sofriam a violência, ficavam quietas. E quando o pai falou da tia dele que se enforcou, então teve muitas mulheres que passaram por isso né de, de sofrer a violência e não comentar porque também eram elas a, que, repreendidas, porque mulher naquele tempo não falava, não se manifestava, né.²¹

Neste momento há uma espécie de mudança de direcionamento no foco de sua narrativa. Passa-se das mulheres, vítimas das violências naquele período e o silenciamento sobre essas questões, para os violadores e suas permanências.

Então acho que assim, essa questão da revolta, eu nasci com essa história, né, e me revolto cada dia mais porque, ah, até teve uma senhora que ela morreu nesse ano também e quando eu perguntei pra ela como que, como que era essa questão, ela falou assim [nesse momento, uma criança vem até a mulher e pede colo, ela fica com a criança] e daí isso que me revolta porque até hoje a gente vive com, os pais diz assim, os jagunços tão por aqui, né, tão por ai vizinho da gente, né, e incomodando sempre.. [nesse momento exclama algo com alguém próximo, provavelmente da família, em resposta, e de modo não compreensível, e então pega a criança no colo definitivamente] Eu fico com raiva da história porque, porque esses assim, o pai e esses outros não falam dos nomes, né. Por exemplo, o seu Luiz Francisco Paggi, que tem uma avenida com o nome dele lá na cidade, ele foi coordenador dos jagunços aqui no Verê; e esse homem foi farmacêutico; e essa mulher que me contou em, em 1997, foi quando nós fizemos a pesquisa, ela disse assim: ‘Ele coordenava os jagunços pra fazer as violências e daí os nossos maridos iam lá buscar remédio pra nós curar’. Né? Então isso, pra mim, revoltou muito, né. E ela disse.., essa mulher era vizinha dele; e a gente tem que levantar todo dia e olhar pra ele sentado do outro lado da rua. Né, então, ele graças a deus já morreu há mais tempo, mas ela morreu nesse ano. E ai, o que mais me revoltou, porque a, a rua, hoje o atual vice prefeito, era vereador, que indicou o nome da rua, da avenida, troca do nome. E eu na época era vereadora, fui só eu que votei contra. E hoje tem o movimento muito grande, porque esses Paggi agora, nessa eleição, por exemplo, acabaram com, perderam, saíram pra rua com revólver na mão, se manifestaram o jagunço que eles são, né [nesse momento o pai retorna com o documento, a tela deixa de ser dividida e, enquanto a mulher ainda está falando, a câmera sai dela e passa para o pai e o documento]. E se nós for contar nossa realidade de hoje, a violência que nós sofremos aqui na comunidade com os filhos e netos dessas pessoas é a mesma, é só outro jeito de brigar²².

Margarete Preilipper encerra sua fala neste momento, quando o pai retorna ao local da entrevista, com o documento de propriedade de suas terras em mãos. A tela, que durante todo o tempo da fala de Margarete esteve dividida entre ela e o pai, neste momento, ainda durante suas últimas palavras, se direciona

²¹ Idem. (14:40-16:08).

²² Idem (16:09-18:00).

apenas ao pai. Enfocando o título de propriedade de Ivo Preilipper, as falas finalmente se encerram, passando, por fim, para uma filmagem da placa da avenida, citada por Margarete.

Temos nessa narrativa o que entendemos como a passagem, a fala, os elementos mais interessantes de todo o documentário. Nela, Margarete abordou as violências, especialmente contra as mulheres e especificamente as sexuais, que ocorreram nos tempos da Revolta, ao mesmo tempo em que questionou o silêncio, seja dos próprios posseiros, como o fez sobre seu pai, seja da historiografia, que não narram e não se debruçam sobre essas questões. Além disso, afirmou que quem realmente enfrentava os jagunços eram as mulheres, que ficavam em suas casas, protegendo-as, enquanto os homens fugiam e se escondiam pelas matas. No segundo momento de sua narrativa aborda, ainda, mais diretamente, os jagunços, e mais propriamente, as permanências daquele cenário e agentes de violências. A presença na cidade de alguém que ela denomina como jagunço é extremamente significativa. Temos, então, uma família, os Paggi, que teria atuado com as companhias de terras e os jagunços, que se tornou dominante na cidade, ocupando a prefeitura e ainda outros postos de destaque.

A fala de Margarete estabelece, assim, uma relação complexa para com a historiografia da Revolta. Ao mesmo tempo em que é possível afirmar que sua narrativa se mostra plenamente coerente com o que se sabe sobre aqueles eventos, é possível afirmar, também, que ela vai além, já que é possível perceber, ainda, que seus questionamentos dizem respeito a lacunas historiográficas acerca de 1957. Especialmente se olharmos para as obras já consideradas clássicas²³, essas ausências são marcantes. O pioneirismo desses trabalhos, em certa medida, torna compreensível essas ausências. O mais preocupante, contudo, é que, ainda hoje, essas ausências e marginalizações parecem permanecer, em grande medida.

Todos esses elementos presentes na narrativa de Margarete, especialmente as questões que ela problematiza, são, de imediato, possibilidades e demandas de estudo, pois efetivamente não foram, ainda, abordadas a fundo. O fato de a narrativa tão rica dessa mulher ser, de certa forma, apenas mais uma dentre as demais, ou ainda secundária, dividindo a tela com seu pai, como se não merecesse a atenção por si só, nos fez questionar essa marginalização das mulheres - bem com a própria Margarete o fez de modo mais amplo. O destaque no documentário à busca de Ivo Preilipper do documento de propriedade da terra - em detrimento da fala de Margarete - é muito sintomático de um cenário mais amplo de produções sobre a Revolta que se enfocam, justamente, nas questões legais como um de seus temas centrais.

²³ Ver: COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. 1984. 234 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Curso de Pós-Graduação em História, Curitiba. GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. 2. ed. Curitiba: Criar, 1987. LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986. WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Littero-Tecnica, 1985.

Essa dinâmica, por sua vez, de modo algum é uma exclusividade deste documentário *A Revolta* (2010), tampouco é um ponto fora da curva nas produções sobre o movimento de 1957. A seguir, apresentaremos um breve panorama acerca dessa lacuna, bem como destacaremos trabalhos que já se debruçaram sobre essas questões.

Um panorama da lacuna

Conforme consta nos créditos finais de *A Revolta* (2010), há quinze entrevistados, sendo onze homens e quatro mulheres. Conforme já pontuado, essa predominância masculina dentre os narradores sobre a Revolta de 1957, definitivamente, não é uma exclusividade deste material. Em outros documentários sobre a Revolta também há essa predominância²⁴. Além disso, essa configuração tampouco se restringe apenas a esse tipo de produto. No suplemento especial do Jornal de Beltrão, quando das comemorações do cinquentenário da Revolta, em 2007, intitulado *O tempo da Revolta. Lembranças de quem viveu*²⁵ dentre as cerca de setenta pessoas presentes, a maioria também era de homens, muito embora a discrepância não fosse assim tão significativa. O fato de ser um material produzido no seio da comunidade abordada, num intenso cenário comemorativo, certamente possibilitou maiores contatos e proximidades que favoreceram essa menor discrepância²⁶.

Essa interpretação se pauta também no contraste que há entre a presença feminina nesse suplemento especial e as entrevistas colhidas pelo historiador Ruy Wachowicz, no final dos anos de 1970²⁷. Das 26 pessoas que, de diversas formas, tiveram algum envolvimento com o movimento de 1957 e que foram ouvidas por Wachowicz, havia apenas uma mulher. Entendemos que há, dessa forma, uma influência do

²⁴ A seguir apresentamos os números dessa presença em alguns documentários: **1)** Em “Revolta de 57 / Revolta dos Colonos / Posseiros - Sudoeste do Paraná” (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=se0IDQU--og&t=618s>, acessado em 24/01/2022), das quase vinte pessoas diretamente presentes e ouvidas, há apenas duas mulheres, que falam brevemente e ao lado de seus maridos. **2)** Em “TERRA e Poder - Disputa pela posse das terras do Sudoeste do Paraná” (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HmFiu487q24>, acessado em 24/01/2022), das treze pessoas diretamente presentes e ouvidas, quatro são mulheres, sendo que todas possuem um grande tempo de tela e falam sem companhia. **3)** Em “REVOLTA dos Posseiros- Pato Branco- Sudoeste do Paraná” (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ol4WFP9blvY>, acessado em 24/01/2022), das 22 pessoas diretamente presentes e ouvidas, seis são mulheres e todas aparecem sem companhia. **4)** Em “REVOLTA DOS POSSEIROS / COLONOS DE 1957 N SUDOESTE DO PR” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TIVuyHqtyrs>, Acesso em 24/01/2022), das quatro pessoas diretamente presentes e ouvidas, há uma mulher, com significativamente menos tempo de tela e fala acompanhada do marido.

²⁵ *O Tempo da revolta. Lembranças de quem viveu*. Suplemento especial do Jornal do Beltrão em comemoração aos 50 anos da Revolta dos posseiros – 10 de outubro de 2007.

²⁶ Esse suplemento especial, em grande medida compila entrevistas publicadas diariamente ao longo de mais de um ano pelo Jornal de Beltrão, nesse mesmo cenário do cinquentenário, entre 2007 e 2008. Considerando essa ampliação, com um número muito maior de pessoas entrevistadas, o padrão se mantém.

²⁷ A escolha por esses dois conjuntos de fontes, bem como seu contraste, ocorre devido à centralidade que eles possuem na produção de conhecimentos sobre a Revolta, sendo as entrevistas de Wachowicz amplamente utilizadas por uma bibliografia hoje clássica e as entrevistas do Jornal de Beltrão amplamente utilizadas em trabalhos mais recentes.

cenário de produção desses materiais e das relações entre seus realizadores e as pessoas entrevistadas, suas proximidades, com a presença/ausência das mulheres.

Sendo, então, esses documentos, em grande medida, a base para muitos trabalhos sobre 1957, é possível depreender alguns pontos. Afinal, na maioria desses trabalhos, percebe-se também uma predominância das vozes masculinas, bem como a ausência de direcionamentos para e a partir das vozes femininas. Novamente, é o que Amâncio pontua como sendo uma dinâmica de “cristalização dos saberes”.

Essa dinâmica, por sua vez, é muito mais válida para trabalhos clássicos - como Gomes, Lazier, Wachowicz, Colnaghi, etc - já que recentemente estudos mais diversos sobre a Revolta estão sendo produzidos, mesmo que um longo caminho ainda deva ser trilhado. Pensando especificamente na questão da presença das mulheres podemos começar abordando o artigo “As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX”, de Elir Battisti. O autor possui, como proposta geral, “[...] refletir sobre os movimentos pela posse e uso da terra desencadeados no Sudoeste do Paraná no final dos anos 1950 - Revolta de 1957 - e em meados dos anos 1980 - ocupações, acampamentos e assentamentos do MASTES/MST - procurando enfatizar os aspectos históricos, geográficos, sociológicos e antropológicos”²⁸. Além disso, como pontua Koling, ao nos apresentar esse trabalho,

Elir Battisti (2006) ampliou a visão sobre os sujeitos sociais e as práticas de resistência que os colonos (homens, mulheres e crianças) realizaram em contraposição às companhias e seus jagunços, sendo este artigo um dos primeiros trabalhos que abordam a revolta de 1957 na perspectiva de gênero, com enfoque à participação ativa das mulheres, que tinham que enfrentar triplamente as ameaças e violências praticadas pelos donos e empregados das empresas grileiras de terra²⁹.

Ao longo de seu artigo, contudo, Battisti dedica literalmente uma página para essa análise específica da participação das mulheres, na qual afirma o seguinte:

A mulher camponesa, tanto na revolta de 1957 como nas mobilizações da década de 80, demonstrou coragem descomunal tanto na defesa de ‘seu’ território (posse, ocupação) quanto na defesa de sua família e ‘comunidade’. Foi assim que, em 1957, ela enfrentou os jagunços para proteger os filhos e a propriedade enquanto o ‘seu homem’ estava escondido no mato para não assinar ‘confissão de dívida’ às companhias colonizadoras³⁰.

²⁸ BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

²⁹ KOLING, Paulo José. *A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2018, p. 300.

³⁰ BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006. p. 85.

Na sequência ainda faz algumas afirmações sobre a participação das mulheres nos movimentos de luta pela terra nos anos de 1980, o que indica uma interessante permanência dessa importante atuação das mulheres nesse cenário. Por fim, conclui que: “Conforme visto, a participação da mulher foi decisiva para o êxito da luta camponesa pela terra no Sudoeste do Paraná. Sua atuação ocorreu basicamente em dois flancos: na linha de frente e na retaguarda - sustentação logística e moral³¹”.

Há também o artigo “Olhar feminino sobre a colonização do sudoeste do Paraná”, de Gilmar Fiorese. Aqui, o autor traça um panorama geral, abordando as divisões público/privada, que impõem às mulheres os locais silenciados, questiona a produção historiográfica lacunar, aponta a participação das mulheres em diversos momentos de nossa história e, por fim, pergunta: “E no sudoeste do Paraná, não teria sido significativa a participação da mulher na construção desta história?”³². Percebe-se, com isso, que o foco do autor não se refere propriamente à participação das mulheres no movimento de 1957, mas sim na chamada colonização do sudoeste. Ainda assim, elementos da Revolta são abordados tangencialmente.

Fiorese defende o emprego da História Oral para se ter acesso a vozes marginalizadas na produção de conhecimentos sobre aquele contexto, como as das mulheres. O autor passa, então, a trabalhar com entrevistas colhidas por ele com mulheres da região acerca do processo de ocupação do Sudoeste. Essa sua abordagem, contudo, não traz muitos elementos novos, a despeito das possibilidades que ela suscita e mesmo de suas intenções. As narrativas apresentadas ao longo do trabalho não são problematizadas no sentido de aprofundar e/ou questionar as problemáticas tocadas.

Há, todavia, algumas exceções que, ao tocarem questões mais profundas e/ou diversas, ou seja, que fogem do padrão da historiografia, por um lado, reforçam a significância dessa análise focada na perspectiva das mulheres como enriquecedora e que, por outro lado, apontam para a falta de aprofundamento que essas questões demandam. Uma dessas exceções diz respeito a determinada passagem em que se fala que as mulheres também trabalhavam abrindo caminhos, estradas, derrubando mata, etc, bem como na sequência algumas reflexões acerca da devastação ambiental provocada por esse processo. Temos, nessas passagens, elementos que poderiam ensejar uma problematização dos supostos locais de trabalho de homens e mulheres, afinal, conforme se percebe em demais documentações e mesmo na bibliografia, não é comum associar as mulheres do Sudoeste a essas referidas atividades. A outra exceção, talvez a mais interessante e que mais espaço possibilitasse para um aprofundamento, diz respeito às dificuldades acerca da moradia e alimentação nos primeiros tempos naquela região; ou seja, de adversidades enfrentadas nos seios das famílias nos primeiros momentos no Sudoeste. Ao passo que problemas com a legalização das terras, com os

³¹ Idem, p. 86.

³² FIORESE, Gilmar. Olhar feminino sobre a colonização do sudoeste do Paraná. In: *Pauta Interdisciplinaridade e Pensamento Científico*. Pato Branco - Paraná, v. II, n.nº 1, p. 173-197, 2003, p. 179.

transportes ou com as lavouras são amplamente explorados em grande parte das narrativas, essas dificuldades consideradas do lar não são tão presentes.

Esses exemplos confirmam, também, a própria postura inicial de Fiorese, defendendo essa abordagem enquanto possibilitadora de novas interpretações, trazendo novos elementos. Segundo o autor, “nos conflitos sociais pela terra no sudoeste paranaense, os homens também não venceram sozinhos. Se apenas os homens foram incluídos nas narrativas e nas produções existentes, não significa que as mulheres não possuem uma história. Elas têm uma história, porém não estão na historiografia”³³.

A afirmação de Fiorese de que as mulheres abriam os caminhos juntamente com os homens encontra respaldo no trabalho de Luís Fernando Lopes Pereira³⁴, no qual o autor dedica um capítulo especialmente para tratar das “Narrativas silenciadas: a invisibilidade da luta e da resistência das mulheres”. Ao longo das dezesseis páginas desse capítulo, Pereira aborda a já referida derrubada das matas e abertura de caminhos e terrenos, que envolviam homens e mulheres, mas também da exclusão das mulheres das questões políticas. Trata das sociabilidades e espaços de lazer que eram ocupados também pelas mulheres, mas dos quais havia mais opções aos homens. O cotidiano, com as indumentárias, saúde, escola, culinária, etc, também são abordadas.

Pereira analisa, ainda, as questões mais diretamente relacionadas ao cenário de violência e ao movimento do levante. Segundo o autor, aquelas mulheres acabaram desempenhando um papel central na medida em que estavam inseridas em uma série de estratégias dos homens para se livrarem dos jagunços, suas cobranças e violências. Isso ocorria porque os homens fugiam e se escondiam dos jagunços, restando às mulheres enganá-los e enfrentá-los. Ainda segundo Pereira, os jagunços, por não terem nas mulheres o seu foco – que eram os homens – acabavam abandonando momentaneamente seus objetivos. Todos esses encontros, por sua vez, eram extremamente desgastantes para elas, podendo acarretar até mesmo em abortos³⁵.

Por fim, teriam ocorrido casos em que os jagunços não desistiram tão facilmente frente a não presença dos homens, como no caso de Paula Preilipper, que “matou para se defender”, ou das mulheres usando armas, segundo Manoela Pecoits.

³³ Idem, p. 180.

³⁴ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK: estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense. (1957)* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

³⁵ Idem, p. 64.

As testemunhas autorizadas

Devemos deixar claro que em todos os materiais sobre a Revolta dos posseiros as mulheres estão presentes; sejam artigos, dissertações ou teses e mesmo em produções não acadêmicas. Trabalhos que abordam a perspectiva da memória e/ou História Oral talvez sejam nos quais essa presença mais se destaca, justamente pelo fato de que essas perspectivas possibilitam ouvir vozes muitas vezes silenciadas e/ou marginalizadas³⁶. A já citada obra de Iria Zanoni Gomes, que emprega a oralidade, dentre os estudos considerados clássicos, talvez seja o maior exemplo disso, especialmente se compararmos com outras obras do mesmo período, como as de Colnaghi ou de Lazier, que se focam muito mais em documentos oficiais. Mesmo tendo uma quantidade muito menor de vozes de mulheres - se comparadas às de homens - no trabalho de Gomes, elas estão mais presentes.

A História Oral, portanto, possibilita uma maior presença e diversidade de vozes. Contudo, mesmo nesses casos, a presença das mulheres parece não ter sido devidamente aprofundada. Ela está sempre presente, mas dificilmente direciona-se o foco sobre elas, sobre suas experiências e sobre suas perspectivas. O destaque, ao fim e ao cabo, acaba ficando realmente com os grandes nomes e líderes do movimento, as “testemunhas autorizadas”.

Mas, afinal, o que ou quem seriam essas “testemunhas autorizadas”, como coloca Michel Pollak³⁷. Encontramos direcionamentos para melhor compreender essa questão na seguinte passagem.

Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão. Esse papel existe também, embora de maneira menos claramente definida, nas associações de deportados ou de ex-combatentes. Pode-se perceber isso quando se aborda, no contexto de uma pesquisa de história oral, os responsáveis por tais associações. Em minha pesquisa sobre as sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau, uma das responsáveis pela associação me disse, antes de me pôr em contato com algumas de suas companheiras: ‘O senhor deve compreender que nós nos consideramos um pouco como as guardiãs da verdade.’ *Esse trabalho de controle da imagem da associação implica uma oposição forte entre o ‘subjetivo’ e o ‘objetivo’, entre a reconstrução de fatos e as reações e sentimentos pessoais* [grifo nosso]. A escolha das testemunhas feita pelas responsáveis pela associação é percebida como tanto mais importante quanto a inevitável diversidade dos testemunhos corre sempre o risco de ser percebida como prova da inautenticidade de todos os fatos relatados. Dentro da preocupação com a Imagem que a associação passa de si mesma e da história que é sua razão de ser, ou seja, a memória de seus deportados, é preciso portanto escolher testemunhas sóbrias e confiáveis aos olhos dos dirigentes, e evitar que ‘mitômanos que nós também temos’ tomem publicamente a palavra³⁸.

³⁶ A respeito dessa perspectiva, trabalhos como os de POLLAK, 1989, POLLAK, 1992, THOMPSON, 1992, ALBERTI, 2010, BOSI, 1994, CANDAU, 2011, dentre outros, apontam nesse sentido.

³⁷ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

³⁸ Idem, p. 10.

Nesse sentido, as “testemunhas autorizadas” seriam as pessoas que, devido a um processo que envolve diversas variáveis, tornaram-se, e foram transformadas, nessas “guardiãs da verdade”. Com isso, ao se buscar conhecer determinado tema, costuma-se recorrer à essas mesmas pessoas – o que pode resultar num ciclo problemático, justamente pela questão pontuada por Pollak na qual essa dinâmica recorrentemente opõe à essas testemunhas autorizadas todas as demais, que seriam apenas detalhes, não dignos de serem ouvidos. Dessa forma, “se o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de ‘historiadores da casa’”³⁹. Pessoas presentes no documentário *A Revolta* (2010), por exemplo, como Ivo Thomazoni e Jácomo Trento, são exemplos dessas testemunhas autorizadas⁴⁰.

Além disso, por terem esse status, é comum que essas pessoas padronizem suas narrativas, elencando e apresentando apenas a verdade - ou seja, o que elas consideram como sendo o mais relevante, a verdade para elas, que, por conseguinte, acabam sendo difundidas. Com isso, corre-se o risco de deixar-se de lado, de se perder muitos elementos riquíssimos para a análise histórica. Ao fim e ao cabo, pode acontecer, assim, uma “cristalização dos conhecimentos”, na perspectiva já exposta de Amâncio.

Consideramos que seja esse o caso da narrativa de Margarete Preilipper - e de tantas outras mulheres - pois se enquadraria nessa tipificação de “mitômanos”⁴¹ ou ainda como um mero expressar de “reações e sentimentos pessoais”⁴². Por não ser uma testemunha autorizada, a narrativa de Margarete e de tantas outras acabam sendo colocadas de lado. O contraponto entre a presença de Margarete – com sua narrativa “não autorizada” – frente à narrativa de seu pai – inclusive por estar falando num “tema central”, a propriedade da terra – parece deixar essa dinâmica bem evidente.

Outro contraste possível de ser feito, ainda em comparação à presença de Margarete, no documentário, diz respeito à presença de Ivo Thomazoni e Jácomo Trento, considerados dois dos grandes líderes do movimento de 1957. Os dez minutos finais da produção são praticamente todos dedicados a eles. Realiza-se, então, encenações – semelhante ao que pontua Menezes, mas não com o intuito de iludir e sim de construir uma narrativa centrada naquelas figuras – nas quais aqueles homens posam para fotos, com documentos aos seus pés, como a dizer que a história que aqueles papéis contam foi feita por eles⁴³.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Em cada recorte trabalhado a construção dessas “testemunhas autorizadas” ocorre de formas diferentes. No caso da Revolta de 1957 podemos indicar alguns elementos: o grande destaque da cobertura midiática coeva ao movimento centrada nos agentes urbanos; o fato de que alguns desses mesmos agentes, como Manoel Pecoits e Ivo Thomazoni alçaram carreiras políticas posteriores; um preconceito (como indica MARTINS, 1980), acerca da independência e mesmo capacidade política e de mobilização dos camponeses; a estrutura patriarcal; etc.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem.

⁴³ Não queremos dizer que não o foi, apenas que outras pessoas também a fizeram.

Todo esse cenário, no entanto, contrasta imensamente com o padrão de representação, presença e atenção dedicados às mulheres. Neste caso em específico, é curioso comparar a fala padronizada desses homens, que tantas vezes já fizeram isso e que praticamente nada de novo trazem para a produção de conhecimentos sobre a Revolta, ao passo que recebem uma verdadeira homenagem, com a necessidade de permissão para falar de uma mulher que nos fornece, em sua narrativa provavelmente poucas vezes ouvida, elementos interessantíssimos, novos e que clamam por serem abordados. Não teríamos, então, uma clara hierarquização entre essas vozes? Não basta a mulher estar ali. É preciso que nós nos debruçemos sobre o que ela nos fala.

Como já pudemos perceber, a partir da fala de Margarete Preilipper - e os trabalhos abordados na seção anterior reforçam - as mulheres, acerca da Revolta dos posseiros, têm muito o que falar. Mais do que isso, entendemos que, justamente, por estarem há tanto tempo marginalizadas na produção de conhecimentos e/ou memórias sobre a Revolta, olhares mais atentos para suas perspectivas podem se mostrar inovadores, trazendo elementos e abordagens até então pouco ou não trabalhados, aprofundando e complexificando nossos conhecimentos sobre aquele contexto histórico.

Possibilidades e demandas a partir das narrativas das mulheres da Revolta

O último trabalho dedicado às mulheres com o qual trabalharemos⁴⁴ é “A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957”, de José Luiz Zanella e Sílvia Ana Kramer, de 1997⁴⁵. Este texto trata-se de uma espécie de relatório parcial de um projeto que estava em andamento quando de sua publicação. Segundo a introdução dos autores “O presente texto é o resultado parcial de um estudo realizado pelo Setor de Pesquisa e Extensão da Facibel em conjunto com a Comissão Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Sudoeste do Paraná”⁴⁶. A proposta partiu dessa comissão que, segundo os autores, possuía quinze membros que, por sua vez, coordenavam cerca de outras 3000 por todo o Sudoeste. O objetivo desse grupo, após constatarem a inexistência de mulheres nos estudos, era “resgatar a história da participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957”⁴⁷.

⁴⁴ Optamos por deixá-lo por último e separado dos anteriormente trabalhados, pois este artigo de 1997, em grande medida, serviu de base para aqueles - especialmente para o capítulo de Pereira. Além disso, mais do que análises e/ou debates teóricos, este artigo traz uma série de trechos de entrevistas com mulheres que participaram da Revolta e que vão atuar no sentido de encaminharmos mais objetivamente nossas propostas.

⁴⁵ ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão.v.1, n.1, p. 115-128, 1997.

⁴⁶ Idem, p. 115.

⁴⁷ Idem, p. 116.

Ao que tudo indica, é a este projeto que Margarete Preilipper, no início de sua fala no documentário, se refere. Infelizmente parece não ter havido continuidade, pois não encontramos materiais posteriores⁴⁸. De qualquer forma, esse breve texto merece destaque pelo pioneirismo nessa abordagem, ainda mais por sua relação intrínseca com as mulheres da região e da riqueza do conteúdo que ele nos apresenta. Por isso, a despeito de sua inconclusão, entendemos que esse trabalho possui um caráter seminal, instigando e mesmo direcionando caminhos que ainda precisam ser trilhados. A seguir pretendemos destacar algumas questões nesse sentido. Mais do que isso, entendemos que a partir desse artigo e, especialmente dos trechos de entrevistas com as mulheres do Sudoeste – bem como da fala de Margarete Preilipper – muitos caminhos podem ser desvelados, muitas possibilidades e demandas de estudos podem ser apontadas.

Os autores iniciam, efetivamente, sua exposição traçando um breve panorama contextual da história do Sudoeste e da Revolta de 1957, ao final do qual questionam: “Nesse contexto de luta pela terra no Sudoeste, pergunta-se: qual foi a participação da mulher? Se participou, como e de que forma foi?”⁴⁹. Passa-se, então, a esclarecer questões metodológicas e teóricas do projeto. Segundo os autores, frente à falta de fontes sobre as mulheres, decidiu-se abordar o não documentado, como eles definiram, lançando mão, então, da História Oral.

Como naquele momento já haviam sido colhidas diversas entrevistas, mostrava-se possível a apresentação de resultados parciais minimamente robustos. Com isso, os autores passam, então, a apresentar “algumas citações consideradas relevantes para destacar as diversas formas pelas quais a mulher participou da história do Sudoeste”⁵⁰, divididas em temas.

Na temática da “Saúde” Manoela Pécoits nos fala que atendiam, naquele período, mais esfaqueados do que doentes⁵¹. Tal passagem pode ser contrastada, por exemplo, com as narrativas de Rubens Martins⁵², que afirma que naquele período não houve violências significativas e que os ditos ataques de jagunços eram apenas discursos políticos com objetivo de enfraquecer o PSD, que na época dominava politicamente a região.

É, contudo, no eixo temático sobre “A participação da mulher na Revolta de 1957” e todas as suas subdivisões, que temos as passagens mais ricas⁵³. É aqui que se destacam os enfrentamentos diários, por muito tempo, inclusive antes da Revolta em si, dessas mulheres, em suas casas especialmente, frente às

⁴⁸ Isso possivelmente é explicado pela incorporação da Facibel, em 1999, à UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná).

⁴⁹ Idem, p. 117.

⁵⁰ Idem, p. 118.

⁵¹ Idem, p. 120.

⁵² MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba: Estúdio GMP, 1986.

⁵³ Além disso, optamos por nos focarmos mais nesses temas, pois as questões do cotidiano já foram trabalhadas por PEREIRA, 2020.

companhias e os jagunços. O embate direto entre essas mulheres e os jagunços pode ser percebido no trecho a seguir:

Bem, os homens se escondiam tudo porque eles não ficavam em casa, porque tinham medo dos jagunços que vinham matá e as mulher tinham que enfrentar porque tinham os filho; não podia deixá eles levá os filho. Eu trabalhava assim na beira da estrada, do carreiro, levava as criança numa caixinha e eles passavam, um tal de Orélio, que judiou de todo mundo, dizia: vai embora mulher boba, para de trabalhar nesta roça, leva estas criança pra casa, isso aí não adianta tu plantá, porque é tudo nosso mesmo. Nós vamo soltá os cavalo pra comê tudo que você planta aí. E eu mandava que ele viesse. Eu enfrentava eles, eu não tinha medo (Diversina Topanotti)⁵⁴.

As violências, especialmente contra as mulheres e especialmente as sexuais, também são abordadas: “Eles fizeram muito crimes, onde estava só a mulher, pegavam ela e faziam o que queriam e saiu até nos jornais. Eles matavam, estupravam mulheres e meninas e queimaram as casas para que o povo saísse das terras” (Antonia Cantini)⁵⁵.

Mesmo questões que não tocam especificamente na atuação das mulheres, mas que são elementos ainda hoje pouco abordados, estão presentes em suas falas, como a respeito da suposta liberação do então governador do Estado, Moisés Lupion, de prisioneiros para atuarem como jagunços: “O governador Lupion soltou os presos para serem jagunços aqui no Sudoeste. Estes jagunços mataram os animais das famílias para comer, faziam o que queriam com as mulheres e moças, matavam os homens que não tinham dinheiro” (Alvina Bonin Peron)⁵⁶. Esta é, inclusive, uma questão de primeira importância a ser abordada, visto que está presente também em outras documentações. Aparecem, contudo, quase sempre da mesma forma que se deu aqui. Carecemos, assim, de documentações mais diretas para atestar (ou não) e analisar esse tema.

As maiores complexidades das relações entre jagunços e posseiros também são abordadas:

Os jagunços existiam, quando eles vinham parecia que a terra tremia. Na minha casa, depois de casada, nós tinha bodega. Era o lugar que eles paravam para comer e beber. Quando eles chegavam, estavam armados dos pés aos cabelos, tudo que é tipo de arma. (...) A gente sabe que eles mataram gente, fizeram gente deixar as propriedades (Maria F. Faust)⁵⁷.

Percebe-se, nesta passagem, que as relações entre jagunços e posseiros não seriam exclusivamente de embate ou violência direta, ao menos não em todos os momentos, muito embora talvez possamos afirmar que houvesse uma tensão constante. De qualquer forma, dizer que havia maiores complexidades nas relações

⁵⁴ ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão.v.1, n.1, p. 115-128, 1997. p. 124.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ *Idem*, pp. 124-125.

⁵⁷ *Idem*, p. 125.

entre jagunços e posseiros não deve ser interpretado como uma relativização ou deslegitimação das violências cometidas por aqueles contra estes naquele cenário.

Em vias de conclusão sobre este texto podemos dizer, então, que apesar de ser apenas a apresentação de um resultado parcial, trata-se de um material muito interessante no sentido de, primeiro, defender uma maior e mais complexa participação das mulheres naquele cenário e, segundo, através dos trechos citados, apontar para direções pouco exploradas nos estudos sobre a Revolta - justamente por partirem de vozes ainda pouco ouvidas - como as maiores complexidades das relações com os jagunços e mesmo uma possível centralidade das mulheres no embate com os jagunços. Esse resultado parcial, portanto, indica, mesmo que não intencionalmente, e motiva, novos caminhos a serem trilhados nos estudos sobre a Revolta.

Apesar de sabermos hoje muito mais, por exemplo, sobre esses embates mais diretos entre os jagunços e as mulheres, infelizmente, lendo este trabalho hoje, parece-nos que esses caminhos não foram suficientemente trilhados ainda. Urge, portanto, a necessidade de tais estudos, já que como pontuaram Zanella e Kramer em 1997 “mais do que nunca constatamos que, de uma forma ou de outra, as mulheres souberam resistir e conseguiram enfrentar os jagunços”⁵⁸.

Considerações finais

Nossos objetivos centrais com este trabalho, foram, primeiro, apontar para alguns problemas de marginalizações e hierarquizações nas produções de conhecimento sobre a Revolta dos posseiros de 1957 a respeito da presença e vozes das mulheres e, segundo, apontar para algumas direções, indicando possibilidades e necessidades frente a esses problemas. Infelizmente uma crítica bibliográfica mais aprofundada, neste momento, se mostrou inviável. Por isso, com exceção dos artigos específicos sobre a presença das mulheres, acabamos indicando panoramas gerais, mais do que abordando casos e produções a fundo.

A respeito de nossa segunda proposta central, tentamos direcionar alguns olhares, com o objetivo de que essas questões, possibilidades e demandas, se apresentassem mais claramente. Nesse sentido, o trabalho com o texto de Zanella e Kramer foi essencial, afinal, conforme esperamos ter ficado claro, as narrativas que ali constam apontam para questões ricas e ainda pouco abordadas. Do diálogo entre os conteúdos presentes nas narrativas dessas mulheres, portanto, esperamos ter exposto possibilidades e demandas de estudo pertinentes. A título de conclusão, podemos, então, esquematizar essas opções.

⁵⁸ Idem, p. 126.

Ao falar das violências sofridas pelas mulheres naquele período, destacadamente as sexuais, Margarete Preillipper, para além das denúncias desses atos, direciona nosso olhar para o que vem se constatando como um fato: o destacado enfrentamento entre mulheres e jagunços, talvez até mais direta e frequentemente.

Se realmente foram os homens que tomaram as cidades⁵⁹, como nos diz a bibliografia, sendo eles a grande maioria das pessoas que executaram tal ato, teriam sido as mulheres que durante meses antes desse estopim enfrentaram, com mais frequência, os jagunços. Em suas casas, protegendo seus filhos, cuidando de suas posses e lutando por si mesmas, muitas vezes armadas. Os homens, tantas vezes obrigados, como estratégia de sobrevivência, a fugirem e se esconderem nos matos por suas vidas. Como nos contou Diversina: “Enfrentei muitos jagunços até com arma de fogo e nunca tive medo. Eu fui uma mulher de muito coragem, mais coragem que meu marido, não fez o que eu fiz e botei eles a correr também da minha casa” (Diversina Topanotti)⁶⁰.

Podemos pensar essa questão nos termos das “tarefas primordiais”, apontadas por Varikas, ou seja problematizar e desconstruir esses conteúdos prévios, bem como apontar as polissemias - acerca do papel das mulheres em determinado contexto. Nesse sentido, o exemplo exposto pela autora, traz o contraste entre o que se esperava das mulheres contra revolucionárias na França no século XVIII, muito associado com a religiosidade, frente ao que se descobriu com pesquisas históricas, a saber, que aquelas mulheres tinham uma série de atuações que se davam em outros âmbitos, que não eram os “seus”. Podemos, de modo semelhante, realizar esse exercício com as mulheres da Revolta de 1957. Afinal, se inicialmente o lugar atribuído a elas era o do lar e sem desempenhar funções naqueles cenários, o que as fontes têm nos mostrado, na verdade, é que elas desempenharam papel central naquele contexto, especialmente nos confrontos e tensões cotidianas com os jagunços.

Não buscamos, com isso, de forma alguma, diminuir os feitos daqueles homens. Tendo resistido por muito tempo, levantaram-se e atingiram seus objetivos. Apenas deve-se deixar claro que as mulheres estavam juntas e não atrás deles, como apoio, mas lado a lado, muitas vezes sofrendo mais e enfrentando embates mais diretos. Nesse sentido, Pereira afirma que “a Revolta, para muitas mulheres, caracterizou-se como um período de medo e angústia, mais do que de violência propriamente dita, tal como enfatizava o

⁵⁹ Apesar de não abordarmos diretamente a presença de outras mulheres do documentário *A Revolta* (2010), podemos indicar, brevemente, uma passagem em que Manoela Pécoits, figura de destaque naquele contexto, diz que ela, bem como outras mulheres, aprendia a usar e usavam, efetivamente, armas, para se protegerem – e também a outras pessoas – dos jagunços. A presença de mulheres em armas pode ser visualizada, inclusive, em fotografias de Oswaldo Jansen do dia da tomada de Francisco Beltrão. Muito embora em número reduzido, elas estavam lá.

⁶⁰ ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão.v.1, n.1, p. 115-128, 1997, p. 126.

discurso político de Othon Mader. A ‘violência simbólica, manifestada por meio de ameaças, foi o fator que desencadeou o medo e, em consequência, a mobilização’⁶¹.

Ao percebermos que são, em sua imensa maioria, homens as testemunhas autorizadas e que, portanto, em grande nível direcionam os conhecimentos que temos sobre o tema, exaltando seus feitos e marginalizando os de outros agentes, destacadamente das mulheres, essa questão ganha ainda mais contraste.

É, então, por isso que devemos expandir nossos olhares, além de direcioná-los para questões e sujeitos pouco abordados. As falas de Margarete Preilipper, juntamente com as que estão presentes no texto de Zanella e Kramer, para além de toda essa problematização acerca da presença das mulheres, apontam para diversas outras questões. Falas como a de Alvina, acusando o então governador do Estado, Moisés Lupion, de liberar presidiários para atuarem como jagunços a mando das companhias, não são casos isolados. Essa é, inclusive, uma questão de grande relevância que possibilita e demanda maiores esforços.

Questões como esta da liberação de jagunços por Lupion, bem como outras, não estão presentes apenas nas falas de mulheres. Ou seja, muitos dos elementos aqui pontuados a partir das falas dessas mulheres podem também estar presentes nas falas de homens. Todavia, nos parece correto afirmar que mesmo nesses casos, as perspectivas delas podem ser muito diversas. Como também destaca Pereira, pautando-se no trabalho de Svetlana Alexijevich “a memória feminina sobre fatos dolorosos, como guerras e revoltas, é mais trágica e vivenciada de modo mais terrível do que a memória dos homens”⁶². Se se tomar esse pressuposto em diálogo com a necessidade de problematizações dos conteúdos prévios, conforme defende Varikas, certamente se alcançará uma abordagem muito mais rica.

Dessa forma, as indicações aqui realizadas apontam mais do que possibilidades e demandas de estudo sobre as mulheres, focando as análises em suas presenças e atuações no cenário da Revolta, mas também, demonstram possibilidades de enriquecimento de análises diversas que podem advir ao direcionarmos nossos olhares, com perguntas e problematizações, a partir das experiências dessas mulheres, de suas narrativas, de suas perspectivas e que se referem a temas diversos.

Buscando concluir esse debate, entendemos que, se trabalhadas de uma perspectiva da História das mulheres, do gênero enquanto uma categoria de análise, as demandas e possibilidades aqui apontadas, têm um grande potencial de desvelar particularidades ainda não expostas sobre aquele contexto, bem como apontar as fragilidades de conteúdos prévios e destacar as polissemias daquelas práticas e realidade. Por outro lado, mesmo que essas questões não estejam no centro do debate, o emprego das vozes das mulheres

⁶¹ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK: estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense. (1957)* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p. 62.

⁶² Idem, p. 56.

da Revolta – e aqui indiretamente retornamos à categoria de gênero – possibilita visões ainda pouco exploradas, justamente porque suas experiências foram, em grande medida, diversas das vozes autorizadas acerca daquele movimento. Dessa forma, entendemos entrar em acordo com uma das conclusões de Varikas, que defende que as perspectivas da História das Mulheres e do gênero enquanto uma categoria de análise histórica sejam imiscuídas por todo o fazer historiográfico, muito mais do que atrelados a uma “pátria”.

Na segunda parte da fala de Margarete, há passagens que indicam para a permanência de agentes violadores do período de 1957, nas cidades do Sudoeste, ainda no presente (presente quando do documentário, ou seja, 2009/2010). Ela os denomina como jagunços, muito embora, poderíamos dizer que se trata, mais possivelmente, de um gerente de companhia ou algo similar. Poderíamos, também, nos questionar até que ponto essa distinção é correta. Afinal, não seriam os gerentes das companhias - que até onde sabemos, poderiam ter dentre suas funções o controle das ações dos jagunços - também diretamente responsáveis pelas violências daquele momento? De qualquer forma, essa fala, ao nos indicar essa permanência, possibilita e demanda novas abordagens. Se realmente há indivíduos na região que atuaram como violadores no período da Revolta – ou mesmo seus descendentes – isso pode gerar traumas, tensões, enfim, diversos problemas para as pessoas que foram violentadas naquele momento e mesmo para seus descendentes. Essa questão, inclusive, foi diretamente levantada por Margarete.

Outro elemento que essa possível permanência pode indicar é que parece não ter havido as devidas penalizações para aqueles sujeitos. E ainda – o que se mostra mais significativo em caso de real influência e prestígio desses sujeitos naquelas comunidades no presente – isso pode implicar em direcionamentos no próprio fazer historiográfico sobre o tema, especialmente em questões sensíveis, como as violências praticadas naquele período. Afinal, não seria coerente pensar na possibilidade de influência desses sujeitos nas declarações das pessoas sobre aquele acontecimento histórico e especialmente sobre os temas mais sensíveis?

Por fim, uma última possibilidade/demanda de abordagem acerca do tema mais amplo da Revolta de 1957, se refere às possíveis maiores complexidades das relações entre posseiros e jagunços. Novamente retomamos aqui as passagens fornecidas no artigo de Zanella e Kramer. Nesse sentido destaca-se a fala de Maria Faust, que possuía uma bodega no período, na qual os jagunços frequentavam. Certamente, como a própria Maria indica, havia tensão nesses momentos. Porém, apenas com sua fala, já há indicações que extrapolam a noção de relação entre esses sujeitos pautada na exclusividade da violência direta.

Diversas outras narrativas sobre essas prováveis relações mais complexas estão presentes em outras fontes, como o próprio documentário *A Revolta*, ao longo das publicações das entrevistas do Jornal de Beltrão, etc. Esta, inclusive, é uma fonte essencial - frente à impossibilidade de novas entrevistas com pessoas que vivenciaram 1957 - para todas essas abordagens aqui apontadas. Isso, por sua vez, reforça algo

que esperamos já ter ficado claro ao longo do trabalho, a saber, a importância da História Oral para essas abordagens - e para novas perspectivas de modo geral.

Não podemos ignorar, entretanto, que, apesar de não ser uma testemunha autorizada - por não ser homem e/ou liderança urbana do movimento de 1957 - Margarete Preilipper pode não representar uma ruptura total com essas hierarquias. Afinal, ela possui um lugar de relativo destaque dentro daquela comunidade, por ter atuações políticas, sindicais, etc. Considerando-se isso, torna-se ainda mais importante trabalhos como o de Tiago Orben⁶³ - especialmente as entrevistas completas por ele realizadas, algumas com mulheres de Verê - ou ainda a já citada atuação do Jornal de Beltrão que, justamente por sua inserção naquela comunidade, conseguiu expor a voz de diversas dessas atrizes históricas.

A importância, portanto, de se compreender mais a fundo os papéis desempenhados pelas mulheres no movimento de 1957, bem como os assuntos por elas abordados em suas narrativas, portanto, se mostra mais significativa ao passo que compreendemos a Revolta do Sudoeste, como um episódio ímpar de nossa história – destacando-se o alcance dos objetivos daqueles sujeitos – mas também como um episódio que se insere num padrão muito mais amplo, num contexto de expansão das fronteiras e de disputas pela terra. Dessa forma, compreender a Revolta dos Posseiros em sua complexidade, é compreender também um dos elementos centrais da própria história do Brasil, as disputas pela terra, as diversas violências praticadas nesse cenário e as ações e reações de homens e mulheres frente a isso.

Referências

A Revolta. Direção: Aly Muritiba e João Marcelo Gomes. Brasil, DOCTV-PR, 2010. Digital. Disponível em: A Revolta - YouTube. Acesso em 27/01/2022.

ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da história”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

AMANCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

⁶³ ORBEN, Tiago Arcanjo. *A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2014. 150 p.

- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. 1984. 234 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Curso de Pós-Graduação em História, Curitiba.
- FEITOSA, André Fonseca. O documentário enquanto fonte histórica: possibilidades e problemáticas. In: *XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH - Conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, Natal/RN. Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013. p. S/N-S/N.
- FIORESE, Gilmar. Olhar feminino sobre a colonização do sudoeste do Paraná. In: *Pauta Interdisciplinaridade e Pensamento Científico*. Pato Branco - Paraná, v. II, n.º 1, p. 173-197, 2003.
- GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. 2. ed. Curitiba: Criar, 1987.
- GOMES, Roberto. *Os dias do demônio*. Curitiba: Criar Edições, 2001.
- GOUVEIA, Aguinaldo Henrique Garcia de. *O jagunço da Revolta dos Posseiros (1957): interpretações e representações*. Problematização de uma narrativa sobre o outro. Monografia em História. Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2019.
- KOLING, Paulo José. “A Revolta de 1957 no sudoeste do Paraná: luta pela terra, memórias e (re)disputas pela história”. In: PRIORI, Ângelo; GRUNER, Clóvis. *Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim: movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIX e XX)*. Curitiba: ANPUH, 2016.
- KOLING, Paulo José. *A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2018.
- LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Vozes: Petrópolis, 1981.
- MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba: Estúdio GMP, 1986.
- MENEZES, Paulo. Representações. As relações (im)possíveis entre cinema documental e conhecimento. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 18 Nº. 51*, pp. 87-97. 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. “A História depois do papel”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 235-290.
- O Tempo da revolta. Lembranças de quem viveu*. Suplemento especial do Jornal do Beltrão em comemoração aos 50 anos da Revolta dos posseiros – 10 de outubro de 2007.
- ORBEN, Tiago. “As comemorações da Revolta dos Colonos em seu cinquentenário: Francisco Beltrão/PR, 2007”. *Revista IDEAS*, v. 9, n. 2, p. 45-73, 2015.

- ORBEN, Tiago Arcanjo. *A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2014. 150 p.
- PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK: estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense. (1957)* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- PRIORI, A., et al. “A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná”. In: *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá: Eduem, 2012, pp. 143-158. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>. Acesso em 20/05/2019.
- SANTOS, Roseli Alves dos. A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no Sudoeste do Paraná. *Geo UERJ* - Ano 12, nº. 21, v. 2, 2º semestre de 2010.
- SILVA, Moacir Motta da. *Ontem, confrontos e conflitos; hoje, monumentos: o levante dos Posseiros de 1957 e seus monumentos na fronteira do Sudoeste do Paraná*, Mestrado em História, Universidade de Passo Fundo, 2013.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOMAIN, Cássio dos Santos. Documentário, história e memória: entre os lugares e as mídias “de memória”. *Significação*, São Paulo, v. 46, n. 51, p. 114-134, jan-jun. 2019.
- VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 63-84.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Litero-Tecnica, 1985.
- ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta do Posseiros de 1957. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão.v.1, n.1, p. 115-128, 1997.
- ZATTA, Ronaldo; RIPPEL, Leomar. “A eleição de ‘heróis’ pioneiros na revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná”. *Revista IDEAS*, v. 7, n. 1, p. 43-66, 2013.

Recebido em 11/02/22 aceito para publicação em 07/06/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

Artigos

O lugar do cativo na construção informativa do ultramar português: o caso da China (1524–1556)

The role of the captivity in the knowledge making of the Portuguese overseas territories: the case of China (1514-1556)

Cláudio César Foltran Ulbrich¹

Resumo: O advento da modernidade no século XV foi marcado por uma primeira integração global plena, uma vez que, pela primeira vez, Europa, América, África e Ásia estabeleceram contatos regulares. Com isso, surge a necessidade de sujeitos que pudessem transitar entre diferentes mundos e produzir informações acerca de terras até então desconhecidas ou apenas parcialmente conhecidas. Este artigo pretende discutir o papel crucial do cativo na transmissão e tradução de diferentes mundos para leitores europeus, focando principalmente sua posição política no meio ibérico no contexto da expansão imperial no ultramar. Para tanto, focar-se-á no caso específico dos cativos na China, que produziram as primeiras informações mais aprofundadas e fidedignas sobre geografia, sociedade e defesas daquelas partes, bem como na função política de utilidade assumida junto aos esforços de expansão imperial portuguesa.

Palavras-chave: Cativo, China, ultramar português, sujeitos transculturais, expansão marítima

Abstract: The advent of the Modernity in the 15th century was marked by a first proper global integration, as for the first time Europe, America, Africa, and Asia established regular contacts. Thus, there was a necessity of individuals that could transit between different worlds and produce knowledge about lands until then unknown or only partially known to Europeans. This article aims to discuss the crucial role of captives in the translation and transmission of different worlds to European readers, focusing mainly in their political place in the Iberian world in the context of the ultramarine expansion. As such, we will focus on the specific case of the Portuguese captives in China, whom produced the first more detailed and reliable information on the geography, society, and defenses there, as well as the political role as “useful” in the Portuguese imperial expansion.

Keywords: Captivity, China, Portuguese seaborne empire, transcultural subjects, maritime expansion

O final do medievo e o início da modernidade foram marcados por uma transformação de paradigma na produção científica e informativa. Foi neste momento que foram questionados conhecimentos autoritativos herdados das fontes clássicas, dando início a um conhecimento produzido a partir da experimentação e da observação direta. Fatores endógenos certamente tiveram uma influência significativa, como é o caso do humanismo renascentista (ainda que, naturalmente, toda a Renascença tenha uma forte influência dos contatos com o Oriente, que influenciou seu desenvolvimento material).² Mas foi na

¹ Formado em História (Licenciatura com Bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná e atualmente mestrando em História pela mesma universidade. Pesquisa atualmente a circulação de informações sobre a China nos meios ibéricos a partir de escritos missionários do século XVI, com foco na construção imagética de maravilhamento a partir de tópicos pré-modernos. E-mail: claudiocfoltran@gmail.com.

² BROTTON, Jerry. **O bazar do Renascimento:** da Rota da Seda a Michelangelo. São Paulo: Grua, 2009. *passim*, esp. 38-63. Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

influência de fatores exógenos — mormente, a abertura para o mundo a partir da expansão marítima — que foram plenamente amadurecidos os pressupostos de uma produção de conhecimento de caráter experimental, principalmente a partir do encontro com terras e povos que desafiavam a compreensão de mundo herdada de Aristóteles e Ptolomeu.³

Coube aos italianos a primazia desse movimento expansionista e dessa nova visão de mundo. Se na altura do século XIV a Europa era majoritariamente isolada, em que “o conhecimento que aí se tem do que efectivamente se passa nos outros continentes é quase sempre escasso, incorrecto e inadequado”, a Alta Idade Média assistiu a uma quebra desse isolamento.⁴ Foi da península itálica que, a partir do século XIII, saem os primeiros viajantes em missões religiosas e comerciais em direção à Ásia, como (entre tantos outros) Giovanni de Pan Carpini, Niccolò di Conti, Francesco Balducci Pegolotti, Giovanni di Montecorvino, André de Perugia e Odorico de Pordenone. Destaca-se, naturalmente, o muito prolífico Marco Polo, cujo *Il Milione* moldou a visão europeia sobre o Extremo Oriente por séculos.⁵

Como veremos mais adiante, a primazia italiana no final do medievo ajudou a lançar as bases de um conhecimento empírico, em que os humanistas, quase numa mediação, buscavam relacionar aquilo que viam com o que conheciam dos clássicos, mas também lançando mão de sua própria experiência.⁶ Os portugueses, por sua vez, farão um processo muito parecido de mediação entre o que Luís Filipe Barreto denomina a “cultura da expansão” e entre as culturas humanistas e, em menor escala, a escolástica.⁷

De pronto, podemos apontar que os portugueses, para além de consolidar o modo experimental de descobrir e registrar a partir do que se via (e não a partir dos autores greco-romanos), o fez de uma forma muito mais madura e aprofundada que os italianos e, quiçá, os espanhóis. Também pudera — não apenas explorarão territórios que europeus não haviam chegado anteriormente (como a África ao sul do Saara e a América), como também terão uma presença muito mais duradoura na Ásia, uma vez que os italianos lá estiveram de apenas de passagem. Por mais que não tenham exercido uma política de conquista propriamente dita, os portugueses tiveram presença nada negligenciável a partir das feitorias litorais, que, se

³ Edmundo O’Gorman aponta a incongruência do conhecimento medieval frente ao que os europeus iam encontrando em suas expedições, como o tamanho da África, a inexistência das “terras antípodas”, a habitabilidade da “zona tórrida”, e, claro, o próprio achamento da América, desconhecida por todas as fontes autoritativas até então. Quanto a isso, veja O’GORMAN, Edmundo. O horizonte cultural. In: O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 69-96.

⁴ MATTOSO, José. Antecedentes medievais da expansão portuguesa. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). **História da expansão portuguesa.** 1 v. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p. 12.

⁵ Cabe ainda citar John Mandeville, cujas *Viagens* circularam pela Europa no século XIII com grande popularidade. Não obstante, há dúvidas sobre se o autor realmente esteve na Ásia, uma vez que seu relato é, de mais a mais, uma compilação cacofônica de relatos anteriores.

⁶ DORÉ, Andréa. Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 22, n. 44, p. 311–339, *maxime* 314-315, 2002.

⁷ BARRETO, Luís Filipe. Fundamentos da cultura portuguesa da expansão. **Philosophica,** Lisboa, n. 15, p. 89-115, 2000.

estendendo da costa oriental africana até o Japão, controlavam uma lucrativa rede comercial que os portugueses estiveram de posse em mais de dois séculos.⁸

A presença portuguesa foi responsável por uma descrição geográfico-antropológica (e aqui eu empresto a definição de Barreto novamente) muito mais detalhada, ampla e precisa.⁹ Além disso, acaba por tocar em regiões que os europeus tinham absoluto interesse a partir das parcas informações que haviam recebido no medievo. É o caso particular do Japão (o Cipango de Marco Polo), mas, acima de tudo, do Cataio, que mais tarde viria a ser compreendido como a China.¹⁰

A produção de um conhecimento mais preciso veio porque alguns portugueses puderam entrar definitivamente na China e passar períodos longuíssimos — meses, até anos — e fazer análises detalhadas das minúcias da vida cotidiana, além de adquirir alguma fluência na língua. Foram além dos contatos mercantis litoral, aliás, com um grupo seletivo de sujeitos que puderam entrar na hinterlândia chinesa. Esses indivíduos que definitivamente “mergulharam” em território chinês foram os prisioneiros — que, apesar de não ter tido escolha, tiveram a consciência de fazer sua experiência um elemento útil para o reino. Este artigo pretende apresentar, portanto, como os cativos portugueses em Cantão buscaram se tornar informantes privilegiados, usando o que aprendiam — e havia pouquíssimas outras formas de se adquirir esse conhecimento — em favor da expansão imperial portuguesa. Os cativos de que aqui trataremos não apenas são fruto da própria circunstância da expansão (e todas as desvantagens que os portugueses encontravam em um ambiente até então desconhecido), mas igualmente buscam se colocar a serviço dela.

Os primeiros cativos de que temos notícia (e que serão tratados aqui) são Cristóvão Vieira e Vasco Calvo. Denominados como os “cativos de Cantão” por Donald Ferguson (o primeiro a descobrir os manuscritos na Biblioteca Nacional Francesa e a analisá-los, em 1902)¹¹, eles são derivados diretamente do *debacle* da embaixada de Tomé Pires, que, como veremos, foi desbaratada em 1521. Suas missivas não apenas vão descrever brevemente o ocorrido — desde a chegada de sua embaixada até sua prisão — como vão oferecer informações cruciais sobre o território, a língua, a sociedade, a cultura, as formas de defesa e a

⁸ THOMAZ, Luiz Felipe Ferreira Reis. Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI. In: THOMAZ, Luiz Felipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1994. p. 207-210.

⁹ BARRETO, *op. cit.*, p. 95-96, 108-110.

¹⁰ Há, naturalmente, controvérsias. Havia discordâncias quanto a relação entre a China, uma palavra que os europeus passam a usar apenas no século XVI, e o Cataio de Marco Polo. Perpetuava-se, em alguns círculos, a crença de que ambos eram duas entidades distintas — estando o Cataio ao norte da China. Havia, ainda, o problema da *Serica* de Ptolomeu, identificado com um ou outro. Será apenas com a viagem do frade jesuíta Benedito Goes (um português, nota-se), em 1605, que se estabelece que ambos são a mesma coisa, o que não impediu que o Cataio fosse registrado em mapas até o final do século XVII. Quanto a isto, confira CHANG, Y. Z. Why did Milton err on two Chinas?. **The Modern Language Review**, Cambridge, v. 65, n. 3, p. 493-498, jul. 1970.

¹¹ FERGUSON, Donald. **Letters from the Portuguese captives in Canton, written in 1534 & 1536**: with an introduction on Portuguese intercourse with China in the first half of the sixteenth century. [s.l.]: Educ. Steam Press, 1902.

administração pública. São, com efeito, os primeiros europeus conhecidos desde Marco Polo a escrever de *dentro* da China, e as informações que traziam eram absolutamente inéditas.

Pouco se sabe sobre as condições de escrita das cartas ou de quem eram seus autores. Mesmo sua data se coloca como duvidosa — embora os manuscritos afirmem que foram escritas em 1534 e 1536 (data colocada pela primeira vez por Ferguson e aceita como canônica), estudos mais recentes, como da filóloga Raffaella D’Intino (citando Armando Cortesão)¹² e de Rui Manuel Loureiro¹³ as colocam possivelmente em 1524; portanto, muito mais cedo. Seus autores também estão rodeados de mistério. Vieira, pelo que se sabe, era um membro direto da embaixada de Tomé Pires.¹⁴ T’ien-Tse Chang o aponta como sendo persa e provindo de Ormuz.¹⁵ Supõe-se que seja um homem de alguma dignidade, além, claro, de demonstrar ser letrado. Quanto a Vasco Calvo, menos ainda se sabe. Liam Brockey aponta que era um mercante (o que ele próprio indica em sua carta), e que parecia estar atuando no rio das Pérolas desde 1521.¹⁶ Sua relação com a embaixada, portanto, é pouco clara — parece ser circunstancial, acima de tudo, e acabou sendo apanhado no bota-fora de 1521. Mas o fato é que ele se encontrou com Vieira durante o período de cativo, uma vez que o cita diretamente: “vindo hũa frota com tres mil homens farão hũa fortaleza na cidade tomandoa por el Rei Nosso Señor, a qual fortaleza farão onde Christovão Vieira escreve”; “[...] porque vivem em grande sogeição como Christovão Vieira da conta nessas cartas que escreve em que se da a conta señor toda”.¹⁷ O conhecimento das cartas, acima de tudo, indica que sua condição de produção foi síncrona, ou, ao menos, muito próxima temporalmente.

As cartas dos cativos de Cantão podem ser definidas em duas temáticas gerais. A primeira é a descrição geográfica. Com efeito, Brockey aponta como essa era uma temática comum à primeira fase da sinologia (1520–1570), quando se procurava compreender a extensão e o tamanho da China Ming.¹⁸ A segunda é um esforço reiterado (mais em Calvo que em Vieira) da possibilidade e estratégias a se empregar na conquista da China, um esforço que, além de fácil, seria especialmente lucrativo.

¹² D’INTINO, Raffaella. **Enformação das cousas da China**: textos do século XVI. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989. p. 5.

¹³ LOUREIRO, Rui Manuel. **Cartas dos cativos de Cantão**: Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?). Introdução, leitura e notas de Rui Manuel Loureiro. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1992.

¹⁴ PADRÓN, Ricardo. Sinophobia vs. Sinophilia in the 16th century Iberian world. **Revista de Cultura. International Edition**, Macau, n. 46, p. 94–107, 2014. p. 96-98.

¹⁵ CHANG, T’ien-Tse. Malacca and the failure of the first Portuguese embassy to Peking. **Journal of the Southeast Asian History**, Cambridge, v. 3, n. 2, p. 45–64, set. 1962. p. 49-50.

¹⁶ BROCKEY, Liam Matthew. The first China hands: the forgotten Iberian origins of Sinology. In: LEE, Christina H. (ed.). **Western visions of the Far East in a transpacific age, 1522–1657**. Farnham: Ashgate, 2012. p. 73.

¹⁷ CALVO, Vasco. Trelado de outra carta que o mesmo Christovão Vieira [na verdade, Vasco Calvo] escreveu da China. In: D’INTINO, *op. cit.*, p. 50-51.

¹⁸ BROCKEY, *op. cit.*, p. 72.

Num segundo, em um lapso de mais ou menos trinta anos, estão os relatos de Afonso Ramiro (1555), Amaro Pereira (1562) e Galiote Pereira (1553-1563).¹⁹ Produzidas em um mesmo contexto — uma captura de uma empreitada comercial ilegal, indicada por D’Intino como o “mistério dos dois juncos”, relativo os dois juncos de mercadorias que intentavam entrar na China²⁰ — as obras nos dão conta das suas desventuras e do que puderam observar em sua breve passagem. Enquanto os dois primeiros dão conta do sistema legal (que puderam experimentar de antemão) e do potencial comercial da terra (mais uma vez destacando seu papel essencial para os interesses da coroa na região), Galiote Pereira (que ao que tudo indica tinha certa mobilidade física no território) pode construir um rico relato cobrindo sociedade, cultura, língua, religiosidade, paisagem, comércio e muitos outros. Seu relato foi considerado por alguns, inclusive, como um dos marcos fundadores da sinologia portuguesa.²¹

Para tanto, este artigo se divide em três momentos. Primeiro, aponta-se o papel do cativo como produtores de conhecimento privilegiados, cujo papel de utilidade política foi bem aproveitado pela coroa lusitana e se relaciona ao próprio *modus operandi* consolidado na expansão. Depois, discute-se o estabelecimento da presença portuguesa na Ásia e os primeiros esforços na coleta informativa sobre a China, que culmina no cativo e seu papel fundamental nesse processo. Por fim, discute-se o papel do cativo na coleta de informações geográficas, essenciais num primeiro momento de contatos tentativos e nos quais Portugal perscrutava as possibilidades comerciais com a China.

O cativo e o império

A forma de se compreender o outro nas esferas lusitana está intimamente relacionada com a *cultura da expansão*, um campo de conhecimentos *práticos*, relacionados com a arte de navegar e às tentativas de leitura e categorização das diferentes sociedades com que se encontravam. Para Barreto, ela pode ser dividida em quatro campos: “o teórico-prático da marinharia, o teórico-crítico da cientificidade, o da geografia descritiva e antropológica e o da doutrina-valorização ideológica”.²²

Essa cultura tinha como característica ser “claramente subalterna, existindo a partir de estratégias por entre e em confluência com as hegemonias”. Isso garantiu a ela “margens únicas de liberdade, distância espacial e temporal únicas frente ao palco do controle e da repressão popular”.²³ Ainda mais, sua

¹⁹ As datações são de D’Intino (1989).

²⁰ D’INTINO, *op. cit.*, p. 87.

²¹ BARRETO, Luís Filipe. Da China Ming na cultura europeia: os pólos português e italiano. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa; Ponta Delgada, v. 3, p. 409-446, 2002. p. 410.

²² BARRETO, *Fundamentos...*, p. 94.

²³ *Ibid.*, p. 90.

heterogeneidade intrínseca reflete uma falta de sistematicidade, a ausência de um vocabulário próprio, a pouca presença no meio editorial e pouco impacto na cultura erudita.²⁴

Seu caráter prático, aliás, difere muito do que era produzido pela escolástica e pelo humanismo universitários. Isso porque, diferentemente do conhecimento erudito, a cultura da expansão era produzida mormente em português, a língua vernácula, e circulava em manuscritos (ainda que eles tenham sido publicados posteriormente na Itália e em outros locais). São conhecimentos produzidos por homens práticos, de estratos sociais mais baixos, frequentemente iletrados, e é igualmente consumido por populares.²⁵

No caso da literatura geográfico-antropológica, que será nosso foco aqui, Barreto destaca o papel político dessas obras, que poderiam ser tanto folhetins informativos de caráter administrativo como tratados ou relatos de viagem, que davam conta das terras e povos com que os portugueses iam entrando em contato.²⁶ Se os relatos de cativo não são aqui mencionados (discutivelmente podem ser classificados como relatos de viagem), eles bem assumem esse sentido prático e útil de tradução e transmissão de conhecimentos das margens do império para o centro.

Assim, foram desenvolvidas práticas comuns de coleta de informação e de construção de intermediários. As primeiras e mais naturais eram os *degredados* (condenados penais abandonados em territórios do ultramar) e os *lançados* (sujeitos que eram abandonados em territórios estranhos com o intuito de aprender a língua e os costumes, com o intuito natural de servirem como intérpretes no futuro).²⁷ Havia, ainda, o escravo-intérprete, homens (geralmente crianças) que eram capturados e enviados à Lisboa, para estudarem o português e assim servir de tradutores.²⁸ Naturalmente, havia o uso de tradutores locais contratados — é o caso dos turgimãos²⁹, na África, e dos jurubaças³⁰, na Ásia. Dispensável a necessidade de se citar os viajantes e cronistas, que tiveram amplo impacto junto ao público erudito através da imprensa.³¹ E havia o cativo, um sujeito cuja experiência transcultural era absolutamente ímpar a todos estes.

Independente da forma que assumiram, esses sujeitos eram o que Alida Metcalf denomina *intermediários* (ou, no original, *go-betweens*), pessoas responsáveis por fazer a intermediação entre dois

²⁴ *Ibid.*, p. 91.

²⁵ BARRETO, *Fundamentos...*, p. 94-96.

²⁶ *Ibid.*, p. 108-110.

²⁷ VOIGT, Lisa. Introduction. In: VOIGT, Lisa. **Writing captivity in the Early Modern Atlantic**: circulations of knowledge and authority in the Iberian and English imperial worlds. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009. p. 4.

²⁸ Cf. CURTO, Diogo Ramada. O sistema do escravo-intérprete. In: CURTO, Diogo Ramada. **Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVII)**. Campinas: Editora Unicamp, 2009. p. 27-55, esp. 27-30.

²⁹ *Ibid.*, p. 28.

³⁰ PINA, Isabel. **Jesuítas chineses e mestiços na missão da China (1589-1689)**. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I. P., 2011. p. 34.

³¹ CURTO, Diogo Ramada. A literatura e o império: entre o espírito cavaleiroso, as trocas da corte e o humanismo cívico. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). **História da expansão portuguesa**. v. 1 Lisboa: Temas e Debates, 1998. p. 434-454. Veja especialmente as seções “Os circuitos do livro impresso e as estratégias editoriais” (p. 443-446) e “Os conflitos de interpretação” (p. 449-451).

mundos. Portando-se como uma terceira pessoa entre as forças coloniais e as locais (e aqui a autora usa Georg Simmel), “operando em um espaço fronteiriço onde a influência do Império é mais fraca, muitas vezes os intermediários foram utilizados para arbitrar relações de modo que, ao longo do tempo, os interesses dos europeus fossem beneficiados em detrimento do mundo indígena”.³² Percebe-se, portanto, sua atuação eminentemente política, servindo como tradutores (no sentido mais amplo possíveis) entre duas culturas distintas, mas com um claro pendor para os europeus. Como bem destaca a autora, havia uma consciência do papel político desses mediadores, bem como o valor das informações que eles possuíam:

Enquanto intérpretes — intermediários transacionais — facilitavam o contato, os primeiros cronistas do Brasil tornaram-se influentes intermediários representacionais porque possuíam uma poderosa nova fonte de informação, altamente valiosa para os reis e mercadores da Europa. Pero Vaz de Caminha tornou-se um intermediário representacional quando escreveu sua carta diretamente ao rei. Reconhecendo claramente que ele havia visto coisas de particular interesse para o rei, e sabendo o valor das informações que transmitia, considerou apropriado pedir, ao final de sua carta, um perdão real para seu genro, que havia sido enviado como degredado para a ilha de São Tomé.³³

As ações de Caminha, embora fuga do escopo desse artigo, demonstram bem a posição do intermediário, ao qual o cativo irá sumamente assumir — a do sujeito que tem consciência da utilidade de suas informações, mas que também espera receber uma contrapartida pelo que está revelando.

Temos, em suma, uma cultura da expansão muito própria do meio português, voltada para um sentido prático, descentralizado e pouco limitado teoricamente na transmissão de informações. Nela, encontramos uma gama de sujeitos que, paulatinamente, assumem o papel de tradutores, atravessadores comerciais e desbravadores que explicam o mundo e atuam em favor de seus conterrâneos. Se unirmos o lugar do homem que se vê nessas circunstâncias, mas que ao mesmo tempo é percebido como uma peça política chave, temos o cativo como um caso peculiar, mas especialmente representativo, dessas duas configurações.

O cativo é um velho conhecido das nações ibéricas. Sua presença pode ser traçada até o período da Reconquista, podendo ser traçado até pelo menos o século XII, uma situação que vai se tornar paulatinamente mais constante a partir do século XV, quando os conflitos se deslocam para o terreno africano.³⁴ Os cativos eram tomados tanto do lado dos cristãos quanto dos mouros, o que conformava instituições próprias para lidar com elas (como a figura distinta do “alfaqueque” e da Ordem da Santíssima

³² METCALF, Alida C. **Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil, 1500–1600**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 30.

³³ *Ibid.*, p. 65.

³⁴ ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins. **Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na Época Moderna**. Orientadora: Maria Augusta Lima Cruz. 2010. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Minho, 2010. p. 3-4.

Trindade, que buscavam negociar e financiar o resgate de cativos, respectivamente).³⁵ E, como finalmente destaca Edite Maria Alberto,

O cativo constituía, deste modo, uma preocupação que fazia parte da vivência dos homens medievais, sendo ao mesmo tempo alvo da atenção dos pensadores e legisladores que tentavam resolver o problema do ponto de vista monetário e, simultaneamente, influenciar as populações para o encararem como virtude e *serviço de Deus*. [...] À Igreja interessava não só a remissão daqueles que sofriam no cárcere o jugo muçulmano, mas também o cuidado em garantir a presença de religiosos junto aos cativos cristãos com o objectivo de evitar a sua apostasia face aos aliciamentos do mundo islâmico.³⁶

E, de fato, o cativo foi uma preocupação inicial da Igreja, preocupada com possíveis deserções. Não obstante, quando o palco do cativo passa a ser o ultramar — e quando as preocupações portuguesas deixam de ser exclusivamente as religiosas para ser também econômicas³⁷ — outros grupos passam a cada vez mais se interessar pelos cativos, e, acima de tudo, pelos que eles têm a dizer. Seja em investigações inquisitoriais, peças de entretenimento ou importantes informações geográficas e etnográficas (que é o nosso caso aqui), as *narrativas de cativo* caíram no interesse comum, e se tornaram importantes formas de intermediação de conhecimento por toda a modernidade.

Com efeito, desde os *lançados e degredados*, discutidos anteriormente, vemos que os portugueses se preocuparam sobremaneira em criar sujeitos transculturais, e que esse conhecimento vinha do contato prolongado e da experiência empírica. Como destaca Lisa Voigt, “os portugueses há muito estavam cientes da importância de ‘habitar entre eles’, num sentido literal, para a aquisição de conhecimento empírico que serviria para os objetivos de expansão imperial”.³⁸ O cativo era a forma mais prática — talvez justamente por ser acidental — dessa perspectiva de “habitar entre eles”, assumindo o papel do mediador transcultural que Alida Metcalf havia delineado.

Quando esse tipo de conhecimento crucial não era oferecido de forma oral, ela poderia ser escrita por meio escrito ou pictográfico. Para Linda Colley, a narrativa de cativo descrevia “como um indivíduo ou grupo eram capturados, como a(s) vítima(s) lidaram (ou não) com os desafios que se seguiram, ou como eles conseguiram escapar ou ser libertos ou soltos no final”.³⁹ E, com efeito, constituem “a mais parecida aproximação que temos no passado das análises de antropólogos e etnógrafos imersos em sociedades

³⁵ *Ibid.*, p. 4-5.

³⁶ *Ibid.*, p. 4. Grifos da autora.

³⁷ Luís Filipe Thomaz, citando Vitorino Magalhães Godinho e sua tese do “cavaleiro-mercador”, destaca a mudança de perspectiva da expansão no norte da África, que passa do espírito cruzadístico para incluir preocupações com comércio e conquista, que marca o pontapé da experiência colonial. Quanto a isso, cf. THOMAZ, Luiz Felipe Ferreira Reis. *Expansão portuguesa e expansão européia: reflexões em torno da gênese dos descobrimentos*. In: THOMAZ, Luiz Felipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1994. p. 1-41, esp. 36-38.

³⁸ VOIGT, *op. cit.*, p. 4. Tradução minha.

³⁹ COLLEY, Linda. **Captives: Britain, Empire, and the World, 1600-1850**. New York: Anchor Books, 2004. p. 13.

estrangeiras hoje”.⁴⁰ Transmitidas de forma escrita em prosa, canções, lápides ou sermões, ou mesmo desenhadas, gravadas em moedas ou tatuadas, essas histórias circulavam — e, quando não eram imagens de resiliência cristã e fontes de entretenimento, elas eram, reitera-se, formas particulares de agir como espiões para o império.⁴¹

As narrativas de cativo que trataremos aqui foram produzidas num período muito específico do relacionamento luso-chinês, mas seu impacto foi extremamente prolongado e, discutivelmente, ainda ressoa na contemporaneidade. Seus autores foram homens presos no meio do conturbado meio político da dinastia Ming, num momento em que a Portugal, como destacado, tinha um interesse alargado na China. Esses indivíduos não perderam tempo em instrumentalizar sua experiência em benefício do império, ainda que, naturalmente, visando seu próprio interesse (o imediato, ser resgatado; o posterior, algum tipo de compensação). Num momento em que não se tinha noção do que ia para além de Cantão e Liampó, esses cativos oferecem não só um panorama geral do que vivenciaram e viram, mas do que os portugueses poderiam fazer ali — desde o relacionamento comercial pacífico até a conquista militar.

Portugueses na Ásia e a demanda pela China

O interesse português pela China pode ser traçado imediatamente após sua chegada à Ásia. Já na expedição de Vasco da Gama, que desembarcou em Calicute em 1498, a comitiva logo teve notícias das explorações marítimas do chinês Zheng He, cerca de cinquenta anos antes, que deixaram profunda impressão nos locais. Essas informações foram enviadas em duas cartas de Girolamo di Caprino Serigi, datadas de 10 de julho e 28 de agosto, até Florença, onde foram impressas na importante coletânea italiana *Paesi Novamente Retrovati et Novo Mondo da Alberico Vesputio Floretino Intitulato* (1507), de Fracanzano de Montalbardo.⁴² Para além delas, destaca-se as informações recolhidas junto ao presbítero nestoriano José Indiano, que também foram incluídas no *Paesi*, além de uma carta de 18 de agosto de 1501, remetida aos Reis Católicos, e que tratam de uma certa “Malchina”, ou “Grande China”, e que foram posteriormente publicadas em Roma e Milão em 1505.⁴³ Nota-se, aliás, como os italianos nesse momento ainda tinham grande interesse pela região e, com isso, se empenharam na recolha e publicação de toda informação disponível.

Às primeiras informações sobre a influência política e cultural da China, recolhidas na primeira década europeia de presença constante na Ásia, a coroa portuguesa insistiu em enviar missões oficiais que

⁴⁰ *Id.*, *ibid.*

⁴¹ *Ibid.*, p. 12-13.

⁴² BARRETO, *Da China Ming...* p. 410-411.

⁴³ *Ibid.*, p. 411-412.

pudessem descobrir quem eram os chineses. Em 1505, Francisco de Almeida, primeiro governador do Estado da Índia, partiu de Lisboa com ordens de descobrir as terras para além de Malaca, o que incluía, ainda que não explicitamente, investigar o que havia sido dito sobre a China e o Extremo Oriente até então.⁴⁴ Não tendo sido cumprida a missão, a coroa decide enviar em 1508 um certo Diogo Lopes de Sequeira para investigar a região. No famoso regimento que levou consigo, Sequeira deveria descobrir quem eram os “chins”, e, tão logo chegasse na sua “célebre cidade” (isto é, Cantão), deveria “procurar saber quem eram, de onde vinham, qual o seu aspecto e riqueza e como era o seu regime de frequência e estadia em Malaca, sem esquecer informações sobre sua terra natal, o seu rei e sua religião”.⁴⁵

Nesse período, aliás, começam a se arquitetar as primeiras coletâneas de síntese do conhecimento asiático. Cabe citar, por sua importância, o *Livro das cousas da Índia*, de Duarte Barbosa (1511–1516), e a *Suma Oriental* (1512–1515), de Tomé Pires.⁴⁶ Este último, como veremos, teve um papel preponderante na produção de conhecimento da China para a Europa, seja diretamente, a partir da própria *Suma*, como indiretamente, a partir do *debacle* da embaixada que chefiou.

Os portugueses se empenharam, nesse momento, em tentar entrar na China e recolher o máximo de informações que podiam. Uma série de missões foram encomendadas, portanto — tanto por ordem de D. Manuel quanto de Afonso de Albuquerque. Já em 1511, após a conquista de Malaca (um pequeno Estado em posição absolutamente estratégica na península malaia), é enviado um certo João Viegas à China, que, no entanto, não consegue chegar até lá. No ano seguinte, é a vez de Jorge Álvares, que não apenas consegue entrar na região, mas regressa a Lisboa em 1514 e relata um pouco do que vivenciou. Uma terceira expedição ainda foi organizada em 1515, quando Rafael Perestrelo, sob ordens de D. Manuel (ou talvez, como aventa João de Oliveira e Costa, das autoridades portuguesas em Malaca), que igualmente retorna para Portugal em 1516 para relatar o que sabia à coroa.⁴⁷

Antes mesmo que Perestrelo retornasse à Portugal, entretanto, D. Manuel ordena, em 1515, uma quarta expedição à China, comandada por Fernão Peres de Andrade. A ideia era chegar na China como uma missão oficial. Em Malaca, quando se preparava para partir, o vice-rei Lopo Soares de Albergaria nomeia como embaixador Tomé Pires — o mesmo da *Suma Oriental*. Pode-se delinear, segundo João Paulo de Oliveira e Costa, três objetivos: estabelecer contatos diplomáticos com a China, encetar relações comerciais

⁴⁴ COSTA, João Paulo de Oliveira e. A coroa portuguesa e a China (1508–1531): do sonho manuelino ao realismo joanino. In: ALVES, Jorge Manuel dos Santos; SALDANHA, António Vasconcelos de (org.). **Estudos de história do relacionamento luso-chinês: séculos XVI–XIX**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1996. (Coleção Memórias do Oriente). p. 14.

⁴⁵ PINTO, Paulo Jorge de Souza. A China pelos olhos de Malaca: a *Suma Oriental* e o conhecimento europeu do Extremo Oriente. In: CARNEIRO, Roberto; MARTINS, Guilherme d’Oliveira (coords.). **China e Portugal, cinco séculos de relacionamento: uma leitura académica**. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2014. p. 13.

⁴⁶ BARRETO, *Da China Ming...*, p. 416.

⁴⁷ COSTA, *op. cit.*, p. 16-19.

(trocando a pimenta de Pacém por seda, almíscar e porcelana) e recolher o máximo de informações possíveis. A comitiva chegou em Cantão em 1517, onde os portugueses rapidamente iniciaram trocas no litoral e enviaram espiões por Cantão e a província vizinha de Fujian.⁴⁸

Não cabe aqui discutir propriamente as vicissitudes da embaixada desde sua chegada, em 1517, até a sua derradeira expulsão, em 1521. Cabe, no entanto, destacar o esforço de recolha de informações e de análise do espaço e do comércio, elementos de suma importância para as atividades portuguesas na Ásia. Até aqui, os portugueses haviam desenvolvido tentativas de recolha informativa com variados níveis de sucesso — mas foi apenas a partir das cartas dos prisioneiros de Cantão, Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, que se pode vislumbrar pela primeira vez uma imagem da China mais elaborada, fixada nos princípios etno-geográficos produzidos por intermediários, como discutíamos anteriormente. Sua composição é indicativa dessas preocupações de análise do espaço, mormente, assim como as formas pelas quais seus autores poderiam se fazer úteis à coroa.

Os cativos de Cantão não perdem tempo em relatar, tão logo quanto possível, as impressões que tiveram da paisagem — bem como os usos que lhes poderiam dar. Isso fica bem visível ao ser um dos primeiros elementos a que fazem referência (logo após uma recensão, por parte de Vieira, das vicissitudes da sua embaixada). Os rios e montanhas, bem como o uso que os chineses são a eles, aparecem como elemento de destaque — a chave para a conquista, mas também para a própria manutenção comercial da região, considerando a sua futura adição ao Estado da Índia. Vieira nos conta que “o melhor desta terra esta por rios que todos decem ao mar, [...] per onde fomos tudo são rios, tem barcas e navios lados per baixo sem conto de muitos eu me afirmo que veria mais de /30 000/ ante grandes e pequenos”.⁴⁹ Acrescenta, ainda que “toda pesajem e caminhos na terra da China he em rios porque toda a China e cortada dos rios que não se podẽ andar duas legoas por terra sem atravesar vinte rios”.⁵⁰ E conclui: “se estas barcas de Cantão forẽ destroidas não pode das outras governanças vir socorro porque não teẽ caminhos por terra assi quem for seõr do termo de Cantão despejados os rios tudo jaz na mão”.⁵¹

Cristóvão Vieira nos coloca, assim, como um construtor de uma paisagem da China em que os rios assumem uma importância fundamental. Colocando-o como um objeto de importância ímpar para as comunicações domésticas — das quais depende toda a economia e defesa da terra — Vieira aponta a chave para a conquista. Assim, ao fazer uma escolha consciente do que e como descrever, elege os rios como um elemento de primazia. Certamente, na qualidade de mercador e embaixador, tinha noção da importância da

⁴⁸ *Ibid.*, p. 20-22.

⁴⁹ VIEIRA, Cristóvão. Trelado de hũa carta que da China veo a qual carta escreveo Christovão Vieira Vasco Calvo que laa estão captivos os quaes forão da companhia dos embaixadores que levou Fernão Perez anno de 1520. In: D'INTINO, *op. cit.*, p. 21. Nota-se que, a despeito do título do manuscrito, a carta é de escrita exclusiva de Cristóvão Vieira.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 23.

⁵¹ *Id.*, *ibid.*

navegação para os projetos portugueses. Ora, ao apontar esses elementos juntamente com suas propostas expansionistas, naturalmente remetia à própria condição do império fragmentado lusitano no Oriente, acrescentando a China (futuramente) à dinâmica portuguesa. Essa referência, mais do que uma simples constatação, é uma expressão do esforço de fazer-se útil, de apontar como os portugueses, usando as ferramentas que tinham, poderiam subjugar uma terra imensa como a China.

Galeote Pereira, prolífico autor dessa primeira sinologia, também nos apresenta uma imagem deslumbrante dos rios e das comunicações fluviais. Ele repete, portanto, a mesma impressão que teve Vieira: “mas como esta terra da China he toda lavrada de rios, de maneira que se navegua de hũas cidades pera outras por elles, a maior parte deste caminho he em paros mui ligeiros”.⁵² Mas, ainda, Pereira nos expande essa percepção ao acrescentar aos rios a bonança material que deles se poderia tirar:

Tenho dito que esta terra da China he toda cortada de rios tamto que somente quem o vir ho pode crer; agora o torno a afirmar que, quamto nos hiamos mais emgolfando polla terra demtro, tamto os achavamos maiores e, semdo tanto pollo certão que hiamos, a lugares aomde nunca hia pesquado do mar e o sal ã estremo caro por hir de muito lõge, todavia somẽte dos rios achavamos os vazares cheios de saveis e guaroupas, bagres, e peixe e assi muito marisquo, e não sabiamos que dizer a isto por ser como digo leomge [...].⁵³

A descrição de Pereira é rica não apenas ao indicar a abundância dos rios e seu papel governativo, mas mesmo o próprio material que se poderia extrair dele, algo que, em sua concepção, parecia impossível. Naturalmente que aqui é um dos trechos que poderíamos discutir um processo de elogio extremo, quase utopização, da terra chinesa, algo que não pretendo fazer aqui.⁵⁴ Mas, de toda vez, sua impressão — que tem um efeito duplo de informar e maravilhar — oferece mais uma potencialidade e percepção sobre a China como uma “civilização fluvial”, que seria útil aos portugueses em seus contatos e, ainda, na própria empresa da conquista.

Outro aspecto que não deixa de ser notado pelos cativos de que tratamos é a riqueza material da terra (e aqui consideramos, acima de tudo, os metais preciosos), que não apenas são apontados como abundantes, mas também de fácil acesso. Acima de tudo, porém, está em apontar que sua exploração seria muito lucrativa para os portugueses, que poderiam replicar seus lucros em todo o resto da Estado da Índia apenas com o sul da China. Mais uma vez, portanto, há um ímpeto em se fazer útil — em aliar a sua capacidade de

⁵² PEREIRA, Galeote. *Alguas cousas sabidas da China por Portugueses que estiberão la cativos e tudo na verdade que se tirou dum tratado que fez Galiote Pereira homem fidalgo que la esteve cativo alguns anos e vio tudo isto passar na verdade o qual he de muito credito.* In: D’INTINO, *op. cit.*, p. 103.

⁵³ *Ibid.*, p. 120.

⁵⁴ D’Intino (1989) discute bem a hipótese na introdução da sua coletânea (ver p. XIII-XXXIX). Francisco Roque de Oliveira, por sua vez, faz um balanço da questão em OLIVEIRA, Francisco Roque de. *China: utopia ou distopia?: interpretações sobre o tratamento da matéria chinesa na literatura geográfica ibérica do século XVI.* In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 14., 2016, Barcelona. *Anais [...]*. Barcelona: GEOcrítica, 2016.

ver e interpretar a realidade material chinesa de acordo com a importância que poderia ter para o projeto imperial português.

Vieira e Calvo, a partir de sua parca visão assentada em Cantão, não obstante puderam indicar como apenas essa província já seria de grande ajuda para os portugueses. Cristóvão Vieira nos diz que “esta governança de Cantão he das milhores da China de que o Rei recebe muitas rendas porque he d’arroz e mantimentos sem conto e todas as mercadorias de toda a terra vem aqui deferir em rezão da escala do mar [...]”.⁵⁵ Seu tino observador percebe, portanto, como Cantão é um centro produtor e escoador de uma diversidade de produtos, cujo controle seria lucrativo à coroa portuguesa. Seu companheiro de jugo assim o confirma, uma vez que

Pollo qual señor se fara nesta cidade outra casa da India não trazendo de Portugal salvante daqui levarem nao carregada de prata e ouro pera na India fazerem cargo das naos pera Portugal e se fazer o gasto na India daqui ira cobre salitre chumbo pedra allume estopa cabres todo o ferro pregadura breo todas estas cousas são tanto em abastança que se pera espantar aqui se fara toda armada que ha India se ouver mister galees galiões naos ha madeira muita carpinteiros da terra muitos como bichos e assi ferreiros pedreiros telheiros outros officiaes e pera espantar não ha portuges nenhum de por mão em pedra nem em pao pera se fortaleza fazer.⁵⁶

Esse trecho talvez seja rico em indicar a própria substância dos intentos portugueses no Oriente, bem como do cativo como intermediário nesse papel. Com efeito, ele não apenas indica a absoluta abastança de uma diversidade de produtos, todos do maior interesse português (como vimos, o intento manuelino era estabelecer uma rota comercial que trocava a pimenta de Patane por seda e porcelana); mas também aponta que a própria sociedade local, subjugada, poderia construir um centro lusitano de extração e comércio. Se a realidade comercial já havia sido anteriormente explorada por Tomé Pires em sua análise minuciosa do comércio no sudeste asiático, é com esses homens que se tem uma primeira dimensão do que se poderia extrair da terra, as dinâmicas locais para tal e indicar como os gastos envolvidos no processo seriam rapidamente cobertos pela própria lucratividade do trato.

Os cativos de 1556 confirmam essas posições ao apontar as riquezas da terra e o seu imenso potencial. Amaro Pereira, cuja imagem da China passa longe de qualquer tendência elogiosa, não deixa de comentar que “nestes reinos ha muitas minas de prata e em Cantão també as ha e em Ainam⁵⁷ tambem; em

⁵⁵ VIEIRA, *ibid.*, p. 23-24.

⁵⁶ CALVO, *op. cit.*, p. 51.

⁵⁷ Ainam/Ainão se refere à Hainan, uma ilha ao sul de Cantão que, à época, constituía parte do território cantonês. Hoje constitui-se uma província independente.

Ainão ai adonde tirão mais aljôfar do que tirão em Ceilão ou Pescaria”.⁵⁸ Percebe-se, para além das riquezas, um sentido comparativo com outras regiões que, à época, estavam em influência portuguesa e constituía parte de sua rede comercial — Ceilão (atual Sri Lanka) e a costa da Pescaria (a costa ocidental do subcontinente indiano).

As referências à Índia (isto é, aos outros domínios portugueses) é sempre usada de forma fortuita e como instrumento retórico. Também pudera — neste momento a Ásia ainda se oferecia como terra de promessas e o Estado da Índia ainda era relativamente lucrativo se comparado ao longo declínio após a década de 1580, com a união das coroas ibéricas e a subsequente chegada dos holandeses ao continente.⁵⁹ Vasco Calvo acredita que “outra Índia se alcançara e de tanto proveito e per tempo muito mais que recrecera mais gente e assi irão alcançando mais e sogigarão [subjugarão] mais, e assi todos Portugueses muito ricos que a terra o cosête”.⁶⁰ Vê-se, portanto, não apenas um lucro igual, mas multiplicável — uma profecia autorrealizável. Afonso Ramiro é ainda mais otimista, indicando que “e isto he a verdade e tragão a embaixada e certo que se põe por obra que he a mais facil cousa do mundo de fazer, e el Rei de Portugal sera o mais rico de dinheiro que [h]a [a]i no mundo, porque o trato que tratarão aqui lhe rendera hum terço do que lhe rendem as Indias e esta he a verdade”.⁶¹

A percepção dessa relevância comercial — ainda que naturalmente embelezada e aumentada como discurso — é parte essencial dessa dinâmica de informar a partir de uma posição privilegiada e indicar quais caminhos as coroas a que se submetem poderiam explorar. A seu passo, os cativos ainda esperavam alguma contribuição — a mais urgente, supomos, é serem resgatados. Afonso Ramiro nos deixa explícito esse desejo, indicando que o envio de uma embaixada era condição essencial em que “seremos livrados todos de cativeiros”.⁶²

Considerações finais

A preocupação portuguesa em conhecer a China, durante todo o século XVI, esteve plenamente atrelada tanto às impressões herdadas do medievo quanto os boatos que ouviram sobre sua singularidade frente ao resto da Ásia. Portanto, era um assunto de interesse imperial, e, durante toda a existência do Estado

⁵⁸ GAGO, Baltazar. Enformação da China que ouve de hũ portugues por nome Amaro Pereira que esta preso em Cantão ha 14 anos e vai no certo. *In: D’INTINO, op. cit.*, p. 93.

⁵⁹ Quanto a isto, veja VALLADARES, Rafael. **Castilla y Portugal en Asia (1580–1680): declive imperial y adaptación**. Leuven: Leuven University Press, 2001.

⁶⁰ CALVO, *op. cit.*, p. 46.

⁶¹ RAMIRO, Afonso. Traslado de hua carta que Afonço Ramiro cativo na China escreveo aos Portugueses que estavam fazendo fazenda em o porto da China, ano de 1555. *In: D’INTINO, op. cit.*, p. 84.

⁶² RAMIRO, *op. cit.*, p. 84.

da Índia (desbaratado em meados do século XVII), foi uma das prioridades na região. A existência de Macau é exemplar: experiência única de colônia na Ásia, esteve em posse dos portugueses até 1999, quando foi devolvida oficialmente à China — a última posse portuguesa no ultramar por excelência.

Era preciso, portanto, encontrar meios de se conhecer um espaço ao qual se tinha absolutamente interesses e numerosos planos, mas que se demonstrava sisudo com estrangeiros e, de sua parte, insondável. O cativo foi uma das janelas que apareceram nesse momento — experiência única de contato em terras além da esfera de influência portuguesa, em região absolutamente marginal das possessões asiáticas, oferecia um modo de se conhecer a China de dentro para fora, a partir de um contato prolongado e empírico. A coroa e a burocracia do Estado da Índia, assim como os jesuítas, souberam usar essas impressões a seu favor — foi com elas que se tornou possível a normalização dos contatos mercantis em Macau, em 1557, ou à missão de Ricci e Ruggieri, a partir de 1583.

Para além dos aspectos que discutimos aqui, ainda muitos há outros aspectos que poderiam ser considerados — a pujança dos mandarins, a estrutura arquitetônica das cidades (em que as estradas tem um papel de preponderância), mesmo as discussões acerca da cultura e das possibilidades (ou não) de conversão ao cristianismo. Todos esses aspectos, naturalmente, tem um lugar de relevância nos planos portugueses para a China, e os cativos seguem roteiros parecidos ao apontar a utilidade e as minúcias desses aspectos. Porém, busquei aqui focar principalmente no aspecto geográfico, uma vez que são essas as preocupações (e o interesse, para não dizer curiosidade) mais imediatas dos portugueses no Oriente. Afinal, como Barreto bem indica, são esses os fatores sob o qual se assenta a literatura da expansão, em que os intermediários culturais, como define Metcalf, se colocam como tradutores de mundo — nesse caso, da paisagem. Este estudo nem de longe esgotam as possibilidades múltiplas de análise, mas indicam caminhos possíveis que se podem explorar em fontes que, a despeito de serem há muito conhecida, seguem largamente negligenciadas — um erro não desprezível, pois são, antes de tudo, as janelas para os projetos imperiais lusitanos na Ásia. O papel do cativo até então tem sido negligenciado pela historiografia, a despeito de se mostrar uma fonte absolutamente rica para se compreender a ideologia imperial portuguesa e os primeiros choques culturais entre duas civilizações distintas. Continuar a ignorar esses contatos seria absolutamente insensato.

Referências

ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins. **Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na Época Moderna**. Orientadora: Maria Augusta Lima Cruz. 2010. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Minho, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/13440>. Acesso em: 11 abr. 2022.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

ALMEIDA, Anna Luisa Souza de. O encontro entre a cruz e o dragão: a missão jesuítica na China imperial (1579–1773). **Cadernos de História UFPE**, Recife, v. 12, n. 12, p. 190–211, jan./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3v07O9D>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BARRETO, Luís Filipe. Da China Ming na cultura europeia: os pólos portugueses e italiano. **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa; Ponta Delgada, v. 3, p. 409-446, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/44978>. Acesso em: 2 abr. 2022.

BARRETO, Luís Filipe. Fundamentos da cultura portuguesa da expansão. **Philosophica**, Lisboa, n. 15, p. 89-115, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/44975>. Acesso em: 2 abr. 2022.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). **História da expansão portuguesa**. 1 v. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

BROCKEY, Liam Matthew. The first China hands: the forgotten Iberian origins of Sinology. *In*: LEE, Christina H. (ed.). **Western visions of the Far East in a transpacific age, 1522–1657**. Farnham: Ashgate, 2012. p. 69-84.

BROTTON, Jerry. O bazar do Renascimento: da Rota da Seda a Michelangelo. São Paulo: Grua, 2009.

CHANG, T'ien-Tse. Malacca and the failure of the first Portuguese embassy to Peking. **Journal of the Southeast Asian History**, Cambridge, v. 3, n. 2, p. 45–64, set. 1962. DOI. 10.1017/S021778110000123X.

CHANG, Y. Z. Why did Milton err on two Chinas?. **The Modern Language Review**, Cambridge, v. 65, n. 3, p. 493-498, jul. 1970. DOI. 10.2307/3723329.

COLLEY, Linda. **Captives: Britain, Empire, and the World, 1600-1850**. New York: Anchor Books, 2004.

COSTA, João Paulo de Oliveira e. A coroa portuguesa e a China (1508–1531): do sonho manuelino ao realismo joanino. *In*: ALVES, Jorge Manuel dos Santos; SALDANHA, António Vasconcelos de (org.). **Estudos de história do relacionamento luso-chinês: séculos XVI–XIX**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1996. (Coleção Memórias do Oriente). p. 11-84.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVII)**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

D'INTINO, Raffaella. **Enformação das cousas da China: textos do século XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

DORÉ, Andréa. Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 311–339. DOI. 10.1590/S0102-01882002000200004.

FERGUSON, Donald. **Letters from the Portuguese captives in Canton, written in 1534 & 1536: with an introduction on Portuguese intercourse with China in the first half of the sixteenth century**. [s.l.]: Educ. Steam Press, 1902.

- LOUREIRO, Rui Manuel. **Cartas dos cativos de Cantão: Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?)**. Introdução, leitura e notas de Rui Manuel Loureiro. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1992.
- METCALF, Alida C. **Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil, 1500–1600**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de. **A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500–c. 1600: impressos e manuscritos que revelam o mundo chinês à Europa culta**. Orientadora: Maria Dolors Garcia Ramon. 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Departamento de Geografia, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10803/4951>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de. China: utopia ou distopia?: interpretações sobre o tratamento da matéria chinesa na literatura geográfica ibérica do século XVI. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 14., 2016, Barcelona. **Anais [...]**. Barcelona: GEOcrítica, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3ui4IOZ>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- PADRÓN, Ricardo. Sinophobia vs. Sinophilia in the 16th century Iberian world. **Revista de Cultura**, Macau, n. 46, p. 94–107, 2014. Disponível em: <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/40046/>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- PINA, Isabel. **Jesuítas chineses e mestiços na missão da China (1589-1689)**. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I. P., 2011.
- PINTO, Paulo Jorge de Souza. A China pelos olhos de Malaca: a *Suma Oriental* e o conhecimento europeu do Extremo Oriente. *In: CARNEIRO, Roberto; MARTINS, Guilherme d’Oliveira (coords.). China e Portugal, cinco centúrias de relacionamento: uma leitura académica*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2014. p. 13-22.
- THOMAZ, Luiz Felipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1994.
- VALLADARES, Rafael. **Castilla y Portugal en Asia (1580–1680): declive imperial y adaptación**. Leuven: Leuven University Press, 2001.
- VOIGT, Lisa. **Writing captivity in the Early Modern Atlantic: circulations of knowledge and authority in the Iberian and English imperial worlds**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009.

Recebido em 04/02/22 aceito para publicação em 13/04/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

A vida ordinária e o ciclo de festas: o caso da fogueira de São João

Ordinary life and the festival cycle: the case of the fogueira de São João

Maria Isabel Trivilin¹

Resumo: A partir da festa de São João típica de uma comunidade rural, esse artigo discorre sobre as dimensões que ela aciona e reflete sobre os impactos de algumas transformações, rupturas e continuidades tanto na vida cotidiana como no ciclo festivo. Os resultados da pesquisa reafirmam a capacidade da festa de comunicar sobre questões que estão para além dela: sobre as permanências e transformações no espaço rural e a relevância para os debates teórico e político de utilizá-la como chave analítica para a compreensão das relações entre tradição e modernidade, rural e urbano, de gênero, de classe e outras. Também demonstra como dimensões, teorizadas em polos opostos como se dividissem a vida social, são vividas conjuntamente, em sequência ou ao mesmo tempo. O material empírico foi coletado em trabalho de campo durante o processo de preparação e realização da principal festa da Comunidade São João, localizada em Ubitatã, no Paraná.

Palavras chaves: festas juninas; São João; rural; urbano; transformações.

Abstract: As of the fest in honor of Catholic saint in the month of June (São João) typical's rural community, this article discusses the dimensions that it triggers and reflects on the impacts of some transformations, ruptures and continuities both in daily life and in the festive cycle. The research's results reaffirm the fests' ability to communicate issues that are beyond of it: about the permanence and transformations in rural space and the relevance for theoretical and political debates of using it as an analytical key to understand the relations between tradition and modernity, rural and urban, gender, class and others. It also demonstrates how dimensions, theorized at opposite poles as if they divided social life, are lived together, in sequence or at the same time. The empirical material had been collected in field work during the process of preparing and realization the main fest of Comunidade São João, located in Ubitatã, Paraná.

Keywords: june festivals; São João; rural; urban; transformations.

Carregadas de histórias, tradições e crenças, forjadas pelo trabalho de homens e mulheres que vivem e produzem, plantam e colhem, contam causos e celebram festas e sob a égide de valores centrados na religião, no trajeto do passado para o presente e da escassez para os excessos estão muitas comunidades rurais brasileiras, como é o caso da São João, localizada no município de Ubitatã², no Paraná. Nomeada em homenagem ao colonizador que povoou o território com as primeiras vinte famílias catarinenses, em 1951, a

¹ Mestranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional (PPGAS/UFRJ).

E-mail: beltrivilin@hotmail.com

² Município de pequeno porte, com população estimada em 2021 de 20.809 habitantes e densidade demográfica, segundo o Censo de 2010, de 33,03 hab/km² (IBGE). Pensando, de acordo com Veiga (2002, p. 33), em uma combinação do critério de tamanho populacional com a densidade demográfica e localização, seriam de pequeno porte os municípios com menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km².

comunidade de cerca de 130 famílias e economia baseada na produção de soja e milho, cultivo de fumo, pecuária leiteira e uma crescente produção de frango de corte, conta com uma tradição de ritos e cerimônias em devoção aos santos – como a de São Pedro, Santo Antônio, São Sebastião e a de São João realizada, ininterruptamente, há 62 anos, até 2019.

Com uma paisagem rural dominada pelas atividades agrícolas, o território situado na região centro ocidental paranaense, em alguns quilômetros limitados de um lado pela rodovia BR-369 e de outro pela passagem do rio Piquiri, compreende diferentes áreas e carreadores, com aglomerados de sítios, casas e famílias em regiões afastadas umas das outras, além da concentração de moradores em um núcleo, com as residências e as instituições públicas, comunitárias e privadas da vida local (igreja, escola, posto de saúde, academia da terceira idade, salões de festa, campo de futebol e mercearia). Os trabalhadores rurais, a grande maioria agricultores familiares³, são arrendados, parceiros, alguns atuam como diaristas durante o plantio e a colheita, além de os funcionários dos aviários de frango de corte. Ainda hoje, além dos pequenos produtores, o grande proprietário, filho do colonizador, concentra a maior parte das terras, usando-a com seu próprio capital e arrendando-a a outros.

Ligada ao processo de colonização da região, até então chamada de Gleba Rio Verde pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop), e anterior a constituição do município, a comunidade servia como vitrine para receber visitantes e compradores, atraídos pela fertilidade do solo e foi, portanto, o primeiro lugar povoado do que viria a ser parte do distrito de Ubitatã, criado em 1957 subordinado ao município de Campo Mourão e emancipado em 1961. Tudo isso como um dos projetos de ocupação de terras organizados e planejados pelo Estado em parceria com as empresas colonizadoras, a exemplo do filho do grande proprietário de terras, ainda hoje presente na comunidade, nomeado como prefeito-instalador do novo município pelo governador do estado do Paraná.

Como faz Maria de Nazareth Wanderley (2000), considera-se o recorte rural-urbano, em seus novos e diferentes moldes, a partir das transformações profundas decorrentes da industrialização, da urbanização e da modernização da agricultura⁴, como útil e importante para analisar as particularidades de alguns espaços e grupos sociais, as questões sobre o lugar do agricultor e de suas antigas raízes “camponesas”, as perspectivas da agricultura familiar e a presença de relações sociais específicas dessa produção diante do processo de transformação modernizante do setor agrícola, a importância política, cultural e social das

³ Considerando a utilização da expressão “agricultura familiar” para caracterizar a produção assentada no trabalho familiar, ao mesmo tempo moderna e integrada aos circuitos comerciais e industriais (BRUMER, SANTOS, 2006, p. 56).

⁴ A modernização da agricultura no Brasil foi tratada por diversos autores, dentre eles Palmeira (1989), Leite (1995), Wilkinson (2008), Goodman e Sorj (2008) e recebe adjetivos próprios, como o de “conservadora” por manter uma estrutura fundiária bastante concentrada ao lado dos desdobramentos perversos principalmente no campo social e político. Refere-se ao conjunto de políticas e processos relacionados ao campo e implementados posteriormente ao golpe de 1964 até o esgotamento em meados dos anos de 1980 (LEITE, 1995, p. 137).

comunidades locais, bem como as diferenças espaciais, temporais e sociais das sociedades modernas. Em vez de uma vitória arrebatadora da cidade sobre o campo, com uma espécie de uniformização da sociedade, entende-se a emergência de uma nova ruralidade, com continuidades e descontinuidades e a necessidade de lidar com o impacto de eventos e transformações que ocorreram e que estão ocorrendo agora.

Passo a discutir alguns desses impactos, rupturas e continuidades por meio da festa junina típica de uma comunidade que, como outras localidades rurais, mantém relações, amistosas e conflituosas, de convivência e proximidade cotidianas com a cidade. Ao identificar algumas dimensões da festa, percebe-se como ela é capaz de revelar e esconder questões que estão para além dela e o seu estudo, por consequência, diz mais do que sobre elas mesmas. Da mesma forma, os rituais e eventos ampliam, destacam e acentuam o que é comum em uma sociedade trazendo a possibilidade de utilizar o seu instrumental para a análise de eventos naturalizados ou excepcionais (Peirano, 2001). O que justifica o seu estudo pelas diversas áreas do conhecimento e a relevância, para os debates teórico e político, de utilizá-las como chave analítica para a compreensão dos movimentos de constituição dos municípios, das comunidades, das identidades e sentimentos de pertencimento, das relações entre tradição e modernidade, rural e urbano, de gênero, de classe, das pessoas com o ambiente, com a Igreja, dos modos de vida, das estruturas sociais, políticas, econômicas, religiosas e outras.

Os materiais da pesquisa empírica aqui apresentados foram coletados em trabalho de campo durante o processo de preparação, na semana anterior ao dia da festa de São João, até a sua realização nos dias 22 e 23 de junho de 2018. Nessa experiência, percebendo que os relatos se centravam em uma comparação sempre viva entre a festa, a vida sofrida do cotidiano passado e as mudanças do novo tempo, algumas questões surgiram sobre as relações entre o passado e as mudanças do novo tempo e uma etnografia do passado foi construída conjuntamente a atual. O trabalho incluiu observação participante e registro em diário de campo, com a presença da autora, a maior parte do tempo, entre as mulheres que preparam coletivamente as comidas da festa e, no dia da queima da fogueira, auxiliando-as na cozinha e trabalhando na barraca da igreja. Foi também realizada uma entrevista com o grande proprietário de terras da região, além de conversas com os trabalhadores rurais, migrantes e moradores antigos que chegaram à comunidade em meados das décadas de 1950 e 1960, como empregados de suas terras.

Uma festa, outro mundo

A cena que se observava era a de pilares enfeitados com folhas de bananeira, flores típicas dos casamentos na roça, que as moças solteiras passavam o dia a colher e adornar, sacos de estopa e chapéus de palha. Hoje a que se descortina são de barracas com estrutura metálica, bandeirinhas coloridas e balões de papel cartão. A fogueira de quase trinta metros é construída com a ajuda de máquinas agrícolas dirigidas pelos filhos e netos dos que levavam as toras ao alto com gambiarras manuais. As duplas caipiras e os sanfoneiros foram substituídos por bandas multi-instrumentais e com luzes coloridas. “*Não se fazem mais festas como as de antigamente*” – afirmam os moradores. Imagino que a festa não seja a mesma, porque o espaço rural também não.

As sociedades rurais tradicionais passaram por um processo intenso de transformação, perderam a relativa autonomia que possuíam e foram integradas, de formas e em graus distintos, econômica, social e culturalmente à sociedade global. As distâncias se encurtaram e se intensificou o contato com as cidades e a influência da cultura urbana, o que afeta a rotina, a organização e o modo de vida da população local (Wanderley, 2000). O modo de produzir, de trabalhar, de festejar e de viver do campesinato tradicional se alterou, não com o fim do campo, mas com o do fosso construído entre habitantes urbanos e rurais, acompanhado do surgimento de outras relações de convivência, aproximação, distanciamento e conflito.

Nessa nova configuração de mundo, mais interconectado, em realidade e em experiência, em que as distâncias e escalas temporais foram comprimidas, se faz referência a processos que ultrapassam fronteiras e conectam comunidades em novas configurações de tempo e espaço (Hall, 2006, p. 69). Neste mundo, que agora parece menor, em que acontecimentos em um lugar do planeta afetam, em graus e com intensidade distintos, até mesmo pessoas e lugares localizados a uma grande distância, a dificuldade de comunicação e locomoção entre campo e cidade foi substituída por uma relação mais próxima, o que impossibilita adotar o mesmo olhar e as mesmas categorias para as novas relações.

Assim como a dicotomia e a visão anterior de relações de isolamento e oposição estrita entre o meio urbano e rural vão desaparecendo, os limites entre os espaços não são mais rígidos e trânsitos contínuos e cotidianos são estabelecidos, a festa também atua nesse caminho entre os polos. Ela opera, muitas vezes, nas frestas de poderes instituídos, em dimensões e com dinâmicas que escapam e ultrapassam os muros do mesmo concreto que antes dividiam um espaço como “técnico” e outro como “natural”. Uma aproximação entre o campo e a cidade que não significa, utilizando o conceito de continuum rural-urbano (Wanderley, 2000, p. 107), a perda de sua heterogeneidade, a dissolução das diferenças entre um e outro e a desconsideração das especificidades espaciais, temporais, das referências identitárias, culturais e do sentimento de pertencimento ao espaço rural.

Em vez disso, como demonstra Stuart Hall (2006, p. 12), ao explorar questões sobre a identidade cultural e o caráter de mudança na modernidade tardia, o que encontramos são pessoas detentoras de várias identidades diferentes, muitas vezes provisórias e conflituosas, e o próprio processo de identificação torna-se mais variável e continuamente deslocado. O efeito da globalização sobre as identidades, ainda que permaneça contraditório segundo o autor, é pluralizante, produz uma diversidade de possibilidades e novas posições de identificação, fazendo com que as identidades se tornem menos unificadas, fixas e mais históricas (Hall, 2006, p. 87), além de poder reforçar, contra o argumento de uma homogeneização cultural, identidades locais específicas (Hall, 2006, p. 80). A Festa de São João, nesse sentido, pode ser entendida como a tentativa de afirmação ou reinvenção de identidades locais que têm sido deslocadas e interpeladas por um modo de vida urbano cada vez mais próximo. É por meio da festa coletiva que comunidades como a São João reforçam sua identidade com símbolos e práticas que comemoram a memória e reafirmam o pertencimento (Chianca, 2007). Mesmo nos casos das grandes festas juninas urbanas, que ultrapassaram o fluxo local ou regional e contam com interesses e intervenções do poder público e de outros agentes, muitas de suas comunidades locais ainda festejam e reconhecem a festa como símbolo de sua cultura, lembrança de suas origens e pertencimento identitário local⁵.

No entendimento do ritual como um dos elementos críticos da vida social, que destaca certos aspectos da realidade, na relação entre rotinas e cerimoniais, trabalho e lazer, repetições e inaugurações, como um ato de se deslocar no tempo e no espaço, a festa, com sua música, comida, dança, mitos e máscaras é uma das vias privilegiadas no estabelecimento de mediações da humanidade, entre as tradições do passado, os elementos do novo tempo e o olhar para o futuro, os desejos individuais e coletivos, um diálogo da cultura consigo própria, sendo capaz de mediar encontros culturais e conciliar até opostos considerados inconciliáveis (Amaral, 2008, p. 442).

A partir da perspectiva de sequencialidade de Arnold Van Gennep (2011) e da discussão moderna com Victor Turner (1974, 1987), Mary Douglas (2010), Claude Levi-Straus (1982, 1993, 2008), Roberto DaMatta (1997) e outros, em que o ritual é entendido não como acessório do mundo mágico e religioso, mas como um fenômeno de mecanismos recorrentes e dotado de uma sequência rica e complexa de atos simbólicos (Turner, 1987, p.4), compreende-se que falar em vida social é falar em ritualização, em cerimônias, fronteiras e em passagens sucessivas. Destaca-se, assim, entre as múltiplas festas populares brasileiras, como o Carnaval, as Folias de Reis, os Festivais de Parintins, as do ciclo junino⁶ como manifestações de uma cultura inventiva, histórica, que é processo, transformação e está nos modos de fazer

⁵ Como mostrou Zulmira Silva Nóbrega ao refletir sobre alguns aspectos do Maior São João do Mundo, em Campina Grande, Paraíba. (NÓBREGA, 2009).

⁶ O ciclo junino brasileiro se inicia na véspera do dia de Santo Antônio, 12 de junho, passa pelo São João e se encerra no dia 29 de junho, dia de São Pedro.

a vida, relacionada à forma como cantamos, dançamos, rezamos, nos relacionamos com a comunidade e com a terra (Marques e Brandão, 2015).

As festas juninas, consideradas sacro-profanas na classificação de Rita Amaral (2008), são relevantes demonstrações dessa característica de mediação, já que permitem alternâncias entre momentos de sagrado e profano, um ligado ao núcleo da festa e o outro a seu envoltório. No caso da realizada na comunidade São João, uma parte de “rezar” abre os dias de festa, com a típica missa sertaneja⁷, e outra de “festar” termina, com o momento do grande baile. Antes de uma oposição, essa dualidade é constitutiva da própria história das festas de São João⁸, como nos mostra Luciana Chianca (2007). Os dias de louvor aos santos são marcados por momentos alternados de devoção e diversão, que variam de acordo com o momento histórico, as situações, especificidades regionais e as experiências dos moradores locais (CHIANCA, 2007, p. 51). Nesse caminho de rituais oscilantes entre as duas dimensões ficam evidentes o caráter dinâmico do evento e a sua capacidade de construir redes e interações (MARQUES E BRANDÃO, 2015), sendo as extensões dessas redes essenciais para o sucesso da festa.

Entre a introdução de elementos profanos na festa religiosa e de elementos religiosos na festa profana, festas juninas como a da comunidade estudada permanecem sendo de caráter religioso mantendo aspectos bastante secularizados. Mesmo quando essas dimensões não ocupam os mesmos espaços sociais, festas juninas urbanas organizadas pelas paróquias, fortemente caracterizadas pelos rituais oficiais, sempre ocorreram paralelamente às festas mais “profanas” nas casas, bairros e ruas, compartilhando, inclusive, o mesmo público que passava de uma a outra sem dificuldade. Essa convivência, no entanto, não existe sem tensões. São conhecidas as imposições históricas, pelas autoridades eclesiais, de restrições ao modo de festejar, o que explica a criação, logo após os primeiros anos de festa na comunidade São João, de uma associação comunitária para dar continuidade às festas, já que antes havia apenas a associação da igreja e elas eram realizadas em nome da instituição, até que foram proibidas pelo padre local. Apesar disso, para os habitantes locais, participantes e produtores das festas, a passagem simples da missa ao baile demonstra que há, em vez de uma incompatibilidade entre a experiência da festa da Igreja e das domésticas e de rua, uma complementariedade, acionando uma ou outra em contextos e momentos específicos. (CHIANCA, 2007, p.

⁷ Dentre as missas que existem na doutrina eclesial, para diversas realidades e com diferentes intenções, uma delas é a sertaneja. Realizada no ciclo junino em louvor a um de seus santos (São João, São Pedro e Santo Antônio), elas seguem os sacramentos e atos oficiais da Igreja, mas contam com cânticos específicos em ritmo sertanejo, com instrumentos como viola, sanfona e violão. Variam conforme as regiões do país, incorporando elementos das culturas locais, mas costumam ser missas em ação de graças à realidade do campo, às famílias que trabalham no meio rural e oferecem os seus donativos, lembrando tempos antigos e ressaltando valores e sacrifícios cotidianos que devem ser incluídos em seus modos de vida e trabalho, de acordo com os ensinamentos de Deus: bondade, fraternidade, solidariedade e generosidade cotidiana, por exemplo.

⁸ Importante mencionar que, não se referindo apenas à festa específica em louvor a São João Batista (24 de junho), com o passar do tempo o “São João” passou a nomear o conjunto das festas do ciclo junino.

51).

Localizada em um ponto importante do calendário agrícola, que organiza a vida das pessoas do campo, a realização da referida festa por meio dos dias de “trabalho-com-ritual” antecede o início da colheita e pode ser analisada como faz Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (1999) com os carnavais, ao entender o processo preparativo em um sentido pleno, não apenas o desfile e o evento datado, mas todo o seu processo de construção. Isso inclui, na organização da festa da comunidade São João, as reuniões semanais da associação comunitária, os preparativos, com uma divisão sexual do trabalho, em que os moradores se mobilizam para conseguir a estrutura das barracas, a banda, a divulgação, as fichas, a decoração, a construção da fogueira, os ensaios da quadrilha e a preparação dos alimentos. Esta última reúne gerações de mulheres (avós, mães, filhas e netas), lideradas pelas mais velhas da comunidade que, desde a juventude, se pudessem participar com a permissão do marido ou do pai, se dedicam ao trabalho festivo. Atualmente preocupadas com a continuação da festa pelas gerações seguintes, afirmam estar prontas para serem substituídas na linha de frente pelas mais jovens, que demonstram insegurança e colocam em xeque as futuras organizações.

Maria Laura Cavalcanti (1999, p.12) explica, além disso, como a vida de uma escola de samba transcorre em duas dimensões e pode ser dividida em duas realidades: uma o contexto do carnaval, que inclui a parte exterior à escola e é fruto do desfile competitivo, outra o “samba” que faz referência à interioridade e à tradição do lugar, tendo como marco central, ápice e fim de um ciclo e o reinício de outro, o desfile. Assim também pode ser pensada a festa de São João, com uma parte arrecadatória, que inclui não apenas a comunidade, mas os habitantes da cidade e algumas localidades da região, e outra que se refere as relações que as festas mantêm com suas fontes religiosas e a vida cotidiana daqueles que nutrem laços de pertencimento e possuem compromisso com a tradição. Além da convivência, portanto, das duas dimensões (sagrado e profano), coexistem na festa dois públicos e momentos em um mesmo tempo-espço (Marques, Brandão, 2015, p.19). Tanto o público visitante que se integra a ela, atraídos principalmente pelo aspecto lúdico e do divertimento, mas não se ligam, necessariamente, à manifestação sagrada em louvor ao mito de origem, quanto os produtores da festa que compartilham de uma identidade e legitimidade para tocar a tradição. Um mesmo ritual transita pelas duas dimensões a depender do público. A cerimônia de louvor ao santo na queima da fogueira pode significar para os moradores um compromisso com as suas raízes e o santo padroeiro e, ao mesmo tempo, para os visitantes, uma oportunidade de participar e festejar na principal festa junina da região.

A organização da programação e uma situação ocorrida na festa de 2018 evidenciam essa diferença. Na sexta-feira, dia 22, ocorreu a típica missa sertaneja e, após ditadas as devidas orações e louvor aos santos festeiros, a noite terminou com uma confraternização comum, no salão de festas antigo, com as comidas

típicas do período. Diferente dos dias seguintes, esse é o momento de rever os amigos e parentes e dar graças ao santo “em comunidade” – talvez o único momento, de todos os dias, em que os produtores e trabalhadores da festa podem apenas festejar. Diferente do público do dia seguinte, a confraternização mantém o caráter local e só participam moradores, atuais e antigos, que vivem no lugar, distantes ou na cidade, mas continuam a fazer parte da comunidade.

Prova da importância desses momentos para reafirmar a identidade e sentimentos de pertencimento daqueles que têm laços antigos reestabelecidos com a festa e, antes de todos, possuem legitimidade e devem ter autonomia nesse processo, foi o incômodo de muitos moradores com a vinda de cantores da cidade e a mudança no tom dos cânticos durante a cerimônia religiosa que abre os festejos. A música que na missa sertaneja traz fortemente as influências do gênero tradicional caipira foi transformada pelo estilo gospel de “vozes bonitas e músicas calmas”. Na manhã do dia seguinte, com todos já empenhados para a importante noite, véspera de São João, um dos moradores, zelador do salão comunitário e organizador da festa há muitos anos, chega à cozinha extremamente irritado: “— *Tinha que chamar o Jorge* (violonista da igreja e morador antigo da comunidade) *e nois mesmo cantava nossos cântico, aí sim seria missa sertaneja!*” e adverte: “*Nois que vamo escolher os cântico e os cantor da missa do ano que vem!*” Sua fala, concordada por muitos, demonstrava como, ainda que outros elementos importassem e a vinda dos visitantes fosse símbolo de fartura e sucesso, a festa mantém um significado especial para os habitantes do lugar. Como escreve Brandão sobre alguns elementos das festas:

Sou eu que se festeja, porque eu *sou* daqueles ou daquilo que me *faz* a festa. Estou sólida e afetivamente ligado a uma comunidade de *eus-outros* que cruzam comigo a viagem do peso da vida e da realíssima fantasia exata das festas que nos fazemos, para não esquecer isto. (BRANDÃO, 1989, p. 4)

Fica evidente, apesar delas alcançarem outras dimensões, as origens mais familiares das festas juninas, que surgem com o objetivo de reunir os parentes, compadres e amigos para um baile em torno da fogueira, que agora é enorme, mas que resulta de uma série de fogueiras domésticas, acesas pelos moradores que partilham de uma sociabilidade cotidiana baseada na religiosidade católica e nos vínculos familiares e vicinais. A festa da comunidade é parte de um ciclo de festejos rurais e de um processo anual de produção e de manutenção coletiva, de ações cotidianas e de práticas religiosas, como as missas, novenas e procissões, de trocas de bens, sentidos, saberes, serviços e sociabilidades que permitem relembrar a tradição do antigo modo de vida, enquanto lidam com as transformações do novo tempo (Brandão, 1985).

Como, além de uma inegável eficácia simbólica, ela possui um propósito econômico de arrecadar dinheiro para sustentar as estruturas comunitárias ao longo do ano, durante as festas e nos momentos

anteriores de preparação, os moradores deixam os seus afazeres cotidianos para se dedicarem integralmente ao serviço coletivo. O valor arrecadado vai para o caixa da comunidade e é utilizado tanto para os reparos na igreja, instalação de bebedouro, compra de ventiladores, de enfeites de natal, de presépio, como para que os salões comunitários se mantenham ao longo do ano, servindo para as reuniões, encontros e festas. Além disso, quando necessário, os fundos são revertidos para as necessidades emergenciais e de sobrevivência dos moradores, questões de saúde, alimentação e habitação, considerando que “os requintes da divisão ou da distribuição aparecem também com a urgência ou a ausência da necessidade” (Levi-Strauss, 1982, p. 97).

Carlos Brandão (1985), sobre a festa do Divino Espírito Santo em Mossâmedes, anuncia algumas dessas características que se aproximam de outras festas de santo:

Para a “festa do padre” e para a “festa com o padre”, acorriam a Mossâmedes moradores “da roça”, de tal sorte que a experiência da prática religiosa coletiva esteve sempre associada à situação de festa, com as características de aglomeração, de solidariedade extra-cotidiana, de comemoração, de intensificação de trocas comerciais e de serviços extra-rotina rural, de extensão da prática religioso-ritual, dos limites do individual e do familiar para os do comunitário. (BRANDÃO, 1985, p. 180).

Nesse sentido, elas podem atuar na manutenção de laços de afeto e solidariedade, por meio de trabalhos coletivos e de mutirões que, embora característicos dos momentos festivos, não são restritos a eles. É possível observá-los em diversas situações durante o ano, nos abates de animais domésticos, nas trocas de alimentos entre parentes e vizinhos, em serviços rápidos na roça e nas tantas atividades coletivas e espaços de encontro que tem a igreja e os compromissos com ela como central. As mulheres realizam, há muitos anos, encontros diários para rezarem terços, novenas, fazerem caminhadas e trocarem causos sobre a vida. Há cinco grupos de mulheres que limpam semanalmente a igreja, lavam os panos, ajeitam os santos, plantam e colhem flores para o altar e aos domingos, após a missa ou culto, a frente da capela vira um reencontro semanal sempre comemorado.

São também comuns nos ciclos festivos a prática de leilões, como os de São Sebastião – o santo que livra da peste, da fome e da guerra – muito associados a pedidos e promessas que envolvem o afastamento de pragas na lavoura e a saúde dos animais. Dia vinte de janeiro os moradores se reuniam e depois de cada novena, ofertavam prendas – frangos, porcos, bolos, cucas, doces – para a promoção dos leilões. Em seguida os alimentos eram arrematados, normalmente por um valor maior ao de origem, e o dinheiro arrecadado retornava para a igreja e a organização da comunidade.

Em experiências como essas pode ser identificada a proposição de um outro tipo de tempo e espaço, contrário ao tempo industrial, ao “intemporal” na conceituação de Manuel Castells (1999, p. 157), uma das três formas de temporalidade em que a maioria dos processos básicos dominantes é estruturada. Elas

contrariam, de alguma forma, a perda da relação entre as diferentes funções, submetidas ao princípio de uma representação mediada pela racionalidade técnica e abstrata exercida por interesses comerciais externos. Nessa disputa pela redefinição histórica de duas expressões fundamentais e materiais da sociedade, o tempo e o espaço, a partir do que discorre Castells sobre a sociedade em rede, a defesa de experiências de controle praticadas pelas pessoas sobre seus próprios espaços de existência, como nos momentos de troca e trabalho coletivo na preparação dos alimentos e nos mutirões de limpeza que acontecem durante todo o ano, pode se apresentar como um obstáculo aos mecanismos básicos do atual sistema de poder. Tais formas de trabalho e organização, tanto na vida cotidiana como no ciclo de festas, auxiliam na afirmação dos locais da comunidade como fontes de sentido e significado.

Na perspectiva de Durkheim (1996), que relaciona as festas à produção de um estado de efervescência coletiva vinculado a sua própria estrutura, aparece a ideia de transgressão das normas coletivas ordinárias em ocasião da festa. Como parte do ritual que implode o curso da vida comum, ela teria a capacidade de tornar a disciplina cotidiana suportável. De forma semelhante, Mircea Eliade (1992) também menciona os ritos festivos como meios através dos quais é possível ultrapassar a duração temporal ordinária. Carlos Brandão (1989, p. 4), por outro lado, afirma que a festa, ao romper com o excesso de significado, exagera o real. Ela se utiliza dos mesmos sujeitos e objetos e quase da mesma estrutura de relações do cotidiano e as transfigura; ela se apodera da rotina, mas em vez de rompê-la, excede a sua lógica e, nesse momento, obriga os sujeitos ao “breve ofício ritual da transgressão”. Sobre uma comunidade que festeja, ele escreve:

Juntos, diferencialmente irmanados, pedimos à festa a evidência de que tudo isso, que é a vida, e a vida impositivamente social, é suportável e até bom, porque sendo irrecusável, pode ser até previsível se revivido com afeto e com sentido. (BRANDÃO, 1989, p.4).

“*É minha fia, aquele tempo a coisa era sofrida, mas o povo era animado, hem?*” – me disse Seu Luís, um dos agricultores e moradores antigos, sobre as festas de outros tempos. Seja porque eles não participam da festa atual da mesma forma, não dançam a noite inteira, não oferecem uma rosa para a pretendente no baile, estão em outro tempo e momento, seja porque essa nova forma de festejar, que é diferente, ainda não foi assimilada por todos, é fato que a relação entre a “coisa sofrida” e o “povo animado” é fundamental, principalmente no contexto atual, referido como de uma vida menos difícil e mais farta. Nessa lógica, a festa caminha na contramão da dificuldade e da precariedade do cotidiano. Festeja-se não porque a vida é fácil, mas porque ela é dura e sem o exagero sacralizado do hoje festivo, a transgressão à ordenação de todos os dias, suportar o amanhã seria muito mais difícil.

Sua fala explica mais detalhadamente a que momento ele se refere:

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

Naquele tempo a vida era dura. Ocê não vendia nada, não tinha com o que viver. Se trabalhar matasse, nois tinha morrido. Nois levantava cinco hora e começava a arrancá soja, quando comecemos a plantar soja. Rancava soja de mão e cortava de pelo, rancava e cortava até meio dia. De meio dia até umas cinco hora nois carregava e amontoava. Depois pegava a triadeira e batia até meia noite, uma hora da manhã. Noutro dia cinco hora pêgo de novo. Nois batemo um ano, arranquemo e batemo mil saco de soja. Trabalhava desde os 7 ano, de enxada, talvez ia pra escola, a hora que vortava já tinha que ir pra roça. E tinha negócio de sol quente? Carçõozinho curto, camisinha curta. Pnhava um chapeuzinho na cabeça, minha fia, uma paietinha, naquele tempo era paieta. (LUIZ, 66 anos, 2018)

É importante mencionar que os autores se referem a sociedades como essa, em que o trabalho cotidiano é exaustivo, para as quais a “vida séria” implica exigências muito duras e que precisa ser suportada, porque ser insuportável é a ordem do dia. Mas as festas, o lazer e o divertimento são também coisas sérias, não atuam só como suportes e, por isso, são tão importantes para os debates políticos e teóricos das sociedades. (Amaral, p. 27)

Nesse tempo da vida dura, avistar a fogueira atrás da igreja era sinal de que uma parada no ritmo intenso do cotidiano ocorreria. Não pela falta de trabalho, mas por atividades, embora muito próximas das realizadas no cotidiano, que em contextos cerimoniais e festivos, são realizadas em uma atmosfera impregnada de “sagrado”, o mesmo trabalho, mas com intencionalidade religiosa (ELIADE, 1992). É importante mencionar que faz-se referência a um contexto de origem que, no ápice populacional, em 1965, cerca de 500 famílias partilhavam de um modo de vida de escassez e o lavrador se nutria com o mínimo alimentar, nos termos de Antonio Candido (1971), que corresponde a um mínimo vital, o que contrasta agora com uma comunidade menor em que a maioria dos habitantes já provê de recursos para além da sobrevivência.

Não é possível se referir, no entanto, às dimensões que envolvem o trabalho e a festa como oposições dicotômicas e isoladas, nem durante a preparação, muito menos na realização. Em vez de opor “atos práticos” a “gestos simbólicos”, ainda que as cerimônias e comemorações representem uma ruptura no cotidiano, trabalho e festa são vividos conjuntamente, em sequência ou ao mesmo tempo, há um entrelaçamento entre as regras do trabalho produtivo com uma reunião gratuita e generosa de pessoas que compartilham, convivem e celebram. O ambiente da cozinha vira palco de um trabalho longo, mas festivo, com piadas, mexericos, desavenças e um apanhado geral de como está a vida e como andam os filhos. É momento de cozinhar, comer, rir, trocar e matar a saudade dos que não se veem sempre. Ainda uma ação produtiva, mas que, com os afetos, torna-se uma relação entre “pessoas através de coisas”, em que importa o modo que se cria o que é produzido e tudo o que se faz é considerado como um não trabalho, nos termos rotineiros, mas uma oferta de serviço voluntária (BRANDÃO, 2007, p. 48), de dons recíprocos, embora já

instituída e quase obrigatória segundo o código local de trocas (MAUSS, 2008. LEVI-STRAUSS, 1982) e a tradição de honrar o santo.

Da mesma forma acontece com as dimensões do tempo ordinário e do ciclo festivo, vinculadas diretamente ao caminho mesclado entre o sagrado e o profano, tratando-se de festas periódicas religiosas. A categoria tempo é bastante relevante, levando em conta um tipo de tempo com forte conteúdo simbólico, como considerou Durkheim em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1996) ao escrever sobre sua origem social e estritamente ligada à religião. Em sua forma de conceber o tempo como estruturante da relação das pessoas com a experiência do mundo dos fenômenos e, depois, com a discussão antropológica de que o tempo está relacionado às experiências e visões de mundo de cada cultura e sociedade, e elas apreendem a sua passagem de formas diferentes, aparece o conceito de tempo estrutural. Um tempo social, sincrônico, que se repete e possui características afetivas próprias (CAVALCANTI, 1999, p. 77) e que, para Evans-Prichard (2007, p. 108), no estudo e descrição dos conceitos Nuer, seriam reflexos das relações mútuas entre os sujeitos dentro da estrutura social, bem como dos conflitos e de suas soluções.

O olhar para os calendários e os ciclos de temporalidade remetem, segundo Durkheim (1996, p. 17), tanto à periodicidade desses rituais, festas, das cerimônias públicas que expressam o ritmo da vida comum e garantem sua regularidade, como a processos naturais (Cavalcanti, 1999, p. 76). Para aqueles que se mantêm mais agarrados à terra as cerimônias de passagens humanas se relacionam ainda mais intimamente às etapas e momentos de passagem cósmicos, como é o caso do solstício de inverno, no Hemisfério Sul, que tem no dia 24 de junho o grande momento da trajetória solar e é o centro das festividades juninas. Além da comemoração às datas dos santos “festeiros” do catolicismo⁹, os solstícios são normalmente celebrados com fogueiras pela crença na capacidade do sol de gerar fertilidade e saúde e do fogo trazer com mais intensidade os benefícios necessários à terra, luz e calor, promovendo o crescimento das plantações e trazendo a benção dos céus para o início da colheita (PESSOA, 2007, p. 39).

Como anunciou Durkheim (1996), além dos seres pessoais, deuses, santos, podem ser sagrados diferentes objetos, elementos e práticas, como ritos, árvores, mastros, bandeiras, palavras e, dentre outros, fogueiras. Manifestando o sagrado, eles tornam-se outra coisa e continuam, ao mesmo tempo, a ser eles mesmos, como explica Eliade (1992, p. 13). Evidência de que as passagens do sagrado ao profano, constitutivas das festas juninas, são realizadas facilmente é a correspondência existente entre bandeiras e estandartes, característicos da festa católica, com os paus de santo que seriam a correspondência mais distante dos símbolos oficiais da Igreja. As fronteiras são tão borradas que estes mastros, troncos de árvores decorados com alimentos e plantas da estação, servem de sustento à bandeira com a imagem do santo

⁹ Santo Antônio festejado nos dias 12 e 13 de junho (véspera e dia do santo); São João nos dias 23 e 24 de junho e São Pedro nos dias 28 e 29 de junho.

homenageado. Construídos próximos a fogueira, quando ela já está consumida pelo fogo, as cinzas são ainda passadas em seu entorno, transformando o pau de santo em pau de sebo, o “profanizando” mais para que sirva de brincadeira e competição para crianças e jovens (CHIANCA, 2007, p. 67). A fogueira na noite de vésperas, nesse sentido, pode ser considerada sagrada e derivam do fogo poderes curativos e práticas mágico-religiosas que possuíam até funções sacramentais (PESSOA, 2007), como o batismo da fogueira. Neste rito de apadrinhamento, que vários moradores me relataram, os sujeitos caminhavam sobre as brasas, descalços, se tornavam parentes espirituais, “compadres de fogueira”¹⁰ e certificavam que nenhum queimava os pés, tamanha era a fé em São João.

Na crença do fogo ligada à fertilidade e à colheita e na adoração ao santo que abençoa a comunidade, bem como nos costumes de levantar mastro para São Pedro relembrando os cultos aos espíritos das árvores, em um duplo movimento entre o catolicismo popular e o oficial, há uma confluência das origens pagãs dos ritos e crenças, com símbolos e práticas que independem da hierarquia da igreja, e fortes identidades católicas romanas, de devoção aos santos e rezas de terço. Muitos desses ritos persistiram e ainda persistem em muitos lugares, como na comunidade São João, com uma relativa autonomia e sua importância é notável. O que não significa uma separação com a organização eclesial, já que os moradores continuam fiéis aos sacramentos e atos oficiais, mas assim como dividem seu tempo festivo entre diversão e liturgia, há um processo de incorporação dos elementos do culto oficial da Igreja católica a maioria dos símbolos das festas juninas. Partes de rituais antigos, como os relativos ao fogo, do paganismo, de povos originários ou práticas formadas com a influência de causas locais foram assimiladas e enquadradas pelo cristianismo, que inseriu sua lógica de organização e os seus valores religiosos (Durkheim, 1996, pp.18-19. Pessoa 2007, p.40).

Esse processo não aconteceu de forma natural ou amigável, mas foi o resultado de longas disputas pelo controle político, econômico e simbólico da festa como a existente entre a expectativa religiosa e lúdica popular, de um lado, e os aspectos litúrgicos e formais da Igreja de outro. Em um esforço da instituição por afastar alguns simbolismos, como o relativo à fecundidade, e proibir muitas práticas populares consideradas inadequadas e “profanas” pela doutrina cristã, algumas se perderam, mas muitas resistiram e, para não perder seu poder de influência, foram adotadas tais estratégias de assimilação. Com o fortalecimento cada vez maior do aspecto lúdico das festas juninas, elemento central de adesão popular, e a diminuição do poder de mobilização da Igreja, foi preciso que ela o adotasse para se recuperar. (Chianca, 2007)

¹⁰ Como explica Chianca (2007, p. 64), tipo de compadrio cristão que inclui respeito e consideração entre os envolvidos e algumas obrigações recíprocas de ajuda mútua. É considerado “horizontal” por não haver hierarquia entre eles e reforçar, por isso, as relações construídas sobre a amizade e o parentesco de sangue já existentes no grupo.

Nesse momento, começaram a ser promovidas as quermesses nas praças das paróquias, unindo as novenas, missas e procissões tradicionais às barracas de comidas e artigos típicos, apresentação de quadrilhas, grupos folclóricos e atrações musicais, sorteios, brincadeiras, parque de diversões, além de fogueira oficial acesa em cerimônia de benção com o padre, como acontece na São João. Passaram, então, a contar com programações conciliatórias que combinavam a realização dos ritos religiosos, a importante sociabilidade e convívio entre as pessoas com as arrecadações financeiras, que possibilitavam, inclusive, independência financeira às igrejas. O que também aconteceu na comunidade São João, já que a construção de sua primeira capela surgiu da arrecadação de uma das festas e é mantida, ainda hoje, pela sua realização. O grande sucesso dessas quermesses e arraiais foi responsável pela permanência do aspecto religioso das festas juninas com o passar do tempo que, como já mencionado, coexistiam, com maior ou menor harmonia, com festas mais “profanas” e sem a organização centralizada pela Igreja. (CHIANCA, 2007)

A partir disso, ainda que seja possível pensar em dois tempos distintos e em uma vivência em ritmos temporais variados, o tempo do trabalho corriqueiro e o tempo festivo, admite-se em uma perspectiva de descontinuidade e heterogeneidade do Tempo, que a festa permite incursões de um e de outro, intervalos rituais “sagrados” que se apresentam de forma próxima, por vezes em sequência, aos momentos comuns de duração temporal “profana” que os antecede e sucede (Eliade, 1992). Um exemplo disso está na participação dos produtores da festa no momento da queima da fogueira. Enquanto a importante cerimônia acontece, com falas dos representantes da associação e das autoridades políticas e religiosas da cidade, os demais moradores continuam em seus postos de trabalho. Eles se dividem em vários espaços: mulheres na cozinha preparando as porções de comida, caldos, fritando os salgados e as mais jovens ficam responsáveis pelas vendas; as professoras e merendeiras da escola cuidam da outra barraca¹¹; no salão, para o jantar, os mais velhos preparam o churrasco; moradores (homens e mulheres) trabalham como garçons, outros ficam responsáveis pelas vendas de bebidas nos quatro bares (homens ou casais) e outros ainda dividem-se nos caixas que trocam notas por fichas, todos muito movimentados.

Quando o fogo é levado ao topo da fogueira, com o público atento e encantado ao redor e nas arquibancadas, alcança o seu destino e o monumento é iluminado, fogos de artifício se estouram, o padre-narrador louva aos santos e clama, em meio a aplausos, “*que as crianças não deixem, que a população*

¹¹ São várias as barracas e em 2018 foram quatro: a da igreja, com dois pontos de vendas, que além das porções para o almoço e jantar que acompanham o churrasco (arroz, mandioca, maionese e salada), vendia pastéis, caldos, pães, cucas e coxinhas; a da escola, com os tantos doces, maçã do amor, pipoca, cachorro quente, chá de amendoim e quentão. Neste ano não houve barracas de brincadeira, tradicionalmente de responsabilidade dos formandos da 8ª série, pois segundo a diretora, os alunos não se interessaram. Além dos 4 bares divididos em vários pontos e os caixas para trocar dinheiro por ficha, havia também uma barraca de pizza, novidade desta edição, fruto da disposição de um dos moradores que levou a ideia e a sua habilidade como doação para a festa.

nunca deixe essa tradição morrer!” E só nesse momento, alguns moradores saem de seus lugares, por um instante, apreciam as enormes labaredas e comemoram alegres a sobrevivência de mais um ano de São João. O momento, no entanto, deve ser rápido para, logo em seguida, retornarem ao trabalho, já que a festa está longe de terminar e o baile deve iniciar logo.

Exemplos como esses são interessantes para refletir e dialogar com teorias como a de Mircea Eliade (1992), que define o sagrado em oposição ao profano e discorre sobre a estrutura do espaço sagrado, como ele se constitui e como se torna qualitativamente distinto do profano que o cerca. Entre o precipício, estabelecido pelo autor, que separa as duas modalidades de experiência, as duas maneiras de ser e de existir no mundo, festas como a de São João parecem ajudar a construir uma ponte.

Além disso, pensando que a festa opera, como já anunciado, em uma dimensão dramática entre a escassez e os excessos, a acumulação e o desperdício, um dos elementos fundamentais de uma situação festiva coletiva, que entre as sociedades de escassez torna-se um interessante ponto de reflexão, é o esbanjamento. Nas primeiras décadas de vida da comunidade, a falta de recursos de uma população muito superior a atual, em razão da quantidade de arrendatários e empregados das terras de plantio de hortelã e de algodão, coexistia com um excesso que não possuíam os moradores nos outros dias do ano. Como os bailes de sanfona já eram as atividades de fruição típicas, a novidade de muitos desses festejos arrecadatários estava na fartura de alimentos e na lotação de pessoas que, no caso da comunidade São João, ultrapassava cerca de quatro vezes mais dos visitantes da festa atual, em torno de duas a três mil pessoas. Nos relatos dos moradores a carne de vaca aparece como medida desse sucesso, já que antes chegavam a matar até onze bois, doados pelo grande proprietário de terras, para comer em um dia de festa e agora comem-se dois, no máximo três, em um contexto em que a carne, principalmente a de vaca, era excepcional na dieta caipira e aparecia somente em dias extraordinários, como considera Cândido (1971) e é representado no filme *Marvada Carne* (1985).

É principalmente no terreno da proteína que ainda é possível observar, atualmente, os resquícios do regime de autossuficiência econômica caipira de décadas anteriores, em que a maioria dos elementos da dieta eram obtidos e manipulados em casa. Muitos dos instrumentos utilizados para este fim e a relação entre as permanências e transformações estão inscritas no próprio território, registrado sob a forma de marcos, como os lugares (rios Piquiri e Tricolor), trajetos (de caça, pesca, trabalho, lazer, além dos que ligam às outras comunidades e localidades da região), símbolos (personagens, lutas, mitos e lendas), as estruturas fundiárias (a balsa, as pontes, construções), os equipamentos coletivos (moinhos, máquinas de arroz, de farinha, de cana, escolas novas e antigas, campos de futebol com vestiários demolidos, centro comunitário, cancha de bocha, mercearias, salões de festa, palcos de baile) que organizavam, afetavam e ainda afetam o cotidiano vivido (WANDERLEY, 2000, p. 117).

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

Considera-se o território, nesse sentido, além das delimitações de um espaço restringido pela integração de alguns aspectos físicos, econômicos e socioculturais, também como a inscrição espacial da memória coletiva de pessoas, famílias, organizações, um espaço de vida de uma comunidade local, com uma história, uma referência identitária forte, uma dinâmica interna própria e pontes de contato e de integração para com a sociedade em que está inserido (WANDERLEY, 2000, p. 117). Estudar as festas como um elemento que oferece condições para refletir sobre o corpo social é, portanto, também se remeter aos laços profundos que os agricultores mantêm com a tradição camponesa recebida de seus antepassados.

A festa explora a capacidade de se relacionar com o passado e o futuro, de incorporar ao presente as alegrias de outros povos e as experiências de gerações passadas, permitindo que o presente seja vivenciado de forma mais ampla, plural e criativa, ao mesmo tempo em que se alargam as fronteiras do futuro (COX, 1974). As celebrações necessitam de um conjunto de lembranças comuns e de esperanças coletivas, nesse caso estreitamente ligadas à religião e, por isso, se relacionam tanto à memória, como à esperança. Não por acaso, durante os momentos de preparação e nos dias de trabalho comunitário, há um retorno constante aos causos do passado, enquanto conversam sobre a preocupação com a continuação da festa pelas gerações seguintes, demonstrando a importância de priorizar o olhar para a relação entre os tempos, nas distintas dimensões que a festa mobiliza, para compreender a situação atual de um território.

Ao refletir sobre essas festividades no espaço rural, como um modo particular de utilização do espaço e de vida social, é preciso considerar como características tanto um tipo de relação particular com a natureza, quanto relações sociais distintas, fruto da dimensão e da complexidade das coletividades rurais, que produzem práticas e representações próprias sobre o tempo, o espaço, o trabalho, a religião e outros (WANDERLEY, 2000, p. 88). Um rural compreendido, de acordo com Kayser (1990), em sua dimensão física, na ocupação da terra e nos seus símbolos, como lugar onde se vive, com as especificidades do modo de vida e os aspectos da identidade e, o lugar de onde se posiciona para enxergar e estar no mundo, com a inserção dos agricultores nas esferas mais amplas da sociedade.

Ainda que a relação entre a população urbana e a rural tenha se alterado muito nos últimos cinquenta anos, com uma mudança nas estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços, trabalho, consumo e produção, com estímulos que tendem a um distanciamento dos conhecimentos e práticas tradicionais, pela presença predatória do agronegócio, nenhum desses elementos foi capaz de soterrar a festividade camponesa (Pessoa, 2007. Brandão, 2007), mas ela não é a mesma. As permanências da “tradição” e as transformações da contemporaneidade podem ser identificadas em diferentes esferas das festas: na sabedoria popular e no saber-fazer presentes na montagem das estruturas, na organização do espaço, no cardápio e no preparo das refeições, no trabalho comunitário, nos preparativos em que muitos equipamentos foram substituídos para facilitarem o processo, o que modifica não só o tempo, mas também

a estética e a identidade da festa (Marques, Brandão, 2015). Suas dinâmicas são alteradas com a apropriação da tecnologia industrializada e das facilidades da modernização, mas o pertencimento do domínio e da autonomia do evento a sua comunidade impede que ele seja transformado em simples mercadoria, espetáculo midiático ou simulacro.

Diferente das maiores festas do país, como o Maior São João do Mundo, em Campina Grande-PB, que surge de uma iniciativa do governo municipal em transformar as práticas, manifestações e festas populares que já aconteciam na região em eventos turísticos, institucionalizando, profissionalizando e passando a controlar a sua organização. O que não significa, necessariamente, que tais festas-espetáculo – com destaque também para as de Caruaru-PE, Aracaju-SE, Teresina-PI, Mossoró-RN e outras – extingam completamente os sentidos e significados para os foliões de outros tempos. Ainda que seja imprescindível voltar uma perspectiva crítica de análise ao formato industrializado, ao uso promocional da festa como produto econômico, midiático, servindo a propósitos políticos variados, investimentos financeiros com alta rentabilidade e, principalmente, mobilizando e utilizando, no plano discursivo dos organizadores e da mídia, a “autenticidade da cultura junina”, o “caráter tradicional” e a “identidade regional” para estes fins, alguns trabalhos demonstram como as festas continuam sendo reconhecidas, pelos moradores locais, como símbolo de sua cultura e pertencimento identitário (NÓBREGA, 2009). Há nessas festas, como demonstra Zulmira Nóbrega (2009), relações de poder, de disputa, conflitos e consensos e a magnitude do evento está relacionada à participação popular dos turistas, mas também dos moradores locais e regionais que adotam e vivenciam, de diferentes formas, a festa. Eles se entregam nas práticas lúdicas, aproveitam as datas para celebrar, se identificam com as tradições, símbolos, usos e costumes e são até estimulados emocionalmente pela rotina efervescente que ocupa o mês inteiro, com as cidades cenográficas e espaços artificiais que podem acionar memórias e sentimentos de identificação.

Além disso, ainda que a referência seja uma em específico, o que existe é uma reunião de várias festas: a festa pública, na praça principal ou dividida em vários lugares da cidade, as festas privadas e as festas nas casas, nos bairros, nas ruas que são fechadas pelos moradores que fazem as suas comidas típicas, acendem suas fogueiras, dançam suas quadrilhas, reúnem as famílias e depois vão juntos assistir ao show de fogos do Maior São João do Mundo. Existem tanto nas espetacularizadas, como nas tantas que ocorrem pelos estados, diferentes espaços que atribuem multiplicidade de sentidos e significados às festas e demonstram a sua complexidade.

Considerações Finais

A festa, com seus rituais e ritos, rezas, alegrias e brigas, como uma janela privilegiada que dá vista a outros tempos e em que convivem diversos sujeitos, estruturas, elementos, poderes, com os pés fincados nos aromas, sons, nas cores e comidas, na fé e nos valores religiosos, tem uma ampla capacidade de fornecer condições para refletir sobre a realidade, acionando práticas, elementos e processos.

Ela mobiliza desejos, ansiedades, orações, alegrias, simpatias, marca momentos importantes e também evidencia relações de poder, de status e de prestígio. É possível pensá-la a partir de uma pluralidade de perspectivas. As festas são capazes de sustentar a dureza das regras sociais, implodi-las ou ainda atuar na dupla dimensão, alternando e combinando momentos de sagrado, profano, de trabalho durante a festa e a festa durante o trabalho. Elas propiciam o reestabelecimento da ordem, mas também a negam, comunicam sobre um rural e um urbano que se transformaram, que tem limites cada vez mais maleáveis e estabelecem outros trânsitos e vínculos. Elas organizam a vida política local, se expressam por meio dela os conflitos, as escolhas individuais e coletivas, as ideias divergentes de como se deve organizar uma festa, o que devem fazer com seus resultados, quem de fora pode falar na cerimônia de queima da fogueira e quem pode cantar durante a missa sertaneja. Elas possuem um papel essencial na própria constituição da comunidade, sobre quais pessoas ainda podem ser consideradas parte do lugar, a depender do seu compromisso com a organização e o trabalho na festa. Ela pode operar tanto na manutenção de laços de comunhão, de afeto, como também dizer algo sobre os descontentamentos, as disputas e até processos de violência. Estudar as festas juninas é caminhar por vias que permitem percepções muito ampla sobre a sociedade, o espaço, o tempo, as transformações, permanências e os corpos que festejam, demonstrando que os vínculos e fronteiras entre as dimensões são muito mais complexas do que é possível explicar em uma oposição rígida.

Diferente de uma decadência da quantidade de festas com o passar do tempo, como apostavam alguns autores, o que se observa na sociedade brasileira é um aumento de todos os tipos de festa e por diferentes motivos, como demonstrou Rita Amaral (1998, p. 33). A festa de São João analisada, que ainda se mantém como uma das principais festas da região e de arrecadação comunitária, é exemplar dessa persistência de festas que não mais são as mesmas, mas que foram reinventadas a partir das novas condições de vida resultantes das transformações nas relações entre o espaço urbano e o rural, bem como novos contextos políticos, econômicos e sociais, de forma geral. Se muitas práticas, mitos, ritos e receitas se perderam ou permanecem apenas na memória dos moradores, outras resistiram, se transformaram ou foram incorporadas, rituais antigos de origem eclesiástica foram reapropriados pelas comunidades que não

fazem as procissões e leilões da mesma forma. As festas juninas se complexificaram, adquiriram outros símbolos e significados, outras tradições e formas de festejar foram criadas ao mesmo tempo e nos mesmos campos em que as máquinas da agroindustrialização e da modernização da agricultura avançavam.

Referências

AMARAL, Rita. **Festa à brasileira, Significados do festejar, no país que “não é sério”**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 1998.

_____. **Festas, festivais, festividades: algumas notas para a discussão de métodos e técnicas de pesquisa sobre festejar no Brasil**. In: Anais do II Colóquio Festas e Sociabilidades – CIRS/CASO/CEFET. Natal, 2008.

A MARVADA Carne. Direção: André Klotzel. Produção: Cláudio Kanhs. Tatu Filmes, 1985, 77min.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória do Sagrado**, Estudos de religião e ritual. São Paulo, Editora Paulinas, 1985.

_____. **Festas de Trabalho**. In Aprender e Ensinar nas festas populares. Salto para o futuro. Boletim 2, 2007.

_____. **A Cultura na Rua**. Campinas, Papyrus Editores, 1989.

_____. **Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil**. Ruris, vol.1, n.1, março de 2007.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito, Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **O rito e o tempo, Ensaio sobre o carnaval**. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

CHIANCA, Luciana. **Devoção e Diversão, Expressões contemporânea de festas e santos católicos**. Revista Antropológicas, ano 11, volume 18, p. 49-74, 2007.

COX, Harvey, 1974. **A festa dos foliões**. Vozes, Petrópolis.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Editora Rocco, 1997.

_____. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 150-173.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo, Ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. Edições 70, Rio de Janeiro.

DURKHEIM, Emile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- _____. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- GOLDMAN, M. **Alguma Antropologia**. Coleção Antropologia da Política, NUAP. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- GOODMAN, D., SORJ, B., and WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- LEITE, Sérgio. **Padrões de Desenvolvimento e Agricultura no Brasil: Estatuto da Terra, Dinâmica Agrária e Modernização Conservadora**. Revista Reforma Agrária, 1995.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis, Vozes, 1982.
- _____. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- _____. **Antropologia Estrutural Dois**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1993.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. In Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- MARQUES, Luana Moreira. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar**. Ateliê Geográfico. Goiânia-GO, v. 9, n. 3, p. 7-26, dez/2015.
- PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. Estudos Avançados, 1989.
- PESSOA, Jadir de Moraes. **Festas Juninas**. In Aprender e Ensinar nas festas populares. Salto para o futuro. Boletim 2, 2007.
- PEIRANO, Mariza. **O Dito e o Feito**. Ensaios de Antropologia dos Rituais. Coleção Antropologia da Política, NUAP. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- _____. **Temas ou Teorias? O estatuto das noções de ritual e de performance**. Campos, p. 9-16, 2006.
- _____. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PESSOA, Jadir de Moraes. **Festas Juninas**. In Aprender e Ensinar nas festas populares. Salto para o futuro. Boletim 2, 2007.
- RAPCHAN, Eliane Sebeika. **De identidades e pessoas: um estudo de caso sobre os Sem Terra de Sumaré**. São Paulo, FFLCH-USP, agosto de 1993.
- TURNER, Victor. **O Processo Ritual, Estrutura e Antiestrutura**. Petrópolis, Vozes, 1974.
- _____. **The Anthropology of Performance**. New York, PAJ Publications, 1987.
- WILKINSON, John. **O estado, a agricultura e a pequena produção**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 87-145.

Recebido em 19/04/22 aceito para publicação em 06/07/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

Revista Vernáculo n.º 50,
2.º sem. 2022
Publicado em setembro de 2022
ISSN 2317-4021
<http://revistas.ufpr.br/vernaculo>

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021

181